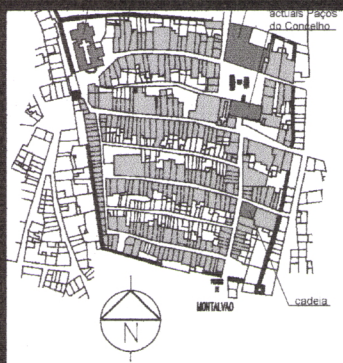


# Vilas de fundação medieval no Alentejo

Contributos para o estudo da morfologia urbana

antónio borges abel



UNIVERSIDADE de ÉVORA

Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património  
Arquitectónico e Paisagístico

setembro de 1995



ABEL

78241

# Vilas de fundação medieval no Alentejo

Contributos para o estudo da morfologia urbana

**Nisa** - planta do  
núcleo inicial

**Monsaraz** -  
silhueta da vila vista  
do oeste

**Évoramonte** -  
porta do Freixo

**Évoramonte** -  
a rua Direita

**Alegrete** -  
planta do núcleo  
original

**Almodôvar**-  
primitivos Paços  
do Concelho

UNIVERSIDADE de ÉVORA

Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património  
Arquitectónico e Paisagístico

setembro de 1995

---

## *Agradecimentos*

Esta dissertação não teria sido possível sem o generoso concurso de diversas pessoas e entidades. Quero, por isso e desde já, deixar aqui o meu mais sincero agradecimento a todos aqueles cujo nome não mencionarei, mas cuja importância na concretização deste trabalho não foi menor.

Começo por manifestar a minha especial gratidão ao Professor Doutor Jorge Gaspar, enquanto professor da cadeira de História do Urbanismo, por ter redespertado em mim o interesse pelo estudo da génese e desenvolvimento das cidades, levando-me a olhar a forma urbana como o repositório privilegiado da cultura das sociedades e suporte das arquitecturas que se lhe vão sobrepondo, constituindo com estas o património herdado e que legaremos aos vindouros. O meu reconhecimento ao Professor Jorge Gaspar ficaria incompleto se não referisse também a sua valiosa contribuição como orientador desta dissertação, quer pelo seu conhecimento profundo do tema que me propus abordar, quer pela permanente disponibilidade que manifestou para, pacientemente, corrigir a orientação que eu estava a dar às minhas incursões por matéria tão pouco conhecida.

Um especial agradecimento devo à minha companheira, Elisabete Silva, que, com o seu carinho e "teimosia", nunca permitiu que o desalento que por vezes me invadiu, me levasse a desistir e também pelas "noites

---

brancas” que perdeu na árdua (e por vezes inglória) tarefa de corrigir o “incorrigível” e tornar legíveis textos indecifráveis e maçudos.

À Cristina Abreu, pela infinita paciência e abnegação para digitalizar as cartas de noventa povoações, de que só utilizei trinta e poucas, à Manuela Charrua, pelo esforço de ler o “ilegível”, pondo-o em letra de forma e ao José Coelho, porque, sem o seu apoio e permanente disponibilidade para que um leigo não se “perdesse” no labirinto da informática, este trabalho seria uma amálgama de dactilografia e colagens. Aos três se deve boa parte deste trabalho e por isso o meu sincero reconhecimento.

Aos colegas Luís Pedro Cruz e António Chinita, quero manifestar o meu agradecimento pela pronta disponibilização de todo o material por eles produzido na análise da morfologia urbana de Nisa e Santiago do Cacém, respectivamente.

O Duarte, vindo por último, não é aquele para quem o meu “obrigado” será menos merecido, seja pelo entusiasmo que manifestou ao tomar conhecimento do tema desta dissertação, seja pela sua incansável busca de toda a documentação que pudesse ajudar-me a compreender melhor o “seu” Alentejo.

Quero ainda manifestar o meu agradecimento às seguintes entidades:

. Comissão de Coordenação da Região Alentejo, sem a qual a tarefa de obter a cartografia necessária seria incomensurável e

. Instituto Florestal, na pessoa do Eng. Pinho de Almeida, pela sua prestimosa colaboração no reconhecimento das áreas urbanas, através das fotografias aéreas de que dispõe este organismo.

---

## *Elementos gráficos*

As plantas de localização são reproduções da Carta Militar de Portugal, editada pelos Serviços Cartográficos do Exército.

Os desenhos das vistas das povoações no século XVI, são reproduções do Livro das Fortalezas de Duarte d'Armas.

As plantas das povoações foram digitalizadas e tratadas a partir dos levantamentos aerofotogramétricos e cartas cadastrais, os primeiros cedidos pela CCRA e as segundas editadas pelo Instituto Português de Cadastro, exceptuando-se Évoramonte, cuja planta foi gentilmente cedida pela Direcção Regional dos Monumentos do Sul.

As plantas de Mirande, Monflanquin e Monpazier são reproduções de postais ilustrados editados pelo Centre d'Étude des Bastides.

Todas as fotografias são do autor, salvo aquelas cuja autoria é expressamente referida ao longo do trabalho.

---

## *Índice*

Capítulo 1	
Introdução .....	6
notas do capítulo 1 .....	16
Capítulo 2	
Povoações .....	19
Alandroal .....	21
Alcáçovas .....	26
Alegrete .....	30
Aljustrel .....	34
Almodôvar .....	38
Arronches .....	42
Assumar .....	46
Barbacena .....	50
Borba .....	54
Castelo de Vide .....	58
Estremoz .....	62
Évoramonte .....	67
Fronteira .....	72
Marvão .....	76
Messejana .....	81
Monforte .....	85
Monsaraz .....	89
Montalvão .....	95
Montargil .....	99
Moura .....	104
Nisa .....	111
Ourique .....	116
Pavia .....	121
Redondo .....	125
Terena .....	130
Veiros .....	134
Viana do Alentejo .....	138
Vila Nova da Baronia .....	143
notas do capítulo 2 .....	147
Capítulo 3	
Caracterização tipológica .....	160
quanto à localização e função no território .....	163
quanto ao traçado e crescimento urbanos .....	169
quanto aos equipamentos .....	181
conclusão .....	186
notas do capítulo 3 .....	190
Bibliografia .....	193

---

# Capítulo 1

## ***Introdução:***

*o porquê de uma escolha;  
o Alentejo no contexto geopolítico medieval;  
as fontes para uma abordagem*

*Introdução*

---

6

*Vilas de fundação medieval no Alentejo*

---



---

*El análisis urbano es, ante todo, un trabajo lento y de introspección, que debe situarse, además, al margen de cualquier otro objetivo distinto del propiamente suyo conocimiento.*

*La proyectación, aunque también trabajo paciente y de cierto modo introspectivo, comienza donde el análisis acaba, y tiene en la praxis su finalidad propia.*

*José Ignazio Linazasoro<sup>1</sup>*

Entendemos que um estudo aprofundado das cidades medievais, no seu conjunto, se deve fazer, não só pela análise do seu traçado, pelo tipo e distribuição espacial dos equipamentos (edifícios e espaços urbanos), mas também pela análise do construído, através de levantamentos sistemáticos, identificados, catalogados e justapostos. “Cruzando” a informação dos traçados com a que nos é fornecida pelos levantamentos dos edifícios, apercebemos, na maior parte dos casos sem sombra para dúvidas, do evoluir da estrutura urbana através da evolução das células que a compõem.

Este trabalho pressupõe, no entanto a constituição de equipas pluridisciplinares e uma disponibilidade humana e financeira<sup>2</sup> que transcendem o âmbito de uma tese de mestrado. Assim, o presente estudo será uma tentativa de classificação de vilas de fundação medieval no Alentejo, sem todavia se esgotar em si mesmo, i.e., será o preâmbulo de outro trabalho de investigação mais vasto que tenha em consideração, como metodologia de abordagem, o acima exposto.

### **Objectivos**

Colmatando décadas de ausência de um planeamento efectivo na grande maioria dos concelhos do país, assistimos recentemente à profusão de Planos Directores Municipais, estes nem sempre acompanhados de Planos de Urbanização das aglomerações urbanas desses mesmos concelhos. Paralelamente, como consequência da abertura das universidades portuguesas a estudos de pós-graduação, que até há bem pouco tempo estavam limitados às carreiras de docência universitária, tem-se assistido também ao aparecimento de numerosos estudos sobre a cidade (no âmbito de teses de doutoramento e mestrado), normalmente revestindo a forma de monografias<sup>3</sup>. Contudo, estes

---

estudos, se têm um valor documental insubstituível, pelo enorme acervo bibliográfico e informativo que veiculam no âmbito do conhecimento da Idade Média em Portugal,<sup>4</sup> não obedecem a critérios de sistematização no que concerne ao estudo da cidade medieval, restringindo-se, na maior parte das vezes, à povoação em estudo. Acresce a isto, o facto do enfoque dado à sua grande maioria ter o cunho da formação de base dos autores, i.e., dá-se um peso muito grande à história social, militar, económica e política e não tanto à forma urbana e às suas relações formais com os modelos das cidades antecedentes ou mesmo coevas.

Nos PDM's a que já se fez referência, mesmo quando acompanhados de Planos de Urbanização, não é ensaiada sequer uma tentativa de compreensão da forma urbana em estudo, limitando-se estes planos, salvo raríssimas excepções, a propor áreas de expansão que pouco ou nada têm a ver com a forma urbana pré-existente.

Assim, o presente trabalho, sem esgotar as hipóteses de estudo dos aglomerados que se apresentam e sem chegar ao estudo da relação morfológica e volumétrica dos edifícios com o traçado urbanístico que é o seu suporte, nem também ao estudo tipológico das habitações "dentro do seu lote", estudo esse que está fora de causa, pela limitação temporal a que está sujeita uma tese de mestrado, pretende pôr em evidência as relações tipológicas dos vários traçados e entre estes e os seus congéneres estrangeiros contemporâneos ou antecedentes. Estabelecer-se-á assim uma classificação que poderá servir de método de análise para situações semelhantes no mesmo território: o Alentejo. Porque a cidade é um corpo vivo, pese embora carregada de história, poderá ainda este estudo permitir uma melhor compreensão dos tecidos urbanos onde outros irão intervir e, deste modo, evitar opções desastrosas para o crescimento dos aglomerados urbanos, de que é nossa obrigação preservar o carácter construído e "limado" ao longo dos séculos. É na preservação da identidade, do carácter, da morfologia, numa palavra, na preservação do "*...património urbanístico, arquitectónico e paisagístico...*", (sendo o primeiro, porque mais determinante e com menos possibilidades de experimentação prática e também porque é o suporte físico-espacial dos segundos, o que melhor e mais tempo vai perdurar na memória colectiva de uma sociedade). É na preservação daquela identidade, dizíamos, que a presente tese se integra no âmbito do Curso de Mestrado em Recuperação do Património da Universidade de Évora, e que nesta hora de procura de novos caminhos para a região, poderá ainda contribuir para apoiar a constituição de uma rede de cidades e vilas medievais no sul, à semelhança das suas congéneres no sul de França,<sup>5</sup> com potencialidades de usufruto de um turismo cultural cada vez mais exigente.

---

---

## Porquê o Alentejo?

Não se tratou de procurar a facilidade pela proximidade geográfica, como também não se deveu a preferências de índole sentimental. Tratou-se de uma opção ditada pela deformação profissional, i.e., sem retirar valor às formas mais ou menos orgânicas do crescimento urbano medieval, visíveis sobretudo no Portugal nortenho, as quais apresentam por vezes, aspectos estéticos de rara beleza e adaptações funcionais, dificilmente superadas pelo “trabalho de estirador”, temos uma preferência natural pelo projectado, pelo planeado, por aquilo que antes de tomar forma física visível pelos outros, já existe na mente de quem o projectou. Deste modo, difícil seria, ao pretendermos que o objecto de estudo fosse a forma urbana, que a escolha não recaísse no Alentejo, pois foi aqui que a cidade<sup>6</sup> planeada teve a sua expressão numérica máxima. Para tanto basta retermo-nos no número de fundações, povoamentos, repovoamentos, forais e reconstruções que recaíram sobre o Alentejo e sobre as restantes regiões do país, nos reinados de Afonso III e, principalmente, D.Dinis<sup>7</sup>. Nunca noutro momento, como neste período, o esforço de povoamento foi tão grande em Portugal.<sup>8</sup> Falamos em termos de concentração numa dada região e não em termos da “qualidade” dos modelos, isto porque, se assim fosse, teríamos obviamente que referir, p.e., Vila Real, Salvaterra de Magos<sup>9</sup> ou Caminha,<sup>10</sup> como expressões paradigmáticas do modelo reticulado medieval.

## O enquadramento político, económico e social

É num momento crucial das lutas pela afirmação do poder régio face aos poderes da nobreza senhorial e do clero, lutas essas iniciadas por D.Sancho I e continuadas nos reinados de D.Afonso II e D.Sancho II, que Afonso, duque de Bolonha e irmão deste último rei, é nomeado pelo Papa, curador e defensor do reino e, após a morte de D.Sancho II, se torna o “*legítimo titular do trono português*”.<sup>11</sup> É neste contexto interno que D.Afonso III vai pautar a sua acção na pacificação do país e, ao mesmo tempo, desenvolver a centralização do poder<sup>12</sup>. Ora, essa política de centralização foi assentar, entre outros vectores, no povoamento de vastas áreas reconquistadas no Alentejo nos reinados precedentes (“*As primeiras fundações de povoações foram determinadas por razões de fomento interno e necessidades de administração do território, a que não eram também alheios propósitos defensivos, particularmente evidentes quando se tratava da escolha do sítio, ...*”),<sup>13</sup> quer como meio de efectivar essa conquista, quer como forma de evitar ou pelo menos cercear, o alargamento do domínio territorial da Ordens Militares<sup>14</sup>, do clero ou da nobreza terratenente, fomentando o aparecimento de concelhos pela concessão de forais ou cartas

---

de foro, sendo particularmente significativo que a “*primeira reunião conhecida da curia regia, na qual os concelhos estavam representados, data do seu reinado (1254)*”.<sup>15</sup>

Importará também termos presente que esta forma de governação não é um acto isolado, mas que se insere num movimento mais vasto a que se assistia por toda a Europa cristianizada, desde o séc. XI, como refere Pirenne.<sup>16</sup> Ela surge como resposta às necessidades de arroteamento de terras para fazer face ao crescimento demográfico ou como forma de marcar presença em território disputado por duas potências (as “bastides” francesas e inglesas), com a particularidade de numa delas estar também em curso um movimento régio de afirmação da sua autoridade e submissão dos poderes feudais (a França de Luís IX). Surge ainda como forma de fixação da população e serviços ao longo de percursos religiosos (o Caminho de Santiago e as fundações no norte de Espanha e sul de França<sup>17</sup>). Não será ainda estranha a esta política de povoamento, encetada por D.Afonso III, objectivos de carácter fiscal. Ao conceder forais a certas povoações, entendendo-se esse foral por direitos e deveres para com a corôa e definindo não só a área urbana, mas também as terras de lavoura inerentes a cada morador,<sup>18</sup> atraindo assim população que fugia à servidão imposta em terras de dominação senhorial, a corôa via aumentados os seus proventos pela cobrança de impostos.

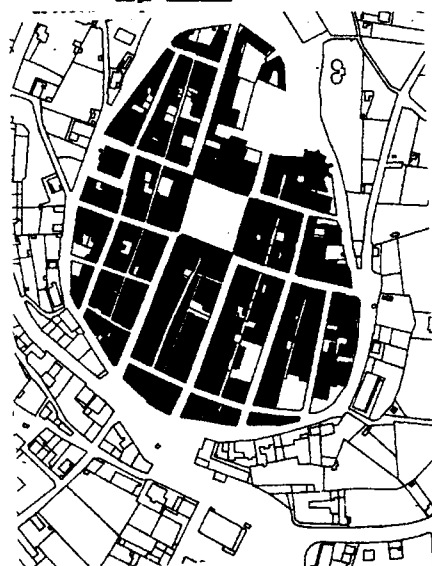
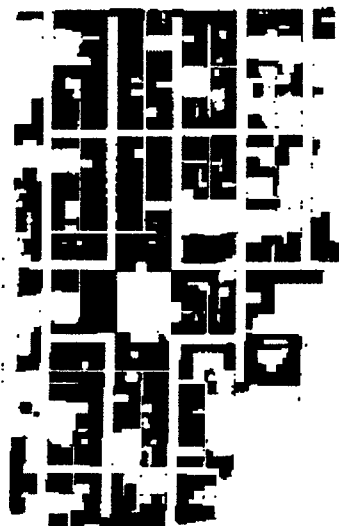
A par de uma política geral europeia, D.Afonso III teve ocasião de tomar conhecimento directo da política francesa, relativamente à Aquitânia e da política leonesa-aragonesa no norte destes reinos, pois “...*A participação de Afonso III na Batalha de Saintes, como vassalo de Luís IX, contra Henrique III de Inglaterra, em Julho de 1242, tornou-o, decerto, protegido do rei de França. Um ano depois, empreendeu a peregrinação a Compostela [...] só regressou em Maio de 1244, para se encontrar, em Limoges, com Luís IX e sua mãe Branca de Castela*”.<sup>19</sup> Terá também, eventualmente, delineado a sua política de povoamento do Alentejo com colonos estrangeiros (como já D.Sancho I o fizera para a zona da fronteira com Leão),<sup>20</sup> à semelhança do que Luís IX, de Alphonse de Poitiers, irmão deste monarca, de Eustache de Beaumarchais, *sénéchal* do rei, de Raimond VII, conde de Toulouse ou mesmo de Eduardo I de Inglaterra, tinham feito relativamente à Aquitânia, uma vez que o povoamento desta região foi feito, em parte, à custa de colonos estrangeiros como o denotam os nomes de algumas das suas fundações: Barcelone-du-Gers, Bolonia, Boulogne-sur-Gesse, Bruges, Chalabre, Cologne, Fleurence, Florentin, Grenade, Grenade-sur-l’Adour, Grenade-sur-Garonne, La Bastide-de-Pont-La-Reine, Pampelonne, Pavie e também com colonos nacionais, como foi o caso das “bastides” inglesas da Aquitânia, em que algumas referem a proveniência dos seus povoadores: Baa (Bath),

Londres, Hastingues.<sup>21</sup>

Neste contexto, também não seria estranho ao monarca português o traçado urbano adoptado, quer por franceses, quer por ingleses, para uma boa parte daquelas fundações: a quadrícula. Contudo, como aponta Jorge Gaspar,<sup>22</sup> “...*(para) o traçado geométrico da planta urbana [...] parece-nos necessária a existência de dois factores para que ele possa ser aplicado: a existência no local de um número razoável de habitantes a instalar e um poder central suficientemente forte para impôr um plano de conjunto*”, e talvez com Afonso III não tivesse ainda chegado o momento de haver um “...*poder central suficientemente forte...*”, pois com este rei as fundações não chegam a evidenciar o grau de organização espacial que, em alguns casos, vão atingir sob o reinado de seu filho. Talvez por ausência daquele poder, aquelas não apresentam o carácter de um *plano de conjunto* (do tipo “tabuleiro de xadrez”<sup>23</sup> cuja expressão acabada encontramos em Monpazier), apesar de ser visível a regularidade do *padrão geométrico*.

Herdeiro da centralização e reorganização empreendida no reinado precedente, D.Dinis pôde dedicar parte da sua acção governativa à consolidação das fronteiras,<sup>24</sup> à agricultura e ao povoamento das vastas áreas adjacentes às fronteiras, que até à data tinham sido despovoadas ou fracamente povoadas, mercê da instabilidade política até aí reinante, dando continuidade à obra de seu pai.

Como refere Rosa Marreiros “... *é impressionante o número de forais e aforamentos dionisinos: [...] 758 aforamentos de 1281 a 1295, 532 de 1296 a 1317 e 35 de 1318 a 1325*”<sup>25</sup>, pelo que podemos inferir que D.Dinis, também



*Monpazier, Monflanquin e Mirande, “bastides” de referência dos estudos de morfologia urbana de padrão ortogonal.*

---

neste aspecto, deu continuidade à política económica e fiscal de seu pai. Se se dispusesse de um levantamento exaustivo da população dos concelhos, dos frequentadores de feiras, abrangidos por aqueles forais, carta de foral, etc..., poder-se-ia determinar, aproximadamente, quanto do rendimento fiscal transitou das mãos dos senhores da terra para a corôa. A esta razão de índole económico-fiscal, acresce outra de centralização e organização político-administrativa uma vez que, como refere Borges Coelho “... o que é realmente definitório, nos forais ou cartas de foral, é o reconhecimento tácito ou legalização indirecta do concelho. Por isso [...] só os forais ou cartas de foral constituem o estatuto jurídico das comunidades concelhias, [...] só eles constituem cartas de povoação...” ou, ainda, porque na ordem feudal não há homem sem senhor, o mesmo autor, referindo-se ao período iniciado por Afonso III, diz que “... o País se organiza quase todo em concelhos [...] mesmo que o representante do senhor (rei) entre na cidadela...”.<sup>26</sup>

Se para compreender o modo de que se revestiu o tipo de povoamento executado por D.Afonso III, é necessário conhecer o contexto político-social que o antecedeu e o contacto deste rei com a França de Saint-Louis, já para D.Dinis, há que tomar em consideração a herança de poder centralizado, bem como as suas relações de parentesco, pois ambas estão na base de um tipo de intervenção urbanística própria.

Consequência da acção diplomática por si desenvolvida, no sentido da afirmação independente do reino no contexto geo-político ibérico, D.Afonso III casa com D.Beatriz, filha de Afonso X de Castela, o *Sabio*,<sup>27</sup> união de que nasce D.Dinis. Este, à semelhança do que seu avô já tinha feito ao fundar a Universidade em Salamanca, viria a fundar a Universidade portuguesa, traduziria para português as famosas *Siete Partidas* de Afonso X,<sup>28</sup> as quais, determinando que “...es así como la puebla de la villa...” que “...se fuera longa deben dexar una calle en medio toda derecha, et si fuera quadrada deben dexar dos o fasta quatro las unas en luengo et las otras en travieso...”,<sup>29</sup> constituem como que um “cânon” urbanístico que, naturalmente, será desenvolvido e aplicado a diversas situações topográficas, mas reconhecível para sempre, constituindo assim a “persistência do plano” de Lavedan.

Ao casar com D.Isabel, filha de Pedro III de Aragão,<sup>30</sup> D.Dinis vai, também por esta via, tomar contacto com o movimento de povoamento do sul de França e do norte de Espanha, pois “...C’est en 1204 que le terme ‘bastida vel bastia’ apparaît pour la première fois, dans une correspondance entre le comte Raimond VI de Toulouse et le roi Pierre d’Aragon...”<sup>31</sup> Deste reinado em diante não haverá, de forma generalizada, mais fundações, assistindo-se apenas ao amuralhamento de algumas povoações dele carecidas (p.e. D.Afonso IV em

---

Assumar), à concessão de alguns forais concelhios (p.e. D.Pedro I a Sines,<sup>32</sup> D.João I a Seda<sup>33</sup>), novas cercas para inclusão de arrabaldes, mourarias ou judiarias entretanto surgidos no espaço exterior das primitivas cercas (D.Fernando em Lisboa, Évora, Porto, Braga, Coimbra, Santarém, Viana, Ponte-de-Lima, Beja),<sup>34</sup> vindo só muito mais tarde a verificar-se um surto, localizado no tempo, de concessão de “forais de leitura nova” (D.Manuel).

*Uma cidade é sempre uma criação, um elemento fundamental na organização do espaço [...].*

*Tentar explicar uma aglomeração urbana é, antes de mais nada, inseri-la neste contexto complexo: posição no espaço, “lugar” que ocupa entre as suas congéneres, “sítio” onde se implantou; mas é também [...] rastrear [...] as condições da sua génese, [...] mostrar o que é antigo e persistente na sua figura ...*

*Orlando Ribeiro<sup>35</sup>*

Para a abordagem do tema que nos propusemos tratar, tomámos por pressuposto que em Portugal, apesar das naturais influências estrangeiras (navarro-aragonesa, leonesa, francesa ou inglesa), as povoações fundadas ex-novo ou repovoadas, poderiam apresentar um carácter próprio, traduzido no traçado, na implantação, na sua relação com as demais povoações situadas na sua área geográfica ou na sua área político-administrativa, uma vez que seriam herdeiras também de outras culturas, que não só as das suas congéneres europeias, coevas.

Determinámos as povoações que seriam objecto do estudo, socorrendo-nos de autores que as referenciavam como povoamento, fundação ou concessão de foral medievais. Destes autores sobressaem: José Mattoso, como autor e coordenador da *História de Portugal*, em particular o II volume; Luís Keil e Túlio Espanca como escritores, no *Inventário Artístico de Portugal - Distritos de Portalegre e Évora*, respectivamente, os quais, para introduzirem as obras de arte por si inventariadas, fazem uma descrição, por vezes bastante pormenorizada, dos concelhos e respectivas povoações, onde aquelas se encontram; Raul Proença, na edição fac-similada e introduzida por Sant’ Ana Dionísio, do *Guia de Portugal*; Nunes Franklin, como compilador dos *Forais de*

---

*Leitura Nova* de D.Manuel I, a propósito dos quais, referencia grande parte dos forais anteriores, onde se incluem aqueles outorgados por D.Afonso III e por D.Dinis, às povoações objecto do presente estudo e Américo Costa no *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*.

Concluída a triagem acima referida, munimo-nos da cartografia apropriada, à escala conveniente, que nos permitisse um estudo com o rigor geométrico que entendemos dever ter um trabalho deste tipo. Deste modo a escala mínima, relativamente aos traçados urbanos sobre a qual trabalhamos foi a de 1/5000 (levantamento cadastral do Instituto Português de Cadastro, ex-Instituto Geográfico-Cadastral), sendo contudo a maioria das bases de trabalho às escalas 1/2000 e 1/1000 (levantamentos aerofotogramétricos) e por vezes, 1/500 e 1/200 (levantamentos particulares). Para a análise do enquadramento da urbe com as restantes do seu aro regional, apoiámo-nos na cartografia militar (escala 1/25000). Uma vez que dispunhamos dessa cartografia, não utilizámos a fotografia aérea vertical. No entanto, sempre que disponível, utilizámos a fotografia aérea oblíqua pois esta evidencia, melhor que as outras fontes, a volumetria do terreno e do construído podendo pois detectar-se, em situações de dúvida, o núcleo inicial e as fases de crescimento dos aglomerados urbanos.

Para a determinação do número de habitantes estimados, tomámos por base a densidade proposta por A. H. Oliveira Marques.<sup>36</sup>

Apesar das referências documentais publicadas não é imediato o reconhecimento (através dos levantamentos aerofotogramétricos, cartas cadastrais, fotografia aérea) do núcleo primitivo das povoações, aquele que corresponde ao traçado de fundação, ainda que, por analogia com traçados reconhecidamente medievais, se possa fazer uma primeira aproximação. Por isso fez-se o reconhecimento "in situ" - com o objectivo de identificar o que ainda pudesse perdurar do próprio traçado, de elementos construídos (a métrica dos lotes, elementos subsistentes de equipamentos urbanos como, as torres que assinalam o edifício da câmara, o hospital, etc...), da toponímia antiga e da topografia dos locais (que em certos casos revelam localizações anteriores ou arrabaldes posteriores) - da quase totalidade das povoações medievais (exceptuam-se Águias, Alfundão, Alpalhão, Arez, Amieira do Tejo, Cabrela, Ervidel e Panóias), visitas que contribuíram para a opção selectiva que fizemos para as povoações a analisar.

Assim, analisaram-se em pormenor vinte e oito povoações, de que se dá conta separadamente, evidenciando o traçado, a localização dos elementos notáveis para a caracterização do espaço urbano, da história e em alguns casos do topónimo e da topomímia dos arruamentos significantes para o espaço e cultura medievais.

---



---

Outro elemento a que se dedicou especial atenção foi a topografia dos sítios de implantação das povoações e a relação entre os elementos urbanos e a sua localização, quer na malha urbana (como já se referiu), quer na orografia daquela implantação; esta observação foi sempre acompanhada pelo reconhecimento de campo, após o estudo de gabinete sobre levantamentos aerofotogramétricos.

Após a recolha, sistematiza-se a informação “cruzando-a” de forma a poder esquissar-se uma classificação por locais de implantação, topografia dos assentamentos, morfologia dos traçados, com vista a obter-se uma visão de conjunto das povoações estudadas e deste modo podermos contribuir para um melhor conhecimento do passado urbano e para uma maior eficácia da intervenção urbanística em ambientes urbanos medievais.



<sup>1</sup> J.I.Linazasoro, *Permanencias y Arquitectura Urbana...*, p.13.

<sup>2</sup> Na linha do que se tem vindo a fazer no âmbito dos GTL's, dos quais referimos, por conhecimento directo, Nisa e Santiago do Cacém.

<sup>3</sup> Uma extensa relação dos estudos referidos é feita por Manuel C. Teixeira em *Análise Social*, nº 121, 4ª série, vol. XXVIII, 1993, 2º, pp. 371 a 390, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

<sup>4</sup> Obviamente, reportamo-nos ao período que nos interessa apesar daquela relação não se limitar às referências a este período mas sim cobrir toda a História de Portugal.

<sup>5</sup> Referimo-nos ao Centre d'Études des Bastides, com sede em Villeneuve-de-Rouergue, e à Société Académique d'Architecture-Bastides du Sud-Ouest.

<sup>6</sup> Tal como José Manuel Fernandes em, *O lugar da cidade portuguesa*, p.80, tomaremos ao longo do texto, indiferentemente, a palavra cidade, vila, povoação, com a mesma acepção para designar uma aglomeração urbana cujo carácter de concentração de pessoas, serviços e bens, de par com um foral ou carta de foro, a pode aproximar aos nossos actuais conceitos político-administrativos de cidade e vila já que a actual noção não existia na Idade Média, como refere Teresa B. Salgueiro, *A cidade em Portugal, Uma Geografia Urbana*, pp. 19 e 20.

<sup>7</sup> "Mas a maior força de colonização alentejana é no tempo de D. Afonso III e D. Dinis, em que, ao mesmo tempo que se outorgavam foros de concelhos às villas de maior consideração, se aproveitava a posição dos lugares altos para o levantamento de castellos, sob a direcção das Ordens de Santiago e Aviz" Cf. Américo Costa, *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular: Alentejo*.

<sup>8</sup> Cf. José Mattoso(coord.) e Armindo Sousa, *História de Portugal*, 2ºvol., pp. 80 a 93.

<sup>9</sup> Jorge Gaspar, *A morfologia de padrão geométrico na Idade Média*, p. 207.

<sup>10</sup> Pinto Barbosa, *Da Praça Pública em Portugal*, II vol., p.154.

<sup>11</sup> José Mattoso, op.cit., p. 133.

<sup>12</sup> Para melhor elucidação de todo este período ver, na obra citada na nota anterior, todo o título "O triunfo da monarquia".

<sup>13</sup> Teresa Barata Salgueiro, op.cit., p.164.

<sup>14</sup> Diminuídas na importância que tiveram no período da reconquista, o papel das Ordens Militares na defesa do território resume-se, nos reinados de D. Afonso III e D. Dinis, à manutenção das suas possessões e comendas, exceptuando-se deste quadro as fortalezas de Juromenha e Noudar, confiada a sua defesa à Ordem de Aviz, e o território dos termos de Mourão, Moura e Serpa, sob a jurisdição militar da Ordem de Malta ou dos Hospitalários.

<sup>15</sup> Virgínia Rau, *Estudos de História Medieval [Biografias de Figuras Medievais]*, p. 52.

<sup>16</sup> Henri Pirenne, *As cidades da Idade Média*, pp. 73 e 74.

<sup>17</sup> Neste caso há situações de povoamento bastante anterior ao período a que nos temos vindo a referir como escreve Jorge Gaspar, op.cit., p. 200.

<sup>18</sup> Apesar de Virgínia Rau, op.cit., pp. 93 e 94, nos alertar para a indefinição geral, relativamente ao alfoz e ao número de moradores que as cartas de foral apresentavam.

<sup>19</sup> José Mattoso, op.cit., p. 130. Ver também Jean-François Chiappe, *Une histoire de la France*, pp. 97 a 104.

<sup>20</sup> Virgínia Rau, op.cit., p.50.

<sup>21</sup> Alain Lauret e out., *Bastides: Villes Nouvelles du Moyen-Âge*.

<sup>22</sup> Jorge Gaspar, op.cit., p. 208.

<sup>23</sup> A expressão deve ser entendida apenas como uma disposição de ruas ortogonais e não, como pretende Pierre Lavedan, *L'Urbanisme au Moyen-Âge*, p. 72, um perfeito tabuleiro

---

em que as largura e comprimento de cada quarteirão, fossem iguais, i.e., perfeitas “casas” do tabuleiro. Por assim entender a expressão, Lavedan refuta a existência do “tabuleiro” em todas as fundações francesas - inclusivé em Monpazier - com excepção de Mirande.

<sup>24</sup> Entre outras acções, refira-se pelo seu especial significado, o Tratado de Alcanices que pôs termo à antiga disputa entre Portugal e Leão, sobre as terras de Riba-Côa.

<sup>25</sup> Citada e transcrita por José Mattoso, op.cit., p. 156.

<sup>26</sup> António Borges Coelho, *Comunas ou Concelhos*, p.174.

<sup>27</sup> José Mattoso, op.cit., p. 136.

<sup>28</sup> Virgínia Rau, op.cit., p.52.

<sup>29</sup> *Primera Crónica General*, edição a cargo de Menéndez Pidal, vol. I, cap. 1127, citada por Leopoldo Torres Balbás em “La Edad Media” em *Resumen histórico del Urbanismo en España*, Madrid, 1969 e referida por Jorge Gaspar, op. cit., p. 201 e por José Ignazio Linazasoro, op.cit., p. 47.

<sup>30</sup> Virgínia Rau, *ibidem*.

<sup>31</sup> Alain Lauret et al., op.cit., p.14.

<sup>32</sup> Arnaldo Soledade, *Sines Terra de Vasco da Gama*, p. 32.

<sup>33</sup> Raul Proença, *Guia de Portugal*, vol. 2, p. 433.

<sup>34</sup> José Mattoso, op.cit., p. 492.

<sup>35</sup> Orlando Ribeiro, 1969, *Proémio Metodológico ao Estudo das Pequenas Cidades Portuguesas*, p. 66.

<sup>36</sup> A. H. Oliveira Marques, *Novos Ensaio de História Medieval Portuguesa*, pp. 14 e 15.

---

## Capítulo 2

### ***Povoações:***

*origem e topónimo;*

*posição e sítio;*

*morfologia do traçado e crescimento urbanos;*

*equipamentos medievais relevantes*

*Caracterização das povoações*

---

19

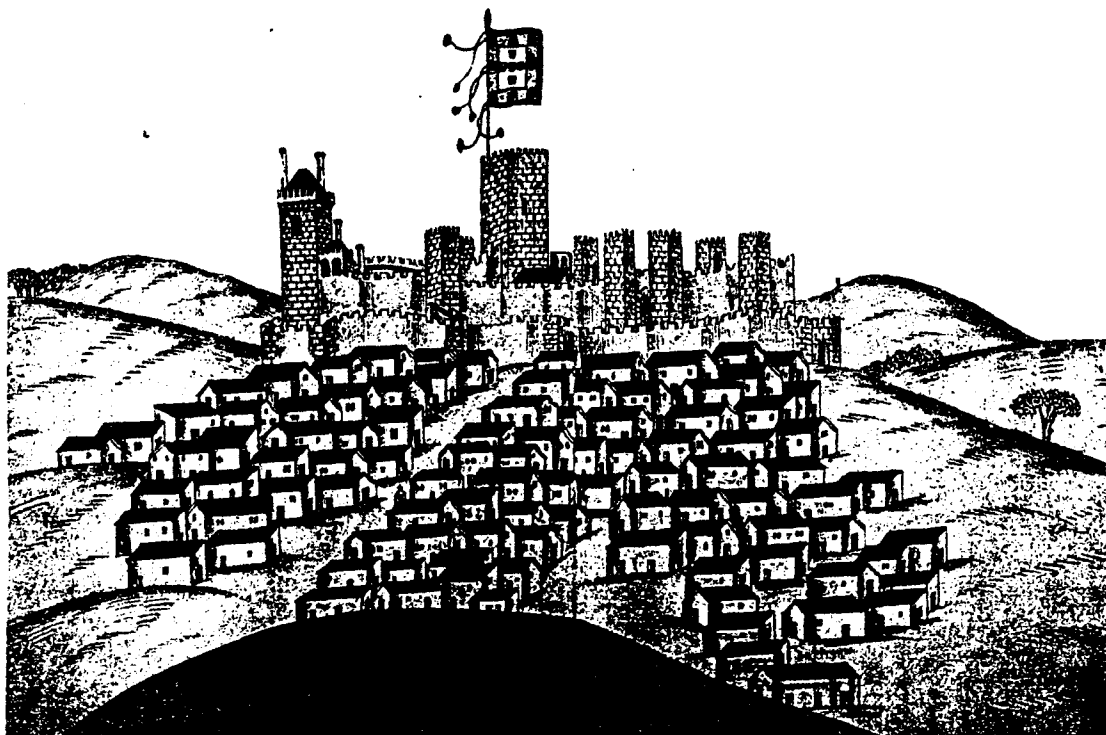
*Vilas de fundação medieval no Alentejo*

---

---

Importará agora, para que se compreenda o alcance e o universo das fundações medievais no Alentejo, proceder-se à análise das povoações, conquanto esta se circunscreva, preferencialmente, ao período temporal daqueles dois reinados porque “...a maior força de colonização alentejana é no tempo de D. Afonso III e de D. Dinis...”<sup>1</sup> ou porque se trata do período em que, tendo finalizado o processo de alargamento e definição do território, foi possível a acção de povoamento e colonização internas e a concretização de um modelo urbano, pensado e planeado previamente.

Do universo das fundações medievais acima referidas e na impossibilidade de meios e de tempo para a análise circunstanciada de todas elas, optámos pela selecção daquelas que, de algum modo, pudessem sintetizar e servir como exemplo para a variedade de situações de adaptação do modelo de padrão geométrico que lhes era subjacente. Outras houve que, embora aparentemente pudessem enquadrar-se nesta perspectiva-modelo de padrão geométrico - optámos por não as englobar nas povoações em análise. Esta exclusão deve-se à escassez de documentação detalhada sobre as mesmas, e também porque as alterações a que foram sujeitas ao longo dos séculos “apagaram” quase por completo os vestígios do primitivo traçado e/ou dos elementos urbanos que a ele nos poderiam conduzir. Da multiplicidade de itens de análise que poderíamos estabelecer, uma vez que este estudo é uma abordagem sob o ponto de vista da tipologia do espaço urbano, reduzimo-los: à posição e sítio ou seja, à relação da povoação com o território e com os outros aglomerados urbanos e à função principal que lhe estivesse acometida; ao traçado e crescimento urbanos, i.e., à compreensão do núcleo original, planeado e sua posterior expansão; à existência e localização no espaço urbano de diversos equipamentos de que demos especial destaque à Praça da Vila, ao edifício dos Paços do Concelho, ao hospital ou albergaria, à igreja Matriz e, por vezes, ao Rossio, isto porque se tratavam de elementos essenciais ao quadro de vida urbana medieval e podem, em determinados casos, auxiliar à compreensão do próprio traçado inicial e posteriores crescimentos.



*Vista tirada da banda do norte*

Apesar da zona ter sido habitada pelos romanos, conforme o comprovam os vestígios assinalados no lugar de Vilares "...q. fica ao poente da vila ... e della distante hum tiro de mosquete..."<sup>2</sup>, no local escolhido para a fundação medieval não há referências de anterior assentamento urbano.

De acordo com os "letreyros", assinalados por Castelbranco e T. Espanca, ficou a dever-se a D. Lourenço Afonso, nono mestre de Aviz (de que a povoação foi Comenda secular), a construção do castelo, cujas obras tiveram início em 6 de Fevereiro de 1294 e cujo arquitecto foi um muçulmano, de nome Galvo, como a lápide aposta no exterior da porta legal o confirma.<sup>3</sup>

**LEGALI : BI : IL : ILLALA : DEUS :  
HE : E : DEUS : SERA : POR : QUEM : EL :  
FOR : ESE : VENCERA : EU : MOURO : G  
ALVO : SOU : MEESTRE : DE FAZER : EST  
E : CASTELLO DO : ALANDROAL**

O topónimo tem origem na planta ribeirinha chamada loendro ou alandro que ainda hoje cresce nas margens das linhas de água da zona.

### Posição e Sítio

Como já se referiu, a vila do Alandroal fazia parte da linha do Guadiana; aliás, provavelmente terá sido o hiato defensivo nesta zona, que terá determinado a sua construção, posição cuja importância se infere da seguinte descrição: "De dentro desta V.<sup>a</sup> se avista a V.<sup>a</sup> do Redondo, ... a V.<sup>a</sup> de Mourão, ... a V.<sup>a</sup> de Monsarás; e do adro da Ermida de Sto. An.to ... p.te da cid.e de Évora..."<sup>4</sup>

O castelo está implantado num morro de vertentes inclinadas a sul, poente e nascente, mas mais baixo que o outeiro a norte. Apenas na zona nascente da torre de menagem o terreno é plano, tendo os construtores afeiçoado



*Vista de noroeste. A vila afeiçoa-se ao terreno de suave declive e exposição a sul.*

*O lema aqui transcrito: "Deus é e Deus será, por quem ele for esse vencerá" é típico das comunidades mouras em território cristão e era também, segundo Goulart e Macias, Almocavar de Moura, p.68, o lema dos reis de Granada, facto que poderá atestar as estreitas relações daquele arquitecto Galvo e da comunidade a que pertencia, com o reino granadino.*



*As ligações viárias do Alandroal às povoações do seu aro mantêm o traçado medieval, apenas com ligeiras correcções muito recentes.*

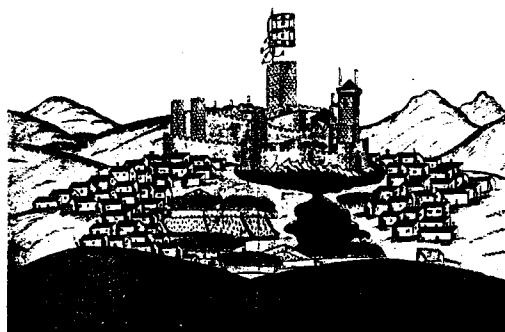


a cerca à topografia existente. Como nos dá notícia o Pe. Castelbranco, o elemento água terá sido um dos factores determinantes na escolha do sítio, sobrepondo-se assim a razões de índole estritamente militar.

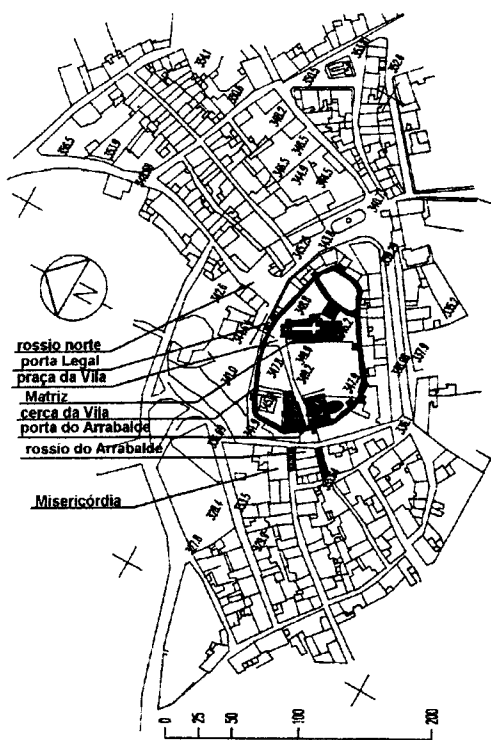
### Traçado e crescimento urbanos

O castelo e cerca da Vila seguem a tipologia comum a outras povoações alentejanas fundadas na época: a figura da cerca aproxima-se de um óvulo, ocupando o castelo um dos extremos, tendo uma muralha a dividir a fortaleza da área habitacional, muralha onde se localiza a imponente torre de menagem; mais uma vez portanto, verificando-se a persistência do modelo árabe de divisão entre alcáçova e medina.

Nem as edificações subsistentes, nem os relatos<sup>5</sup> de outras que já conheceram a ruína, apontam para a existência de um grande número de habitações dentro do castelo. Contudo, ao longo da rua Direita do castelo, notam-se ainda vestígios de edifícios habitacionais que preenchiam as áreas adjacentes àquela via. Terá sido num desses edifícios que "...se acomodou a Sra. Duquesa de Bragança ..."<sup>6</sup>. Se intra-muros, considerando a existência da vila inicial,<sup>7</sup> podemos falar de um traçado linear,<sup>8</sup> já nos crescimentos urbanos exteriores se encontram traçados ortogonais. Se atentarmos nos desenhos de Duarte d'Armas, cremos terem surgido dois arrabaldes, a partir das duas portas da cerca: a Legal, virada a norte e a do Arrabalde, virada a sudoeste. O primeiro, antecido pelo rossio (actual Lg. da Matriz), desenvolve-se ao longo de duas ruas paralelas principais e uma terceira, entre aquelas (cuja função ainda permanece como servidão aos quintais das habitações), apresenta apenas uma transversal, dada a pouca extensão do arrabalde. A segunda formação extra-muros, com início junto à porta do Arrabalde, não apresenta praça ou rossio entre o tecido urbano e a



*Vista tirada da banda sul vendo-se, no canto inferior direito aquela que, após obras de melhoramento, viria a ser a Fonte Monumental.*



*Dentro da cerca, a cinza escuro, a povoação inicial.*

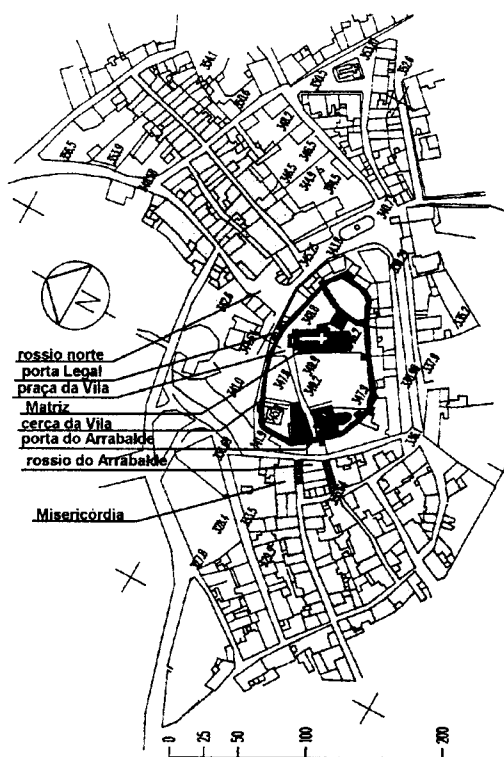
cerca, uma vez que a área entre as duas era ocupada pela barbacã, conforme é observável nos desenhos de Duarte d'Armas e T. Espanca no-lo relata nestes termos: "O antigo acesso arrabaldino, que se fazia por íngreme rampa, atenuou-se, primeiro, em 1790 e depois com a construção da escalinata..."<sup>9</sup>.

Apesar da inexistência de rossio, é na silharia da porta do arrabalde que, quer T. Espanca, quer Castelbranco, localizam, insculpida, a marca da vara dos mercadores. Este arrabalde é também estruturado sob a forma de ruas paralelas, havendo duas transversais que as interligam, as quais, de certa forma, marcam os limites do arrabalde. A nascente, uma quarta rua que, provalvemente, terá sido uma azinhaga, faz a ligação entre a transversal de cota mais elevada àquela de cota inferior.

Segundo T. Espanca, para a construção do actual edifício dos Paços do Concelho, (final do séc. XVIII) procedeu-se à demolição da barbacã, facto que motivou e permitiu a ligação, através da alameda subsistente entre o arrabalde norte (pois entretanto o arrabalde da Mata ter-se-à estendido para leste) e o arrabalde sul.

## Equipamento

Como era corrente, e as necessidades de defesa assim o aconselhavam, o edifício medieval dos Paços do Concelho situar-se-ia no interior da cerca da Vila, desconhecendo-se a sua localização. Contudo, por analogia com outras povoações coevas, cremos que aquele edifício poderá ter-se situado junto a uma das duas portas, ainda que mais provavelmente o tenha sido junto à porta Legal, pois aí localizava-se a igreja Matriz e subsiste uma pequena praça no interior da muralha (à semelhança de Alegrete). A Matriz, cujo edifício actual data do séc. XVI, ocupa o mesmo local que a primitiva igreja do séc. XIV, a qual é referida em documento de 1320<sup>10</sup>. Não há referências documentais a

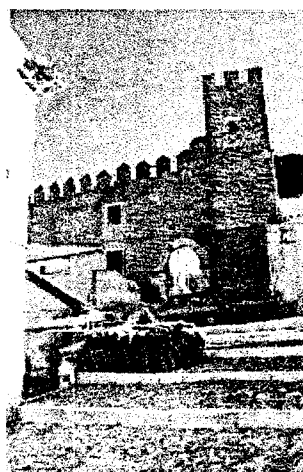


*A Vila inicial a cinza escuro e a cinza claro, os arrabaldes, os quais se terão formado ainda na Idade Média e durante a segunda metade do séc.XV.*



*A Porta Legal, ou principal, que dava acesso à Praça da Vila, no interior da cerca.*

qualquer instituição de carácter hospitalar e assistencial, sob a forma de confraria ou irmandade do Espírito Santo, no Alandroal. Conhecem-se, isso sim, referências à irmandade da Santa Casa da Misericórdia datadas de 1511, pelo que se presume que tenha iniciado a sua existência no reinado de D. Manuel. A igreja e hospital da Misericórdia implantaram-se extra-muros, junto à porta do Arrabalde, subsistindo até hoje nas suas funções.



*A Porta do Arrabalde e o rossio que antecedia este.*



*O arrabalde sul vendo-se à direita o edifício do Hospital da Misericórdia.*

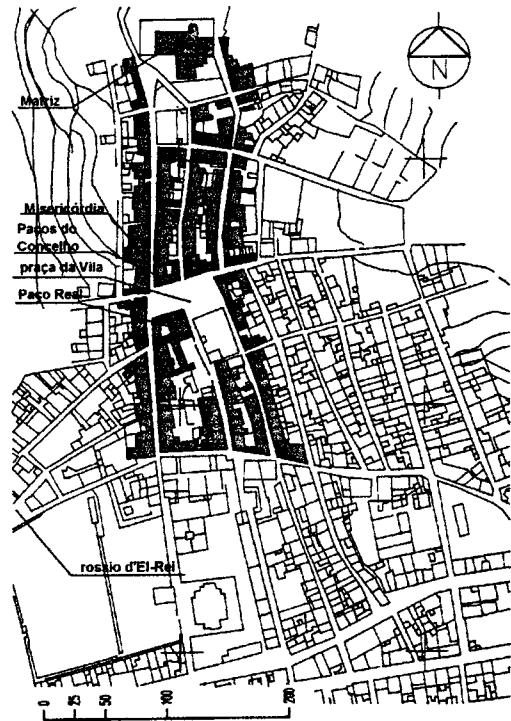


exposição sul.

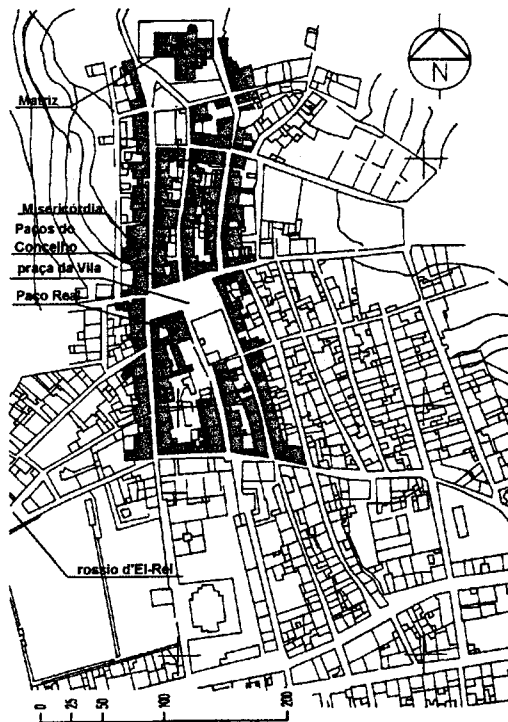
### Traçado e crescimento urbanos

Apesar da ausência de fontes documentais escritas que façam referência ao modo de executar o traçado urbanístico de Alcáçovas, verifica-se que este evidencia um “plano” balizado pela igreja a norte<sup>16</sup> e a antiga estrada Évora/Torrão/Alcácer do Sal, a sul. Não apresentando a regularidade ou geometria perfeita das “bastides”, admitimos tratar-se de um plano derivado daqueles, pois, à sua semelhança,<sup>17</sup> a praça é central,<sup>18</sup> com a função principal de comércio, situando-se já na zona mais plana da encosta, sendo o seu espaço “atravessado” pelo conjunto dos três arruamentos que definiam a povoação. A rua Direita, a oeste, que correspondia à estrada Viana/Montemor, limita a praça a poente e a rua dos Escudeiros limita-a a nascente. Na face norte desta praça situava-se também o edifício dos Paços do Concelho (actual Junta de Freguesia).

Seguindo a concepção urbanística coeva, as ruas e travessas hierarquizam-se em função das suas larguras, “correndo” as ruas no sentido norte/sul e as travessas ortogonalmente áquelas. O posterior crescimento regular da vila, a partir do traçado base que a definiria no séc. XIII, cremos ter sido feito, inicialmente, para este, pela criação de uma rua paralela à rua nascente, deixando entre elas uma viela - mais tarde alargada - de serviço dos quintais das habitações. O prolongamento para sul desta viela e da rua da rectícula base, terá constituído a segunda fase de crescimento da povoação. A edificação ao longo dos caminhos que da vila conduziam ao rossió ocidental ou d’El Rei, onde no início do séc. XVI se ergeu a ermida de S. Sebastião bem como a edificação ao longo da



*A cinza aquela que terá sido a povoação original.*



*A cinza claro, o primeiro crescimento urbano evidencia a sua dependência do plano original.*

Dominando um vasto território, Alcáçovas é apontada por alguns autores como de fundação romana, época em que teria o topónimo de Castralencos,<sup>11</sup> do qual derivaria o actual nome por via árabe.<sup>12</sup>

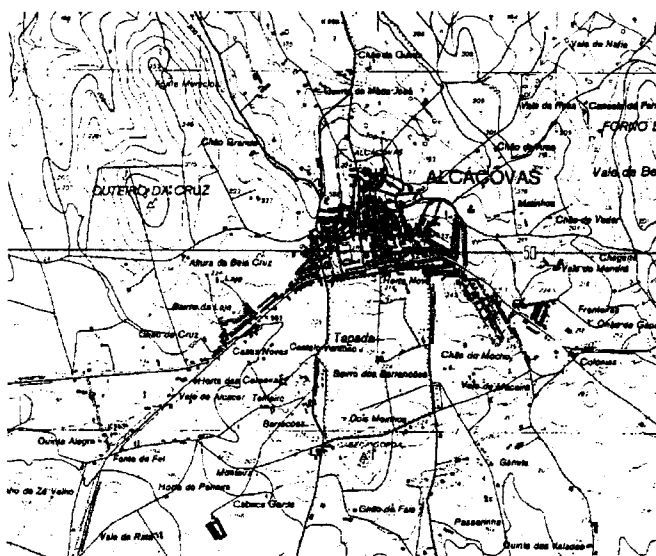
Provavelmente fazendo parte dos vastos territórios de presúria, originários da reconquista, a herdade é mandada povoar pelo bispo de Évora, D. Martinho, que lhe dá foral em 1259. Vinte anos mais tarde, juntamente com Arraiolos e Vimieiro<sup>13</sup> e fazendo já parte do senhorio temporal da corôa, D. Afonso III eleva-a à categoria de vila e dá-lhe novo foral (1279), aumentado posteriormente (1283) por seu filho. Este mandou também cercar a vila, sem que tal viesse a acontecer devido à sua morte.<sup>14</sup>

### Posição e sítio

Ponto de cruzamento das estradas Évora/Alcácer do Sal (correspondendo, eventualmente, à antiga estrada romana) e Viana/Montemor, Alçacovas corresponderá a uma implantação/fundação ditada por motivações comerciais e de ocupação efectiva do território, que concorria para a afirmação do poder régio e para a limitação do poder nobre e terratenente.<sup>15</sup>

Assente num terreno de suave declive na direcção norte-sul, que se assemelha a um planalto, com as encostas laterais - a nascente e a poente - com alguma inclinação, é na extrema norte (onde os autores consultados localizam a intenção de D. Dinis de construir o castelo da vila) que a semelhança com um promontório apontado ao caminho de Montemor é mais notória, fazendo com que a vila medieval, vista deste quadrante, aparentasse ser inexpugnável se tivesse sido cercada.

A vila que identificámos como traçado medieval ocupa parte de um cômodo e afeiçoa-se a uma encosta suave de



*A predominância da ligação viária Évora/Alcácer, que terá determinado o aparecimento da Vila, é ainda hoje preponderante.*



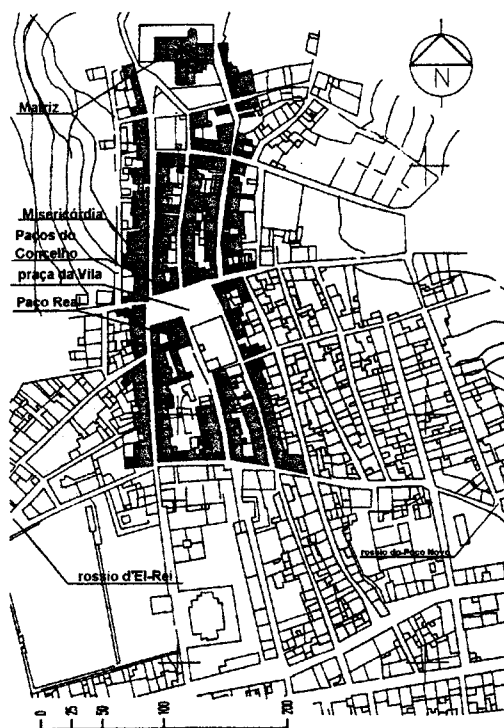
*A igreja e hospital da Misericórdia na rua Direita.*

estrada Évora/Alcácer, no mesmo sentido, terão configurado o crescimento urbano posterior. Assinala-se também o crescimento para oriente, através das ruas que confluíam para o rossio do Poço Novo, onde, posteriormente, no fim do séc. XVI, foi erguida a ermida de S. Geraldo.

### Equipamento

Na face norte da Praça da Vila, junto à rua Direita, localizavam-se os Paços do Concelho. Contudo, o actual edifício não corresponde aos Paços medievais porquanto este foi demolido a meio do presente século, tendo sido apenas preservado o portal de entrada, mas transferido para a fachada do Paço Real que confina com a Praça da Vila. Na mesma Praça, face ao edifício concelhio situa-se o Paço Real, que “...a tradição e fontes documentais quatrocentistas...”<sup>19</sup> revelam dever-se, nos seus primórdios, ao rei D. Dinis. Desconhece-se se o primitivo edifício dos Paços do Concelho tinha torre sineira. Sabe-se, no entanto, que a vereação mandou erguer no entroncamento da rua do Paço Real com a primitiva estrada Évora/Alcácer, uma torre do concelho.

A actual igreja Matriz, cuja construção data de 1530, ocupa o local da primitiva, a qual, segundo documentos coevos, foi fundada em 1308 pelo bispo de Évora D. Fernando II<sup>20</sup>. Desconhecemos se terá existido alguma irmandade medieval alcaçovense com funções assistenciais e hospitalares, cuja actividade se sediase na vila, conhecendo-se tão-só a existência de uma leprosaria no rossio do Poço Novo que foi demolida e substituída pela ermida de S. Geraldo. Em meados do séc. XVI foi erguida a igreja da Misericórdia e hospitalar anexo, na rua Direita, junto à praça da vila.



*Os crescimentos posteriores em direcção à nova localização da estrada de Évora e em direcção aos rossios.*



*A praça da Vila dominada volumetricamente pelo Paço Real.*

---

*Alegrete*

---



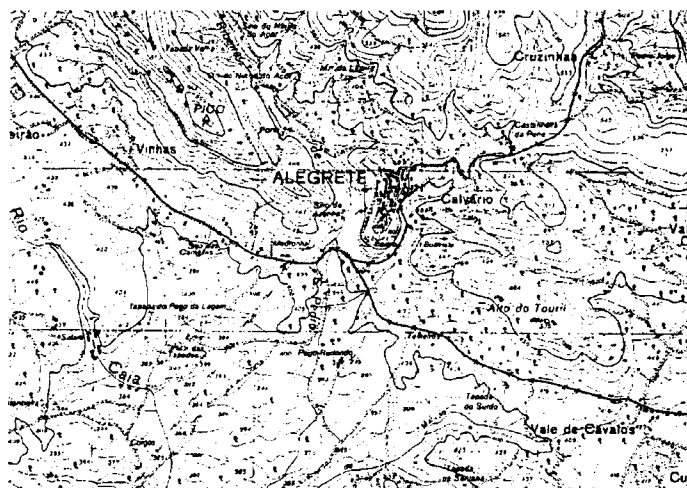
Relativamente à data da edificação do castelo e da concessão do foral de vila, todos os autores são unânimes em apontar o ano de 1319. Todavia, Pinho Leal,<sup>21</sup> adianta-nos ter sido o rei D. Dinis a mandar povoar o cômodo onde assenta hoje a vila muralhada, muralhas essas que foram levantadas pelos moradores na condição de, por isso, “...se tornarem independentes de Portalegre...”. Do amuralhamento resultou o foral de vila, concedido por D. Dinis. Mas se a elevação a vila, o amuralhamento e o povoamento são obra da acção de D. Dinis, a existência da própria localidade é anterior pois D. Afonso Henriques conquistou-a aos mouros em 1160, sendo provável que o actual castelo exista sobre escombros do anterior “... como certos vestígios deixam perceber ...”.<sup>22</sup>



Vista do vale do sudoeste.

### Posição e Sítio

A povoação muralhada ocupa a zona mais elevada de um outeiro<sup>23</sup> nas faldas da Serra de S. Mamede, estendendo-se a sul uma vasta várzea no sentido este-oeste, cujo controle militar era total a partir da vila. Aliás será essa a razão, aliada ao facto de estar no ponto mais elevado, que fundamentou a construção da fortaleza no extremo sul do citado outeiro. A povoação terá nascido, não por necessidade de arroteamento de terras face a um índice demográfico em ascensão, mas sim por necessidade, bem no espírito do povoamento medieval de fixação de populações como forma de marcar e garantir um território fronteiriço, de intercalar na linha de defesas da fronteira mais um elemento, pois, se atentarmos na localização das outras praças fortes da zona (Montalvão, Castelo de Vide, Marvão, Arronches e Ouguela), houve um hiato suficientemente grande entre Marvão e Arronches que justificou o aparecimento de Alegrete, hiato esse, que



A povoação mantém hoje a mesma posição marginal e de atalaia que já na Idade Média tinha, relativamente à via de penetração pelo vale.

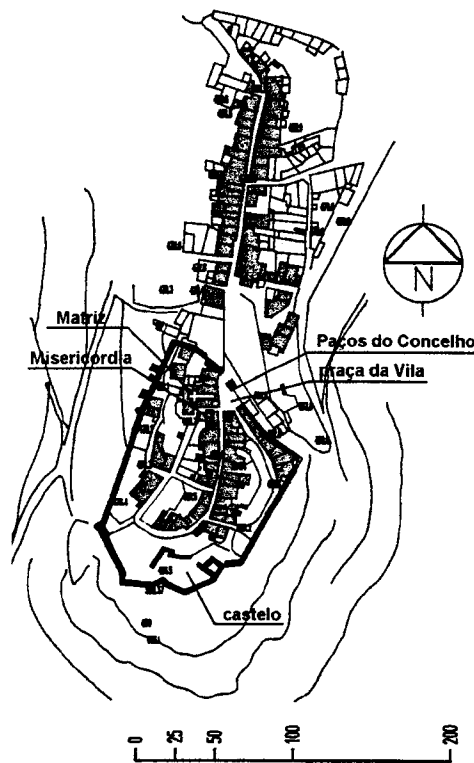
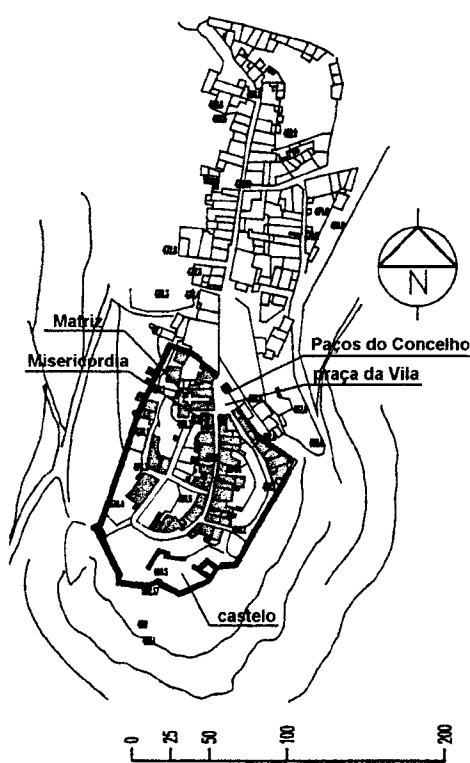
subsistindo, constituiria uma cunha leonesa-castelhana que penetraria até Portalegre.

### Traçado e Crescimento Urbanos

Com os necessários afeiçoamentos à topografia do sítio, a malha urbana revela uma intenção urbanística que se radica no traçado regular reticulado ou seja, uma rua central (Directa ou direita da porta da cerca à porta da fortaleza/alcaçova) e uma sua paralela a poente, ligadas por



*A rua central ou Direita em relação à qual se articula o restante traçado.*



travessas (neste caso duas) e, a partir deste esquema urbanístico simples vão-se criando, à medida das necessidades, mais ruas paralelas às primeiras.

A construção no séc. XVI da Igreja Paroquial, mutilou o troço de inserção da rua de Baixo no actualmente designado Largo da Igreja, o qual teria dimensões mais consentâneas quer com a sua localização, quer com a sua função. É ainda visível, porque utilizado, o caminho na encosta nascente que dava acesso à porta da vila. Contudo, não foi ao longo deste que a povoação se desenvolveu, mas

*O núcleo original (desenho da esquerda) e os arrabaldes posteriores (desenho da direita). Estes ter-se-ão desenvolvido em dois períodos: o primeiro, provavelmente contemporâneo da Vila de fundação (de que subsiste um portal gótico), na rua íngreme de acesso ao Rossio; o segundo, eventualmente a partir do séc. XVI ou XVII, linearmente a partir da Porta da Vila e sobre o festo da colina a norte.*

sim para nor-nordeste numa primeira fase, correspondente ou não a um arrabalde judaico, ao longo do caminho perpendicular à porta da vila (onde ainda se conserva uma porta de verga ogival), indiferente à acentuada pendente do terreno e numa segunda fase, aproveitando a língua planáltica que se estende na direcção norte, a povoação desenvolveu-se linearmente.



*Uma das transversais de ligação da rua Direita à sua paralela a poente.*

## Equipamentos

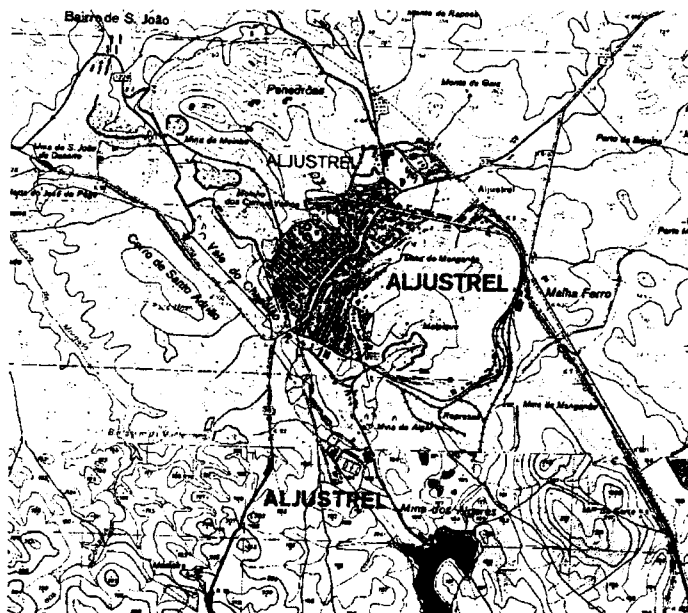
Naquele largo concentrar-se-iam a igreja antecessora da actual Misericórdia, cuja fundação é do séc. XVII<sup>24</sup> e a que provavelmente estaria anexa, a sul, uma albergaria ou hospital,<sup>25</sup> uma eventual igreja matriz sobre a qual terá sido erguida a já citada igreja paroquial e os Paços do Concelho<sup>26</sup>. Se a sua localização é tendente a fazer-nos evocar a tipologia da cidade árabe,<sup>27</sup> o castelo ou fortaleza, quer pela sua área, quer pela própria situação da torre de menagem, nunca terá sido uma alcáçova, mas tão-só um último reduto de protecção.



*A torre do relógio, que marca o local dos primitivos Paços do Concelho, junto à porta da cerca e rampa de acesso à Vila, de provável construção durante a Guerra da Restauração.*



O Pe. João Rodrigues Lobato,<sup>28</sup> rejeitando a identificação do local com a Vipascum romana (do Vicus Metallum Vipascensis), situa a origem do nome na ocupação árabe, (al-lustre). Contudo, e parece-nos ser a hipótese mais ajustada, Raul Proença, no Guia de Portugal, refere tratar-se da palavra Aliustre, do latim bárbaro, afirmando ser esta a designação contida nas famosas tábuas de Aljustrel.<sup>29</sup>



Conquistada por D. Sancho II, ou porque tenha participado Paio Peres Correia, Grão-Mestre da Ordem de Santiago<sup>30</sup> ou por razões de mera tática político-militar, o monarca doa de imediato (conquista e doação em 1234) a povoação à Ordem de Santiago. Não só através da documentação consultada, como por observação local, presume-se que aquela conquista se consubstanciou apenas num castelo existente no outeiro sobranceiro à vila.<sup>31</sup>



*A actual escalinata que substituiu a anterior ladeira de ligação do castelo à povoação.*

Se existia povoação muçulmana junto ao castelo, só o levantamento arqueológico o poderá confirmar. No entanto, é provável que, a existir, fosse diminuta, pois o local de exploração mineira situa-se a uma cota muito inferior (cerca de 60m), concentrando-se aí, sim, a zona habitacional da povoação. Em contrapartida, pela leitura do foral<sup>32</sup>, podemos constatar a necessidade de atrair povoadores - por razões económico-militares -.

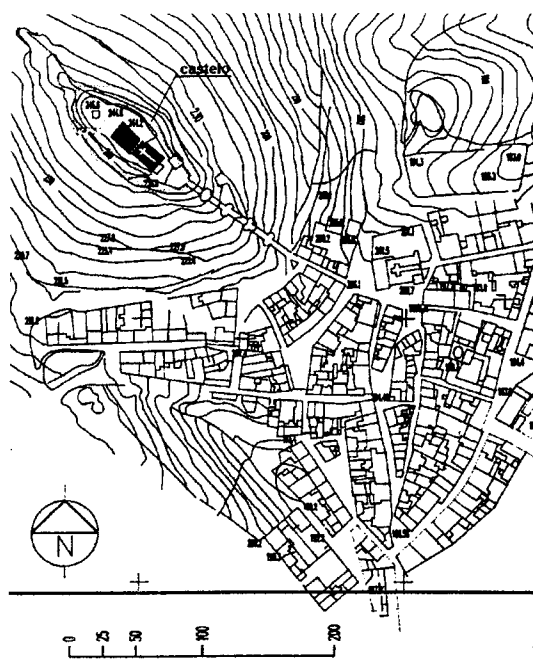
### Posição e sítio

Como refere e demonstra Cláudio Torres,<sup>33</sup> a posição de Aljustrel não derivaria de qualquer estratégia de ocupação do território, mas sim da riqueza do sub-solo, importância já compreendida em épocas pré-romanas. Os romanos, dando continuidade à exploração e ampliando-a à medida das necessidades de Roma,<sup>34</sup> aumentaram a importância da



*Na vila persiste o carácter de caminho que a escalinata em último plano, substituiu.*

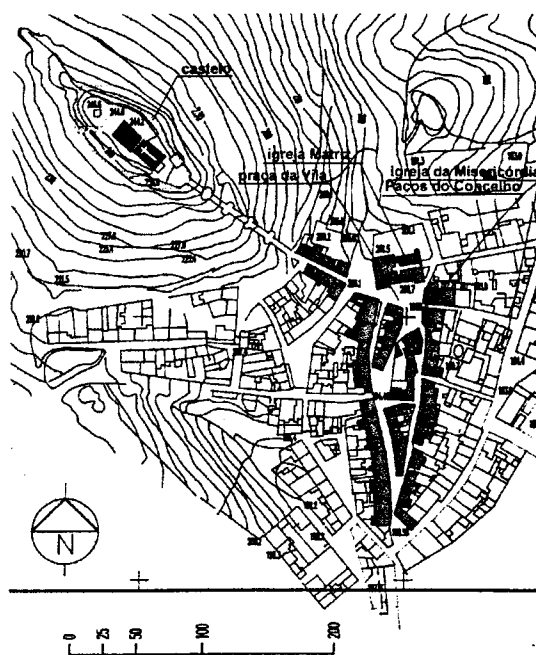
povoação ao ponto de, por absoluta necessidade de escoamento dos produtos, a ligarem por “via romana” quer a Myrtilis-Mértola (escoamento por via fluvial até à foz do Guadiana), quer a Portus Hannibalis-Portimão (escoamento por via terrestre até Silves e por via fluvial até ao oceano). No sopé do outeiro onde outrora se situava o castelo, cresceu a vila que, apesar de não se conhecerem documentos coevos que prenuenciem um traçado previamente estabelecido, apresenta um corpo inicial de duas ruas paralelas estendendo-se na direcção norte-sul, com pendente para este último quadrante, com 13% de inclinação. O outeiro do castelo protegia o núcleo inicial dos ventos dominantes, bem como, dada a proximidade,<sup>35</sup> permitia um refúgio seguro.



*O castelo como origem da povoação.*

### Traçado e crescimento urbanos

Nascida “à sombra” do castelo e apoiando-se na estrada do Algarve que aqui passaria e na estrada de Beja, a malha urbana estruturou-se a partir de duas bifurcações: uma a norte e outra a sul daquela estrada. Na intersecção da estrada de Beja com aquelas duas vias abrir-se-ia uma praça onde se situavam o paço do concelho (a nascente) e uma capela a norte<sup>36</sup>. A sul das duas ruas, sensivelmente a meio da distância entre a praça referida e o ponto de reunião daquelas ruas a sul, uma travessa liga aquelas artérias.



*O primeiro crescimento urbano, a cinza escuro, estruturado a partir do primitivo rossio e de duas ruas que nele tinham início.*

Na Visitação de 1533<sup>37</sup> não há, referência à igreja da Misericórdia, o que induz a que situemos a sua construção após aquela data.

Creemos, por isso, ter sido a construção da igreja da Misericórdia na travessa que saía da praça central e se dirigia para o campo, que originou o aparecimento da quarta artéria

da povoação (a rua da Misericórdia), a qual, a sul, continuou a convergir no ponto de união das anteriores ruas e a norte entroncava na estrada de Beja.

Quer pela facilidade topográfica, e pela proximidade do local de refúgio, julgamos ter surgido uma outra rua, paralela às primeiras, a ponte daquelas, rua essa que terá permitido que a malha urbana se distorcesse pela criação de mais duas vias, no sentido poente, afeiçoadas ao declive natural do terreno, dispendo-se em degraus: uma na continuação natural e rectilínea da travessa primitiva, a outra pela inflexão da rua onde tem origem, a partir do actual Largo Marquês de Pombal.

### Equipamento

Como já foi dito contava a povoação com paços do concelho, capela e largo onde aqueles equipamentos se situavam.

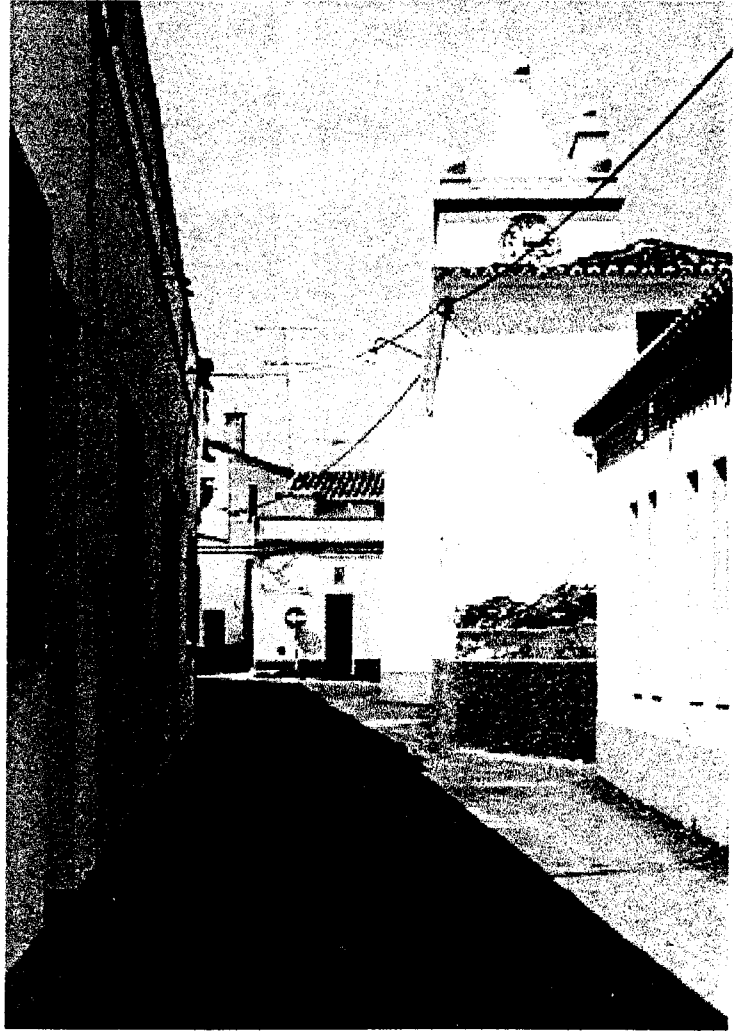
Na Visitação de 1492 refere-se a existência de uma albergaria.<sup>38</sup> Provavelmente este hospital terá sido absorvido, ou mesmo substituído (senão fisicamente pelo menos foi-o administrativa e institucionalmente), pelo hospital da Misericórdia, à semelhança do que sucedeu na maioria das povoações no país.



*Posteriores crescimentos urbanos, quer de envolvimento do outeiro do castelo, quer através de uma rua "paralela" convergente com as ruas pré-existentes.*



*O ponto de convergência das ruas da primitiva malha urbana.*



*Caracterização das povoações*

*A torre do relógio, símbolo da autonomia municipal e elemento da sinalética urbana que marca o local dos Paços do Concelho.*

38

***Almodôvar***

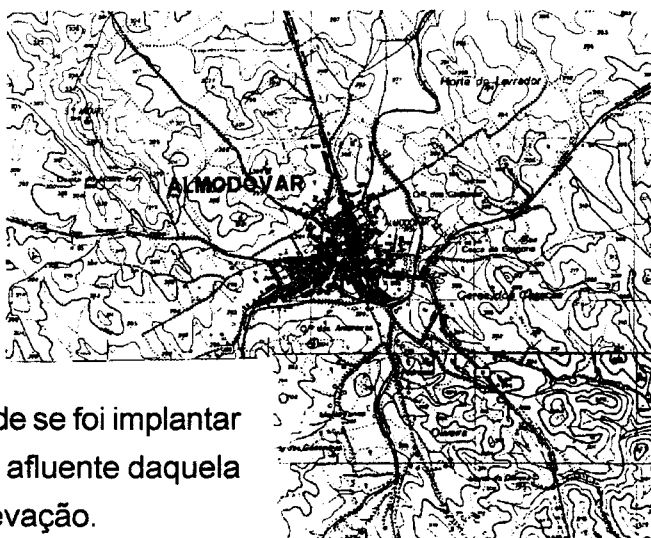
*Vilas de fundação medieval no Alentejo*

---



A corroborar a hipótese de uma ocupação romana, em virtude da existência de cerca de nove minas de cobre e uma de magnésio na área,<sup>39</sup> atesta aquela presença uma ponte romana sobre a ribeira do Cobre (designação que reforça a importância do metal na região).

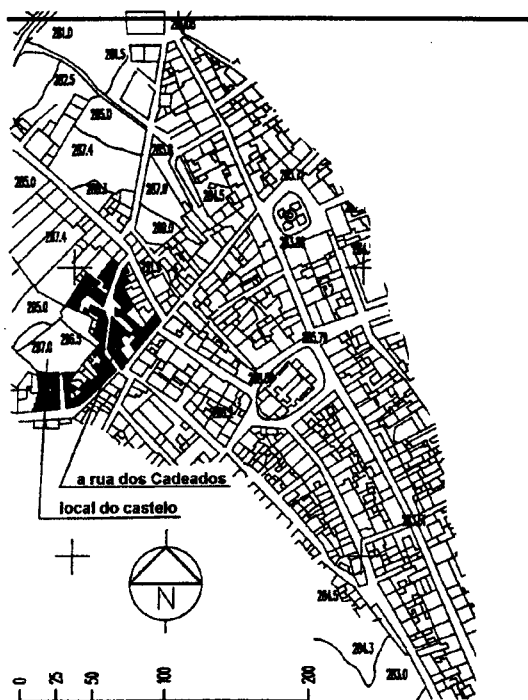
A ribeira envolve pelo sul o outeiro onde se foi implantar a vila. Uma importante linha de água, afluente daquela ribeira, delimita pelo norte aquela elevação.



Em fins do século passado, Pinho Leal apontava a existência de “...ruínas da praça forte árabe, cercada de muralha com seu castelo...”; atribuindo aos mouros a fundação de “... Al-mudavar, palavra significando coisa redonda ou cercada em redondo (do verbo davara que significa arredondar, cercar em redondo)...”<sup>40</sup> palavra da qual terá derivado, por corrupção, Almodôvar. Em 1285, D. Dinis outorga carta de foral à Póvoa de Almodôvar, não havendo referências documentais sobre algum possível alargamento da cerca para protecção da vila.

### Posição e Sítio

A vila situa-se no entroncamento dos eixos norte-sul e este-oeste, sensivelmente a meio do país e no extremo sul do Alentejo, já nas proximidades da serra do Caldeirão<sup>41</sup>. Da povoação saíam estradas para o Algarve atravessando aquela serra para Beja, para Mértola e para Ourique, derivando talvez desta sua posição geográfica e económica (as minas referidas), a importância militar apontada por Pinho Leal. Constituindo o ponto mais elevado da planície ondulada que a rodeia, servido e protegido por dois cursos de água que o envolvem, natural terá sido que fosse o local eleito para a implantação humana na região. No pressuposto das palavras de Pinho Leal - que elementos



A cinza escuro o provável núcleo original pré-dionísio.

do local indiciam -, a povoação moldou-se à topografia do local, expondo-se a nascente.

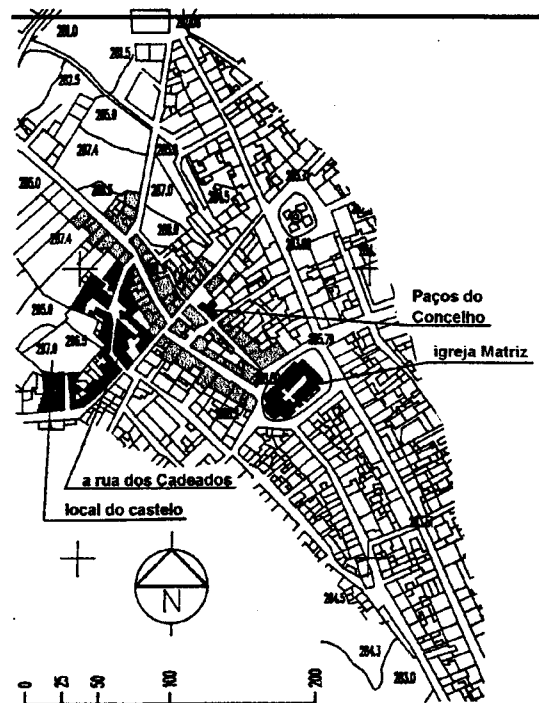
### Traçado e crescimento urbanos

As ruínas árabes que seriam ainda visíveis no séc. XIX, já não existem. Existe contudo, a memória colectiva do local, que alguns habitantes confirmaram. Da alcáçova subsiste o cômodo. A torre de vigia/habitação que lhe era inerente, foi substituída pelo depósito de água. Da análise feita no local e através dos elementos gráficos disponíveis, verifica-se efectivamente existir, no ponto mais elevado, uma superfície de forma quadrangular que pode corresponder à primitiva alcáçova ou fortaleza. Para nascente desenvolve-se uma malha urbana de contornos irregulares, atravessada por uma rua (travessa dos Cadeados) que, sensivelmente a 1/3 da sua extensão, daria acesso à alcáçova. Daquele quadrilátero sai para sul uma ruela íngreme que poderá corresponder ao acesso autónomo à alcáçova<sup>42</sup>. A nascente do aglomerado “muçulmano” ter-se-à implantado a Póvoa de Almodôvar constituída por duas ruas paralelas na direcção norte-sul - a rua do Espírito Santo e a travessa do Espírito Santo - limitadas a norte pelo terreiro donde partia a estrada de Beja (que antes entroncava directamente no extremo norte da travessa dos Cadeados) e a sul pela Igreja Matriz onde, dadas as dimensões do largo em que centralmente aquela se encontra (e que terá substituído a de construção medieval), julgamos ter sido o Rossio. Aquelas duas ruas eram “cortadas” sensivelmente a meio do seu comprimento por uma transversal - a rua do Relógio -.

Através da ocupação da rua do Relógio, no sentido nascente - o arrabalde linear - a vila extravasou o seu “limite” medieval, indo ao encontro da estrada Algarve/Beja que, entretanto, se terá deslocado para uma cota menos elevada. Na intersecção das duas vias terá aparecido o novo Rossio



*A rua dos Cadeados: zona urbana da primitiva estrada de Beja*



*Provável traçado da Póvoa de Almodôvar dionisina, com a Matriz implantada no Rossio sul e a partir do qual se deu o crescimento linear da povoação em direcção à ribeira do Cobre.*

e a Igreja Matriz,<sup>43</sup> a partir dos quais a povoação cresceu em direcção à ribeira do Cobre através de uma malha de ruas paralelas, convergindo três delas, a sul, na ponte de atravessamento daquela ribeira, e duas delas, a norte, na estrada de Beja. A fundação tardia do Convento dos Franciscanos (1680) não permitiu que este se tivesse constituído em elemento catalizador e estruturante do espaço urbano da povoação.

### Equipamento

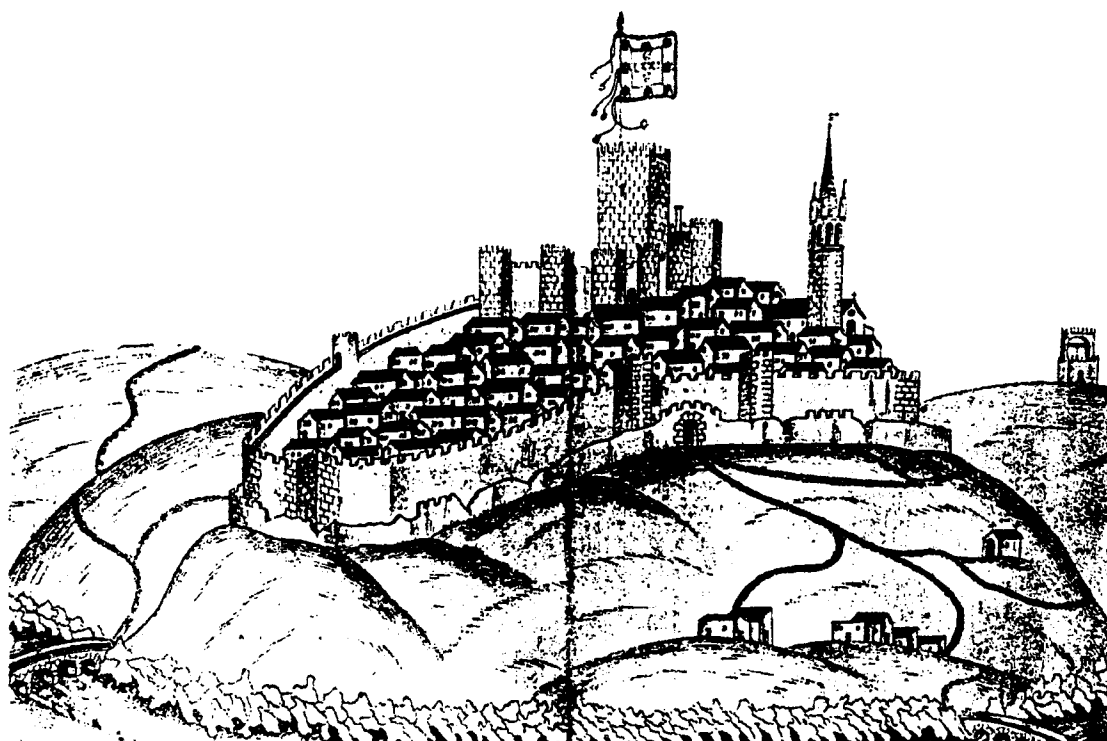
Os diversos equipamentos têm vindo a ser referidos nos parágrafos precedentes. Porém, refira-se que subsiste o edifício dos primitivos Paços do Concelho e a respectiva torre sineira, na intersecção da Rua do Relógio com a travessa do Espírito Santo. A esta intersecção corresponde um alargamento da travessa, formando a Praça da Vila. Em época posterior, possivelmente no séc. XVI, os Paços do Concelho terão sido transferidos para o Rossio, para o edifício onde, no piso térreo, ainda hoje se situa a cadeia. No mesmo Rossio, implantou-se também a igreja da Misericórdia. Quer pela toponímia dos arruamentos, quer pelo posterior aparecimento da Misericórdia, cremos que desde os primórdios do foral dionisino a vila terá sido provida de hospital ou albergaria (do Espírito Santo).



*O crescimento na direcção do Rossio ocidental onde, no séc.XVI, foram edificados os novos Paços do Concelho e a igreja da Misericórdia.*



*A rua do arrabalde, na direcção do Rossio ocidental, com início na Praça da Vila inicial.*



*Vista tirada da banda do oeste*

Conquistada por Afonso Henriques em 1166 e reconquistada em 1235 por Sancho II, este rei doou-a aos cónegos regrantes de Coimbra em 1236.

Afonso III escambou a vila com os cónegos porque “...Arronches ficava muito próximo da fronteira e, por esse motivo, devia tornar-se praça d’armas, para o que muito se prestava pelas fortificações que a defendiam, sendo cercada de muros e barbacã.”<sup>44</sup>

Provavelmente na sequência deste escambo, Afonso III deu foral à vila em 1255, confirmando-o em 1277<sup>45</sup>. Mais tarde, dentro do espírito de centralização do poder régio, sendo senhor da vila D. Afonso, irmão de D. Dinis, este rei escambou-a, passando-a para o património da corôa.<sup>46</sup>

Quanto à origem do topónimo não há unanimidade nos vários autores, afirmando o Pe. Cardoso, citado por Américo Costa,<sup>47</sup> que ele tem origem na palavra latina Arucis e outros autores que a vila terá sido fundada por moradores de Aroche, quando imperava Cayo Calígula, termo que, por corruptela terá dado Arrochela - Arronches.

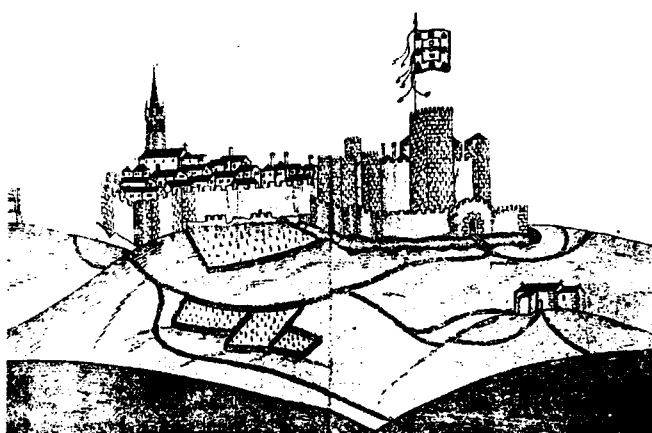
### Posição e Sítio

Situada junto à fronteira, a povoação faria parte da linha de defesa oriental constituída pelas praças de Campo Maior, Ouguela, Arronches, Alegrete, Portalegre, Marvão, Castelo de Vide e Montalvão, razão pela qual era cercada de muralhas, tendo D. Dinis mandado reedificar o castelo



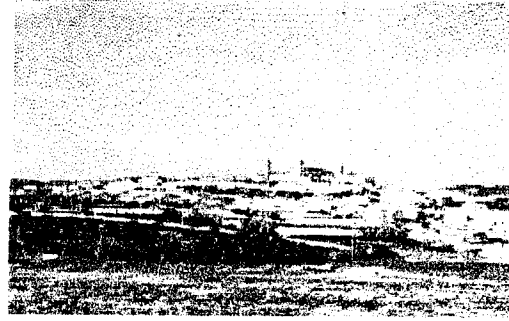
“Dom afonso o primeiro rey de portugal como tomou leirea aos mouros logo dotou aa vera cruz com toda jurdiçom e com todo o ecclesiastico. E o prior dom Joham por homens para a defenssarem, e vieram os sarraziis e tomaram leirea per força. E dom Joham prior de Santa cruz com muito grande despecto buscou gente darmas e foisse a arronches, que era dos sarraziis, e per força darmas a tomou”

*in Crónicas Breves de Santa Cruz de Coimbra, citadas por António Losa, A Dominação Árabe e a Toponímia a Norte do Douro, p.55.*



*Vista tirada da banda de nascente.*

em 1310<sup>48</sup>. A povoação é ladeada a norte, poente e sul pela ribeira de Arronches, que constituiria assim uma defesa natural, implantando-se num planalto de suavíssimo declive para nascente, elevando-se aquele, no quadrante norte e nascente, cerca de 27 metros acima da pequena planura que o rodeia. Tendo sido uma fortíssima praça de armas,<sup>49</sup>



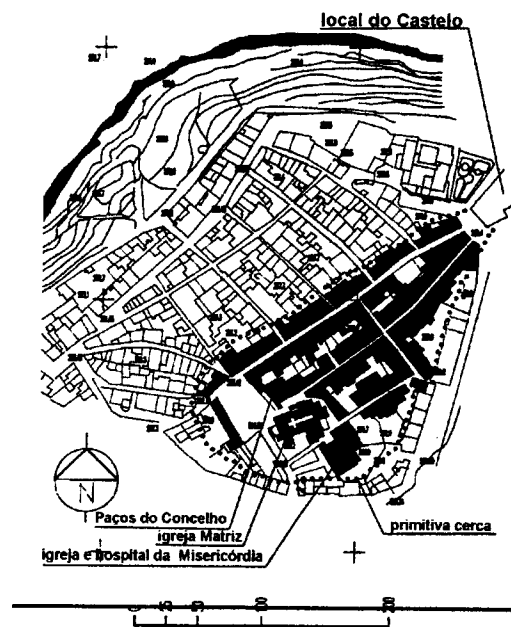
Vista de sul

nada mais resta do castelo e da cerca que rodeava a povoação, do que pequenos troços da segunda (restaurados, aquando das obras de fortificação seiscentistas) e a torre de menagem do primeiro.

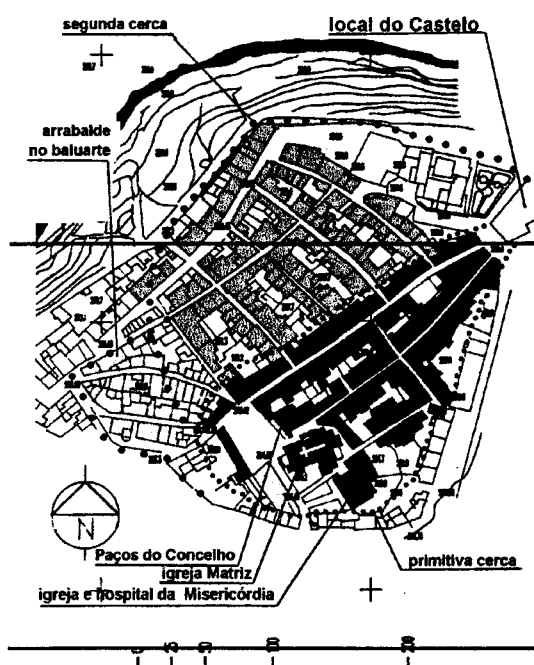
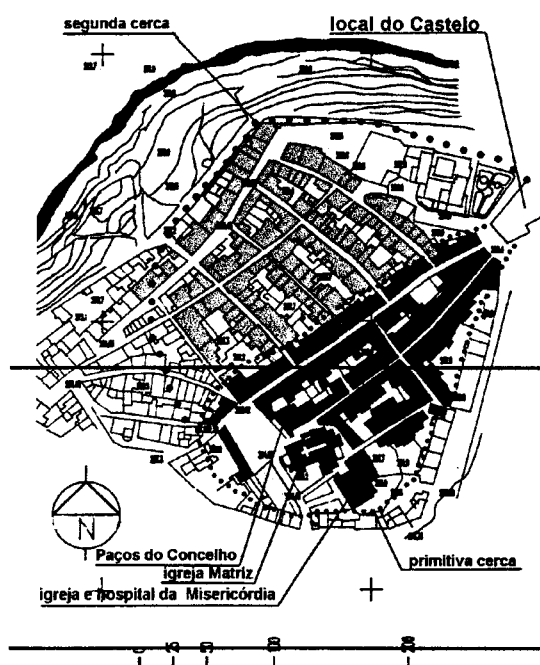
### Traçado e crescimento urbanos

Desenvolve-se segundo duas ruas paralelas, a partir do castelo, as quais a poente delimitam a Praça do Município. Àquelas duas ruas ter-se-à juntado uma terceira, paralela às duas primeiras, após a fundação da Igreja da Misericórdia e hospital anexo, feita pelo alcaide-mor Rui Gonçalves em 1272. As duas ruas iniciais são seccionadas por uma travessa que, corroborando a tese de a vila ser uma fundação planeada, divide rigorosamente a meio aquelas ruas. A terceira rua termina nesta travessa. Pensamos que, já no séc. XVI, terá sido derrubada a muralha, tendo a vila conhecido uma expansão para norte. Pomos este crescimento como hipótese, uma vez que, claramente, não se trata de uma zona coeva da primeira, pois não há continuidade morfológica entre a área identificada como sendo de raiz medieval e esta nova zona de expansão. Com a guerra da Restauração, a povoação viu-se novamente cercada, agora por revelins e baluartes, tendo um deles sido ocupado por uma massa edificada cujos contornos e morfologia, não fosse o desenho claro do seu limite, poderiam confundir-se com um arrabalde medieval. Admitindo que as hipóteses de traçado e cerca por nós propostos correspondem à vila medieval, esta será

planeada, divide rigorosamente a meio aquelas ruas. A terceira rua termina nesta travessa. Pensamos que, já no séc. XVI, terá sido derrubada a muralha, tendo a vila conhecido uma expansão para norte. Pomos este crescimento como hipótese, uma vez que, claramente, não se trata de uma zona coeva da primeira, pois não há continuidade morfológica entre a área identificada como sendo de raiz medieval e esta nova zona de expansão. Com a guerra da Restauração, a povoação viu-se novamente cercada, agora por revelins e baluartes, tendo um deles sido ocupado por uma massa edificada cujos contornos e morfologia, não fosse o desenho claro do seu limite, poderiam confundir-se com um arrabalde medieval. Admitindo que as hipóteses de traçado e cerca por nós propostos correspondem à vila medieval, esta será



O núcleo original constituído por uma malha ortogonal cujas transversais coincidiam com as portas da cerca.



das poucas, ou mesmo a única, em que a rua Direita (actual 5 de Outubro) subverte a regra e conduz directamente de uma porta ao castelo.

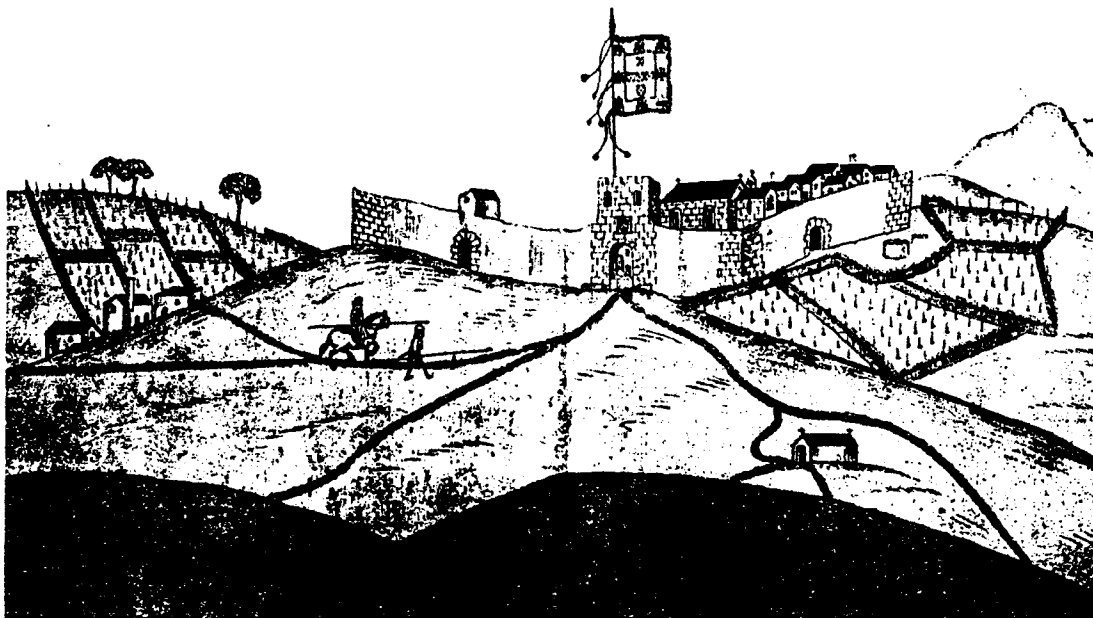
### Equipamento

Para além do castelo, de que subsiste a “torre da Cadeia”, a povoação dispõe de hospital desde 1372, como já foi referido. Confinando a praça da vila (Praça do Município ou da República) a poente, encontra-se a Matriz<sup>50</sup> e o edifício dos Paços do Concelho. Este, apesar de ser obra do séc. XVII, terá ocupado o local do primitivo edifício conservando a memória do local, da implantação e da torre anexa. Entre a Praça do Município e a porta da cerca que lhe dava acesso pelo sul, situa-se o hospital da Misericórdia cuja fundação já referimos.

*O crescimento urbano fez-se sobre a encosta a noroeste, de suave declive (cremos que durante o sec.XV), adoptando uma malha não coincidente com a malha medieval. Este arrabalde viria a ser cercado, possivelmente por se tratar de uma praça da fronteira, conforme é visível nos desenhos de Duarte d'Armas.*



Rua Direita com a Matriz ao fundo.

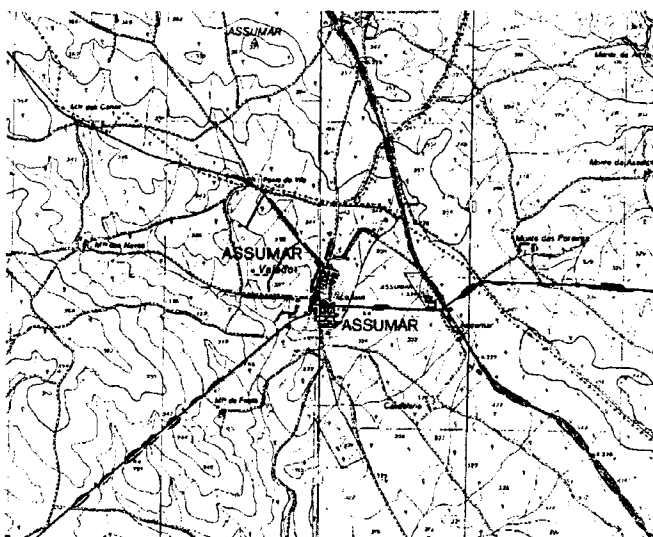


*Vista da banda do sueste*

*Frente à porta protegida por torre, viria a formar-se o Rossio, que apresenta ainda hoje o mesmo declive para sul.*



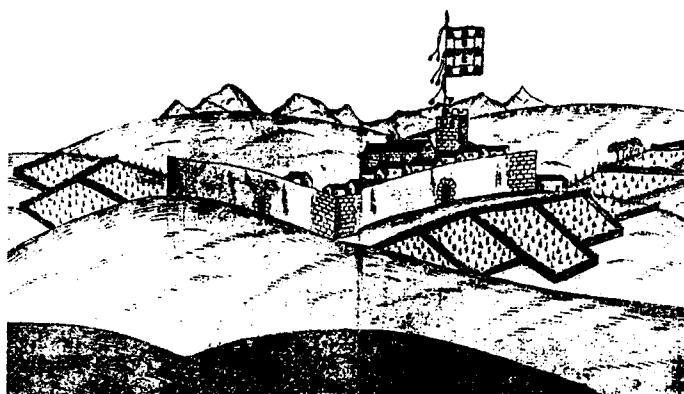
Todos os autores são praticamente unânimes, em atribuírem a Assumar origem romana, sendo nessa época designada por Ad-Septem Aras. São ainda visíveis a norte da vila, traços da calçada romana da via Lisboa/Mérida.<sup>51</sup>



Em 1264, provavelmente no âmbito da política centralizadora de Afonso III, a povoação passa para o domínio da coroa. Será contudo D. Dinis que lhe outorgará foral em 1296, segundo Luís Keil e em 1298 segundo Américo Costa<sup>52</sup>. Afonso IV mandará cercar a vila e erigir castelo em 1332.

### Posição e Sítio

A importância geográfica da vila no período romano é evidenciada pela sua situação adjacente à estrada Mérida/Lisboa. Todavia, a fundação foi feita a sul da referida via, pelo que podemos pressupor que terão sido razões locais - orografia, existência de nascentes para abastecimento de água, etc... -



*Vista tirada da banda do noroeste.*

que terão determinado o afastamento de uma via de tão grande importância para as relações militares e comerciais com a região. Se foram motivos de ordem prática, no que respeita à subsistência da população, tal facto poderá explicar a brevidade com que foi decidida a construção da cerca e do castelo, pois a topografia do local revela não ser o local propício à defesa natural.

### Traçado e crescimento urbanos

Também esta vila apresenta um padrão ortogonal de três ruas paralelas, com desenvolvimento norte-sul. Contudo, este padrão não apresenta forma regular, pois apenas no

limite norte os arruamentos perpendiculares aos três descritos atravessam completamente e de forma contínua, a povoação. As restantes travessas não têm continuidade de alinhamento.

Pela localização do castelo no conjunto do tecido urbano, cremos que não teria aquele qualquer função no que toca ao entrosamento da malha urbana com a rede de estradas de ligação ao aro regional de Assumar. Assim, pensamos constituir a rua Direita a parte urbana da estrada Monforte-Portalegre.

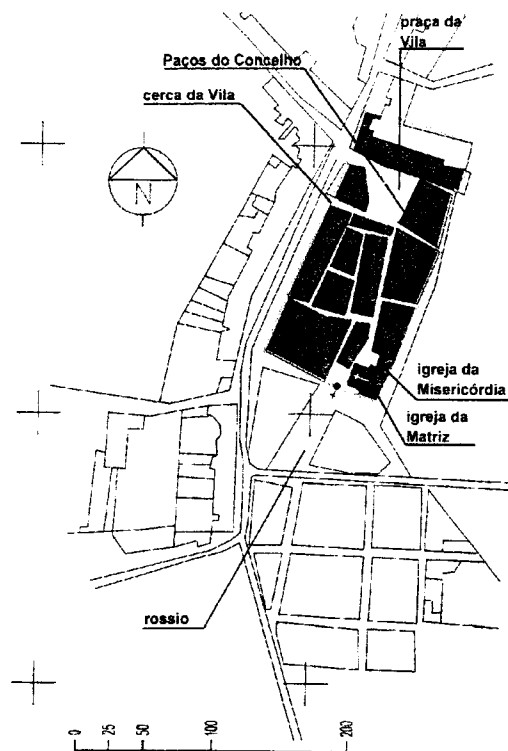
A poente dos Paços do Concelho estende-se numa praça rectângular que, dadas as dimensões seria concerteza a praça da vila.

No extremo sul da povoação, definida pelas fachadas da igreja Matriz, a nascente e de habitações a norte e poente, abre-se uma outra praça,<sup>53</sup> que seria limitada a sul pela cerca (de que delinhamos o hipotético traçado). Esta praça, de menores dimensões que a anterior, ter-se-à formado junto a uma porta, eventualmente com funções de comércio dentro da cerca, feito por forasteiros-comerciantes. A sul da mesma, no lado exterior da porta, ter-se-à formado o Rossio de que o actual espaço guarda a memória - amplo e extenso largo até à estrada que liga Assumar a Monforte.

## Equipamento

António Maria Cunha, na descrição ingénua daquilo que considera serem atentados ao património construído na vila de Assumar, refere que na actual Praça da República e no edifício onde está instalada a Junta da Freguesia ... "Tinha este edifício uma janela com grade de ferro, tipo cadeia, ... Tudo foi retirado...". Ora tratava-se, por certo, dos Paços do Concelho, tanto mais que ainda é visível a torre sineira no mesmo edifício.

A existência de uma igreja da Misericórdia - adjacente



*A povoação original a cinza escuro constituía uma unidade a que só muito mais tarde - após o séc. XVI - se vieram juntar crescimentos que, por isso mesmo, nunca constituíram arrabaldes no sentido comum do termo.*



*Antigo pano de muralha virado a nascente. A meio do comprimento desta rua são ainda visíveis silharetas da porta medieval que aí existia*

---

a norte à Igreja Matriz - pressupõe a existência de um hospital à sua ilharga (à semelhança de outros casos observados no Alentejo). Uma vez que esta instituição só apareceu em fins do séc. XV, início do séc. XVI, pensamos ter existido, possivelmente no mesmo local, um hospital do Espírito Santo (também à semelhança de outras situações observadas e descritas em vários autores).



*Porta de habitação e igreja Matriz medievais.*

---

# *Barbacena*

---

*Vilas de fundação medieval no Alentejo*

50

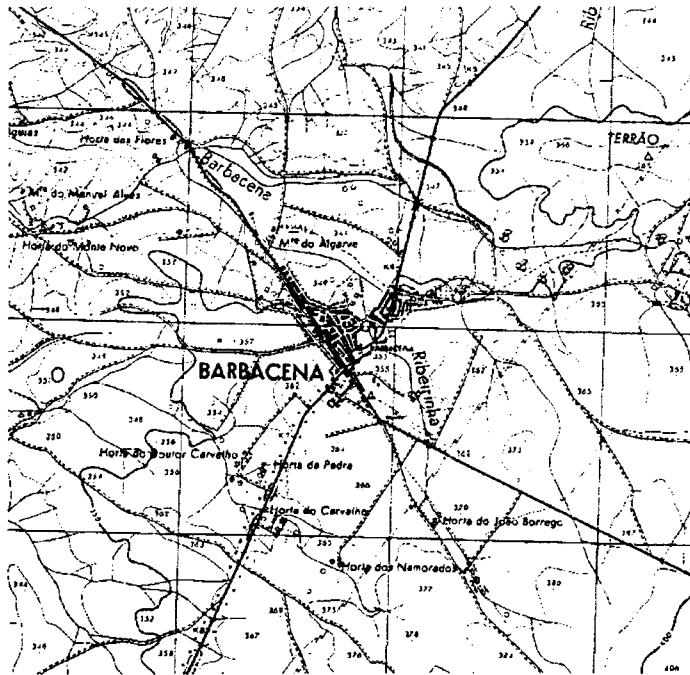
*Caracterização das povoações*

Constituindo herdade do termo de Elvas, a cidade a doou a Estevão Anes (Esteve Annes). Em 1251, Afonso III confirma a doação feita ao seu chanceler-mor. Este, ao tomar posse da herdade, manda construir uma igreja (de que existe, no actual edifício, placa evocativa) e distribui o terreno por uma colónia que se tinha proposto arroteá-lo. Em 1273 o mesmo Estevão Anes faz doação de foral à vila, segundo o modelo do de Santarém e no qual, entre outras disposições, se prescreve que "...

*e os ditos poboradores e os que d'elles descenderem, non hajam poderio de vender, nem de doar, nem d'escambar, nem d'emprazar, nem de obrigar, nem d'esmolar, nem d'empenhar, nem por outra nenhuma maneira a dita minha herdade de Barvacena alhear, nem dar nenhuma parte d'ella a mosteiro, nem igreja, nem arcebispo, nem a bispo, nem a cavalheiros de outra qualquer linhagem, nem a donas, nem a clérigos (sic), nem a ordens, nem a outra pessoa ecclesiástica ... almotaçaria seja do concelho, e metta almotacé pelo alcaide e pelo concelho da vila...*"<sup>54</sup>

Não há notícia da vila ter sido cercada, até porque, situando-se o castelo a cerca de 150m a nascente daquela, teria uma função de vigilância e protecção, mas não de alcáçova de um todo muralhado.<sup>55</sup>

A vila desenvolve-se para norte a partir da Matriz, apresentando três ruas paralelas, em que a da direita, a meio, abre para formar o largo do Pelourinho onde se situavam os Paços do Concelho, a cadeia e, posteriormente, a Misericórdia e respectivo hospital. A rua central mantém o nome, provavelmente original: a rua Direita.



*A rua das Parreiras, uma das três que formavam a malha urbana original de Barbacena. Curiosamente, vamos encontrar esta designação toponímica, ou seu equivalente, em bastantes vilas de fundação medieval no Alentejo, de que são exemplo Alegrete, Arraiolos, Elvas, Monsaraz, Montoito, Moura, Serpa, Viana do Alentejo, Vila Boim e Vimieiro.*

## Posição e Sítio

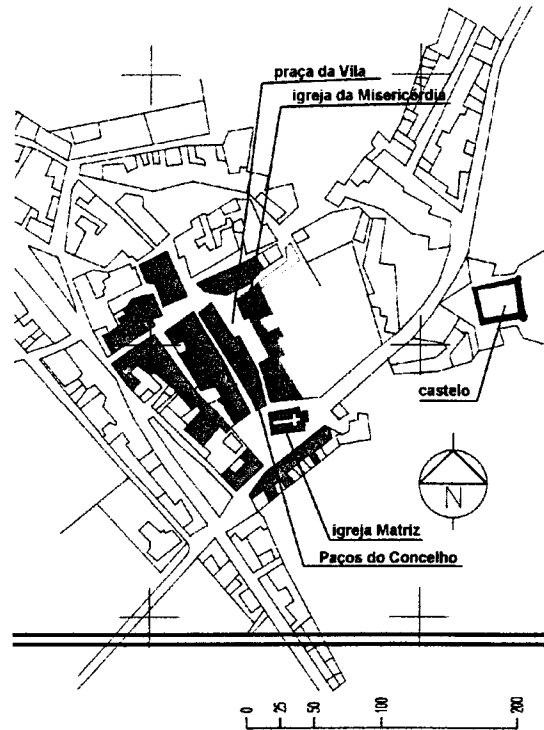
As que supomos terem sido as estradas que passavam a Barbacena (desenhadas, em planta anexa a tracejado) intersectavam-se no local da matriz. Para o eixo Vila Fernando-Vila Boim/Portalegre, propomos um traçado coincidente com a actual E.N. 243-1 e para o eixo Monforte/Elvas pensamos que coincidiria com a rua Direita. Não só o traçado proposto se enquadra na tipologia verificada noutras povoações, como também a sua retiliniaridade, com um ligeiro encurvamento a norte, no-lo sugerem.

O local eleito para a fundação da nova povoação, provavelmente por se tratar de uma herdade protegida por praças fortes a leste, não apresenta acidentes topográficos relevantes que pudessem constituir locais de preferência sob o ponto de vista militar. Situa-se assim a vila em local plano.

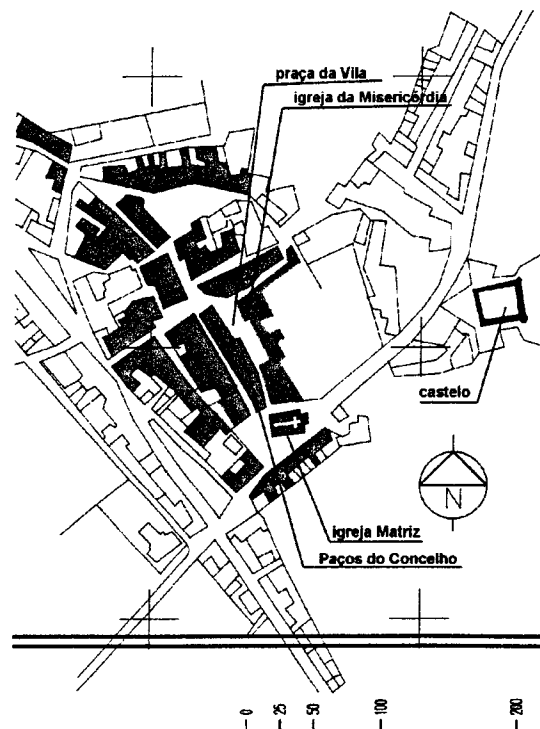
## Traçado e crescimento urbanos

Como já foi referido, a povoação desenvolve-se a partir da igreja Matriz para norte segundo três ruas paralelas. O largo da Matriz devia substituir-se ao Rossio, apresentando um espaço "fechado" com a própria igreja em lugar central. A partir das três ruas iniciais, a povoação desenvolveu-se para norte, por sucessivas construções adossadas à estrada de Monforte e, a partir deste eixo, foram-se ramificando outros "ortogonais" ao primeiro, que completaram uma malha aparentemente ortogonal mas não planeada.

O terreiro do castelo terá constituído outro elemento estruturante do espaço urbano, pois em seu redor formou-se um amplo largo, incaracterístico e não referenciável como praça, em virtude



*O núcleo original...*



*...e o crescimento ao longo da via de penetração.*

---

da sua irregularidade e indisciplina na organização dos percursos (a própria estrada de Portalegre, actual E.N. 243-1, atravessa-o diagonalmente).



*A Praça da Vila e o edifício onde estavam instalados os Paços do Concelho. Frente a este edifício situam-se: o pelourinho, a cadeia e a igreja da Misericórdia.*





É tradicionalmente atribuída a primitiva fundação aos galoceltas,<sup>56</sup> sendo contudo a actual povoação intra-muros, de fundação posterior.

Em 1217, após conquista levada a cabo por Afonso II, a povoação é entregue à Ordem de S. Bento de Aviz, a qual só fixou o colonato em 1223.

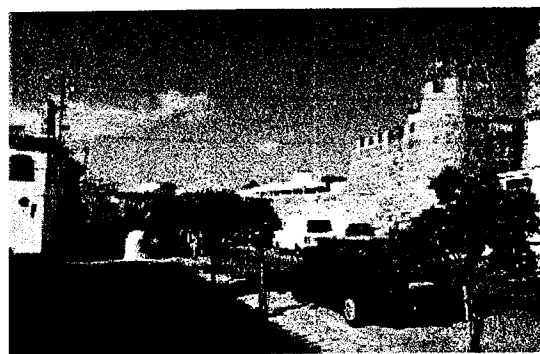
É mandada cercar e é-lhe concedido foral por D. Dinis, em 1302, tendo-se então constituído em novel concelho separado do de Estremoz.

Pinho Leal, dada a existência no castelo de uma pedra com dois malhos esculpidos (símbolo da Ordem do Templo) e, por, segundo a tradição, ter existido um convento de Templários no local ainda hoje chamado Mosteiros, admite ser aceitável que tenham sido estes cavaleiros os fundadores da vila.

A planta dispunha-se em quadrilátero, do qual só resta a metade ocidental. Todavia, ainda em 1750 subsistia na sua maior parte<sup>57</sup>. O fosso que circundava a muralha foi sendo progressivamente ocupado com construções à medida que diminuía a função militar da cerca.

### Posição e sítio

Entroncamento das estradas Estremoz/Vila Viçosa/Alandroal, Elvas/Rio de Moinhos,<sup>58</sup> Borba assumiu importante papel estratégico na dupla função militar e administrativa, pois D. Dinis lhe concede foral e a manda muralhar, encerrando por completo uma vila que tinha ascendido ao privilégio de concelho. Havendo elevações em redor, preferiu contudo o rei implantar a vila em terras baixas, praticamente planas. A este facto não será alheia a imediata construção da cerca, facto que seria



Porta de Estremoz e antigo fosso ocupado posteriormente pela actual alameda.

determinante na época para atrair povoadores.

### Traçado e crescimento urbanos

Se um forte poder já ficou patente na criação de um novo concelho, por supressão da superfície de um outro (Estremoz)<sup>59</sup> e se, como se disse, a cerca existia também como factor de atracção populacional, a existência de um número considerável de colonos é verificável pela superfície ocupada pela povoação fortificada e pelo rigor do seu traçado. Estavam reunidas as condições para a existência de um plano previamente elaborado.<sup>60</sup>

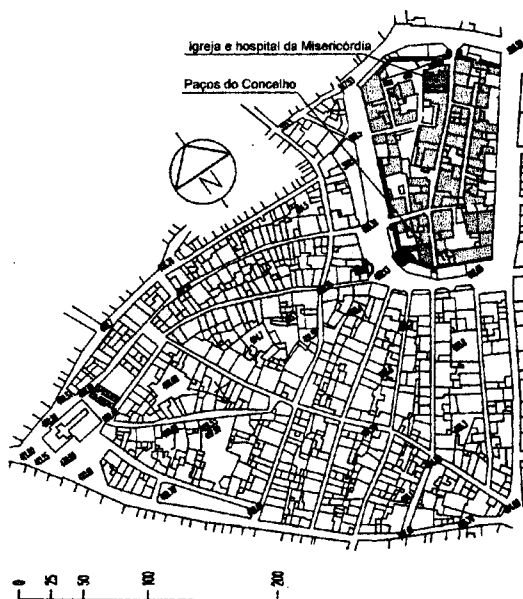
O traçado urbanístico apresenta um padrão ortogonal assente em dois eixos principais: a rua de Santa Maria, antiga rua direita, entre as portas do Sino e do Celeiro, no sentido norte-sul e a rua Maria de Borba, no sentido nascente-poente, que nasce na porta de Estremoz. Todavia, é no sentido norte-sul que se desenvolvem as ruas principais: três na actualidade mas que eram pelo menos quatro, conforme é perceptível na configuração dos lotes e respectivas construções no lado nascente da Vila Velha. Este conjunto de ruas era cortado por travessas de ligação dos eixos principais, estando hoje pelo menos uma obstruída.

A malha urbana traduz a posição da vila: o eixo Estremoz/Vila Viçosa atravessava, transformando-se, a partir da porta de Estremoz, na rua Maria de Borba à qual, no pano de cerca demolido em 1750, corresponderia uma quarta porta. O eixo norte-sul faria o atravessamento pela rua Direita entrando na porta actualmente ladeada por uma torre semi-cilíndrica e saindo na porta do Sino (à ilharga da persistente torre).

É referenciado a NE, em documentos analisados por



*A preto o que subsiste da cerca de envolvimento da Vila e os equipamentos (assinalados). A cinza escuro a malha urbana original subsistente.*



*A cinza claro o arrabalde que se desenvolveu desde a segunda metade do sec. XIV, tomando como suporte a estrada de Estremoz, em direcção àquela que seria a ermida - depois igreja - de S. Bartolomeu.*

T. Espanca, o arrabalde das Casas Novas que teria sido demolido para a construção da fonte das Bicas.

Para oeste, a partir da Praça Velha, isto é, todo o terreiro público adjacente ao pano de muralha oeste, onde se situa a porta de Estremoz, foi crescendo um arrabalde apoiado na rua do mesmo nome, e cujo desenvolvimento se fez através de duas ruas paralelas à primeira. De notar que este arrabalde, porque desenvolvido a partir de um eixo pré-existente que lhe deu início e que, concerteza, estaria totalmente preenchido por construções, este arrabalde, dizíamos, não apresenta as travessas de ligação entre ruas paralelas que normalmente eram criadas nas malhas urbanas medievais. No séc. XV, provavelmente para apoiar uma paróquia entretanto criada por este arrabalde, é erigida a pequena ermida de S. Bartolomeu (actual igreja de S. Bartolomeu).

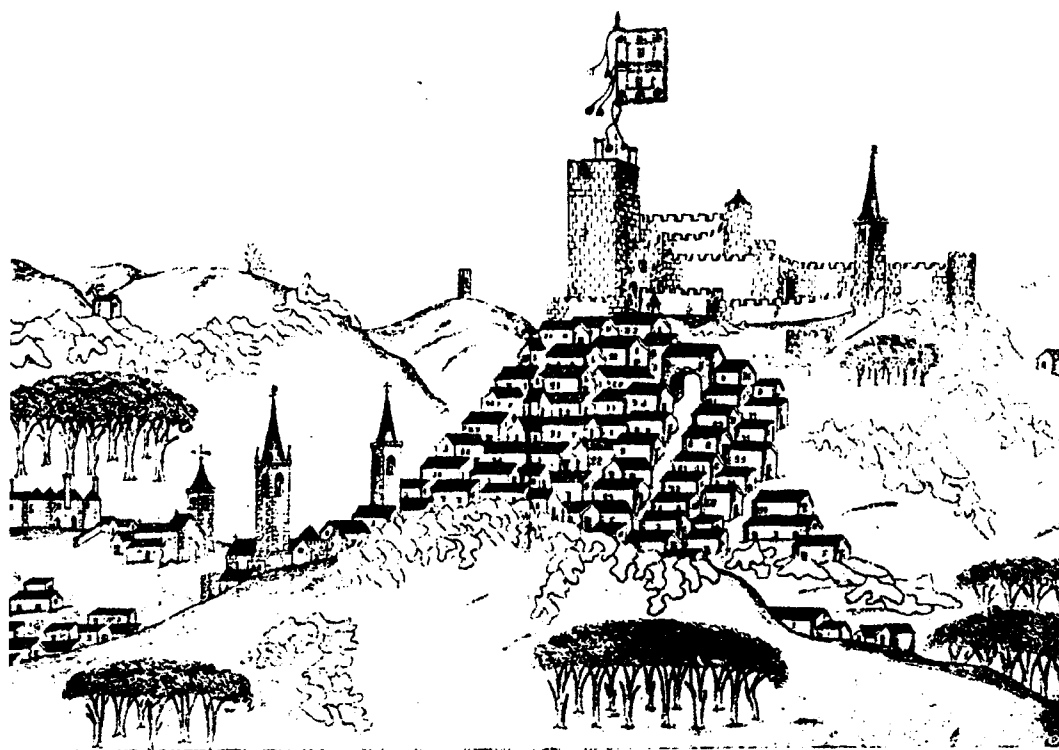
### Equipamentos

A praça do concelho não é detectável enquanto forma geométrica regular, (o quadrado ou o rectângulo) no que resta da povoação cercada, presumindo-se a sua existência, à semelhança de outras povoações coevas, junto à porta onde se encontrariam os Paços do Concelho.<sup>61</sup> Junto à Misericórdia subsiste o largo e fonte das Almas (esta actualmente dentro de uma propriedade particular), podendo o actual topónimo ter derivado da presença daquele hospital<sup>62</sup>.

Da malha urbana subsistente intra-muros, podemos constatar a regularidade, pois os eixos das ruas norte-sul têm um afastamento entre si de 20m e a distância das ruas nascente-poente à muralha é de 42m (a norte e a sul), e entre si de 84m, facto que nos faz interrogar sobre a existência de uma rua ou travessa intermédia, afastada das duas primeiras exactamente 42m. Se essa rua ou travessa existiu, estaríamos na presença de quarteirões de construção com 40x16 metros, numa relação de 0.4.



*A rua Direita e a torre sineira ao fundo.*



*Vista tirada da banda do nordeste*

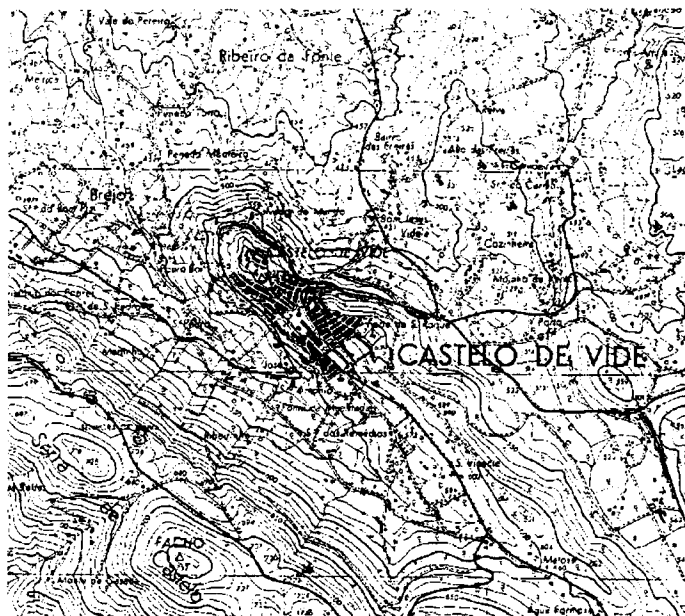
*No início do séc. XVI o arrabalde, onde uma parte constituía a Judiaria, era já uma porção importante do tecido urbano*

Com origem provável num pequeno aglomerado, ao qual Pedro Anes deu foral em 1180,<sup>63</sup> Castelo de Vide transforma-se num povoado que, pela proximidade da fronteira com Castela, é imprescindível cercar. Neste ponto as versões e opiniões não são unânimes: se Luís Keil<sup>64</sup> é peremptório quando escreve "... D.Dinis, em 1289, começou a reedificação do Castelo,<sup>65</sup> que foi continuado por seu filho D.Afonso IV...", já Américo Costa faz referência a três versões sobre a construção do Castelo: uma que D.Dinis terá "... reedificado o Castelo e dado segundo foral à vila, em 1310...", outra que, "... após a participação da contenda que mantinha com com seu irmão Afonso, D.Dinis terá mandado erigir o castelo e melhorar a vila, em 1289...", e por fim, outra versão, segundo a qual "... D.Dinis edificou o castelo e Afonso IV cercou a vila...".<sup>66</sup>

Perante o descrito podemos concluir que o infante Afonso, irmão de D.Dinis, mandou construir o castelo e cercar a vila, tendo mais tarde sido obrigado à sua demolição, pelo acordo de Badajoz após cerco régio à vila de Arronches. Decorrente destes factos e pelo período de tempo que outras fortalezas terão levado a ser construídas, achamos pouco verosímil ter-se iniciado a construção em 1289 e vir a ser Afonso IV a terminá-la. Para que fosse correcta esta versão, teríamos que apontar, como mais provável, a primeira hipótese de Américo Costa.

### Posição e sítio

Afonso III, em 1270, deu ao infante Afonso, seu filho, um importante senhorio constituído pelas vilas de Portalegre, Marvão, Arronches e Vide,<sup>67</sup> possivelmente com a intenção de incentivar aquele infante à defesa do limite português a leste. Pelo facto de ter existido aquela doação, infere-se ter



Vista geral a partir do morro onde, no séc. XVIII, se implantou o forte de S.Roque.

a região importância vital para a defesa do território, como ficou provado na troca que D. Dinis fez com o irmão ao dar-lhe Armamar em troca de Arronches.<sup>68</sup>

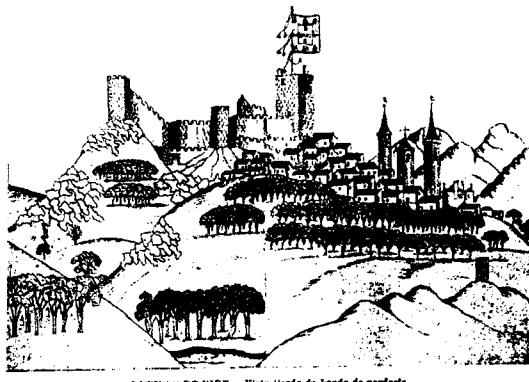
O castelo "... está situado numa eminência ao norte da vila..."<sup>69</sup> (corrija-se para NO), tendo uma vertente norte quase escarpada, a vertente sul de declive suave onde nos séc's. XVII e XVIII se implantou um novo arrabalde e a vertente nascente de acentuado declive onde, a partir do séc. XV<sup>70</sup> nasceu o arrabalde judeu, estendendo-se, posteriormente, até à colina onde foi construído no séc. XVIII, o forte de S. Roque.<sup>71</sup>

### Traçado e crescimento urbanos

A povoação intra-muros caracteriza-se, fundamentalmente, por uma rua unindo as duas únicas portas, a nascente e a poente, rua da qual se "penduram" quatro travessas de ligação às ruas paralelas à primeira, na vertente norte. Relativamente a outras povoações coevas, sobressai em Castelo de Vide uma menor regularidade de traçado, sendo contudo visível uma intenção de aproximação a um modelo geométrico.

No lado sul da rua principal (a rua Direita do Castelo), o primeiro troço é ocupado pelo recinto do Castelo. No segundo troço abre-se uma praça de figura regular, continuada por outra de desenho irregular, voltando o conjunto dos dois espaços a encontrar a rua Direita por uma travessa.

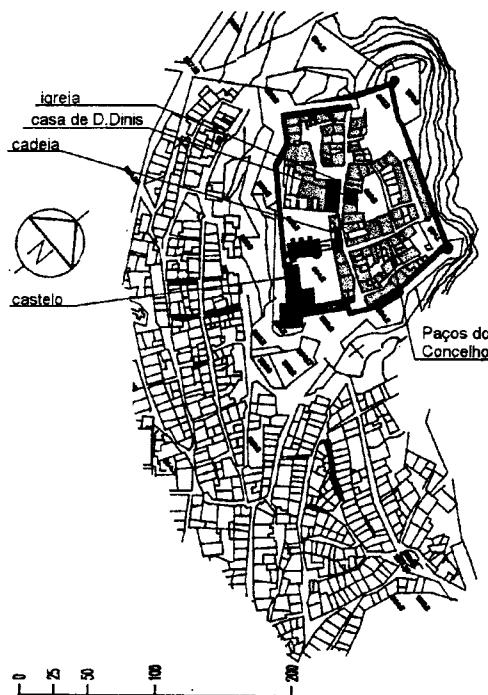
Creemos que sensivelmente coevo da Vila intra-muros, desenvolveu-se o arrabalde ao longo do caminho que, pela escarpa sueste do outeiro atingia a Fonte da Vila. Este arrabalde terá sido também ocupado por judeus, a partir do reinado de D.Manuel I, facto que justificou a existência de uma sinagoga. A partir do terreiro da Fonte da Vila o arrabalde cresceu radialmente, como forma das



Vista tirada da banda do sueste. O arrabalde que se desenvolveu na encosta sul, é de formação posterior ao início do sec.XVI.



O edifício dos primitivos Paços do Concelho.



A cinza escuro a malha urbana da Vila original.

construções tirarem o melhor partido da topografia do lugar, já que este crescimento urbano não estaria sujeito a um plano previamente concebido.

Posteriormente, a povoação extra-muros desenvolveu-se ao longo da encosta exposta a sul.

### Equipamento

Segundo a tradição, existe na rua Direita a casa que pertenceu a D. Dinis, local onde o rei fazia estadia aquando das suas deslocações à região. Na mesma rua situa-se a prisão. Na sequência da primeira travessa e já sobre a rua paralela à central, situam-se os primitivos Paços do Concelho, edifício que ao estar sobre a rua e deixando livre o piso térreo, permitia não só o seu uso como câmara, como também que a assembleia de moradores estivesse ao abrigo das intempéries.

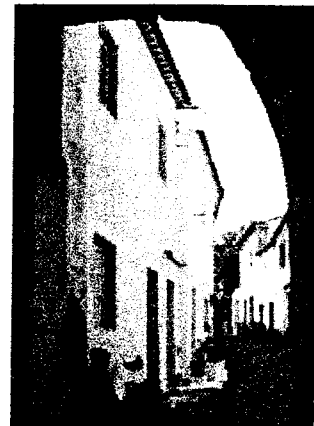
Não foram encontradas referências documentais a qualquer albergaria, hospital ou mesmo igreja ou rua do Espírito Santo.



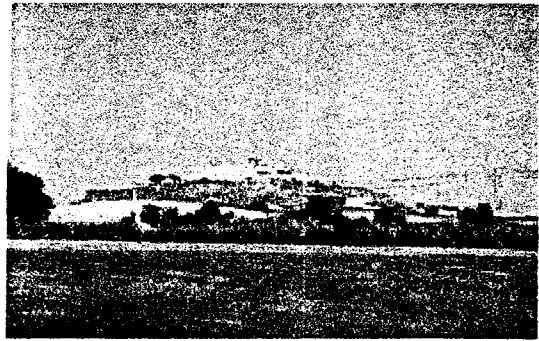
*A cinza claro o primeiro arrabalde*



*À direita o arrabalde estendendo-se inicialmente até à Fonte da Vila e, posteriormente, até ao morro onde foi erguido o forte de S. Roque.*



*A porta de acesso à Vila e o início da rua Direita.*



*Vista geral de poente*

*Caracterização das povoações*

---

62

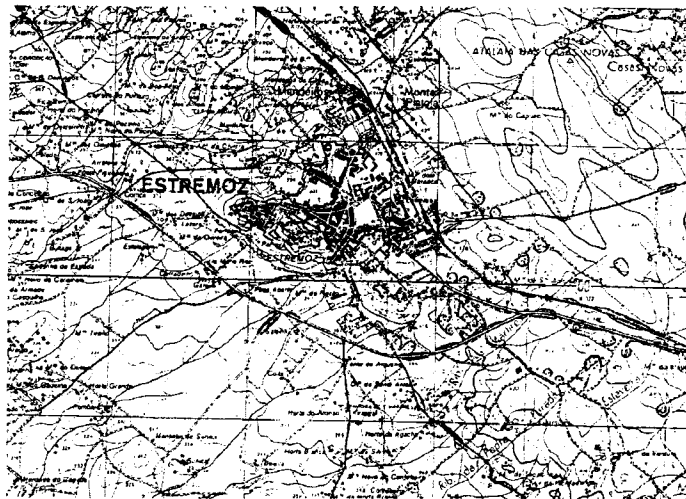
***Estremoz***

*Vilas de fundação medieval no Alentejo*

---



Segundo Horácio Alves<sup>72</sup>, o topónimo é palavra composta pelos elementos luso-célticos Es- (vizinho, próximo, perto), Stre (ribeira, rio e equivalente de Ster, Ter ou Tor dos actuais celta-galês, celta-bretão e celta-irlandês) e Mos (castro, povoação, vila), palavra essa que significaria “povoação próxima do rio”.<sup>73</sup>



Desconhece-se se no período romano a povoação/castro lusitano terá tido algum significado, pois os diferentes achados arqueológicos têm tido lugar no sopé do outeiro onde se edificou Estremoz, possivelmente relacionados com a exploração das pedreiras de mármore branco.

No período muçulmano é possível que se tenha constituído um pequeno povoado, o qual Raul Proença<sup>74</sup> afirma tratar-se de um aduar<sup>75</sup> e, por isso, tenha sido objecto de conquista no reinado de D. Afonso Henriques havendo no entanto notícia do lugar, pela primeira vez, no reinado de D. Afonso II.<sup>76</sup>

Ou por necessidades de defesa ou por enquadramento na política de povoamento e centralização do poder por si encetada, deve-se a D. Afonso III a fundação-povoamento da actual cidade, tendo-lhe para isso concedido foral, segundo o modelo de Santarém, em Dezembro de 1258 e erguido a cerca do castelo (esta com início em 1260<sup>77</sup>).

### Posição e sítio

Que a zona era ponto de passagem obrigatório nas ligações do centro da península ao litoral oeste, comprova o traçado da estrada romana Mérida/Lisboa, a qual passava no sopé do outeiro onde se implantou Estremoz e atravessava a ribeira de Tera numa ponte ainda hoje subsistente. Devido à sua posição estratégica face àquela estrada,<sup>78</sup> terá D. Afonso III decidido o povoamento e amuralhamento do outeiro, amuralhamento de que se deduz, pela superfície que encerra, ter constituído um importante



*Porta nascente ou da Frandina, vista da rua de acesso ao arrabalde nascente.*

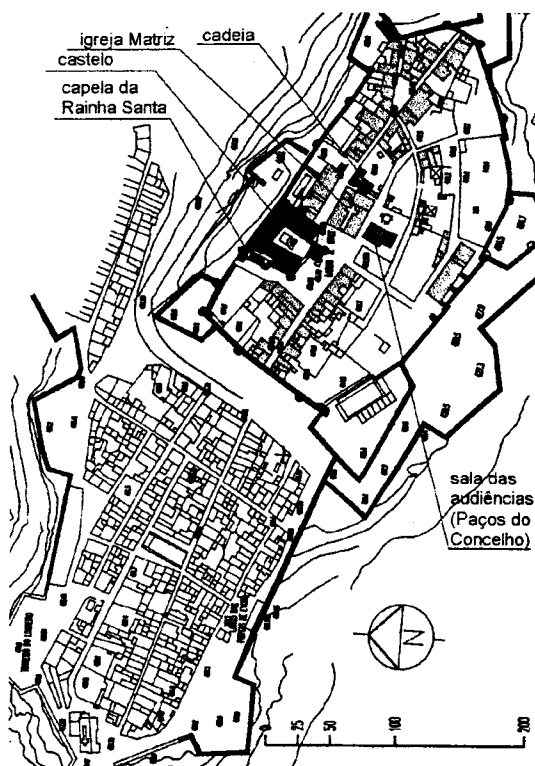
polo de atracção e fixação de populações, só comparável às duas cidades de que está, curiosamente, a igual distância - seis léguas - : Évora e Elvas. A sua localização, no extremo ocidental do vale, confinado pela serra de Ossa, a sul e pelo planalto (Veiros/Sousel), vale esse que se estende desde Vila Viçosa até ao Vimieiro, tê-la-á transformado em praça forte de segunda linha na defesa oriental do território e em lugar privilegiado da economia agrícola que aí se desenvolvia.

A fundação foi feita no topo do outeiro que se eleva a 450 m e que está orientado no sentido nascente-poente. Este outeiro, de vertentes íngremes em todos os quadrantes, apresenta uma zona plana (5% de inclinação no sentido nascente-poente) com um desnível a meio dos seus 640 m de extensão. Podemos pois afirmar que, como noutras povoações alentejanas, foi escolhido um ponto dominante,<sup>79</sup> com a forma de pequeno planalto que permitisse o assentamento de uma povoação.

### Traçado e Crescimento Urbanos

Encerrada por fortíssima muralha de 22 torres,<sup>80</sup> a cidade estruturou-se entre as duas portas opostas, no sentido da maior dimensão: a da Frandina, a nascente e a de Santarém, a poente.

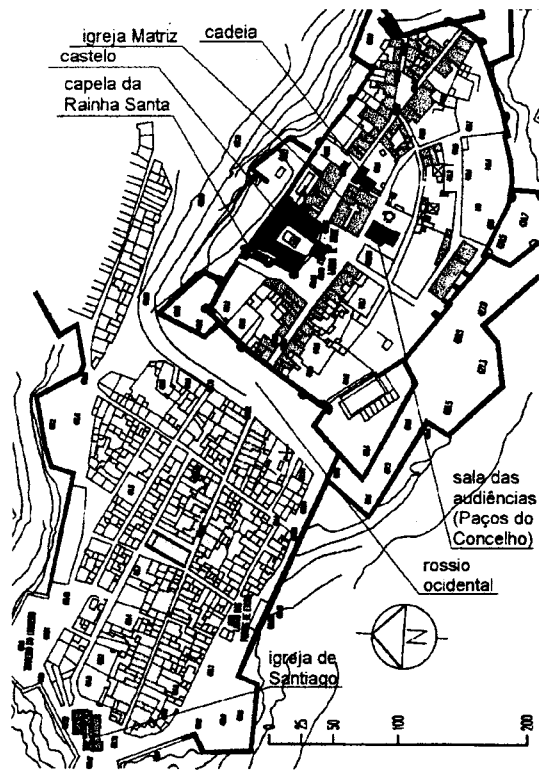
Obviamente resultante da adaptação de um plano previamente elaborado, derivado do traçado geométrico das “bastides”, às condicionantes topográficas do local escolhido, a povoação segue o desenvolvimento que a forma do outeiro induz, i.e., a direcção nascente-poente, através de três ruas paralelas que ocupam a zona mais elevada. Sensivelmente a meio da extensão daqueles arruamentos, uma travessa faz a ligação entre as três artérias; na zona nascente, a rua principal flecte para ir ao encontro da porta de Sto. Antonico, enquanto a sua paralela a norte se dirige à porta da Frandina. Constituem estas três artérias o núcleo inicial da estrutura urbana de



*O traçado geométrico intra-muros que induz à evocação de Alegrete ou de Castelo de Vide. A cinza escuro as construções subsistentes da malha urbana, localizando-se à direita a Casa dos Assentos.*

Estremoz, vindo posteriormente a criar-se uma quarta rua,<sup>81</sup> que veio facultar a ocupação da área de maior declive intra-muros entre a rua dos Fidalgos e o pano sul da cerca.

Junto ao primitivo castelo, na sua face sul e na superfície da praça da vila, foi edificada a torre de menagem planeada nos reinados de D. Afonso III ou D. Dinis, mas de construção nos reinados subsequentes, ficando a praça enquadrada pelo castelo e torre a norte, igreja Matriz a nascente, Paços do Concelho (a que a tradição popular se refere por sala de Audiências de D. Dinis), a sul e saída para Santarém a poente. Desde cedo, porém, a cerca medieval foi impotente para albergar todos aqueles que demandavam a cidade, quer fosse procurando protecção, quer fosse para estarem perto da corte,<sup>82</sup> de onde poderiam obter benefícios. Deste modo, a povoação viu crescer dois arrabaldes a partir das suas portas. Para leste, a partir da porta da Frandina e para oeste, a partir da porta de Santarém em direcção à igreja de Santiago<sup>83</sup>. Se o arrabalde nascente é uma estrutura linear, bifurcada, de arruamentos perpendiculares à vertente íngreme que descrevemos inicialmente, o segundo ocupa a zona mais baixa do planalto<sup>84</sup> e reflecte claramente uma intencionalidade de plano geométrico, em tudo semelhante ao “tabuleiro de xadrez” das “bastides”. Corrobora esta intencionalidade, a permanência de algumas construções trecentistas e quatrocentistas e uma praça central (ocupada pelo “conjunto de moradias da antiga guarnição militar da praça, que se devem originalmente ao período da Guerra da Aclamação”)<sup>85</sup>. Curiosamente, neste arrabalde, a rua de Santarém tomou o nome de rua Direita, apesar de se encontrar fora do recinto da cerca. Há também referências a uma leprosnaria, dependente da igreja de S. Tiago,<sup>86</sup> situada na zona de S.



*A cinza claro o crescimento do arrabalde ao longo da estrada de Santarém.*



*O Rossio ocidental que estabelecia a transição entre o casco urbano intra-muros e o arrabalde.*

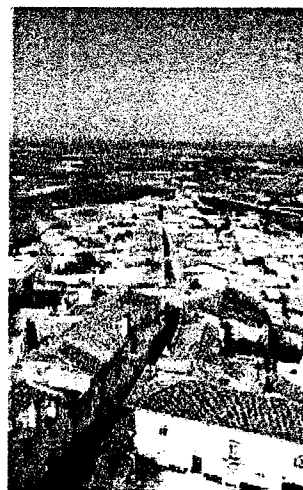
---

Lázaro, a norte do arrabalde poente.

### Equipamento

Dentro da cerca, para além dos Paços do Concelho e da igreja Matriz ( a actual, maneirista, implantou-se no mesmo local da primitiva Matriz), situava-se também a cadeia, adjacente à rua a que deu o nome e a tardoz da Matriz.

Nenhum autor refere a existência de hospital ou albergaria intra-muros, situando um ou outra, ora na rua do Carvoeiro, no arrabalde da porta do Sol,<sup>87</sup> ora, mais tarde, face à rua da Misericórdia e na Porta Nova. Há também referências<sup>88</sup> a um hospital anexo à ermida de N<sup>a</sup> Sra. dos Mártires, edifício iniciado em 1371 por D. Fernando, mas distando cerca de 2 Km da povoação, na estrada da Glória (dada a distância à cidade, tratar-se-ia de uma segunda leprosaria e não de um hospital comum ou seria um hospital de apoio a viandantes?). No terreno da planície a nascente, situava-se o convento de S. Francisco (actualmente um quartel militar), fundado pela rainha D. Isabel. Este convento, ou pela distância a que se encontrava da cidade, ou porque nunca foi sentida a necessidade de urbanizar novas áreas, nunca constituiu um polo de atracção e urbanização medievais (ao contrário de congéneres seus noutras cidades e vilas como, p.e., Évora).



*Vista da Praça da Vila, da rua da porta de Santarém e da sua continuação pela rua Direita do arrabalde poente.*

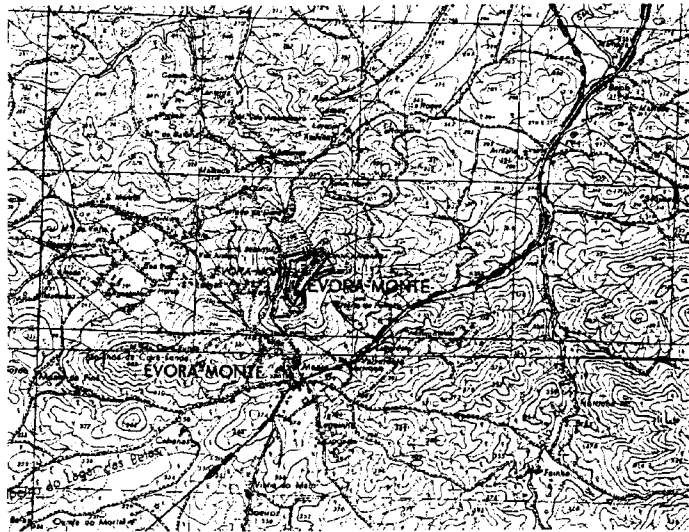


*Porta do Sol, também conhecida por porta da Vila*

## *Évoramonte*

---

A elevação onde se situa Évoramonte terá sido ocupada antes da chegada dos romanos e supõe-se terem sido os Eburones os seus fundadores. Contudo, os vestígios mais antigos são romanos<sup>89</sup>. Tomada aos mouros por D. Afonso Henriques em 1166, este rei mandou que povoassem o lugar, intenção que não surtiu o efeito pretendido, pois no séc. XIII encontrava-se praticamente despovoado, em consequência da falta de protecção do lugar. D. Afonso III deu-lhe foral em 1248 segundo o modelo de Santarém, posteriormente alargado de privilégios (1271)<sup>90</sup> para atrair povoadores ao local. Foi contudo D. Dinis, em 1306, quem mandou cercar a vila e erguer castelo, de que uma lápide coeva sobre a porta sul dá testemunho.



E : M : CCC : XXXX :  
 III : FERIA SEGUN  
 NDO : XVII : DIAS :  
 DE IANEIRO : FOI :  
 COMECADO : POR MAN  
 NDADO : DO : MVI :  
 NOBRE : SENHOR :  
 DON : DINIS : REI : DE  
 PORT : E DO :  
 ALGARVE

A cerca acompanha a configuração do cabeço e aproxima-se da forma triangular, tendo sido abertas quatro portas e um postigo. Os baluartes cilíndricos que a cerca ainda hoje apresenta, devem-se a D. Jaime de Bragança que na sequência do sismo de 1531, o qual fez desmoronar a torre de menagem medieval e pôs em perigo de ruína a cerca, mandou que esta fosse reforçada nos ângulos, e que fosse erigido o actual Castelo-Paço.<sup>91</sup>

Segundo Américo Costa,<sup>92</sup> o topónimo adviria dos Eburones serem seus fundadores. Porém, Joseph M. Piel<sup>93</sup> esclarece que significando a palavra celta «eburos»-freixo, ela prestou-se à designação de povoações tão distantes entre si - Évora, Évora de Alcobaça e Évoramonte -,<sup>94</sup> não se podendo, pois, inferir que o topónimo de Évoramonte derive de uma fundação feita por Eburones.<sup>95</sup>

### Posição e sítio

Situada no extremo ocidental da cordilheira da serra d'Ossa, estando sensivelmente a meio caminho entre Évora e Estremoz, a povoação ergue-se sobre um outeiro que se

eleva a 474 m. de altura, dominando a portela para onde, mais tarde, por abandono sucessivo do núcleo inicial, se deu o seu crescimento. A sua importância estratégica fica demonstrada pelas palavras de Raul Proença: "A oeste o horizonte vai até às serras da Arrábida e de Montejunto; ao norte estende-se para além da serra de Portalegre, até à massa longínqua e esfumada da serra da Estrela..., ...a ermida de S. Gens."<sup>96</sup> Na hipótese da ponte romana sobre a ribeira de Tera (a nascente) fazer parte da via romana Estremoz/Évora, é fácil depreender-se a importância militar da povoação, a qual permitia ainda a vigilância do território do seu termo, situando-se a área mais próxima em terrenos baixos, férteis e suficientemente húmidos que permitiam a subsistência (ainda hoje estas áreas são cultivadas).

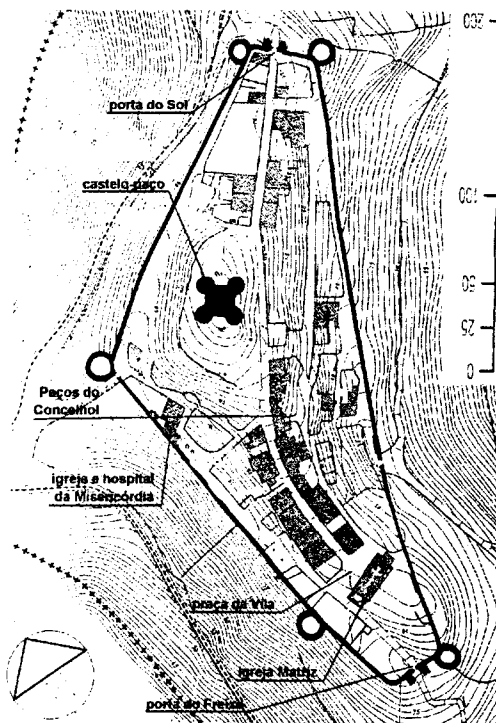


A porta do Freixo.

### Traçado e crescimento urbanos

A vila mandada povoar por D. Afonso III e muralhada por seu filho, cremos nunca ter ocupado a totalidade de superfície cercada.<sup>97</sup>

Implantada no ponto mais elevado do outeiro, a torre de menagem e/ou vigilância (substituída pela actual no séc. XVI) é sobranceira à rua Direita (actualmente designada da Convenção). Se a esta rua correspondia o assentamento urbano inicial, (anterior à doação da carta de foral) todo ele implantado a escassos metros da linha de fecho do outeiro, com a decisão de repovoamento o traçado urbano foi redesenhado tomando por ponto de partida a referida rua. Se considerarmos que a actual igreja foi reconstruída após o sismo Quinhentista, no mesmo local da anterior Matriz trecentista, a acepção a dar à rua Direita não poderá ser de "directa" entre portas opostas - do Sol e do Freixo -, pois desta última sai actualmente a rua da Misericórdia<sup>98</sup>. Porém, julgamos tratar-se de um edifício implantado ou em novo local (eventualmente ao primitivo corresponderia uma parte do actual cemitério)<sup>99</sup> ou,



Uma superfície muralhada e uma situação topográfica que contiveram qualquer crescimento extra-muros, até à transferência quase total da vida urbana para o arrabalde do rossio.

apesar de ser o mesmo local, ter ampliado bastante a superfície ocupada pelo anterior. Deste modo, julgamos que a estrutura urbana seria constituída por uma rua entre portas<sup>100</sup> - a rua Direita - que se desenvolve praticamente ao longo da linha de fecho do outeiro e outras duas ruas paralelas à primeira, a um nível mais baixo, acompanhando o desenvolvimento das curvas de nível: côncava a do oriente, convexa a do ocidente. Julgamos que esta última deverá ter sido interrompida pela construção da igreja e hospital da Misericórdia, edifícios quinhentistas. Ao longo dos seus 400 m. de comprimento, uma série de travessas ligam as três ruas, havendo uma que, corroborando a tese de Lavedan sobre a "persistência do plano", se manteve sob o arco do edifício seiscentista dos Paços do Concelho.

Junto à porta do Freixo situava-se a Praça da Vila, local onde existiam os antigos Paços do Concelho,<sup>101</sup> provavelmente erigidos no séc. XIII ou início do séc. XIV.

Desconhece-se a data em que a povoação se começou a transferir para o sopé do monte onde se eleva a Vila Velha. Contudo, supõe-se que tal transferência tenha ocorrido em data recente, pois não há notícia de outras construções ancestrais nesta zona para além da igreja de S. Pedro, esta já documentada em 1320<sup>102</sup>. Assim não podemos falar de expansão através de arrabaldes no caso de Évoramonte, ou porque nunca houve procura por parte da população, ou porque as condições topográficas não eram (são) de modo a facilitar tal expansão.<sup>103</sup>

### Equipamento

A vila contava, como já foi referido, com edifício dos Paços do Concelho, hospital, praça e torre de menagem. Quanto ao primeiro sabe-se que foi demolido e substituído pelo actual, junto ao qual se ergue a torre do relógio. Nenhum documento se refere a uma albergaria ou hospital que tenha existido em Évoramonte, anteriormente à instituição da Misericórdia da vila, feita por "compromisso" de 1516.



*Vista sobre o troço sul da povoação com a igreja Matriz ao fundo.*



Apesar da topografia do local a isso poder induzir, pensamos que a torre de menagem (ou da alcaidaria) terá sempre constituído um elemento isolado, ou seja, nunca ter sido circundada por castelo, pois que estes, na tradição tipológica árabe - a alcáçova e a medina - e à semelhança de outros seus coetâneos na região, eram sempre construídos junto à cerca com propósitos defensivos, relativamente a ataques externos, mas também para fazer face a revoltas internas.<sup>104</sup>



*A rua Direita e a Matriz ao fundo.*

A praça ter-se-á implantado junto à porta do Freixo por razões de ordem estritamente topográfica. Como é visível no local,<sup>105</sup> quer aquela praça, quer o terreno exterior, fronteiro à porta, eram mais planos do que actualmente, facto que proporcionava, dada a exiguidade de áreas planas nas imediações, a constituição de um Rossio no exterior da cerca. É ainda de referir a existência de uma cisterna, local de abastecimento de água, a qual deu o nome ao largo onde se encontra - no troço inicial da rua da Misericórdia -.



“A primeira fundação da vila foi em 1226, num outeiro ao qual chamam Vila Velha, onde estava então uma atalaia fronteira aos mouros de Vaiamonte, da qual tomou o nome, sendo seu fundador Fernando Roiz Monteiro.”<sup>106</sup>

D. Dinis, estando a primitiva vila muito destruída devido às guerras, mandou fundar nova povoação, em local fronteiro ao primeiro povoamento, dotando a nova povoação de castelo de “...

*duas torres ainda bem conservadas. Eram sete torres no total. A vila era cercada de muralhas torreadas.*”<sup>107</sup>

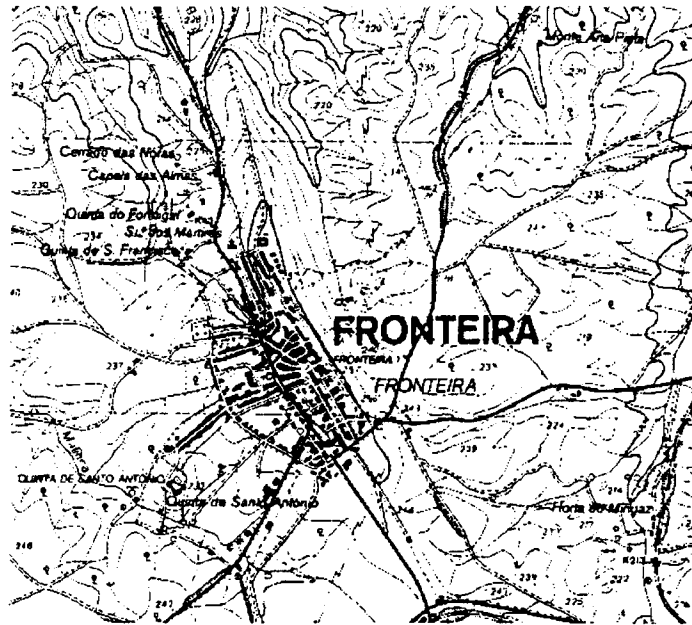
Actualmente, apenas é visível um troço de muralha, contendo uma porta, junto ao largo do Município. Apesar da inexistência da cerca, é visível o seu contorno (que se desenha a tracejado), cuja hipótese assenta nos alinhamentos a nascente, no alinhamento sugerido pelo arco e na descrição constante no Cadastro da População do Reyno: “*Esta ujlla he do mestrado de ujs e he damesa mestrall e he cerquada e com hum castello...*”.

A toponímia e a morfologia do espaço indiciam a localização do castelo, de que fala A. Costa, a norte.

### Posição e Sítio

“...Próximo ficam os Paços do Concelho, de cujo mirante se goza um extenso panorama sobre o Ervedal, Figueira de Barros, Aviz, Alter Pedroso, Alter do Chão, Cabeço de Vide, Portalegre, Veiros, Estremoz e Sousel.”<sup>108</sup>

Como a transcrição anterior deixa perceber, Fronteira domina visualmente uma vasta charneca, facto que terá pesado na escolha de D. Dinis para a localização da novel vila, não tendo sido a existência ou inexistência de água factor preponderante na escolha do sítio, como no-lo demonstra a seguinte passagem do Cadastro acima referido “...tem esta ujlla duas systemas boas huma dentro do castello



e outra dentro da ujlla..."<sup>109</sup>

Ocupando uma área sensivelmente rectangular, a povoação foi implantada na zona mais larga de um dorso, orientado na direcção norte-sul, sendo "atravessada" pela estrada Alter do Chão/Sousel - Estremoz, i.e., a estrada entraria por uma porta no extremo norte da actual rua Frei Manuel Cardoso e sairia pelo ainda existente arco fronteiro à Praça do Município.

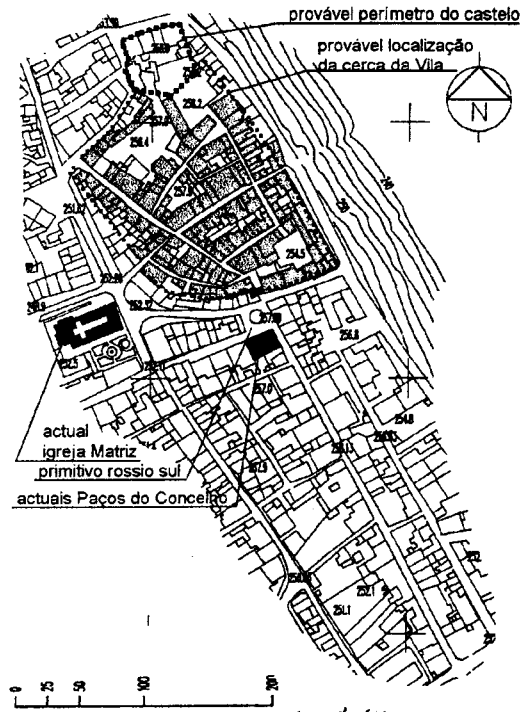
### Traçado e crescimento urbanos

Não sabemos se por vicissitudes várias, se por falta de população suficiente para dar corpo a um plano previamente traçado (uma vez que a existência de um poder forte ficou demonstrada pela capacidade decisória de D. Dinis ao mudar a povoação de sítio), a vila não tem um plano lógico e racional, à semelhança de outras realizações de D. Dinis.

Creemos basear-se a estrutura espacial do aglomerado no cruzamento da rua que uniria as portas norte e sul com outra rua, delineando-se no sentido este-oeste, tendo crescido através de ruas paralelas às duas citadas, havendo uma de sentido norte-sul que uniria o castelo com um largo (eventualmente onde existiriam os Paços do Concelho primitivos), situado a sul, junto à cerca.

O castelo tinha adjacente um terreiro que progressivamente foi sendo ocupado.

Em data posterior a vila extravasou em várias direcções, rompendo o continente que a definia e limitava; com início na subsistente porta da torre sineira, a sul, pela ocupação gradual dos terrenos que ladeavam a estrada para Sousel, tendo persistido, apesar disso o Rossio que hoje se apresenta como Praça do Município; ainda para sul, a partir da porta oeste da actual rua Cândido de Oliveira, tomando como referência espacial a Igreja Matriz<sup>110</sup>; e para oeste, a partir



*Um traçado geométrico provavelmente semelhante aos de Alegrete, Castelo de Vide e Estremoz, mas que posteriores apropriações do espaço público subverteram, ao ponto de hoje quase não ser perceptível.*



*Pelo alinhamento e pela volumetria e pela localização das construções, é perceptível o local da antiga cerca.*

---

da porta norte da actual rua Frei Manuel Cardoso e ao longo da estrada que provavelmente se dirigia a Aviz.

### Equipamento

Como já fizemos referência, pensamos terem-se localizado os primitivos Paços do Concelho no interior da cerca, junto ao largo que existia à direita da porta do Arco (hoje este espaço está privatizado). Do mesmo modo, pensamos ter existido um hospital (provavelmente da tutela do Espírito Santo) na primitiva povoação intra-muros. Contudo, no pressuposto da sua existência, não foi possível identificar aqueles edifícios, existindo todavia “extra-muros” edifícios acometidos àquelas funções mas de construção posterior.



*A porta da cerca que dava acesso ao rossio sul (actual largo do Município) e torre do concelho.*



*Vista geral do castelo e primeira cerca*

Segundo Américo Costa, datará de 44 a. C. a fundação de Marvão pelos Hermínios, com o nome de Aramenha ou de Medróbriga<sup>111</sup>. Contudo, para F.Keil “... dos vestígios arqueológicos recolhidos, apenas será seguro considerar a presença romana no local do actual castelo, já que as fundações do mesmo revelam apenas ténues vestígios deste povo...”<sup>112</sup>

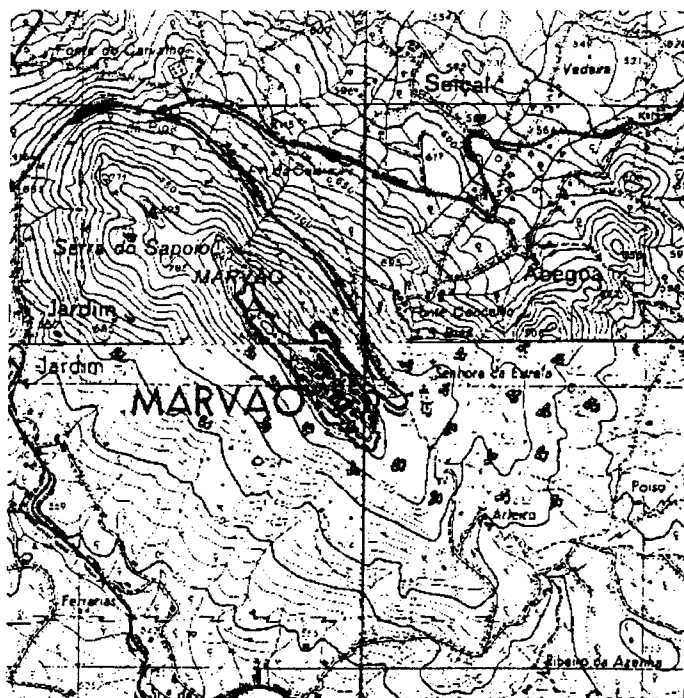
O topónimo, segundo um cronista árabe de Córdoba derivaria de Ibn Maruán, senhor de Coimbra, que se teria aí instalado com a sua gente no ano d. C. 876.<sup>113</sup>

Conquistada em 1166, só mais tarde D. Sancho II lhe outorga carta de foral (1226) e a manda repovoar por cristãos. Este foral viria a ser confirmado em 1299 por D. Dinis. A D. Sancho II se deve a reedificação da povoação e a D. Dinis a reedificação e ampliação do castelo.<sup>114</sup>

### Posição e sítio

Quer pela posição dominante que a serra do Sapão tem, quer pela proximidade da fronteira, o local onde se ergue Marvão constituiu desde sempre um importante ponto da estratégia militar de defesa do território circundante<sup>115</sup>, como o revela o facto de, logo após a sua conquista, ter sido promovido a cabeça-de-concelho<sup>116</sup>.

Alcandorada num promontório, de que o castelo atinge o ponto mais elevado (862 metros), a vila ocupa toda a superfície do planalto que permitia o assentamento urbano, sendo por isso naturalmente inexpugnável nos quadrantes norte, sul e oeste, “...onde a penhascosa penedia ... ficava por ali inteiramente impraticável...”<sup>117</sup>. Apesar disso a muralha protege a quase totalidade do perímetro da povoação, dificultando também o acesso pelo quadrante mais



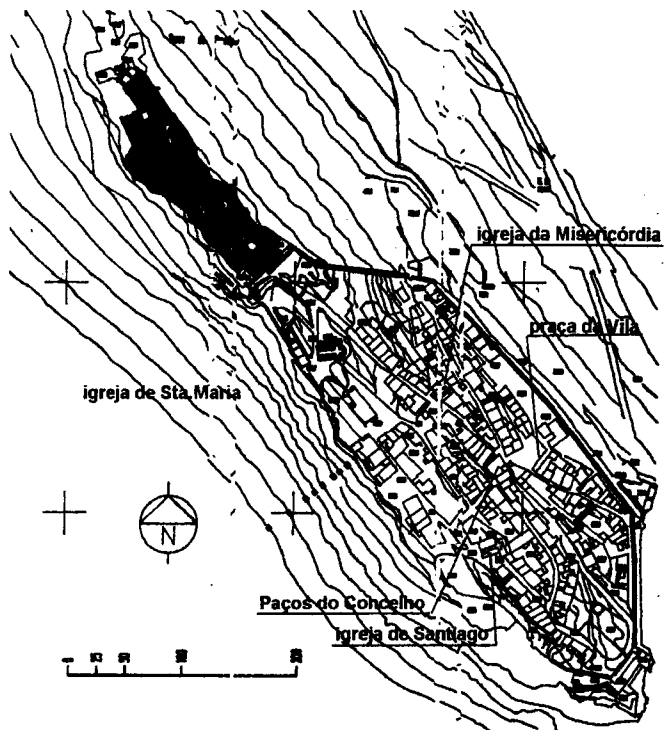
*A situação topográfica de Marvão permitia-lhe o domínio visual de uma vastíssima área e a peculiar situação de ser praticamente inexpugnável.*

vulnerável: o nascente.

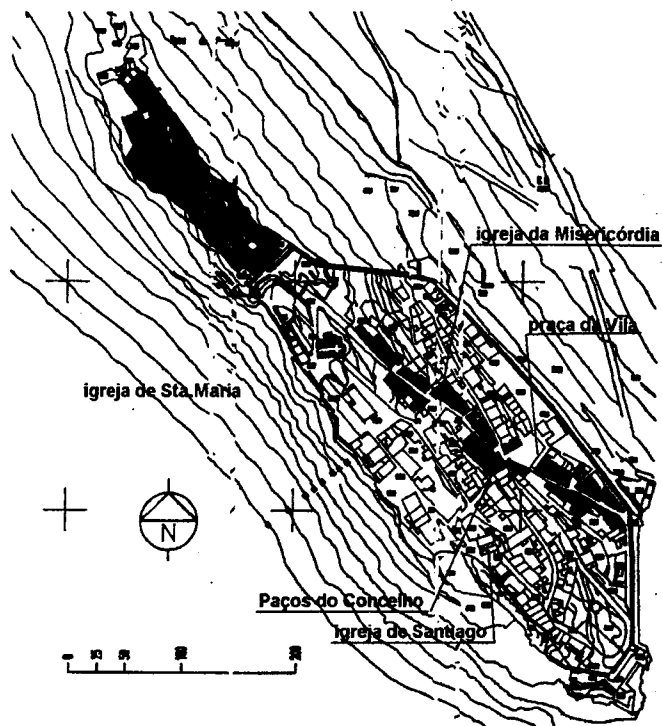
### Traçado e crescimento urbanos

Creemos que a povoação conquistada em 1166 se resumia a um aglomerado de habitações junto à primitiva alcáçova. A acção de repovoamento levada a efeito por D.Sancho II, acompanhada da emissão de foral para atrair povoadores, ter-se-á traduzido também na reedificação do castelo e na construção de uma cerca de protecção da vila que, entretanto, se expandiu na única direcção possível: para sueste, ao longo do planalto. Contribuiu para esta leitura do desenvolvimento urbano de Marvão, o facto de ainda hoje o espaço junto à porta da barbacã da primeira cerca, se encontrar sem construções ou vestígios delas e também o facto de a igreja de Sta. Maria se localizar na periferia deste espaço e se reportar a sua construção ao séc. XIII<sup>118</sup>, indiciando portanto estarmos na presença do rossio da primitiva povoação. Este núcleo urbano muralhado será a origem a partir da qual a urbe se irá desenvolver.

A fundação, em 1258, do convento franciscano de N.ª Sra. da Estrela, implantado a meia encosta da falda da serra, constituiu-se como elemento estruturante do espaço, "atraindo" assim, ao longo da azinhaga que o ligava à povoação muralhada, o crescimento arrabaldino na sua direcção. Deste crescimento linear, ao longo daquela via, perdurou até aos nossos dias a "marca" no tecido urbano, visível no arruamento que, um



*A povoação muralhada por D.Sancho II...*



*...o crescimento arrabaldino em direcção ao convento de N.ª Sra. da Estrela...*



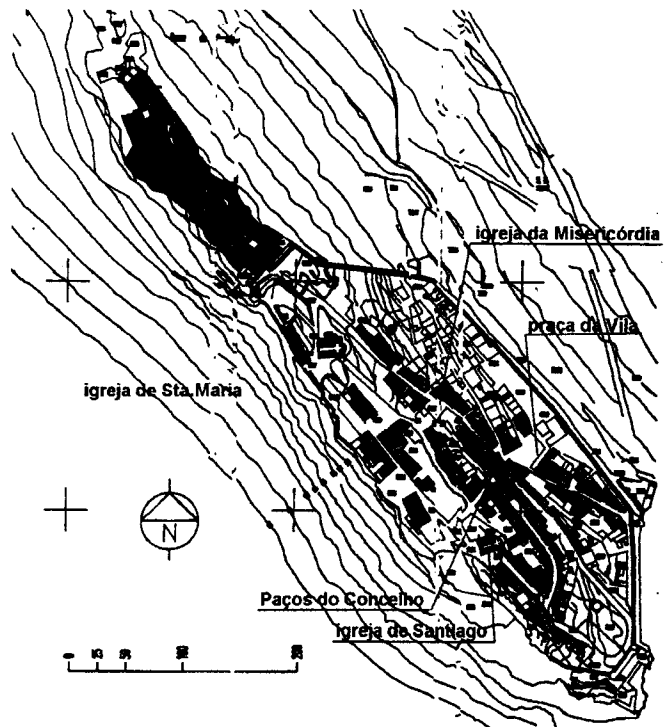
pouco diagonalmente, estabelece a ligação viária entre a porta da Vila (na actual cerca exterior) e a porta da barbaca (na cerca de D. Sancho II).

Julgamos que a intervenção de D. Dinis não se terá limitado à reparação do castelo e construção da torre de menagem, mas que se terá reportado também à urbanização da própria vila, uma vez que o traçado assenta numa série de ruas paralelas, "correndo" no sentido noroeste-sueste, com a natural adaptação à topografia do local, ligadas por duas transversais que se transformam em escadas quando é necessário vencer o desnível entre ruas. Este traçado aproveita o troço inicial da vereda acima citada, mas torna-se independente dela junto ao local onde se implantou a igreja do Espírito Santo.<sup>119</sup>

A tardoz do edifício dos Paços do Concelho<sup>120</sup> e junto à vereda que se dirigia ao convento extra-muros, formou-se um largo (actual largo do Pelourinho), a partir do qual se inicia outra via de saída da vila, através da porta de Ródão. Cremos que junto a esta e junto à porta da vila (local onde a vereda transpunha a cerca, dirigindo-se ao convento), se formaram dois arrabaldes "sui generis": arrabaldes dentro da própria cerca, áreas que inicialmente poderiam destinar-se à recolha e protecção do gado.

### Equipamentos

Conforme já referimos, quer a primitiva povoação, quer a área ampliada eram definidas por cercas e castelo. Na malha urbana que reportamos ao séc. XIV, subsistem ainda: os Paços do Concelho onde, em cave parcial (o edifício implanta-se numa escarpa com diferença de 9 metros entre o arruamento de servidão - acima - e o largo do Pelourinho), existia a cadeia, a igreja de Sta. Maria, edifício construído no início do séc. XV mas cujos fundamentos Luís Keil situa



...e a malha ortogonal de provável intervenção dionisina.

---

nos séc's. XIII ou XIV e que era sede de uma das duas paróquias de Marvão; a igreja de Santiago, construída no séc. XV<sup>121</sup>, também sede de outra freguesia da vila<sup>122</sup>; e a já referida igreja do Espírito Santo junto à qual, possivelmente, se situaria a albergaria.



*Uma travessa que, pelas circunstâncias topográficas do lugar, se transforma em escada.*

---

# *Messejana*

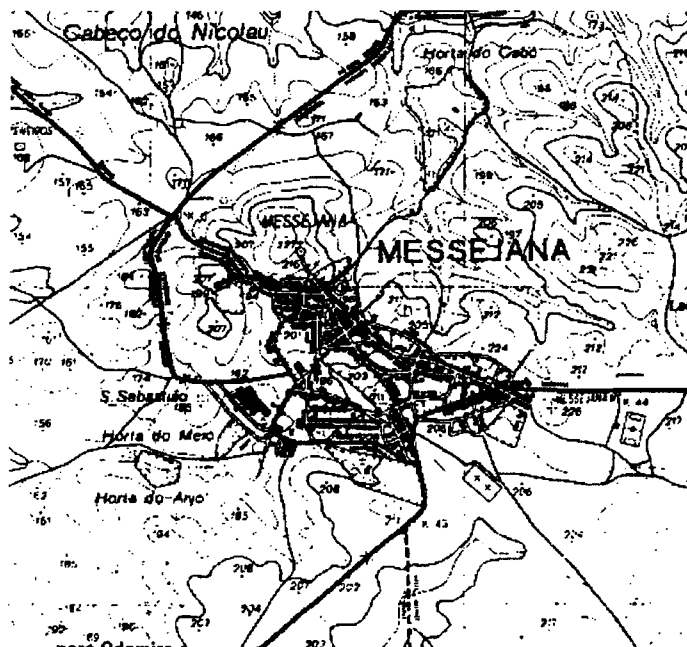
---

*Vilas de fundação medieval no Alentejo*

81

*Caracterização das povoações*

Eventualmente fazendo parte da linha de fortalezas que teriam o seu centro na exploração mineira aljustrelense, na elevação que se ergue a norte da povoação, afirma Rodrigues Lobato ter existido um monumento romano,<sup>123</sup> no local da torre do castelo (de construção medieval), o qual, na linha de pensamento de C. Torres,<sup>124</sup> é possível ter sido antecedido por um castro pré-romano com o mesmo tipo de função.



Era já povoação no período islâmico, facto que o inúmero espólio arqueológico que tem vindo a ser recolhido na vila e suas imediações, comprova.

Conquistada aos mouros em 1235, no reinado de D. Sancho II, a vila integrou pouco tempo após a conquista, os domínios da Ordem de Santiago de Espada.

Apesar dos investigadores apenas fazerem referência ao foral quinhentista,<sup>125</sup> R. Lobato afirma que “... Foi concelho desde o reinado de D. Dinis...”. A este rei se deve a construção do castelo, na coroa do outeiro a que fizemos acima referência, castelo de que restam troços da muralha circundante e de uma torre.

### Posição e sítio

A vila fazia parte do aro de fortalezas de vigilância e defesa do recinto mineiro de Aljustrel (cujo ponto mais ocidental seria Garvão), advindo daí a razão da sua localização já que o outeiro sobranceiro à vila se eleva, em relação ao território circundante, cerca de 50 metros (cota 226.87), e por isso “... se divisa muitas povoações: a vila de Aljustrel, que dista uma légua e o mesmo Panóias, a cidade de Beja seis léguas, Alvito e Torrão oito léguas, Ferreira quatro léguas, Castro três léguas, Alcáçovas dez léguas, Ourique três léguas, Casével uma légua...”<sup>126</sup>.



Vista geral tirada das ruínas do castelo.

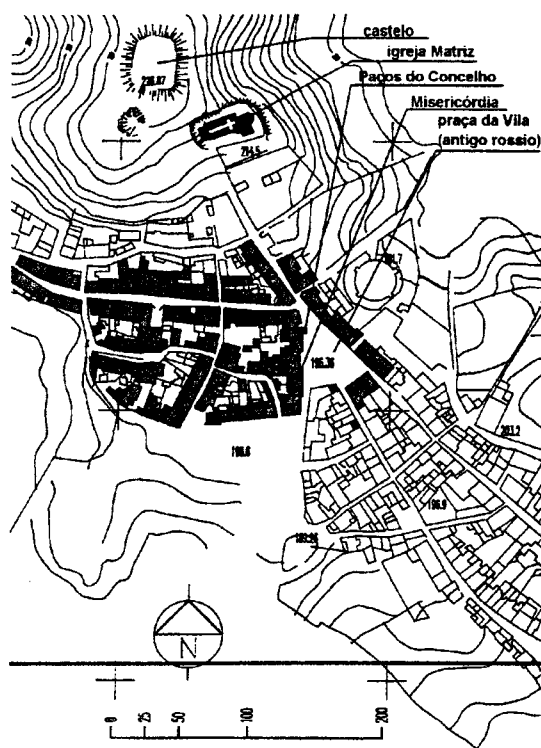
Face à cota acima descrita, e aproveitando a protecção dos ventos dominantes que o outeiro oferece, a povoação foi implantar-se no quadrante sul, na base daquela elevação, estabelecendo uma relação de proximidade e de facilidade de acesso à fortaleza através da vertente menos declivosa. Apesar do aglomerado medieval ter circunscrito a sua implantação à cota média de 198.50, a sua expansão posterior para sueste revela um perfil próximo da “dupla bossa”, uma vez que, após a “baixa” inicial, a povoação tende a aproximar o seu extremo da cota do castelo (cota 215.00).

Segundo Pinho Leal,<sup>127</sup> o topónimo é árabe, sob a forma de Masseurana que se terá corrompido posteriormente para o actual.<sup>128</sup> Também Rodrigues Lobato se lhe refere, citando o artigo de Soares Vitor no “Album Alentejano”, de 1932,<sup>129</sup> repetindo Pinho Leal mas acrescentando derivar a palavra do verbo séfana, encarcerar.

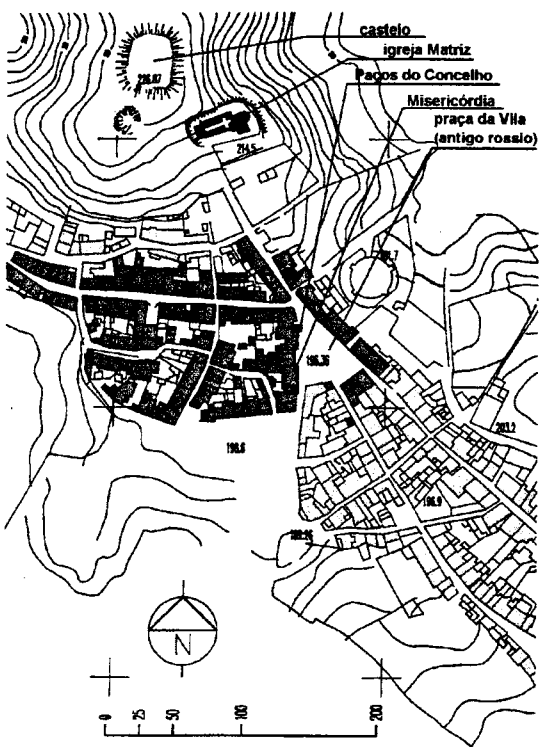
### Traçado e crescimento urbanos

Pela exiguidade de área que envolvia e pela dificuldade de acesso, o castelo nunca terá sido local de vida urbana da povoação. Esta terá tido sempre o seu “locus” na baixa do castelo, centrada no primitivo Rossio que, ainda em época recuada, se terá transformado em Praça da Vila. Localizamos o núcleo inicial na área compreendida entre a Praça, a leste, a rua de Sto. Amaro, a sul, e a estrada para Alvalade do Sado, a norte. O limite oeste era, como ainda hoje é, feito pela rua da Eirinha.

A partir do Rossio/Praça da vila, verificou-se uma expansão cujas ruas central e leste (em que esta última seria a estrada de acesso a Aljustrel), pela sucessiva construção



*A Vila, estruturada a partir do rossio e da estrada de Aljustrel, apresenta uma intenção de traçado geométrico que se manteve até aos nossos dias.*



*Será novamente o rossio a desempenhar o papel de elemento estruturante do crescimento do arrabalde. Este desenvolve-se ao longo das duas vias que têm início naquele espaço. O rossio, ao ser "interiorizado", surge como a Praça central que faltava à vila.*

---

nos terrenos adjacentes, terá potenciado o aparecimento de um arrabalde, (arrabalde de S. Marcos?). A terceira rua, a poente, ainda hoje toponimicamente designada de rua de Panóias completava o leque saído da Praça da Vila, dirigindo-se para aquela povoação.

Posteriormente, o crescimento da vila far-se-á pela rua Nova do Castelo, “paralela” à estrada/rua de Alvalade.

### **Equipamento**

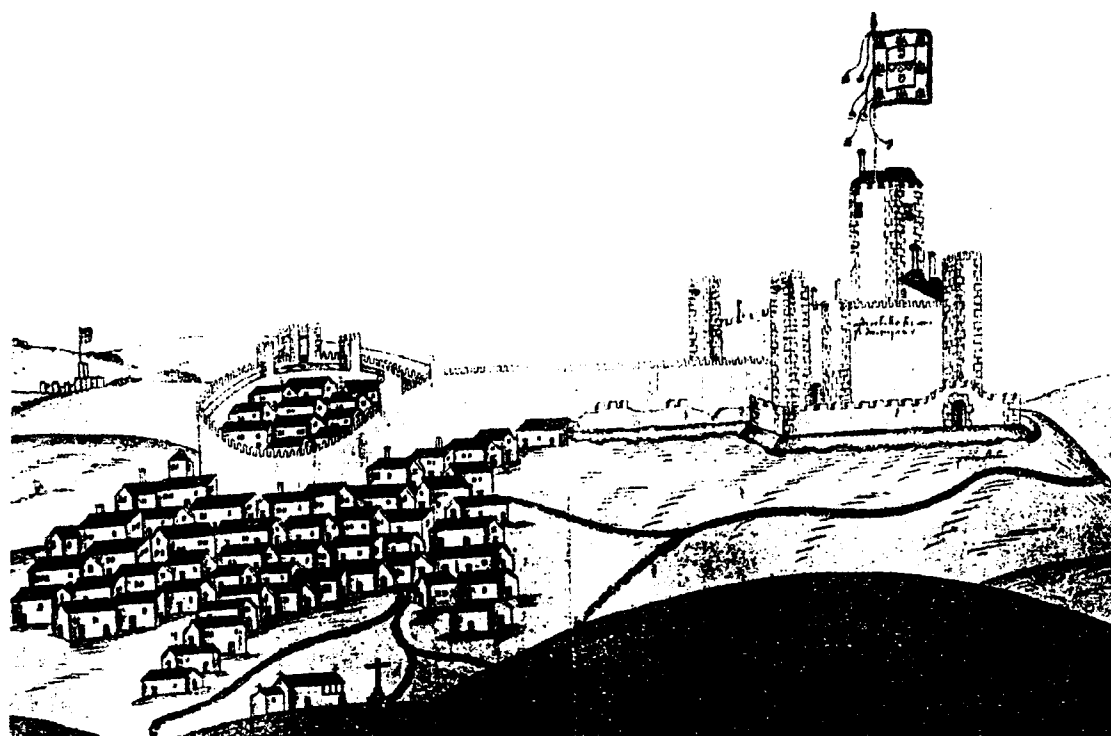
No primitivo Rossio foram implantar-se os Paços do Concelho, cujo edifício aparenta ter sido construído no séc. XVI, subsistindo a altaneira torre do relógio. No centro da praça subsiste também o pelourinho. Desconhecemos se o actual edifício terá ocupado o local do primitivo. Porém, a existência de uma rua do Espírito Santo - rua central da expansão radial -, onde se localizaria a ermida (e, eventualmente, o hospital) da confraria do mesmo nome,<sup>130</sup> leva-nos a admitir ser de origem medieval esta zona urbana da vila. Assim a praça já existiria na Idade Média, sendo de supor que aí se localizariam os Paços do Concelho.

Adjacente a estes encontrava-se a igreja da Misericórdia que terá substituído na sua função assistencial e hospitalar, a confraria do Espírito Santo. À albergaria desta irmandade ou ao hospital da Misericórdia, não fazem os autores qualquer referência. Contudo, a rua da Misericórdia corre a tardoz da respectiva igreja, facto que poderá significar ter-se aí localizado o antigo hospital do mesmo nome.

A igreja Matriz situava-se a meia encosta, entre a vila e o seu castelo. Por ausência de fontes documentais auxiliares, não nos é possível confirmar ou refutar qualquer hipótese de o presente edifício ter substituído, no mesmo local, um primitivo templo medieval homónimo.

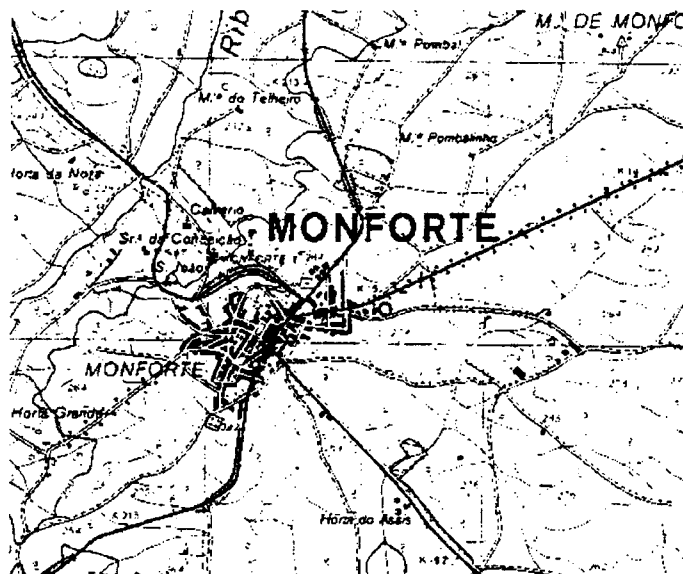


*A Praça da Vila, a torre e edifício dos Paços do Concelho e, à esquerda deste, a Misericórdia.*



*Vista tirada da banda do este*

Conquistada aos Mouros em 1139 por D. Afonso Henriques<sup>131</sup>, terá conhecido um relativamente extenso período de eventos militares que a terão desrtificado. D. Afonso III, em Maio de 1257, concede-lhe foral e manda-a “... reedificar e povoar de novo...”<sup>132</sup>. Contudo, terá sido D. Dinis que, em 1309, mandou construir nova fortaleza<sup>133</sup> sobre um “...primitivo *Castello* (que) parece ter sido obra de romanos...”.<sup>134</sup>



Desconhecemos o topónimo romano, no entanto no foral de D. Afonso III a vila é já designada por “...*minha vila de Monforte*...”, quer fosse pelas suas características estratégicas, quer fosse por analogia com outras povoações de grafia e fonética semelhantes.<sup>135</sup>

### Posição e sítio

Apesar de “descrita” por Duarte d’Armas, esta praça forte fazia parte da 2ª linha de defesa do território. Fosse pelo seu valor estratégico, fosse devido às suas origens, verifica-se estar situada na encruzilhada da estrada Alter do Chão/Elvas, com a de Estremoz/Portalegre. O cruzamento destas vias fazia-se no canto sudoeste da praça central da vila,<sup>136</sup> à cota 288, situando-se o ponto mais elevado da povoação à cota 299 - correspondendo ao castelo - e os campos circundantes deste morro, a cotas inferiores a 230.

Numa descrição toda ela feita de referências náuticas (que na circunstância se revelam de extrema precisão), o P.e António Carvalho da Costa,<sup>137</sup> refere-se-lhe como “... *uma galé, na popa está a torre de menagem do Castello com mais três torres, e quatro baluartes, cisterna, cava, e cerca bem fortalecida, a proa é a torre em que está o relógio para a parte do sul, ficando toda ela cercada de muros com quatro portas.*”

À semelhança de outras povoações da região,



também Monforte se implantou sob a forma de “dupla bossa”, assentando o seu castelo na zona mais alta do planalto - 299.3 - (neste caso a norte, sobranceiro a um declive acentuado), estendendo-se o aglomerado até outro ponto de menor elevação - 297.8 -, situando-se no meio uma “baixa” - 288.7 - correspondendo à via transversal de atravessamento da povoação.

### Traçado e crescimento urbanos

Se podemos relacionar o traçado actual da povoação com outros de vilas fundadas ou repovoadas na mesma época - posição do castelo, “acotovelamento” das ruas intramuros a sul, para fazerem a sua inserção na rua principal da entrada sul (actual rua do Relógio e anteriormente denominada de Évora) -, a verdade é que, as dimensões da praça principal, e o restante traçado urbano, e ainda a hipótese histórica da presença romana nos remetem para um traçado ortogonal fundado num “cardo” e num “decumanos” de origem romana. Postulamos assim, não um traçado medieval, mas um amuralhamento de uma porção de cidade romana, a qual perdura na sua quadrícula até aos nossos dias, tendo o castelo dionísino ocupado um quarteirão daquela malha, cujas dimensões médias seriam 32 X 70 m, situando-se o antigo forum na actual Praça da República. Não rejeitamos, todavia, a possibilidade de ter havido adaptações da quadrícula romana aos padrões urbanísticos geométricos medievais, pois tal como em muitos exemplos de “bastides” francesas, também em Monforte é visível a implantação da Igreja Matriz fora da praça principal, apresentando o eixo longitudinal no prolongamento da diagonal da praça, como é também patente a independência entre forma circular da cerca e a quadrícula do traçado urbano. Neste caso, a admitirmos a pré-existência do traçado romano, não há lugar à consideração de arrabaldes como expressão da expansão extra-muros de um aglomerado



*A quadrícula romana é perceptível apesar da cerca ovalada e das distorções medievais do traçado.*

intensamente densificado no interior. Refira-se, no entanto, como forma de ocupação espacial, o crescimento linear ao longo dos caminhos de saída, ocupação que em Monforte se fez para poente, ao longo do caminho que conduzia a Vaiamonte, inicialmente, e ao longo do caminho que conduzia ao Rossio poente onde se ergueram a capela da Boa-Morte e a igreja de S. João Batista, edifícios dos séc's. XVII e XVIII.

### Equipamentos

Nenhuma documentação consultada refere se a localização dos antigos Paços do Concelho coincidia com o actual edifício da Câmara. Contudo perdura na memória popular a rua da Cadeia adjacente áquele edifício, pelo que permitimo-nos supor que aqueles Paços do Concelho coincidiriam com o actual edifício ou estariam nas suas imediações.

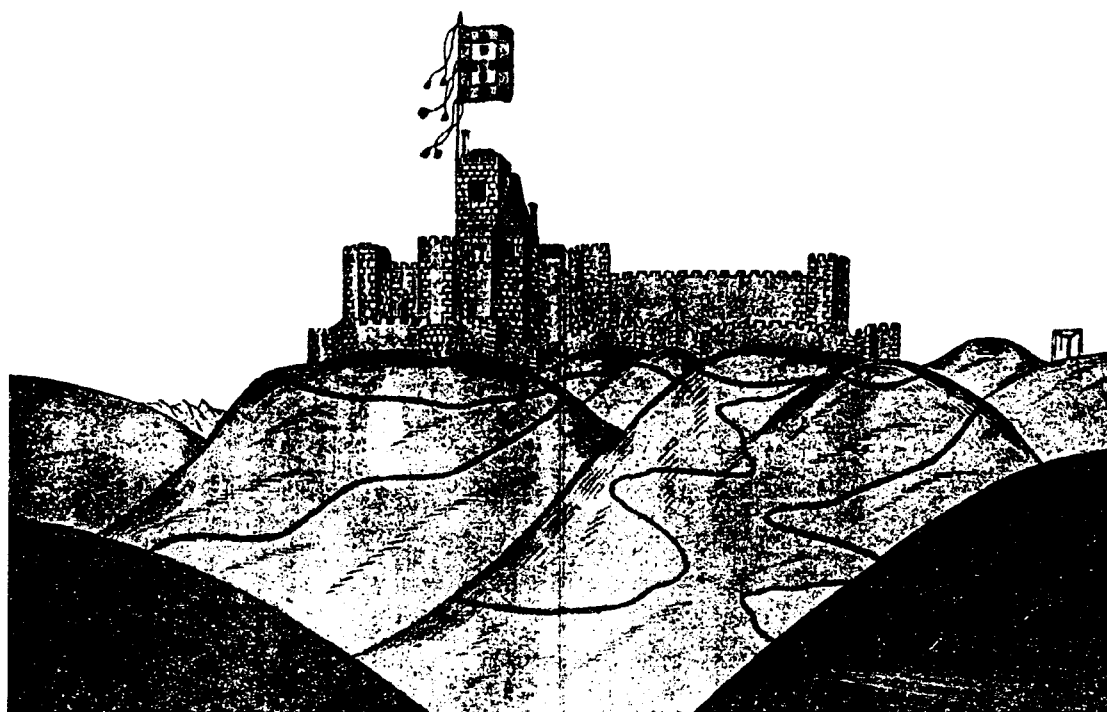
No topo nordeste da Praça da República localiza-se o antigo hospital da Misericórdia, cuja fachada é fronteira à igreja Matriz. Dada a existência da capela do Espírito Santo no topo da rua do mesmo nome, extra-muros, supomos ter aquele hospital substituído a antiga albergaria do Espírito Santo. Aliás, a verificar-se a existência da citada albergaria, a sua localização corroboraria a hipótese de se ter efectuado o amuralhamento de uma parte da urbe romana, pois tendo o tecido pré-existente um carácter urbano, a localização daquela albergaria dele faria parte.



*A rua do Relógio a que corresponderia o cardo máximo, este como troço urbano da via que actualmente liga Estremoz a Portalegre...*



*... e a saída para Elvas, a que corresponderia o decumano máximo.*



*Vista da banda do este*

Pires Gonçalves refere que a origem da povoação perde-se nos tempos (“...é terra muito antiga e de história obscura...”<sup>138</sup>), existindo vestígios arqueológicos que a fazem remontar, pelo menos, ao período pré-romano, afirmando o mesmo autor que “...a própria Monsaraz foi ... um castro.”<sup>139</sup>

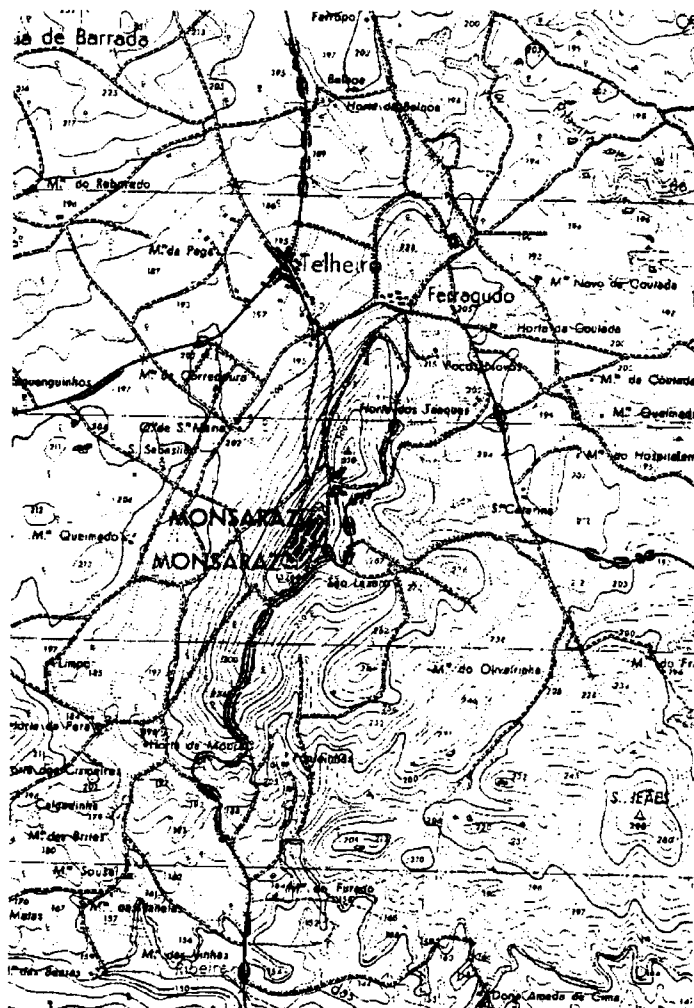
Tendo sido ocupado o outeiro sucessivamente por romanos, visigodos, árabes, moçarabes e judeus, cai sob o domínio das hostes cristãs, pela primeira vez em 1167 pela mão de Giraldo Girdes, tendo sido reconquistada para o Islão em 1173 e sendo definitivamente integrada no reino português em 1232, pela acção de D. Sancho II. Foi ainda este rei que a incorporou nos domínios da Ordem dos Templários.

Todavia, só no reinado de D. Afonso III é promovido o repovoamento de Monsaraz, sob a égide do alferes-mor Martim Anes, tendo para o efeito o monarca concedido foral à vila em 1276, “...devendo-se ... (a este) ... monarca e a seu filho D. Dinis, o amuramento acastelado medieval.”<sup>140</sup>

O topónimo, segundo Pires Gonçalves,<sup>141</sup> é um composto dos étimos *Mons*, *montis* - monte, outeiro, cerro - e *Xarez* ou *Xaraz* - genitivo de *xara*, espécie arbustiva que dominava a região -, os quais após arabização e aglutinação, corrompidas pelos cristãos, terão chegado até nós sob a forma de Monsaraz.

### Posição e sítio

Como se disse, o outeiro foi ocupado desde a época pré-romana, exercendo desde sempre uma especial atracção para o estabelecimento humano na região, dada a



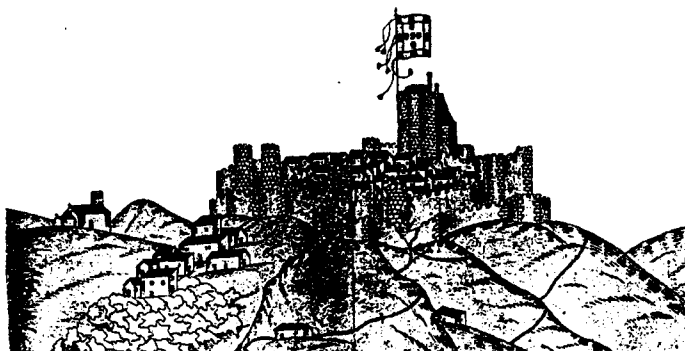
capacidade de defesa natural de que dispunha, ao mesmo tempo que uns escassos 4,5 Km o separavam do caudaloso rio Guadiana.

Se para as hostes cristãs da primeira e da segunda conquista, Monsaraz terá constituído apenas mais um *aduar* muçulmano que foi submetido, para D. Afonso III significou, concerteza, um ponto de apoio à sua política de povoamento do território e para seu filho, principalmente após ter tomado posse da praça de Mourão (a 8 Km de Monsaraz), não só uma forma de povoamento, como também mais um baluarte na linha de defesa da fronteira com Castela, de que atesta a importância militar a seguinte passagem do Guia de Portugal: "...a torre de menagem (marco geodésico, alt. 323 m), donde se disfruta um amplo e grandioso panorama sobre ..., Évora, Évoramonte, Estremoz, serra de Ossa, Elvas,... Mourão, Olivença, Alconchel ... e o vale do Guadiana..."<sup>142</sup>

A povoação ocupa o topo de uma colina alongada na direcção norte-sul, tendo sido o castelo<sup>143</sup> construído no extremo meridional daquela, quadrante do qual, dada a escarpa rochosa onde se ergueu, era praticamente inexpugnável. Observando o núcleo intra-muros e o arrabalde (a norte), constata-se que o perfil do cerro onde o conjunto se implantou, à semelhança de outras povoações coevas, é uma dupla bossa, i.e., mantém o mesmo tipo de ocupação que Pires Gonçalves descreveu a propósito de um castro neolítico existente no mesmo local: "Este castro montesarense, com o colo defensivo localizado no arrabalde de S. Bartolomeu, entre a porta da Vila e o outeiro onde hoje se ergue a ermida de S. Bento..."<sup>144</sup>

### Traçado e crescimento urbanas

Como nos elucida Jorge Gaspar,<sup>145</sup> coube a D. Dinis



Vista da banda do oeste.



É perceptível nesta foto, também ela tirada da "banda do oeste", a dupla bossa onde assenta a vila e o seu arrabalde.

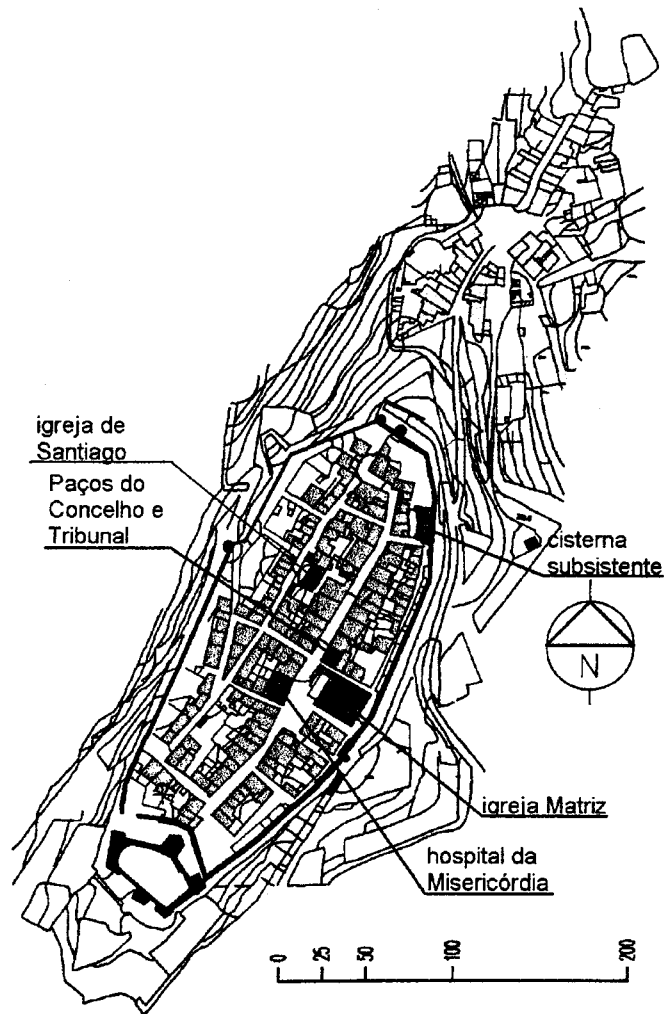
a tarefa de reorganização do tecido urbano pré-existente e a sua extensão, bem como o amuralhamento da vila.

Esta reorganização, longe de manter um eventual traçado primitivo, produziu uma malha ortogonal “...tanto mais impressionante quanto ela se inscreve numa topografia acidentada...”,<sup>146</sup> baseada seguramente nos traçados das “bastides”.

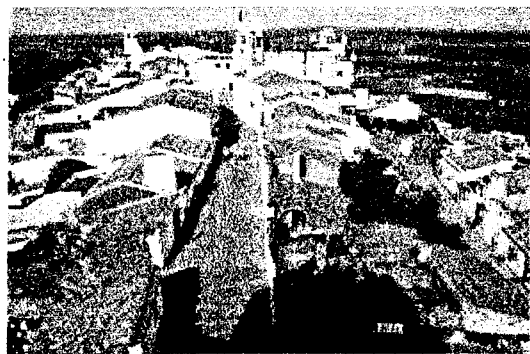
Esta malha é constituída por duas ruas longitudinais, paralelas, e por um conjunto de transversais que com aquelas vão formando quarteirões de forma próxima à rectangular. Uma das ruas longitudinais, a rua Direita, à semelhança de outras situações encontradas no Alentejo, não liga directamente o castelo à porta principal da cerca - a porta da Vila -, antes formando um cotovelo para se ligar à sua paralela, essa sim dando acesso ao exterior. De referir também que a rua Direita ocupa a linha de fecho do outeiro, situando-se a sua paralela a cota bastante inferior.

A meio da rua Direita abre-se a Praça da Vila, melhor dizendo, a Praça situa-se à ilharga daquela rua.

Dada a prática corrente dos conquistadores cristãos, de expulsarem do interior das povoações o povo conquistado, neste caso os muçulmanos que habitavam Monsaraz, cremos não ter sentido falar-se de um crescimento da urbe para fora-de-muralhas, pois que o aparecimento do arrabalde - se não teve uma ocupação permanente desde o neolítico - é contemporâneo da construção da nova vila e



O núcleo muralhado, a cinza escuro, e o arrabalde, a cinza claro. A cidade pensada como um todo aproxima Monsaraz das realizações europeias da mesma época e com a mesma função.



Muito embora fazendo parte da globalidade do tecido urbano, a rua Direita medieval tende a ocupar o fecho do outeiro onde a vila se implanta, assumindo assim o papel de rua central numa malha em cujo arquétipo as ruas principais não estão hierarquizadas.

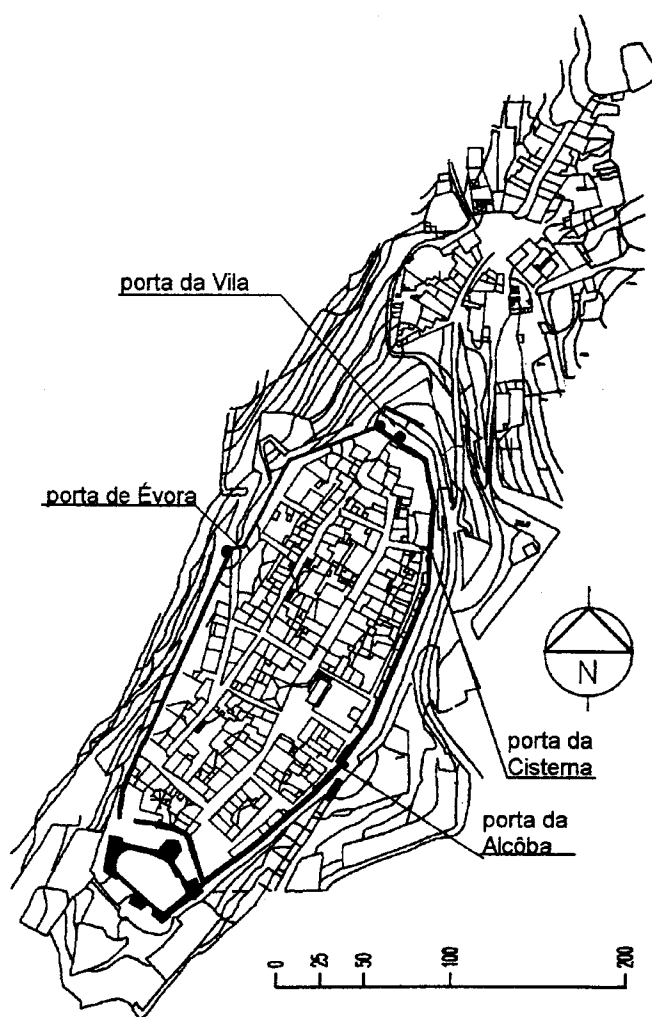
respectiva cerca.<sup>147</sup>

No interior da cerca, na azinhaga da porta de Évora, ao contrário do que também era comum na Idade Média, instalou-se ou permaneceu, a comunidade judaica<sup>148</sup>. Formulamos a hipótese da comunidade ter permanecido pois, se atentarmos nas palavras de Túlio Espanca “O acesso normal da praça (Vila) fazia-se pela vertente setentrional ... até atingir a porta de Évora.”,<sup>149</sup> é possível que a urbe anterior às modificações dionisinas fosse uma sequência de construções que, saindo da porta da barbaca do castelo, se desenvolvesse ao longo do caminho que, descendo a encosta setentrional, “...entroncava (já na planura) na via romana que vinha de Moura...”<sup>150</sup>

Para Norte e adjacente à barbaca da cerca da Vila, precedendo a rua do arrabalde, situar-se-ia presumivelmente o rossio, já que é numa das ombreiras da cantaria da porta da Vila que se encontram “...insculpidos, duas marcas-padrões metrológico, medievos, destinados aos mercadores de pano e similares - a vara e o côvado -...”

### Equipamento

Pela intenção de povoamento de uma região inóspita e fronteiriça, como também pela morfologia do traçado urbano, podemos aproximar Monsaraz do modelo das “bastides” do norte da Península Ibérica e do sul de França. O conjunto de factores que a isso conduzem é reforçado quando se verifica que, também aqui, foi na Praça da Vila que se concentraram os equipamentos suporte de uma vida urbana: a igreja Matriz, cuja origem remonta, pelo menos a 1320, os primitivos Paços do Concelho e Tribunal construídos



---

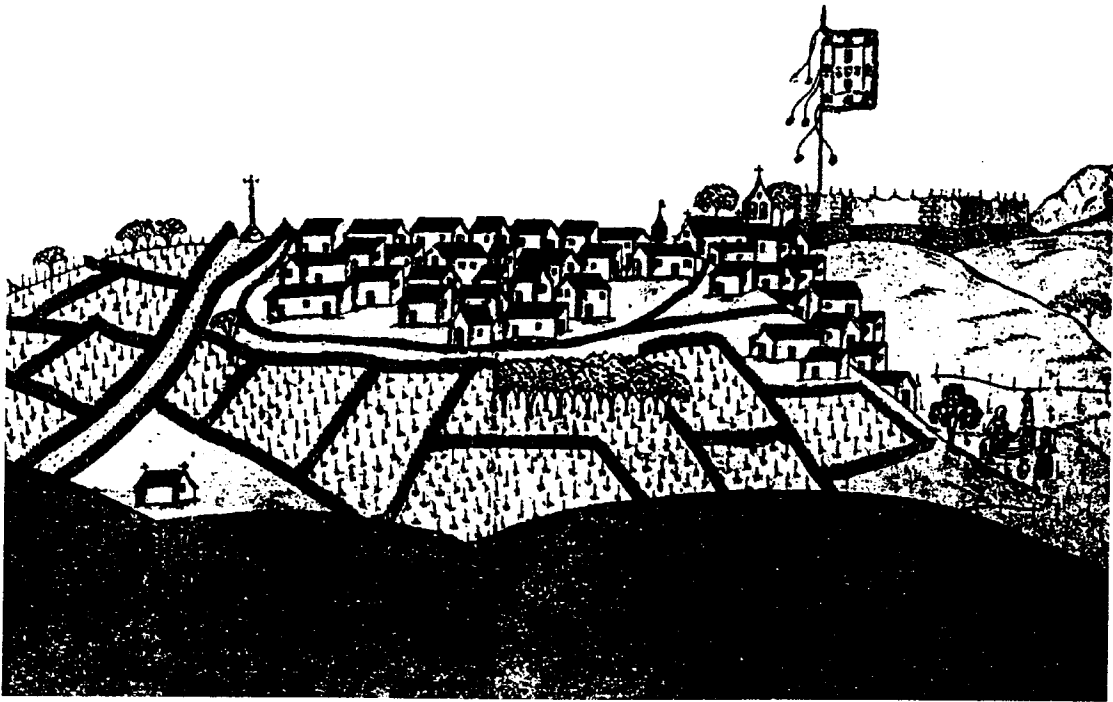
no 2º quartel do séc. XIV, e o hospital do Espírito Santo que, após 1520, passou para a recém-instituída Irmandade da Misericórdia.

Conquanto não se situassem na Praça, concorre para a caracterização urbana de Monsaraz a existência de duas cisternas para armazenamento das águas pluviais: uma, já desaparecida, junto ao pano de muralha onde se localiza a porta de Évora e a outra junto ao pano da cerca oposto ao primeiro, cuja construção é coeva daquela infraestrutura de defesa.



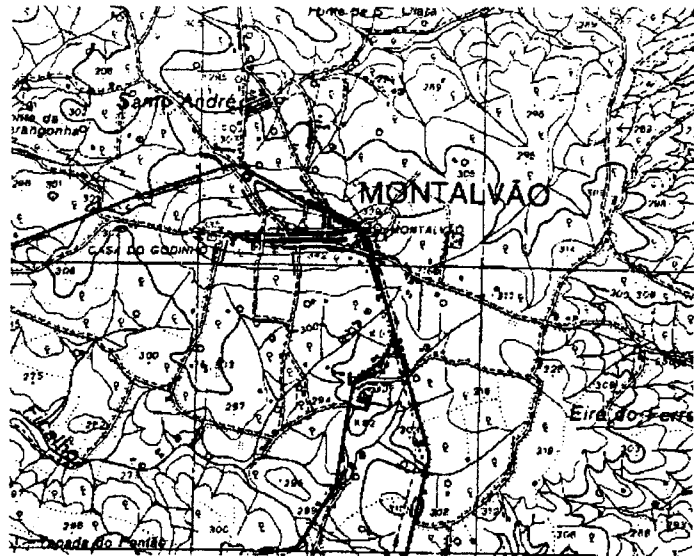
*No caso de Monsaraz o arrabalde adapta-se à topografia do local resultando numa estrutura independente da malha urbana da vila muralhada.*





*Vista tirada da banda do sul*

Até há bem pouco tempo os autores que se lhe referiram deixavam entrever tratar-se de um pequeno povoado onde D. Dinis terá mandado construir um castelo. Pareceria assim estarmos perante uma fortificação ex-novo, num local onde outros povos nunca terão tido ensejo e vontade de erigir uma fortaleza. Contudo, o castelo de Montalvão já é mencionado, como tal, na



Crónica do Mouro Rasis (séc. X)<sup>151</sup>. Não admirará assim que Luís Keil escreva "...O que subsiste do antigo castelo, construído por D. Dinis, são apenas as ruínas das muralhas circulares ... O aparelho destas muralhas em ruínas denota ter sido a sua construção anterior ao séc. XIV."<sup>152</sup>

Para Pinho Leal "...D. Dinis lhe mandou construir um castello e cercar de muralhas, que tudo ainda existe, mas em estado de ruína..."<sup>153</sup>. Deste autor se poderia inferir uma cerca que envolvia a vila; porém parece que tal cerca nunca terá existido, constituindo a fortaleza o único meio de protecção da população. Apesar de ver o seu castelo construído ou reconstruído por D. Dinis, esse facto não foi suficiente para ter sido outorgado foral a Montalvão por aquele monarca,<sup>154</sup> visto só em 1512 ter sido instituída carta foralenga<sup>155</sup>. A esta ausência de foral medieval não deve ter sido estranho o facto da povoação ter pertencido ao mestrado da Ordem de Cristo<sup>156</sup>.

Se para outras povoações alguns autores dedicaram parte da sua investigação à origem do topónimo tal não se verificou relativamente a Montalvão. Todavia, se tomarmos em linha de conta o facto de se tratar de um território incluído nos domínios Templários - Ordem com origem em França, tendo aqueles cavaleiros fundado um arrabalde na capital deste país, cuja matriz é o traçado geométrico ortogonal, de que persiste a rue du Temple-, se tomarmos também em linha de conta a política de povoamento levada a efeito com colonos estrangeiros, iniciada por Sancho I e retomada por

D. Afonso III (lembramos o caso de Pavia) e continuada por seu filho, se atentarmos nos topónimos das povoações da zona: Nisa, Tolosa, Arez, e um pouco mais a norte Segura, Salvaterra do Extremo e Monforte da Beira, julgamos defensável a hipótese de o topónimo Montalvão provir de Montauban, i.e., terá sido povoação fundada por colonizadores oriundos daquela região ou de qualquer outro modo a ela ligados.<sup>157</sup>



*Vista geral*

### **Posição e sítio**

A fundação do castelo (ou reconstrução e melhoramento de um castro pré-romano fortificado<sup>158</sup>) deve-se seguramente a razões de estratégia militar, no sentido do reforço da linha de defesa da fronteira com o reino de Castela, defesa essa de que já faziam parte as fortalezas de Castelo de Vide e Marvão, quando, como hoje, aquela fronteira se definia pelo leito dos rios Tejo e Sever. Montalvão seria assim um ponto de vigilância da própria fronteira dada a proximidade com aqueles rios, e face à facilidade de comunicação visual com outras praças portuguesas pois “...della se descobrem ... a Villa de Marvão ... a Villa de Castello de Vide ... a Villa de Nisa ... a Villa de Povia e Meadas ... se avista a Villa de Castello Branco ... a Villa Velha de Rodão...”<sup>159</sup>. Assente num promontório de pequena altura, facto que, como vimos, não impede que domine visualmente um vasto território plano, a povoação estende-se do castelo até à Corredoura, ocupando a totalidade do planalto.

### **Traçado e crescimento urbanos**

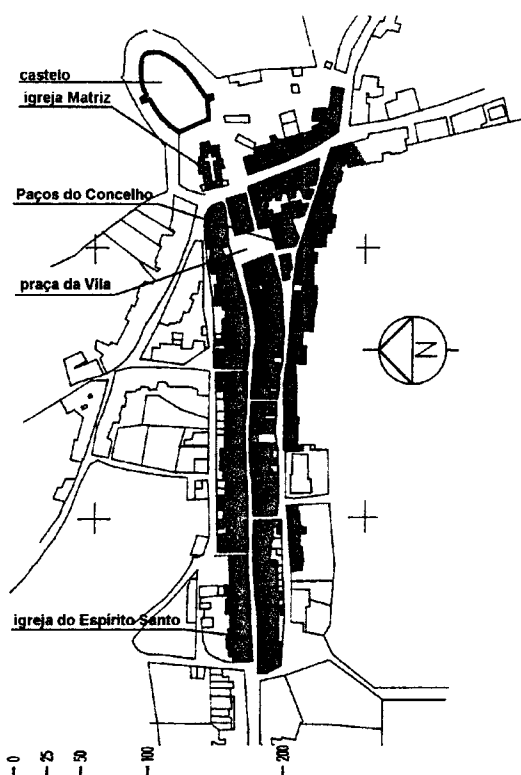
Pese embora o facto de nenhum autor fazer referência à fundação do povoado, o traçado urbano assemelha-se suficientemente com outras povoações alentejanas de fundação dionisina, para podermos colocar a hipótese de, juntamente com a determinação de reconstrução do castelo, D. Dinis ter ordenado o traçado subsistente, jogando ambos na atracção de gente (colonos) que garantisse o povoamento da zona.

O castelo, situado no ponto mais elevado do planalto, juntamente com a igreja Matriz,<sup>160</sup> limitam o traçado a nascente. Este seria originalmente constituído por duas ruas: a rua Direita, cuja toponímia se conserva, - nesta rua são ainda visíveis portais de habitações de arco em ogiva, assemelhando-se a tipologia destes edifícios aquela encontrada em Nisa -, e uma sua paralela, a sul, ambas limitadas a poente pela Corredoura, entre as quais, quase no extremo nascente, se abre um largo. A norte da rua Direita, possivelmente em data posterior, formou-se uma terceira rua no local da antiga azinhaga de servidão dos quintais, rua essa onde, mesmo na actualidade, a ocupação urbana é diminuta. Entre os dois arruamentos mediévicos duas travessas dividiam o comprimento total daqueles em três quarteirões de extensão semelhante.

Posteriormente a vila cresceu apoiada na via de acesso que, vencendo a escarpa entre a planície e o planalto, passava no adro da Matriz, na travessa que ligava a rua Direita à azinhaga de servidão dos quintais norte e numa terceira via que, obliquamente liga a paralela sul ao caminho de acesso. Em séculos posteriores ao séc. XVI, também se esboçou um crescimento para este, no prolongamento da rua Direita, a partir do cruzeiro que Duarte d'Armas desenhou no topo da Corredoura.

### Equipamento

Para além da fortaleza e Matriz já referidas, no topo poente da povoação medieval situa-se a igreja do Espírito Santo, anexa à qual funcionaria seguramente a respectiva albergaria. Na esquina sudoeste da praça da vila localiza-se ainda hoje o edifício dos antigos Paços do Concelho no qual, aproveitando o declive entre a praça e a travessa que dela sai para sul, existia a cadeia em semi-cave.



*A malha recticulada como base de uma fundação onde os crescimentos posteriores se fizeram ao longo das vias de acesso ao outeiro alongado, em cujo topo a Vila se implantou.*



*A Praça da Vila definida pelos arruamentos laterais.*



Povoação fundada por D. Dinis, este rei outorgou-lhe foral em 1315.<sup>161</sup>

As razões para a sua fundação ter-se-ão prendido à necessidade de povoamento das vastas áreas do interior do território, não desempenhando portanto qualquer papel defensivo. Aliás, será este o motivo para a inexistência de qualquer fortificação visível na actualidade ou relatada em documentação sobre a vila.

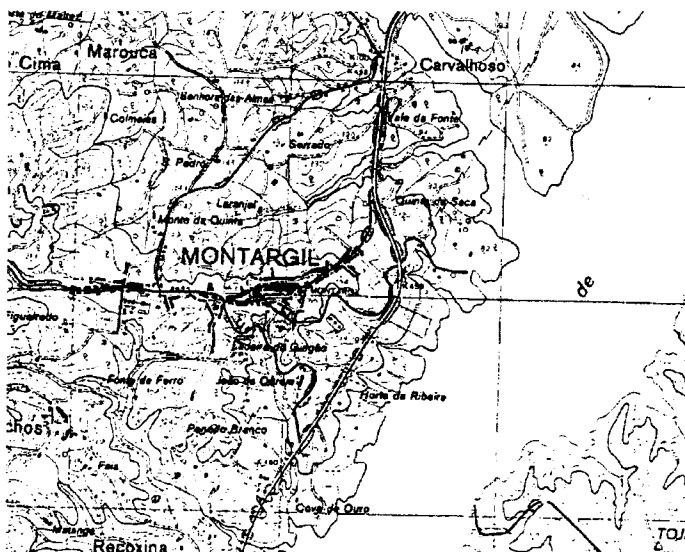
Essa necessidade de povoamento era aliás manifesta em toda a região pois, como no-lo diz Lopes Correia “...a região era bravia e infestada de animais selvagens...” e, mais adiante, “...a chamada Coutada Velha ... se estendia desde Montemor-o-Novo até Montargil...”<sup>162</sup>

Várias são as hipóteses apontadas para a origem do topónimo, ainda que nenhum autor seja conclusivo relativamente a qualquer delas. Assim o Pe. Carvalho<sup>163</sup> adianta que “...Na França ha uma cidade chamada Montargis. Pode ser que algum francez... (vindo para estas paragens) ... fosse de Montargis...”, enquanto Pinho Leal propõe que “...o seu primitivo nome foi Monte-Argel e vinha de ser Monte do Infeliz, porque no antigo português Argel significava mofino, infeliz, desgraçado...”. Supomos que não ser de excluir a hipótese do Pe. Carvalho, não nos termos em que a coloca, mas sim no povoamento feito por colonos oriundos de Montargis.

### Posição e sítio

Como já foi referido, cremos tratar-se de um simples povoamento de terras bravias pelo que não há qualquer razão de índole comercial ou militar que esteja subjacente à localização.

Já no que diz respeito ao sítio, verifica-se que se procurou um outeiro que domina um vasto território, cuja elevação estaria sobranceira à ribeira de Sôr. Mesmo hoje,



tendo subido o nível da água com a construção da barragem, Montargil surge-nos relativamente elevado.

### Traçado e crescimento urbanos

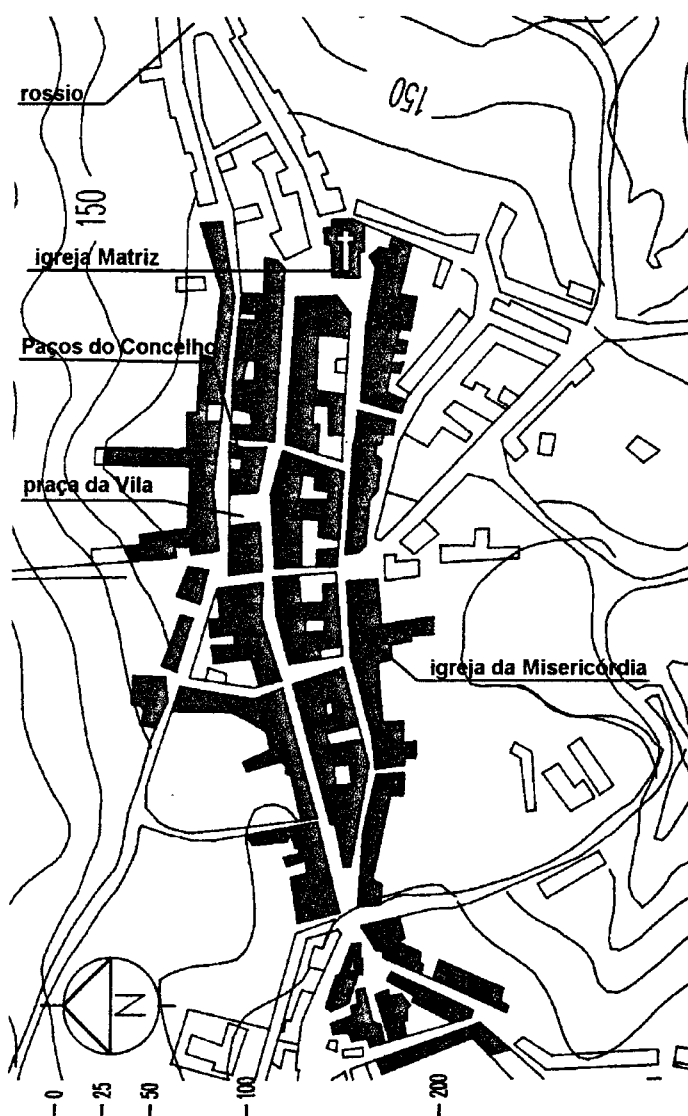
Diz a tradição que a vila teve origem num morro a sul, onde a actual capela seria o edifício dos Paços do Concelho, à volta do qual, de uma forma “orgânica” se teriam disposto as casas e arruamentos.

Desconhecemos em que factos se baseia esta tradição mas, a aceitarmos-la, a vila fundada por D. Dinis não passaria de um pequeno lugar como Montoito, (fundada em 1270).<sup>164</sup> Ora Montoito, à semelhança de outras pequenas povoações alentejanas, foi efectivamente fundada no séc. XIII, mas sob a forma de colonização de herdade, permanecendo o latifundiário na posse da terra. Outras houve em que D. Dinis outorgou foral, mas elas já tinham existência como pequeníssimos aglomerados. Não conhecemos, contudo, fundações reais com as características que a tradição atribui a Montargil.

Deste modo, cremos que aquela aglomeração seria um povoado pré-existente que serviu de “base” para a fundação dionisina, pois a malha urbana que se estende desde o outeiro já referido, até ao morro onde foi implantada a igreja de Sto. Ildefonso é em tudo semelhante às fundações da baixa Idade Média no Alentejo, como por exemplo Ourique.



*Ao fundo a capela onde, segundo a tradição local, terá sido o edifício dos primitivos Paços do Concelho.*



*A estrutura reticulada da fundação dionisina em contraste com a estrutura orgânica “radial” daquela que a tradição afirma ser a primitiva povoação (na zona inferior do desenho)...*



A partir do morro norte, onde se implantou a igreja Matriz, foi estabelecida uma malha ortogonal, formada por três ruas longitudinais, no sentido norte-sul, e duas travessas de ligação entre aquelas. Esta estrutura em que, a rua central se implanta na linha de fecho de uma crista que, descendo no sentido sul, apresenta também declives laterais.

Não se tratando de um alargamento (a tradicional formação do largo) de uma rua ou travessa, mas antes duma criação integrada no plano pré-estabelecido, a Praça da Vila abre-se entre a rua central (Direita) e a sua paralela poente, sensivelmente a meio da maior extensão da vila.

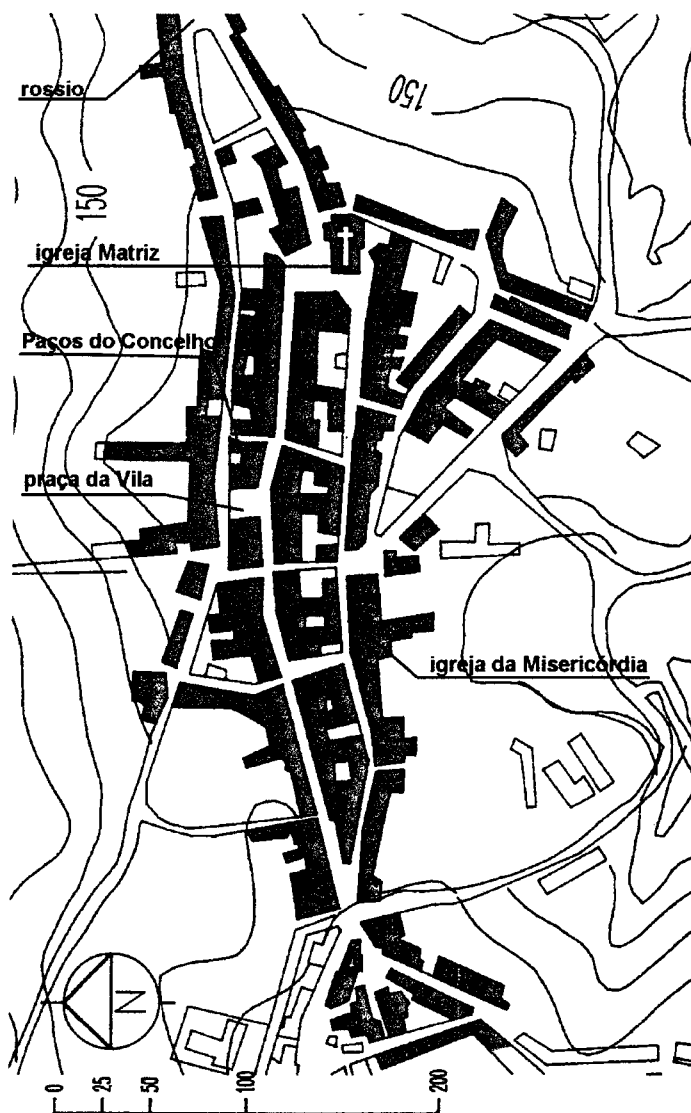
Em período posterior, a vila ter-se-á expandido no sentido sul

pelo prolongamento da rua central e da sua paralela nascente, (acabando esta por entroncar na primeira, em cunha). Este crescimento fez-se por atracção natural que a capela localizada no morro sul - onde a tradição situa a primitiva Montargil - constituía, adoptando a vila, desta forma, o perfil de dupla bossa tantas vezes evidenciado pelas vilas alentejanas.

Também quando o núcleo original se expandiu para nascente, fê-lo pelo entroncamento de duas ruas, a central e a sua paralela norte que, convergindo, contiveram o espaço de trocas comerciais que desde sempre se estabeleceu no Rossio.

## Equipamento

A igreja Matriz, implantada no ponto mais elevado do



*... e o posterior crescimento natural, não planeado, em direcção ao rossio (no topo do desenho).*



*O início do traçado rectilíneo, no ponto em que as duas ruas longitudinais principais se juntam.*



---

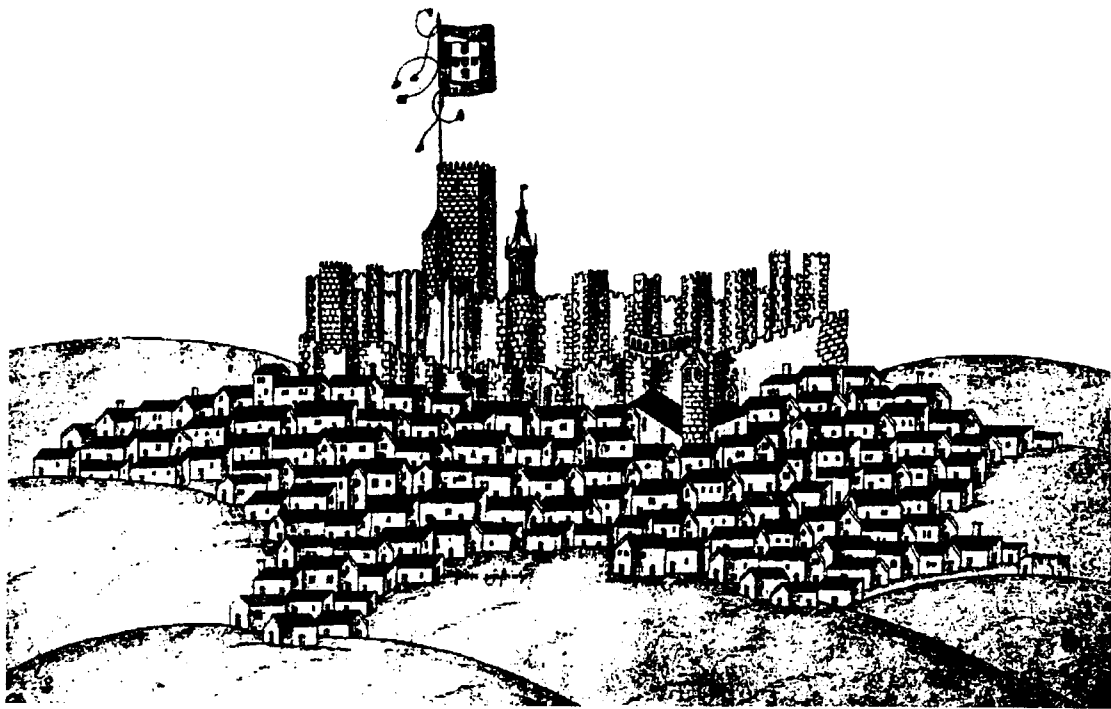
assentamento urbano, conformava e limitava o próprio perímetro da vila, além de constituir um referente visual e estruturante do próprio território próximo.

No extremo oposto da rua da igreja Matriz - referimo-nos à malha urbana inicial -, situa-se a igreja da Misericórdia a qual, supomos, terá sido precedida pelo templo da irmandade do Espírito Santo e respectiva albergaria.

Na Praça da Vila situavam-se os Paços do Concelho, cujo edifício foi demolido há pouco tempo. Supomos que, dada a diferença de nível existente entre as duas ruas que o confinavam - a central e a sua paralela poente -, a cadeia se situasse em cave com fachada desafogada para a rua a poente.



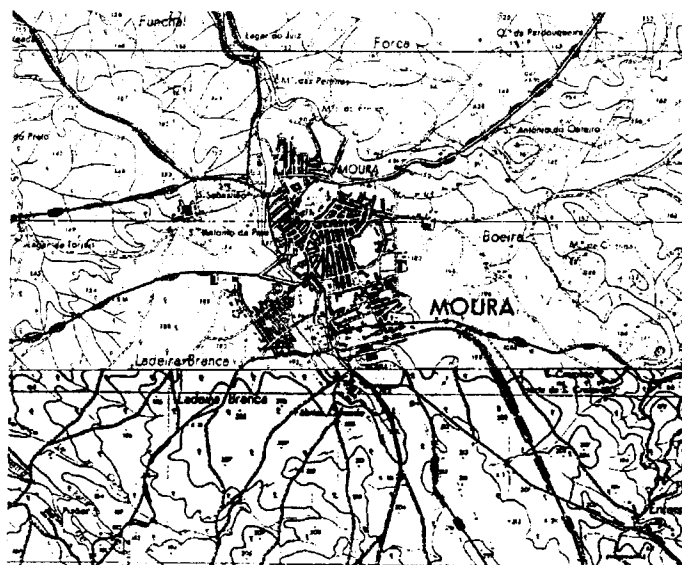
*O edifício que substituiu o dos Paços do Concelho.*



*Vista tirada da banda do este*

*No início do sec.XVI constituíam já importantes aglomerados urbanos não só o arrabalde cristão e a Mouraria, como também a estrutura urbana que os ligava. Note-se ainda no desenho de Duarte d'Armas a torre Salúquia na cerca, a torre sineira da igreja de S.João Batista e a barbacã que, ao ser demolida deu origem à actual alameda que circunda as muralhas subsistentes.*

Assinalada a presença humana na zona desde tempos remotos, tem-se procedido recentemente a pesquisas na área compreendida pela cerca medieval, correspondente à cota de maior altitude do território mais próximo (cota 188.7 na área da alcáçova), de forma a permitir afirmar com segurança a existência da cidade “...para além dos meados do primeiro milénio A.C.”<sup>165</sup>



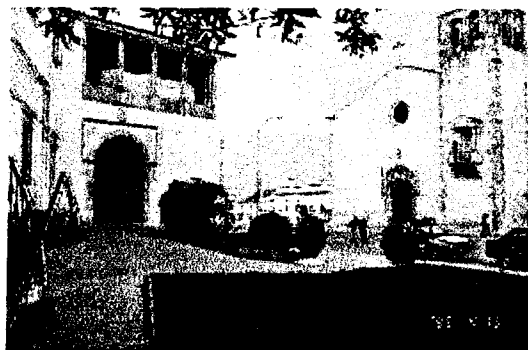
Cidade romana, cuja área excedia largamente os limites da muralha medieval,<sup>166</sup> poderá ter tido, no local onde se eleva aquela cerca, um forum e um templo dedicado a Esculápio ou Salus.<sup>167</sup>

Na esteira de Fragoso de Lima, J. Alarcão propõe a existência de quatro estradas romanas saindo de Moura que se dirigiam para Aroche (a leste), Beja (a oeste), Serpa (a sul) e Évora (a norte), as quais teriam, como correspondentes urbanas as ruas de Aroche e Sta Justa (Aroche) e a do Cordovil (Serpa). Quanto à via de Beja aponta o autor a “...área de S. Sebastião e das sete casas...” e para a de Évora, Fragoso de Lima, localiza-a a partir do antigo Rossio do Carmo descendo a encosta norte.<sup>168</sup>

Do período pré-muçulmano, Fragoso de Lima assinala uma área que identifica como necrópole, no actual Jardim Público, sobre a qual teria sido construída a muralha árabe-dionisina, já que, a um e a outro lado das fundações desta, têm sido encontradas ossadas<sup>169</sup>. Se da lenda da bela Salúquia, alcaidessa moura, filha de Buhassun o qual terá “...fortificado o castelo da vila, levantando-o quase das ruínas...”<sup>170</sup> inferimos a existência



A torre Salúquia e a porta da cerca que servia o arrabalde cristão.



Vista da mesma porta e do rossio onde foi erguida a igreja de S. João Batista e onde tinha início o arrabalde cristão.

de uma povoação ou pelo menos a existência de uma fortaleza no outeiro, já os achados arqueológicos a que Fragoso de Lima faz referência,<sup>171</sup> bem como a inscrição que está numa das torres da alcáçova (em que ficamos a saber ter uma torre sido mandada construir em 1052 por Almutadide, rei de Sevilha e pai do poeta),<sup>172</sup> não nos restam dúvidas quanto à existência de uma povoação intra-muros de que hoje não permanecem, à vista, elementos para que possamos formular uma hipótese de traçado urbano plausível,<sup>173</sup> salvo a constatação de que obedeceria esta povoação aos “cânones” muçulmanos, no que diz respeito à divisão entre alcáçova e medina, e que a implantação da torre de menagem confirma.<sup>174</sup>

A sua conquista, durante o reinado de D. Afonso Henriques, rodeia-se da lenda da já referida moura Salúquia<sup>175</sup>. Através da documentação existente, sabe-se que a vila terá passado à corôa portuguesa logo após a subida de D. Dinis ao trono,<sup>176</sup> tendo-lhe este monarca outorgado foral em 1295, segundo o modelo de Évora,<sup>177</sup> e mandado restaurar a cerca e erigir a torre de menagem. Posteriormente, após a proclamação da independência em 1640, foi a vila rodeada de muralhas do tipo “Vauban” as quais, “...lhe cortaram mais de 500 (vizinhos)...”<sup>178</sup>. Se alguns autores,<sup>179</sup> influenciados pela lenda acima referida, aceitam como origem toponímica o facto dos cavaleiros, que supostamente conquistaram a povoação, terem tomado para seu apelido e para designação da vila a homenagem à origem étnica de Salúquia,<sup>180</sup> outros há que afirmam que o vocábulo seria de origem germânica e que já assim seria conhecida a vila no período muçulmano.<sup>181</sup>

Relativamente ao período romano todos os autores têm vindo a reafirmar peremptoriamente tratar-se de Nova Civitas Aruccitana ou a Nova Aroche, já que Aroche seria conhecida por Arucci-Vetus, baseando as suas afirmações no aparecimento e tradução de uma lápide evocativa que narra o seguinte: “*A nova cidade de Aruccitana (dedicou este monumento) a Júlia Agripina augusta mãe de Nero Cláudio César Augusto Germanico*”. Todavia, Jorge de Alarcão contestou a tradução e refere que Hubner em 1869, afirmou

---

ter sido a lápide encontrada na serra de Aroche e trazida para Moura onde André de Resende a terá visto.

### **Posição e Sítio**

Moura está situada a leste do rio Guadiana na elevação dominante de uma planície atravessada pela ribeira de Brenhas e rio Ardila. À sua localização não será estranho o facto de se integrar na "*...faixa pirítica do Sudoeste Peninsular... especialmente rica em minérios de ferro, zinco, chumbo e prata.*",<sup>182</sup> assim como a possibilidade de exploração dos seus solos fertilíssimos e a facilidade de comunicação/escoamento que o Ardila e o Guadiana proporcionavam.<sup>183</sup>

A sua importância estratégica, na defesa da margem esquerda do Guadiana, é evidenciada por J. Veríssimo Serrão<sup>184</sup> quando este autor diz "*...A definição territorial do País tinha que encarar a sorte destes castelos (refere-se a Serpa, Moura e Mourão) por constituírem a defesa natural do Baixo Alentejo e... da presença lusa ... (no) Algarve...*", importância que levou a que entre D. Dinis, após receber aquelas praças de sua mãe (tinham-lhe sido doadas por seu pai Afonso de Castela) e o novo monarca castelhano, Sancho IV, se reacendesse a guerra pela sua posse. O rei português, demonstrando perceber quão importante era Moura no plano estratégico, concede-lhe foral dois meses após a contenda com Castela ter sido resolvida.

Estava assim a povoação árabe confinada intramuros, tendo um ou mais arrabaldes fora de portas, sendo certo porém que a actual mouraria poderá não corresponder ao arrabalde homónimo medieval, pois no seu topo norte existia um almocavar.<sup>185</sup>

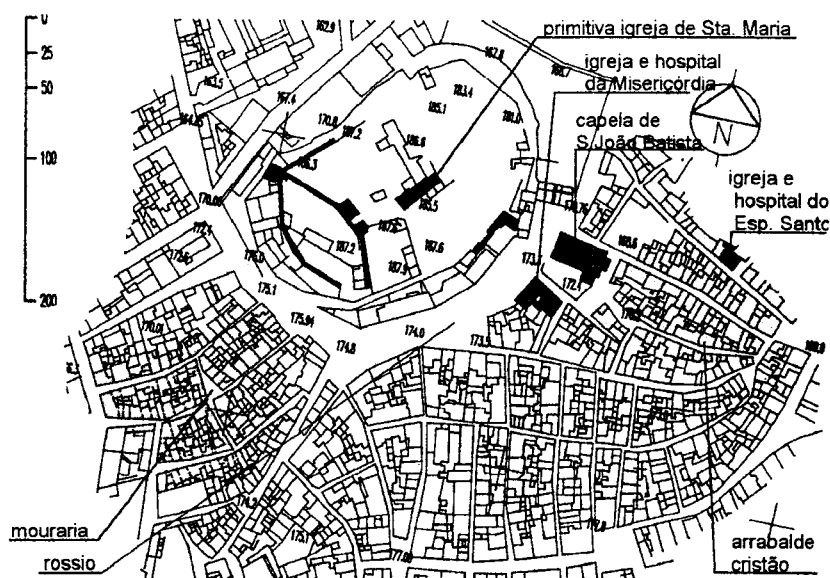
### **Traçado e Crescimento Urbanos**

Apesar de se conhecer a existência de uma vila muçulmana no interior da cerca, bem como anteriormente terá havido uma vila romana, de que as vias identificadas por Fragoso Lima e Jorge de Alarcão poderiam ser o cardo e o decumanus máximos. Hoje apenas são identificáveis vestígios arqueológicos na alcáçova, os quais não permitem,

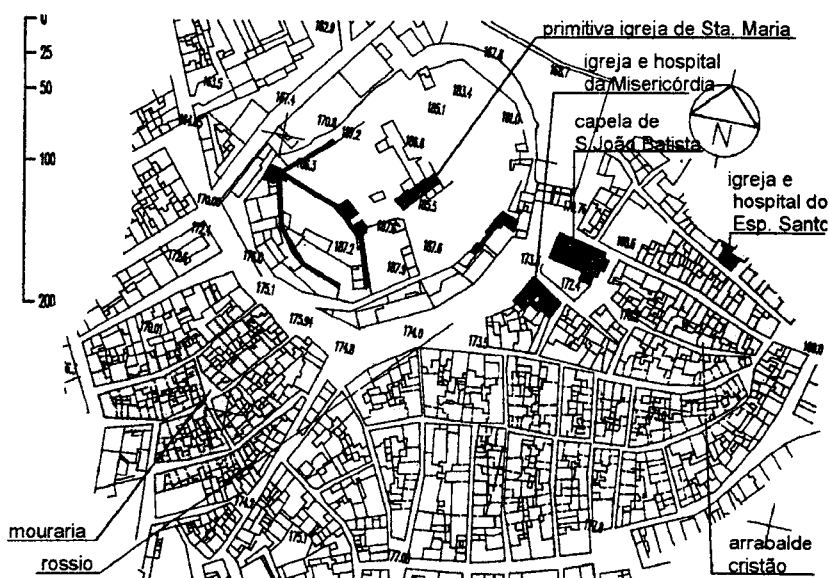
por enquanto, avançar com segurança uma hipótese de malha urbana. Resta-nos a localização da Igreja de Sta Maria no interior da cerca, na zona da medina, (outrora mesquita maior) que terá sido do Convento das Religiosas Dominicanas do

Castelo da Vila, cuja fundação confirma a existência de um aglomerado urbano intra-muros, pois a fundadora pretendeu o convento na "...própria casa em que havia nascido, que por estar contígua à Igreja Sta Maria, que em tempo fora Matriz de grande Comodo..."<sup>186</sup>. A instituição de um morgado também contribui para reafirmar-mos a existência de povoação intra-muros, pois "...mencionando os bens instituídos nomeia as suas casas que dentro da Cerca da Vila, junto da Igreja de S. Tiago..."<sup>187</sup>

Seguindo as descrições de alguns autores, conclui-se pela existência de uma vila intra e extra-muros, já que o arrabalde cristão e a Mouraria seriam coevos e coetâneos da própria vila dentro da cerca, ainda que L. Almeida Cabral localize um primeiro arrabalde (da época muçulmana?) na área hoje ocupada pelo convento do Carmo, i.e., a oeste da cerca onde se localizava a praça e a igreja de S. Martinho, esta demolida para dar lugar ao baluarte do Carmo.<sup>188</sup>



*Embora tratando-se de comunidades religiosas diferentes, verifica-se que os mesmos princípios de organização do espaço urbano - traçado geométrico - foram aplicados nos dois arrabaldes...*



*...sendo contudo diferente o modo como se estruturou o tecido urbano entre os arrabaldes acima referidos.*

O arrabalde cristão que se desenvolve a oeste e tinha acesso à vila através da porta protegida pela torre de Salúquia, apresenta um traçado de três ruas paralelas, com cerca de 180 m de comprimento, - de Aroche, do Espírito Santo e da Capinha Rota - e uma travessa - da Romeira -. Uma pequena praça defronte da muralha, enquadrada a norte pela igreja de S. João Batista mandada reconstruir por D. Manuel e a sul pela igreja da Misericórdia, fundada pelo Cardeal Rei D. Henrique, seria eventualmente a praça do próprio arrabalde.



*Rua da Mouraria.*

Assinalamos a existência de um edifício medieval fronteiro do portal manuelino da igreja de S. João Batista, que ostenta na fachada a cruz de Malta, símbolo da Ordem do Hospital, a qual deve ter sido residência daquela Ordem e teria mais dependências ao longo da rua de Aroche<sup>189</sup>. Esta construção vem corroborar a importância do arrabalde cristão na época mediéfica.

A Mouraria, uma das maiores de Portugal,<sup>190</sup> que se encontra cingida num quadrado de 1,5 ha defronte da alcáçova, apresenta um traçado de três ruas paralelas, na extensão de 140 metros - a Primeira, a Segunda e a Terceira Ruas da Mouraria - interligadas por uma transversal que abre entre duas ruas para formar um largo - a Travessa e o Largo da Mouraria -.

Se o arrabalde cristão se implantou numa área planáltica, de suavíssimo declive no sentido poente-nascente e de forte inclinação na vertente norte, já a Mouraria se estendeu em direcção ao ribeiro da Roda, sem o atingir, e ocupou uma zona de maior inclinação que o anterior arrabalde.

Não só pela hipótese de perímetro urbano da época romana formulada por Jorge de Alarcão, como também pela localização de diversos equipamentos religiosos erigidos a partir do séc. XVI na zona a sul, adjacente àquele perímetro, como ainda pelo desenho do próprio traçado, cremos ter-se desenvolvido a vila, ainda na Idade Média, entre os dois arrabaldes descritos, apresentando uma estrutura em “espinha-de-peixe” apoiada a nascente no ponto de confluência das ruas do arrabalde cristão e a poente na actual

---

rua Miguel Bombarda, tendo por limite sul, o aro do perímetro romano acima referido e por limite norte o rossio (actual Praça Sacadura Cabral), que se estendia em redor da muralha e que servia de ligação entre os dois arrabaldes inicialmente referidos. Já nos séc's. XVI e XVII, a vila ter-se-á desenvolvido para sul, apoiada no prolongamento das transversais que constituíram a “espinha-de-peixe”.<sup>191</sup>

## Equipamento

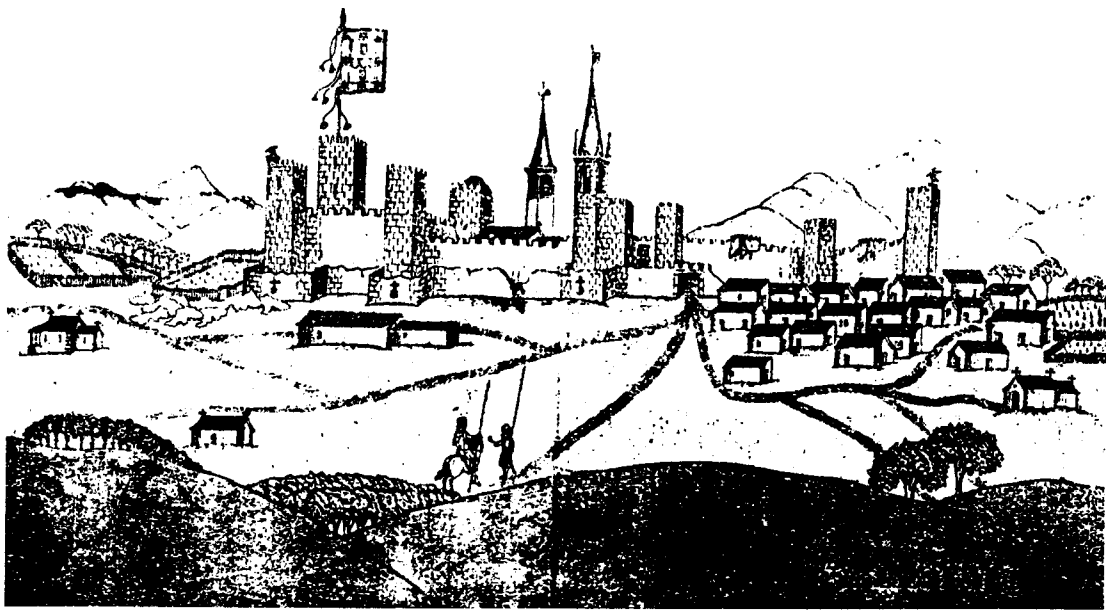
Se não se nos levantam dúvidas quanto à existência de uma povoação inicial no interior da cerca, já o mesmo não podemos dizer quanto à existência, nesse recinto, de um edifício municipal, porquanto sabemos ter a povoação sido objecto de conquista por D. Afonso Henriques em 1166 e novamente reconquistada em 1191, mas só ter ficado definitivamente integrada em território português após o Tratado de Ciudad Rodrigo, em 1297. Se durante este período de tempo a vila foi agraciada com dois forais: em 1171 por D. Afonso Henriques e em 1217 por D. Afonso II,<sup>192</sup> só o foral dionisino, mercê da política iniciada por seu pai, conteria em si os germens que conduziram à criação do concelho, i.e., à necessidade da existência de um edifício que representasse a liberdade adquirida. Paralelamente e como já referimos, na pequena praça no extremo ocidental do arrabalde cristão, localiza-se a igreja de S. João Batista, conhecida desde 1318 como capela na ábside da actual igreja<sup>193</sup>. Assim, e à semelhança de outras povoações alentejanas onde a construção de equipamentos urbanos na praça da vila é notória,<sup>194</sup> julgamos terem-se localizado os primitivos Paços do Concelho na praça adjacente à actual igreja de S. João Batista.

Na rua do mesmo nome localiza-se a igreja do Espírito Santo que, apesar de ter sido reformada ou reerguida no séc. XVI, tem as suas origens no séc. XIII/XIV. Junto a esta localizava-se o respectivo hospital que, mais tarde, foi integrado na Misericórdia e transferido para o edifício anexo à igreja daquela instituição, o qual foi fundado em 1675<sup>195</sup> e erigido com aquela função expressa.



*Porta ogival encimada por placa de mármore com o símbolo da Ordem do Hospital.*





*Vista tirada da banda sul*

*Sendo o ponto de cruzamento de vários caminhos, estes terão estado na origem da fundação da Vila confirmando-lhe o seu papel regional.*

*O desenho confirma também a existência de um castelo de protecção, a poente da cerca, bem como a existência de um arrabalde gerado a partir do rossio da porta da Vila (a outra vista de Duarte d'Armas, a da banda norte, representa apenas a cerca envolvente da povoação sem qualquer arrabalde).*

Povoação fundada por D. Dinis, sucedendo a Nisa-a-Velha “...destruída no último terço do séc. XIII nas lutas de D. Dinis com seu filho Afonso Sanches...”,<sup>196</sup> da qual ainda existem ruínas a cerca de três quilómetros da actual povoação,<sup>197</sup> ela terá substituído o antigo castelo de Térron que se erguia no local onde se implantou a Matriz<sup>198</sup>. Da tarefa de erguer nova vila e respectiva cerca encarregou o rei o mestre dos Templários, D. Frei Lourenço Martins, tendo sido construída a cerca entre 1290 e 1296.<sup>199</sup>



À semelhança de Montalvão, também em Nisa há uma relação estreita entre os Templários e a povoação, se bem que no caso presente haja conhecimento da existência de concelho formado, pois o rei “...em carta dirigida ao Senado da Câmara...”<sup>200</sup> estranhava os gastos com a construção da cerca.

Tal como para Montalvão, somos de opinião que o topónimo de Nisa se deverá a povoadores oriundos de Nice - à data ainda povoação italiana - pois, apesar de na actualidade referirmos a povoação destruída por D. Dinis por Nisa-a-Velha, nada nos permite afirmar que o seu topónimo seria também Nisa e se o fazemos é por facilidade de estabelecimento de uma relação de proximidade geográfica e de continuidade de um núcleo urbano.

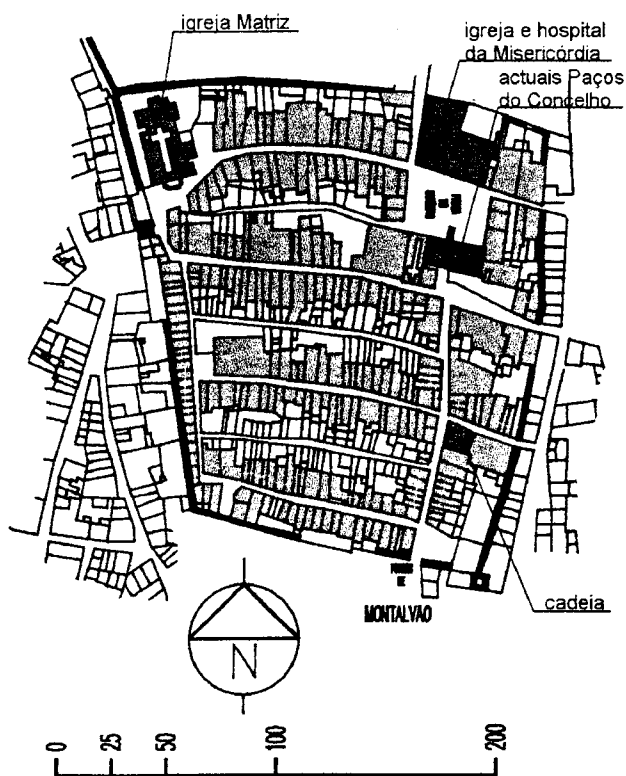
### Posição e sítio

Se militarmente não se pode evocar qualquer posição estratégica relativamente ao local escolhido para implantação, pois não é nenhuma eminência topográfica que pudesse auxiliar ao domínio do território que a circunda - é uma vila plana numa planície -, será quanto à posição geográfica que nos apercebemos do valor do local escolhido já que Nisa, apesar de distar 17 quilómetros do Tejo, situa-se no entroncamento da via de acesso ao norte (através da



A torre de protecção da porta de Montalvão. A imponência volumétrica e sinalética já era patente nos desenhos de Duarte d'Armas.

Vila Velha de Ródão), com a via de penetração no Alentejo (através de Montalvão) vinda de Espanha. Terão sido então as condições topográficas, juntamente com “...um poder central suficientemente forte para impor um plano de conjunto.”<sup>201</sup> e bem assim a situação geográfica, que facilitava à nova vila a acessibilidade e domínio comercial da região, facto que garantia “...um número razoável de habitantes a instalar...”, que permitiram a fundação de uma vila com a regularidade de traçado que Nisa ainda hoje patenteia.



### Traçado e crescimento urbanos

Se por um lado Raul Proença situa o castelo de Terrón no local da actual igreja Matriz e Luís Keil afirma ser esta igreja de construção quinhentista, por outro lado, a inflexão das ruas nas proximidades da igreja induz-nos a supormos que o castelo da vila se situaria neste local e, por esse motivo, desde o início da fundação da povoação, as ruas apresentavam este traçado.

De todas as povoações de fundação medieval no Alentejo, nenhuma apresenta uma regularidade de traçado tão perfeita como Nisa, ao ponto de podermos afirmar estarmos, indubitavelmente, na presença de uma “bastide”. Nesta vila podemos observar o mesmo tipo de traçado regular que serviu de base a inúmeras “bastides” do sudoeste francês: ruas principais, onde era construído o edifício de habitação e ruelas para serviço dos quintais; o paralelismo das ruas traçado “a cordel”; a cerca em forma de quadrilátero defendido nas esquinas por torreões (de que subsiste o que flanqueia a porta de Montalvão); a praça central definida por arruamentos que ligam portas da muralha em panos opostos. Para que a semelhança fosse total, falta a Nisa apenas a praça coberta ou ladeada por arcaria que se fecha nas

*O núcleo urbano original, planeado dentro dos mesmos princípios que presidiram aos planos das “bastides”, encontrou (ou procurou) as condições topográficas necessárias para que aquele plano não sofresse alterações.*

esquinas.

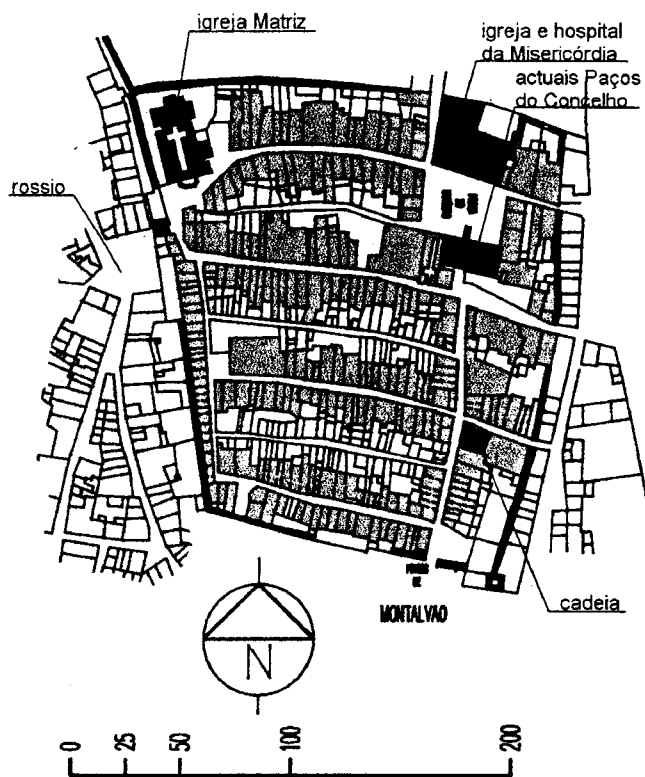
As ruas “correm” no sentido norte-sul e apenas uma liga as portas nascente (de Montalvão) e poente. A rua norte-sul mais a poente, define um dos lados da praça e termina na porta da Vila, a sul, na direcção de Alpalhão/Portalegre; a rua nascente-poente “entra” na praça a meio do lado nascente e sai na esquina sudoeste. Da esquina sueste da praça nasce uma ruela de servidão dos quintais.

A partir do séc. XVI, com nascimento na porta da Vila, um arrabalde foi-se formando na direcção leste sem nunca, contudo, ter envolvido por completo os panos sul e nascente da cerca. Também junto às portas do pano de muralha a norte se esboçaram inícios de arrabaldes, os quais nunca tiveram a expressão do acima descrito.

Em Nisa, corroborando a tese de Jorge Gaspar, o “*poder suficientemente forte*” manifestou-se também no próprio emparcelamento sendo ainda hoje visível que os lotes apresentavam uma frente média de 3.00 metros, ocupando toda a profundidade do quarteirão (23 metros). Em geral as ruas, independentemente da sua função, apresentam a mesma largura de 3, 50 m.<sup>202</sup>

## Equipamento

Dada a localização da cadeia e uma vez que o actual edifício dos Paços do Concelho datará do séc. XVII (sob o qual passa, através de um arco, a rua de ligação das portas nascente - de Montalvão - e poente), não podemos afirmar com segurança onde se localizariam os primitivos Paços Concelhios, ainda que sejamos tentados a supor que o actual edifício terá sido construído no local do anterior, à semelhança da localização deste tipo de equipamento noutras localidades portuguesas coevas.



*A cinza escuro o núcleo original e a cinza claro o arrabalde que se formou ainda antes do início do séc.XVII.*



*O rossio da porta da Vila.*

---

A igreja Matriz localiza-se junto à porta da Vila, afastando-se desta forma a função religiosa da praça, também à semelhança de outras povoações portuguesas e seguindo de perto a maioria das realizações francesas e inglesas do sul de França.

A única referência a qualquer instituição de carácter assistencial ou hospitalar é feita por L. Keil na descrição da Matriz, onde aquele autor localiza uma capela do Espírito Santo. Porém, dada a importância geográfica e populacional do aglomerado, é de supor ter existido uma albergaria da irmandade do Espírito Santo, instituição que terá sido substituída e absorvida pela Santa Casa da Misericórdia, cuja igreja e hospital se situam na Praça da Vila, tendo este hospital ocupado, provavelmente, o local da anterior albergaria.

---

## *Ourique*

---

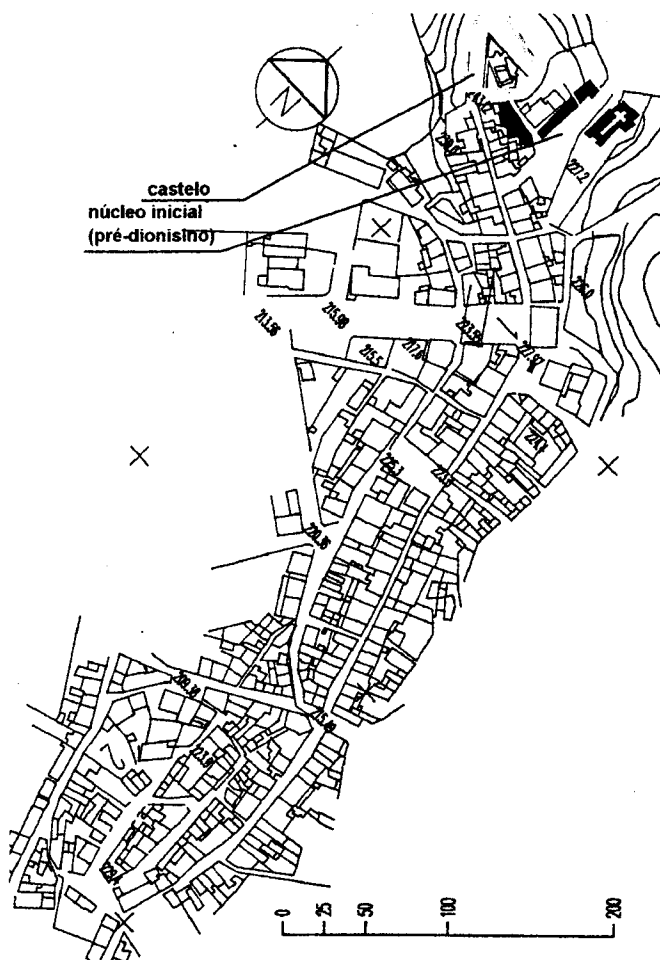
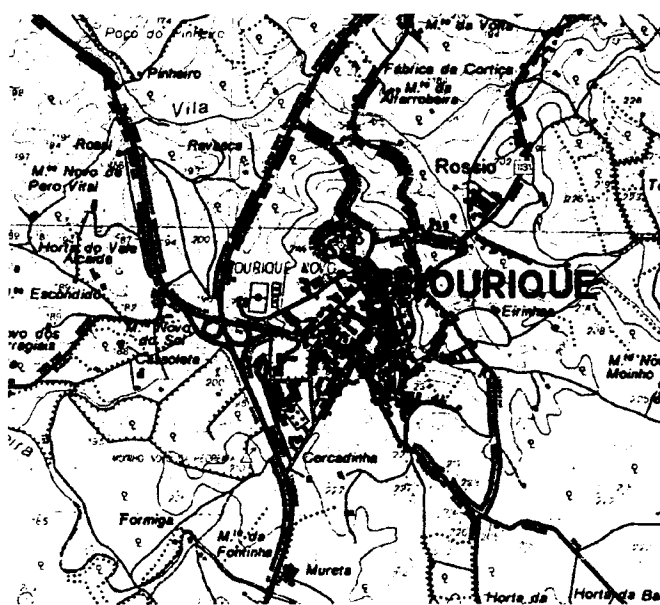
De ocupação remota, à semelhança doutros pontos dominantes na região,<sup>203</sup> Ourique inserir-se-ia no conjunto de povoações que ocupavam toda a faixa pirítica da Serra Morena até Grândola,<sup>204</sup> tendo por esse motivo constituído, certamente, local de ocupação romana e, posteriormente, árabe. Lugar que a mítica trecentista elegeu para símbolo da independência do reino, tal facto tem vindo a alimentar a polémica sobre o exacto local da batalha de Ourique, polémica que ainda hoje não é pacífica.<sup>205</sup>

Também no que respeita à origem do topónimo, as opiniões não são unânimes. Estas variam desde a origem árabe (ORIK), com o significado de infortúnio, adversidade, desgraça,<sup>206</sup> até à hipótese de se tratar de um antropónimo de origem germânica.<sup>207</sup>

De concreto sabe-se ter D. Dinis outorgado foral à vila<sup>208</sup> em 1290, não havendo notícia de qualquer cerca ou castelo mandados edificar por este monarca, inferindo-se pois que a fortificação estaria ainda em condições de poder servir de refúgio à população em caso de perigo.<sup>209</sup>

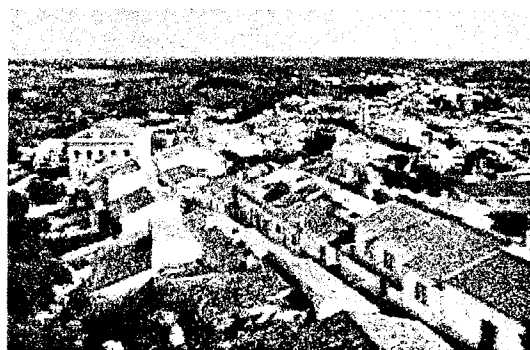
### Posição e sítio

Tendo sido talvez um castro pré-romano, terá assumido funções de povoado muçulmano fortificado, constituído por uma “salúquia” no cerro mais elevado,



estendendo-se o povoado ou cerca para guardar o gado, na zona mais baixa.<sup>210</sup>

Dada a sua implantação, alcandorada num "...outeiro ... donde se domina a grande planície do Campo de Ourique..."<sup>211</sup> a sua posição não terá resultado de uma encruzilhada de vias regionais - estas passam no sopé do outeiro -, mas antes da intenção expressa de ocupar os cumes das elevações que dominavam visualmente vastas áreas territoriais, localização que romanos, árabes e cristãos terão sabido aproveitar e desenvolver.

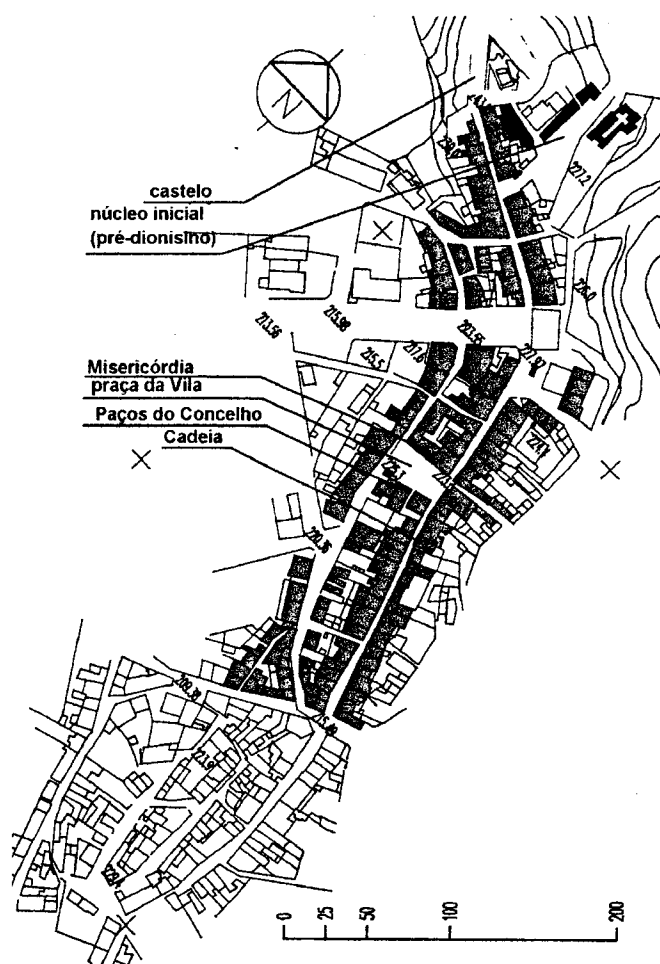


Vista geral

### Traçado e crescimento urbanos

Tendo por génese o castro implantado no ponto mais elevado, a vila ter-se-à desenvolvido na direcção norte-sul, no sentido de um outeiro situado a sul do morro do castelo, verificando-se também em Ourique a preferência pela implatação em "dupla bossa". Cremos que naquela direcção, descendo a encosta do castelo, se formou o primeiro arrabalde até à actual rua do Poço, a qual dá acesso à azinhaga dos Mouros. Eventualmente este arrabalde constituiria a própria povoação até à data do foral dionisino.

Admitindo a hipótese avançada por Cláudio Torres, à qual já fizemos referência, o traçado da vila medieval veio ocupar a área do "albacar",<sup>212</sup> sendo aquele constituído por duas ruas paralelas - conduzindo uma ao castelo e terminando a segunda numa transversal - ligadas por diversas transversais, abrindo-se uma delas para formar a praça da vila, onde se situava o edifício dos Paços do Concelho e respectiva torre Sineira, bem como a igreja de Misericórdia



Na página anterior, o que terá sido o núcleo urbano pré-existente à intervenção do rei D. Dinis e em cima o traçado reticulado de fundação dionisina.

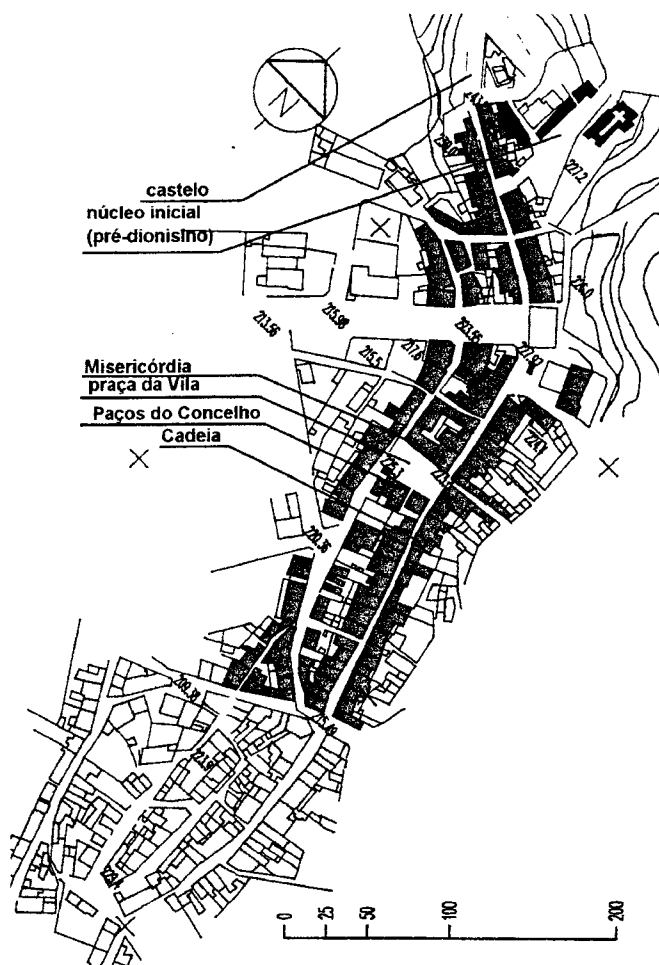


e hospital anexo. Estas ruas terminam no ponto mais baixo entre os dois outeiros referidos. Todavia, o outeiro sul apresenta um traçado muito próximo dos traçados geométricos adaptados à topografia dos cabeços, existindo uma rua central com duas paralelas encurvadas, a cada um dos lados, entrecortadas por travessas. Destas, porém, uma não é perpendicular às três ruas principais. Acresce que a rua central teria continuação/ligação à malha ortogonal, a norte, através de uma travessa desta última. A travessa, numa indiferença à ortogonalidade, aponta claramente para a ligação ao aglomerado a sul.

Sobre a implantação medieval em outeiros, Linzasoro, ao analisar as vilas de Laguardia, Vitória<sup>213</sup> e Salvatierra (Navarra), referindo-se à adaptação do modelo de Puentelarreina afirma que "...Allí, (onde) los problemas topográficos obligaban... La solución adoptada para las tres fundaciones fue la de curvar las calles perimetrales..."<sup>214</sup>. Deste modo, se a malha que faz a ligação do castelo ao outeiro sul evidencia uma intenção de traçado ortogonal, podendo situá-lo cronologicamente após a emissão do foral de 1290, já o traçado urbano a sul nos suscita dúvidas se se trataria de um assentamento anterior, também ele filiado no movimento de povoamento do início séc. XIII, (o que seria situação de excepção no sul de Portugal) ou se seria um arrabalde (mouraria? judiaria?) também ele planeado.

### Equipamento

Na Praça da Vila (actual Praça D. Dinis) situavam-se os Paços do Concelho e a Misericórdia, conforme já foi referido. A cadeia, como acontece em algumas outras



A cinza escuro a malha urbana reticulada e, a cinza claro, o que poderá ter sido um arrabalde ou um núcleo urbano pré-existente.



A rua Direita, de ligação da Vila de traçado geométrico ao castelo pré-existente.

---

povoações alentejanas, não se encontra junto ao edifício municipal, mas sim sensivelmente a meio da rua principal (Direita?). Também a igreja Matriz, ao contrário de uma boa parte de outras povoações, não se encontrava na Praça da Vila, tendo um espaço próprio onde se abria um adro servido pela rua principal (local onde foi construído o actual tribunal, tendo-se todavia mantido o adro).



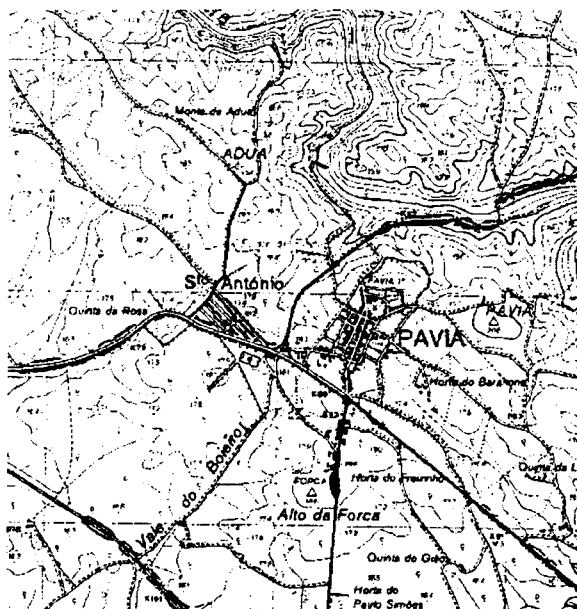
*A Praça da Vila onde se situam: os Paços do Concelho, a respectiva torre e a Misericórdia.*



A região de Pavia, como tantas outras, foi povoada desde a pré-história, demonstrando-o a existência de várias antas que foram estudadas por Virgílio Correia.<sup>215</sup>

Segundo a tradição terá sido a instâncias de Afonso III ou D. Dinis que um grupo de imigrantes italianos, chefiados por Roberto de Pavia, se fixou no local,<sup>216</sup> tendo D. Dinis dado a primeira carta de foral à povoação em 1278.

Obviamente, a ser correcta a forma tradicional da fundação, o topónimo confunde-se ou deriva do local de origem dos povoadores.

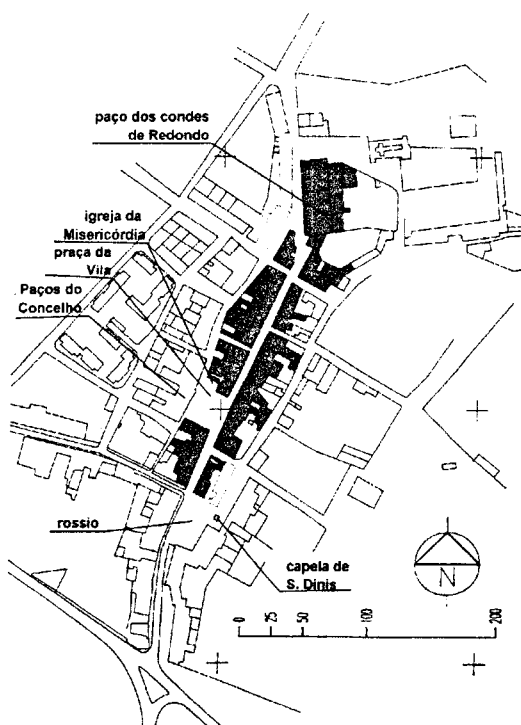


### Posição e sítio

Quer por razões de segurança, quer por analogia com os demais povoados alentejanos de fundação coeva, quer ainda pelo efeito catalizador da presença de uma anta, a vila ocupa uma elevação que apresenta uma pendente medianamente acentuada a poente e nascente, mais acentuada a sul e fortemente acentuada a norte. Provavelmente por se tratar de uma fundação, a vila foi posicionada de forma a constituir mais um nó na rede de ligações viárias entre as localidades mais próximas<sup>217</sup>. Assim, cruzar-se-iam na parte sul da povoação, a estrada Arraiolos/Aviz (a qual passava a ribeira de Tera, a cerca de 1500m a norte da vila, por uma ponte ainda hoje subsistente, onde T. Espanca identificou algumas pedras de silharia com siglas medievais), com a estrada Mora/Vimieiro.

### Traçado e crescimento urbanos

Cremos terem sido a anta, posteriormente transformada em capela de S. Dinis e o ponto mais elevado a norte<sup>218</sup> que estruturaram o traçado da vila, pois esta apresenta uma rua com início no



*O primitivo núcleo urbano de um traçado rectilíneo que evoluiu...*

referido paço e terminando na praça onde se encontra a anta.

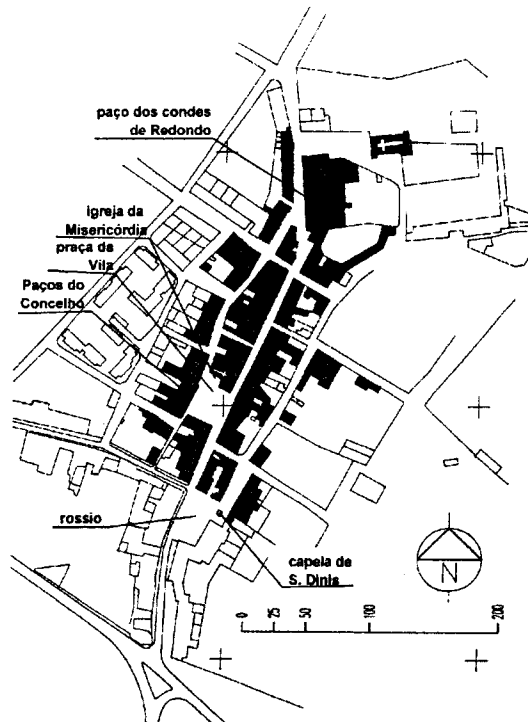
Deste modo, cremos que o processo de crescimento, partindo de um desenvolvimento linear (rua Velha - rua de S. Paulo), sofreu uma duplicação para nascente (rua de S. Dinis), com um traçado paralelo à primeira rua, ligando-se estas por travessas que para poente continuam para as áreas de cultivo. Junto à anta cremos ter-se constituído o Rossio, por ser o local de cruzamento das duas grandes vias de ligação regional e por se encontrar aí a capela de S. Dinis e, ainda, porque o actual espaço conserva a sua função de local de reunião. Posteriormente o crescimento da povoação fez-se para ocidente, novamente por uma paralela à rua inicial: a rua Nova. Entre esta e a rua Velha, sensivelmente a meio

desta última, abriu-se um largo que recebeu a torre do relógio<sup>219</sup> e os Paços do Concelho<sup>220</sup>. Se a toponímia não bastasse para a identificação, o próprio traçado denunciaria tratar-se de uma rua Nova, traçada num momento não coevo da primitiva fundação, pois não há continuidade nas travessas a nascente para esta rua Nova, esquema não possível num contexto de plano medieval com raiz nas "bastides" navarrenhas e aragonesas.

### Equipamento

Desconhecemos a localização dos primitivos Paços do Concelho mas, uma vez que se tratava de colonos imigrantes não é verosímil pensar-se que o foral concedido não incluísse a própria constituição de um concelho com o seu termo. Como já se referiu, o edifício mais recente dos Paços do Concelho situa-se na Praça do Município (hoje designada Manuel Casimiro).

Se primitivamente a povoação dispunha de edifício



... para uma malha ortogonal através da adição de uma paralela e das respectivas travessas de ligação entre ambas.



O ponto, a norte da povoação, em que a rua Velha - à esquerda - "encontra" a rua Nova - à direita - indo ambas tornar-se paralelas uns metros adiante.



O rossio, a partir do qual a povoação se expandiu linearmente até atingir cotas mais baixas, tendo aquele espaço urbano adquirido então o estatuto de largo.

---

hospitalar, o comum hospital do Espírito Santo, este foi substituído pela Misericórdia, situada também na praça do Município.<sup>221</sup>

A cerca de 500m da povoação situa-se o chafariz que T. Espanca<sup>222</sup> remete para a época de fundação como sendo o principal ponto de abastecimento. Subsiste na toponímia a referência: rua da Fonte, que era também referida em 1782.<sup>223</sup>



*A Praça da Vila, local onde se concentra a maioria dos equipamentos.*

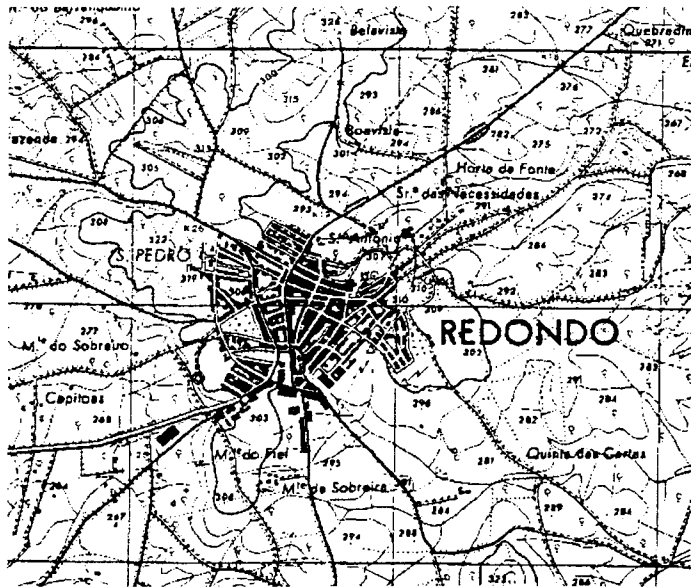
---

***Redondo***

---

Em 1250 D. Afonso III dota a vila com o primeiro foral, o qual é ampliado por seu filho, segundo o modelo de Santarém, no ano de 1318.<sup>224</sup>

Apesar de Américo Costa referir a data de 1310, como a da construção da cerca,<sup>225</sup> outros autores, nomeadamente Raul Proença<sup>226</sup> e Túlio Espanca,<sup>227</sup> situam no ano de 1319 o início da sua construção. Porém, se nos reportarmos à lápide que encima a porta oriental, a qual tem escrito:



**E D ML CCC L S  
OUT. AN  
OS FOI  
COMEÇADO ESTE  
CASTELO**

teremos que situar a construção daquela cintura de defesa no ano de 1320.

Desconhece-se a origem do topónimo havendo apenas a hipótese formulada pelo Pe. Cardoso,<sup>228</sup> segundo o qual “... *Redondo tomou o nome de hum penedo redondo que estava no sítio em que está hoje a igreja da Misericórdia, o qual era malhada de pastores...*”.

A cerca dispõe-se segundo uma elipse, coroando o morro onde se ergue a vila (o ponto mais alto da povoação eleva-se a 313 metros) e dispõe de duas torres opostas: a sul a do primitivo paço da alcaidaria e a noroeste a de menagem, esta de construção quatrocentista (D. Afonso V).

### Posição e sítio

Não fazendo parte do conjunto de fortalezas que asseguravam a defesa da fronteira leste, a obra militar não apresenta as características de outros amuramentos coevos, i.e., não foi dotada de castelo para instalação de guarnição militar e afirmação do poder régio (à parte a existência da Torre/residência da alcaidaria).



*Vista de norte, da qual, para quem se aproxima vindo do Alandroal, a silhueta da cerca medieval permanece inalterável desde a época da sua construção.*



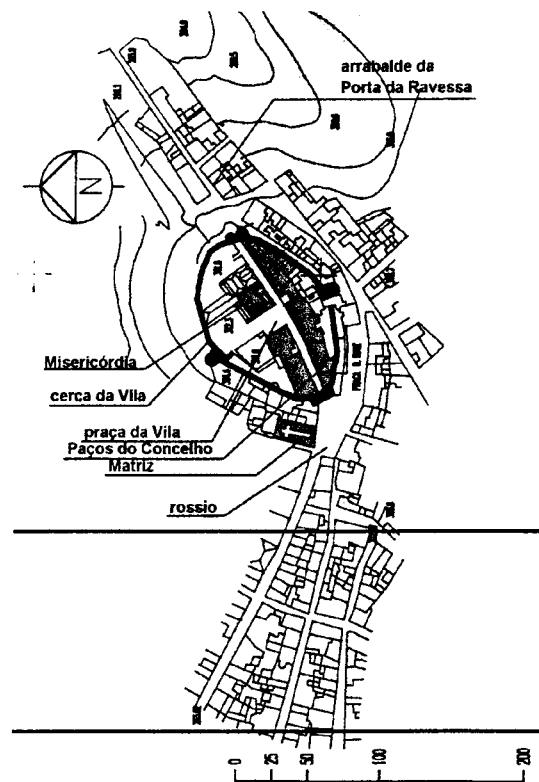
Surgida no cruzamento das ligações viárias Estremoz/Montoito/Monsaraz<sup>229</sup> e Alandroal/Évora, esta pouco se terá desenvolvido como aglomerado aberto, até ao momento em que foi dotada de cintura muralhada, momento a partir do qual, pelas possibilidades de salvaguarda que aquela dava, se começam a estruturar arrabaldes a partir das duas portas opostas.

### Traçado e Crescimento Urbanos

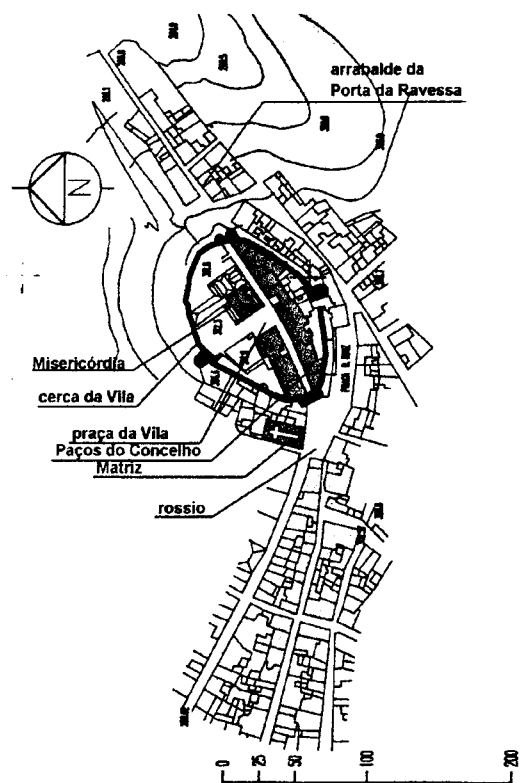
Admitida usualmente como povoação de traçado linear (derivado da sua configuração prévia à construção da cerca), a vila intra-muros desenvolve-se entre as duas portas. Porém, e uma vez que os actuais edifícios da igreja e hospital da Misericórdia são de construção seiscentista, supomos que no traçado mediévico terá existido uma travessa de ligação da torre da alcaidaria a uma praça central, de que o actual largo da Misericórdia manterá a memória, e desta praça ao postigo, aberto a uma cota bastante mais baixa no troço poente-norte da muralha, à ilharga da torre de menagem, que ainda é visível e transitável.

Obviamente toda a zona ocupada a partir do séc. XVI pela Misericórdia, bem como aquela ocupada a partir do séc. XVII pelo celeiro comum, seria preenchida por habitações que completariam o quadro urbano intra-muros, podendo-se estimar assim a população, usando o critério de A. H. Oliveira Marques de 160 habitantes/ha, em cerca de 150 pessoas.

A expansão arrabaldina deu-se a partir das portas do Sol ou da Ravessa, a nascente e do Postigo, a poente. Quer uma, quer outra fizeram-se ao longo da via que atravessava a povoação. A primeira, que ainda conserva o nome, (rua do Arrabalde) nunca deve ter



*O núcleo original, a cinza escuro, limitado pela cerca...*



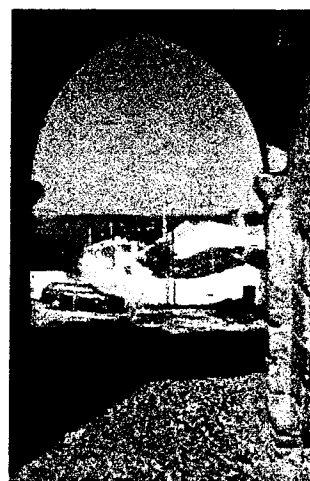
*... e, a cinza claro, os arrabaldes que cresceram ao longo das vias de ligação ao Alandroal (a norte) e a Évora (a sul)*

tido expressão maior do que aquela que ainda hoje podemos verificar, uma vez que o convento de Sto António, instituído no séc. XVII, ao delimitar a área da sua propriedade, (o actual cemitério da vila estava dentro da cerca do convento)<sup>230</sup> impediu qualquer crescimento urbano para nascente. O arrabalde do ocidente, a partir do qual praticamente toda a estrutura urbana actual se desenvolveu, nascido no Postigo (porta do ocidente), era precedido por um Rossio (actual largo de D. Dinis), local onde, segundo Túlio Espanca,<sup>231</sup> se terá erigido a nova Matriz em 1572<sup>232</sup>. O desenvolvimento urbano nesta direcção se terá-se-á iniciado com a construção ao longo da rua do Sobreiro (actual rua D. Maria E. S. Queimado), que no seu ponto mais baixo bifurcava na direcção da serra d'Ossa, para noroeste e na direcção do Freixo/Évora (do Freixo havia também a ligação a Évoramonte, onde a porta sul guarda a memória daquela povoação), para oeste Cremos também que na direcção sul, a partir do Rossio, ao longo da rua de Montoito,<sup>233</sup> se foi "estendendo" a vila, expansão que a persistente métrica dos lotes pode confirmar.

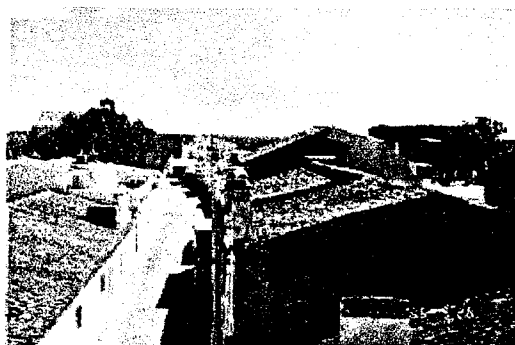
Entre as artérias citadas, do Sobreiro e de Montoito, cremos ter crescido uma estrutura urbana orientada naquelas duas direcções: a rua Nova, a sul da do Sobreiro e a ela paralela, e as ruas de S. Miguel e do Poço Novo (o qual se situaria no actual largo 25 de Abril), com nascença nas travessas de ligação das ruas do Sobreiro e Nova e que se orientam paralelamente à rua de Montoito. Uma travessa liga as duas ruas com a de Montoito.

Em data posterior, seguramente quando a cerca perdeu a sua função defensiva e manteve apenas a função representativa, foi estabelecida a ligação entre os arrabaldes de poente com o arrabalde nascente, afeiçoando-se o arco descrito pelas construções - rua dos Curtidos - ao desenho da própria cerca.

Curioso é o facto de o tardo dos quintais não terem ocupado o lugar do antigo fosso, o que nos leva a colocar a hipótese de este se ter mantido durante bastante tempo após



*A porta do Sol ou da Ravessa, sobre a qual subsiste a lápide referente à construção da cerca, "olha" o arrabalde norte.*



*A rua Direita, actual rua do Castelo - que no Redondo une "directamente" as portas opostas da cerca, e a praça da Vila onde se divisa o campanário da igreja da Misericórdia.*

a sua função militar.

### Equipamento

Como já se referiu, o Redondo dispunha de albergaria, embora instituída tardiamente,<sup>234</sup> (se a compararmos com outras povoações alentejanas), existente em local que se desconhece. No entanto, desde o séc. XVI aquela instituição foi substituída pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, que terá iniciado a construção da igreja e hospital actuais em 1521.

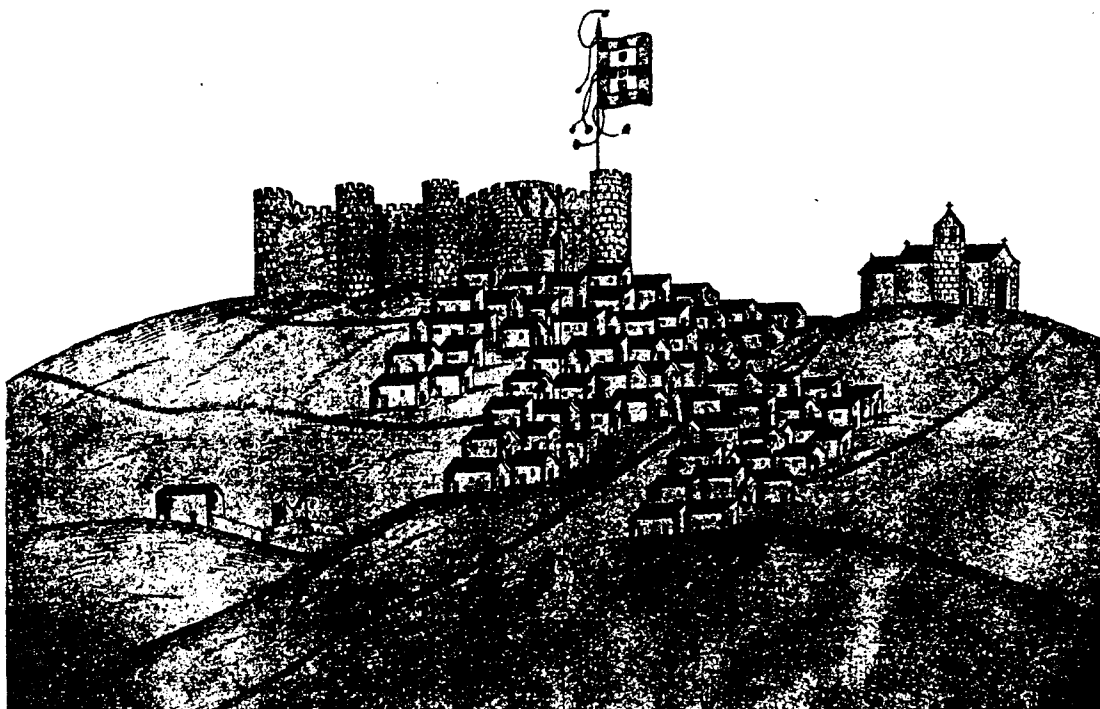
Dos primitivos Paços do Concelho e cadeia, dá-nos Túlio Espanca notícia,<sup>235</sup> situando-os no início da rua do Castelo, no lado poente.

No Rossio ocidental, à porta do Postigo, localizar-se-ia a igreja Matriz.

A meia distância do arruamento entre as portas da vila, no ponto mais elevado do outeiro localizar-se-ia a Praça da Vila (hoje ocupada pelo estacionamento do Centro de Saúde).



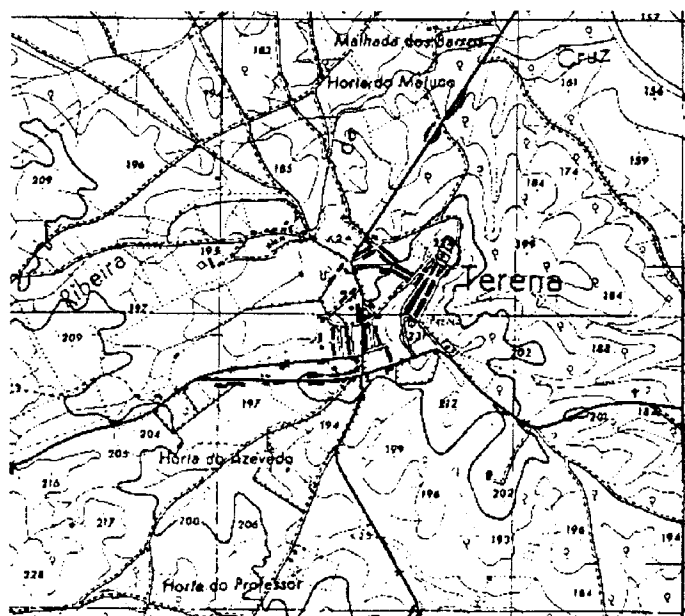
*A porta da Vila, cuja traça actual pertence ao reinado de D.Manuel I, junto à qual, pelo exterior (à esquerda da foto), está a igreja Matriz e, pelo interior, o edifício onde inicialmente se instalaram os Paços do Concelho.*



*Vista tirada da banda do noroeste*

*No início do séc.XVI, a Vila apresentava já o seu núcleo original perfeitamente definido e o arrabalde estendia-se já em direcção à estrada do Alandroal*

Segundo T. Espanca, foi a região cristianizada no reinado de D. Sancho II. O povoado teria origem "... na composição celebrada entre D. Gil Martins ... o Cabido e o bispo de Évora, no acto que determinou o repovoamento, corroborado com a primeira carta de foral dada em ...1262. Neste diploma ... o incipiente povoado, que parece ter sido habitado durante o domínio romano e árabe, figura com o nome de Odialvidivez ou Oidialviciez."



Anos mais tarde terá voltado à coroa, concedendo-a D. Diniz a seu filho D. Afonso IV; "... todavia o amuramento fortificado deveu-se a D. João I..."<sup>237</sup> Contudo, o nome Odialvidivez, apesar da proximidade do rio Guadiana (cujo étimo seria Ana: o rio < Ode > Ana), não tem correspondência com a origem latina proposta por J. M. Piel,<sup>238</sup> nem com a origem árabe de Talannã apontada por David Lopes<sup>239</sup>. Por seu turno Sant' Anna Dionísio<sup>240</sup> afirma ter a povoação sido fundada no local da Boa Nova<sup>241</sup> e, posteriormente, transferida para o alto do morro onde, desde o séc. XIII, já se erguia o castelo. A ser assim, razão há-de ser dada à tradição que atribui o castelo a D. Dinis e não a João I.

### Posição Regional e Sítio

Apesar de desenhada por Duarte d' Armas, a fortaleza não faria parte da linha de defesa imediata ao sul do Tejo, pois Olivença e o seu termo constituiriam a "linha da frente", remetendo-se Terena para o conjunto de fortalezas de "segunda linha" - provavelmente a defesa do Guadiana -. Contudo, se lida neste contexto, e dado o vasto horizonte que do alto da fortaleza se disfruta, a povoação estaria directamente relacionada com as praças de



Vista geral tirada de sueste.

Monsaraz e Alandroal.

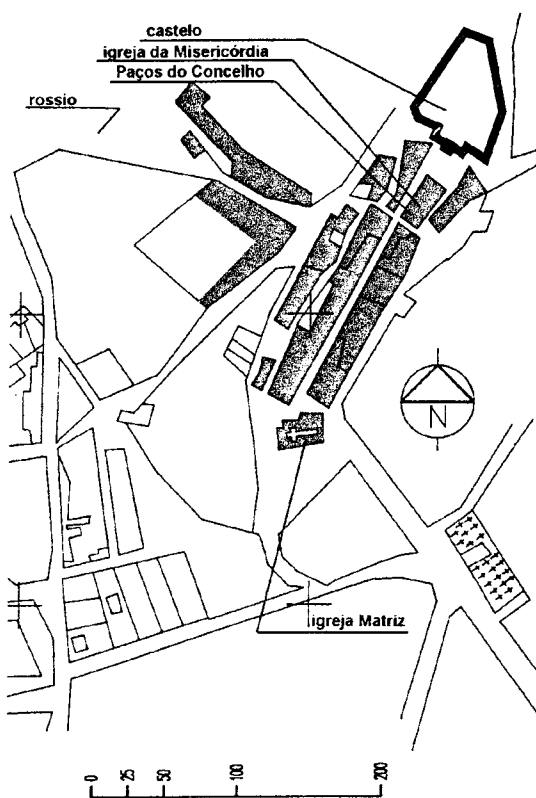
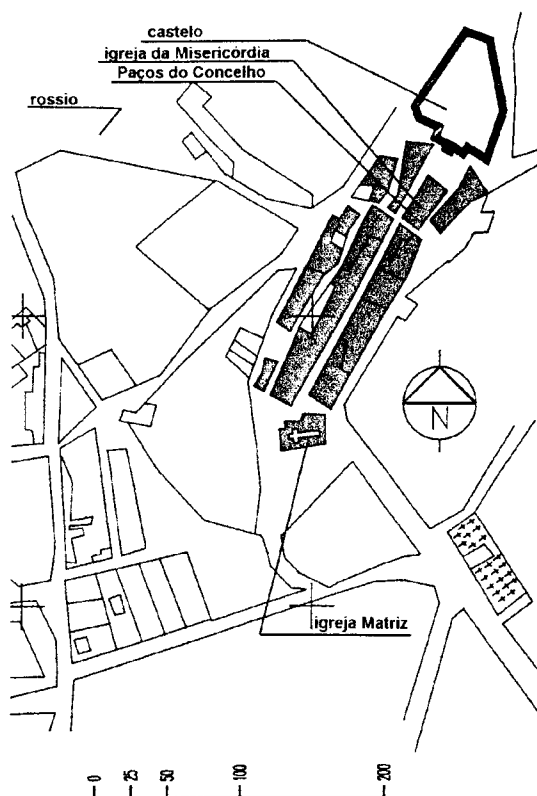
Contrariando a tese de que a primitiva povoação se situaria nas imediações da igreja da Boa Nova, a vila ergueu-se em local alcandorado que, em tempos conturbados e inseguros, teria concerteza a preferência dos povoadores. A povoação assenta num outeiro alongado, eminente da planície que o rodeia, outeiro esse que apresenta um planalto que delimita a vila. À semelhança de outras povoações coevas (p.e. Monsaraz, Ourique), cada extremo do planalto sobreeleva-se<sup>242</sup> e, no mais alto, foi implantado o castelo.

### Traçado e crescimento urbanos

Afeiçoando-se à topografia e orografia do local eleito, o aglomerado “estende-se” no sentido NE - SO, através de duas ruas paralelas “cortadas” por uma travessa no ponto mais baixo do planalto.

Tal como em tantas povoações da mesma época no Alentejo, a rua Direita nasce na Igreja de S. Pedro,<sup>243</sup> no ponto mais meridional da vila e termina no largo dos Açougues, junto à muralha do castelo, não se dirigindo à porta da fortaleza, pois esta constitui o limite norte da rua do Forno.

Se a hipótese de T. Espanca (sobre a data da construção do castelo) é correcta, o arrabalde a poente teria nascido posteriormente, quando a estrada Alandroal/Monsaraz, que atravessaria primitivamente a povoação, se deslocou para o sopé do outeiro em virtude da construção do castelo, tendo-se nessa época constituído o Rossio, junto à nova estrada e crescendo a povoação nesse sentido.



Entre os dois desenhos um crescimento que desde o séc. XVI se mantém inalterado.

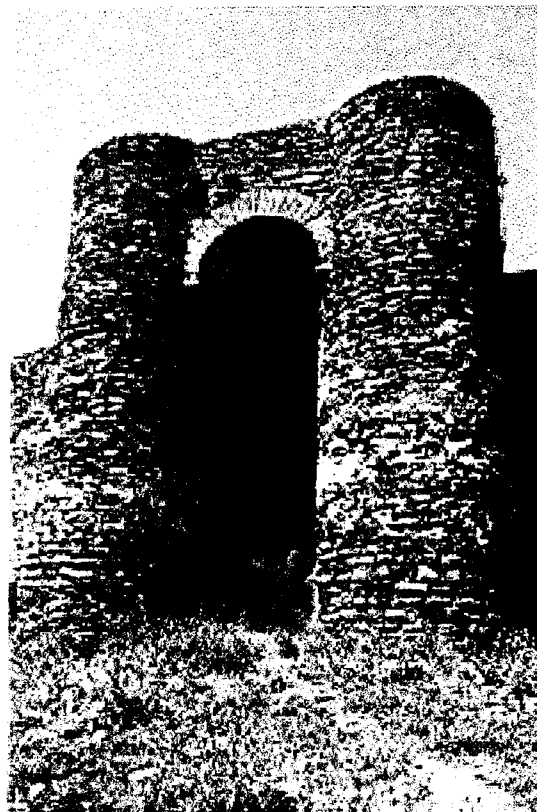
## Equipamento

Não asseveramos a existência da Domus Municipalis dentro da fortaleza como o faz T. Espanca,<sup>244</sup> pois a emissão de foral em 1262 certamente conduziu à existência de uma casa da Câmara, senão imediatamente, pelo menos nos anos subsequentes, chocando este dado com a construção do Castelo por D. João I. Perante estes factos admitimos a versão tradicional do castelo ser obra de D. Dinis (monarca que eventualmente teria determinado os fundamentos da vila), ampliado no séc. XVI, segundo traça de Diogo de Arruda. Assim, admitimos que os actuais Paços do Concelho (obra do séc. XVIII) possam ter substituído o primitivo edifício medieval.

À ilharga da casa da Câmara situa-se a igreja da Misericórdia, não se referindo qualquer autor à localização de um eventual hospital anexo, mas, como era comum na época, naturalmente a Misericórdia veio tomar o lugar institucional da Igreja e Hospital do Espírito Santo. Contudo, por absoluta falta de documentação, não nos é possível indicar nem a existência, nem a localização do referido hospital.



*A rua Direita eixo da estrutura linear e base do traçado geométrico.*



*Caracterização das povoações*

---

134

*A porta da Vila como factor dissuasor, mas também como elemento de divisão entre a cidade e o campo*

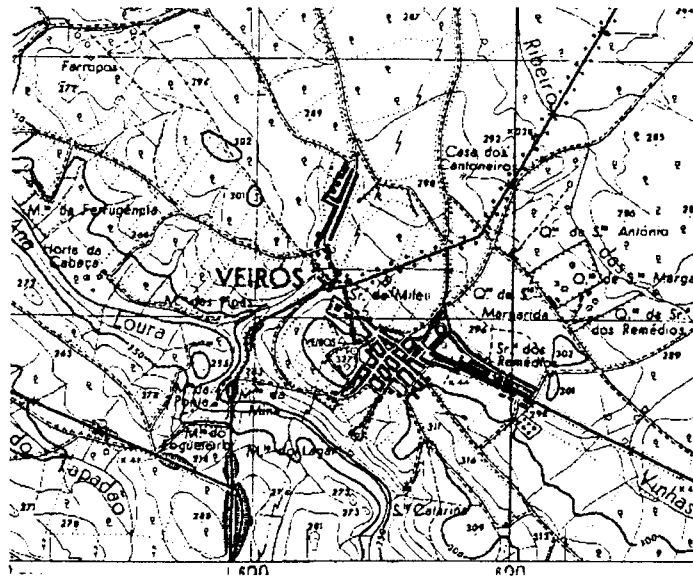
***Veiros***

---

*Vilas de fundação medieval no Alentejo*



Sem que algum documento o comprove, alguns autores situam a fundação de Veiros em época anterior ao período muçulmano,<sup>245</sup> havendo mesmo outros que a reportam ao período romano, quando teria a designação de Valerius.<sup>246</sup> Radicar-se-ia aí a origem toponímica do actual nome da povoação, fundamentando a sua opinião na existência de uma ponte romana que transpõe a ribeira de Ana Loura e num castelo sobre o qual terá sido reedificado o actual.



Na continuação da política de defesa territorial iniciada por D. Afonso Henriques, D. Afonso II faz a concessão dos domínios de Avis aos freires-cavaleiros de Évora, tomando a Ordem o nome do local da sua sede<sup>247</sup>. Por lhes caber a defesa do território naquela região, terá sido este o motivo porque auxiliaram o monarca a conquistar Veiros, em 1217, tendo integrado a vila na jurisdição da Ordem.

Em 1308, conforme consta de inscrição gótica ainda existente, com a autorização de D. Dinis, é dado início à construção da actual cerca, sendo Mestre da Ordem de Avis D. Lourenço Afonso (o mesmo a que é atribuída a fundação da cerca e castelo do Alandroal). No interior desta cerca situava-se a primitiva vila.<sup>248</sup>

### Posição e sítio

Situada no cruzamento da via que ligava Estremoz a Portalegre com aquela que de Elvas se dirigia a Fronteira, à povoação pré-existente não deve ter sido dado valor estratégico especial na defesa do território. Contudo, o amuramento da época dionisina reflecte, quanto a nós, o papel que estava reservado às povoações com boas defesas naturais e se situavam na 2ª linha de defesa da fronteira com Castela.



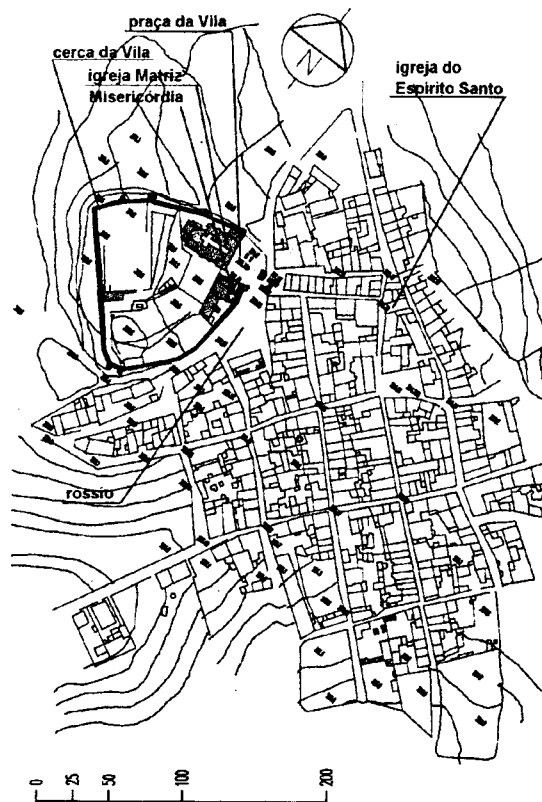
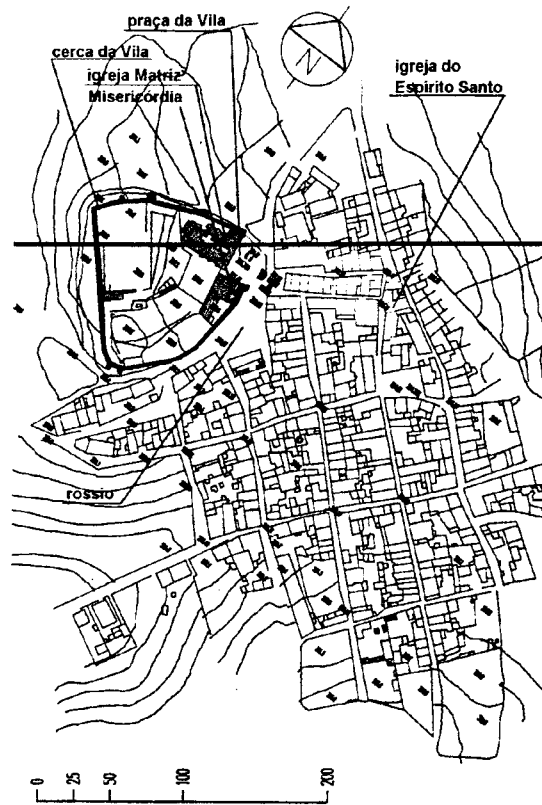
Vista geral, com a ribeira de Ana Loura em primeiro plano.

Alcandorada num morro sobranceiro à ribeira de Ana Loura, em que a diferença de cotas atinge os 70 metros, que o limita e protege a sul e a oeste, apenas a leste se estende um planalto que constituía o acesso natural à vila muralhada. Este planalto, como em várias outras povoações medievais alentejanas, desenvolve-se em forma de “bossa de camelo”, i.e., iniciando-se no morro onde se situa a cerca, e formando uma ligeira depressão e voltando a subir até uma cota similar à daquele morro (310 - 289 - 312). O local, quer devido à sua situação topográfica, quer com o auxílio da muralha e torre de menagem,<sup>249</sup> dominaria militarmente uma vasta região.

### Traçado e crescimento urbanos

Do traçado primitivo, no interior da cerca, nada se conhece, pois a vila foi-se desenvolvendo extra-muros em detrimento da parte intra-muros. Subsistem, contudo, três das quatro portas da cerca e, assinalando a quarta porta, a do Sol, existe um dos seus torreões de defesa, hoje incorporado na igreja. Junto à porta poente situar-se-ia a cisterna.

Apesar de nada subsistir, podemos presumir que a povoação seria atravessada por dois arruamentos, ligando portas opostas, que corresponderiam ao tramo urbano das vias Estremoz/Portalegre e Elvas/Fronteira que estruturavam o espaço interno criando uma praça entre a porta leste e a porta norte, situando-se a igreja Matriz, existente pelo menos em 1359, no lugar da actual<sup>250</sup>. No lado exterior da porta do Sol, a partir do Rossio aí existente, desenvolveu-se um primeiro arrabalde, modesto, na direcção nordeste, em cujo topo foi erigida a igreja do Espírito Santo e provável hospital anexo,



*A cinza escuro o núcleo urbano original e a cinza claro o arrabalde linear que se sobrepôs a um dos arruamentos do traçado romano.*

---

de que o nome da rua conserva a memória.

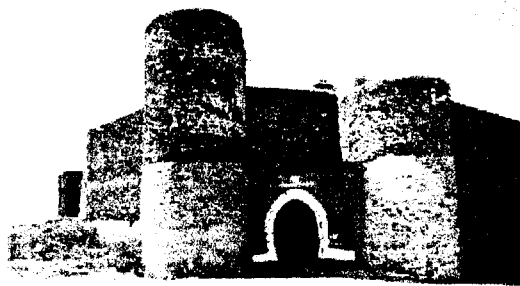
Nem a documentação produzida sobre Veiros, nem a toponímia dos arruamentos, nem os edifícios referenciados pelas fontes documentais consultadas nos conduziriam a tal interpretação. Movidos no entanto pela análise comparativa entre Veiros e outras povoações alentejanas de fundação medieval, pela análise do tipo de orografia escolhida para a implantação das povoações e posteriores crescimentos urbanos, pelo estudo do tipo de emparcelamento e da morfologia do espaço-canal que é a rua, somos compelidos, com algumas reservas, a crer que ainda em período medieval a vila se terá expandido para nascente, na direcção da segunda “bossa”, no prolongamento da rua do Espírito Santo, estrutura que mais tarde, nos séc.'s XVI ou XVII, teria dado origem ao reticulado actual.

### Equipamento

No hipotético quadro urbano que traçamos para a vila intra-muros, e à imagem de Alegrete, situaríamos o edifício dos Paços do Concelho junto à Porta do Sol.

Porém, o primeiro foral outorgado à povoação data de 1510 o qual, não fosse o caso de Veiros se situar na área de jurisdição da Ordem de Avis, teria sido precedido seguramente por foral mediévico dada a política de descentralização iniciada por D. Afonso III e continuada por D. Dinis, pelo que pomos algumas dúvidas quanto à existência de concelho, com os respectivos Paços, anteriormente à data do foral manuelino<sup>251</sup>. Assim, julgamos que a praça da vila deve ter permanecido no Rossio extra-muros e só no séc. XVIII<sup>252</sup> terá sido aberta a actual praça do município.

Em data que desconhecemos, mas provavelmente durante o séc. XVI, a igreja e hospital do Espírito Santo foram integrados na novel instituição da Misericórdia, a qual procedeu à construção de novo hospital (hoje Centro de Saúde).



*Vista da cerca.*

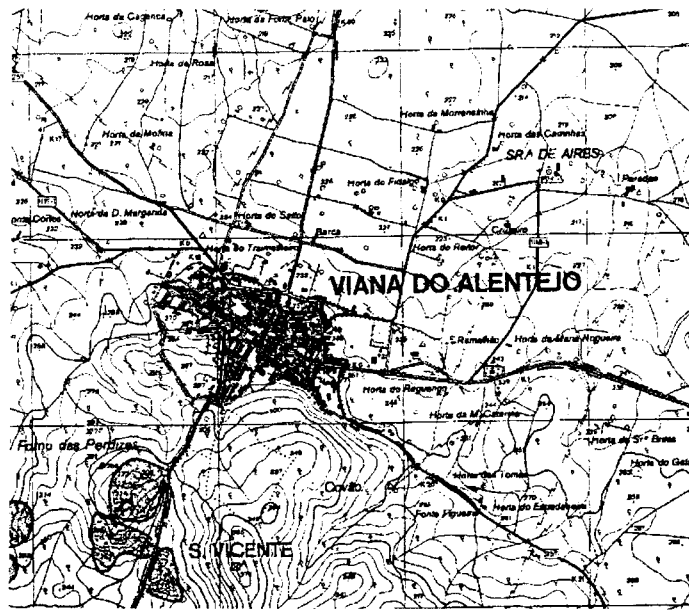
---

*Viana do Alentejo*

---

É atribuída a fundação da vila a Martim Gil, alferes-mor<sup>253</sup> de D. Dinis, tendo-a este monarca incorporado na corôa e elevado a vila por foral de 1313.

Neste foral especifica-se, de uma forma explícita, que os moradores tinham por obrigação o “...amuramento defensivo com um perímetro de 400 braças<sup>254</sup>, ...[muro] com a largura de 1 braça, com altura suficiente para que não lhe chegasse lança de



homem a cavalo, ...com três portas de serviço público, protegidas por torres e ainda com a condição de ficar dentro da cerca a Fonte Grande...”<sup>255</sup>. A leitura da descrição de Túlio Espanca sobre Viana do Alentejo remete-nos para uma povoação muralhada. Porém, se analisarmos a superfície encerrada e considerando o equipamento que aquele autor localiza no interior da cerca (Fonte da Praça, Igreja Matriz, confraria da Misericórdia, Paços do Concelho medievais)<sup>256</sup> e, bem assim, se utilizarmos o índice de Oliveira Marques, verificamos que a vila albergaria somente 48 moradores. Ora este número nem era economicamente suficiente, nem justificava muralhar uma povoação. Julgamos, por isso, que o foral faria referência a uma fortaleza de protecção de uma vila de fundação dionisina. Concorrem para tal hipótese, não só o acima exposto, como também o próprio traçado geométrico de uma parte da malha urbana e a localização do hospital e da judiaria.

Desconhecemos a origem do topónimo. Porém, julgamos de salientar a profusão deste topónimo durante a baixa Idade Média não só em Portugal - Viana de Alvito e Viana da Foz do Lima<sup>257</sup> -, como também em Espanha - Viana de Navarra<sup>258</sup> - e em França - Vianne<sup>259</sup> -. É exactamente devido ao afastamento geográfico de povoações com o mesmo topónimo que colocamos sérias dúvidas relativamente à tese de Higounet: “... On a cru longtemps qu’il avait été emprunté à la ville de Vianne en Navarre. Mais

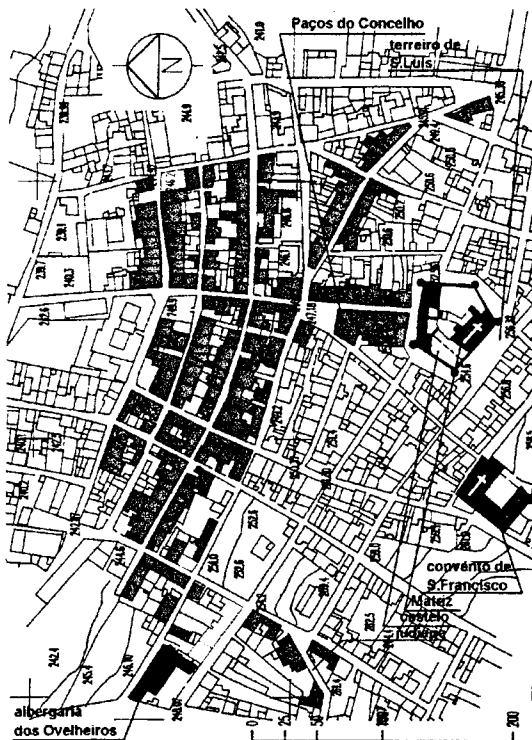
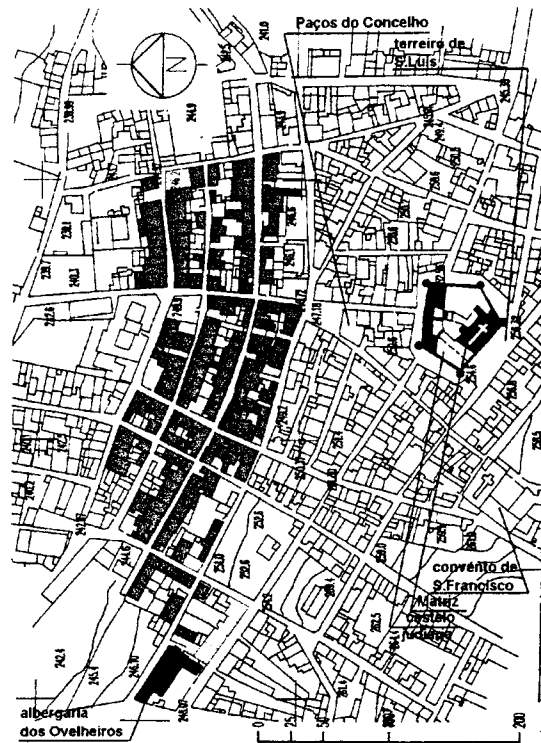
*d'après ce que l'on vient de voir de la dame de Mongaillard [de nome próprio Viane] et de sa donation à son neveu de l'emplacement de la future bastide, il ne peut pas y avoir de doute que le fondateur a été mû envers elle d'un sentiment de reconnaissance*"<sup>260</sup>, ou seja, cremos que o topónimo Viana, à semelhança de Salvaterra, Salvatierra e Sauveterre, de Vila Real, Vilaréal e Villeréal, de Valença, Valencia e Valence, teria o mesmo significado quando foi aplicado às fundações medievais nos três países.

### Traçado e crescimento urbanos

Admitimos que à data da emissão do foral já houvesse um pequeno aglomerado. Todavia, julgamos que aquele foral tinha em vista a atracção de povoadores e que para isso foi elaborado um plano de disposição ortogonal, constituído por três ruas principais, no sentido nascente-poente, cortadas regularmente por quatro transversais, sendo uma delas a que saía da citada porta norte do castelo, constituindo, após atravessar a povoação, a Estrada Real que se dirigia a Évora. A malha urbana assim traçada comportava unicamente edifícios de carácter habitacional, já que o "grosso" do equipamento urbano se encontrava dentro do próprio castelo.

O "tabuleiro" dispõe-se num "plateau", em forma de arco de círculo no sopé norte da serra de S. Luís, sobreelevando-se dezoito metros à várzea que abastecia a vila de produtos hortícolas (exploração que se mantém na actualidade e que a presença de diversos poços confirma), e está mais baixo cerca de oito metros relativamente à fortaleza. A rua central constituía o atravessamento urbano da estrada Portel/Alcáçovas.

A poente da vila surgiu um arrabalde, de crescimento



*A cinza escuro o traçado ortogonal da vila planeada, tomando como elementos orientadores da malha urbana o castelo e a albergaria dos Ovelheiros. A cinza claro os núcleos periféricos que se formaram ao longo das vias de saída.*

espontâneo, que presumimos tratar-se da Judiaria, pois a toponímia actual conserva-lhe a memória: rua do Adro dos Judeus, travessa dos Judeus e Largo do Adro (passe embora o pleonasma) dos Judeus. Também a poente, mas no local de maior acessibilidade em termos topográficos, surgiu o Rossio, junto ao qual seria erguido em 1548 o Convento de Jesus.

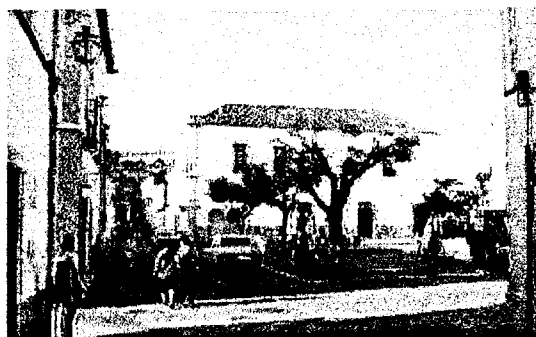


*O terreiro de S.Luís mantém a mesma função comercial - um dos rossios da Vila - que já teria no passado: mercado junto ao castelo para um melhor controle das actividades comerciais pelos representantes do rei e do concelho.*

A norte do castelo, correspondendo ao terreiro da fortaleza, subsiste o largo de S.Luís que, a partir de época indeterminada até hoje, tem desempenhado as funções de local de feira.

### Equipamento

Os Paços do Concelho situavam-se dentro da cerca do castelo,<sup>261</sup> razão pela qual, talvez, não exista praça central. A praça, lugar público de reunião dos habitantes, pensamos ter-se situado exteriormente à porta norte do castelo<sup>262</sup>



*A Praça da Vila à ilharga da Estrada Real, mas como ponto central da malha urbana.*

porque, como refere Espanca (nos reinados de João II e D. Manuel), "...Desaparecidos os fossos, as pontes... por aterramento artificial..."<sup>263</sup> toda a área em redor da fortaleza, terá sido construída após aqueles aterros e obras subsequentes. Provavelmente, em 1693, pelos motivos atrás expostos e aquando da decisão de construir novo edifício para a Câmara, este viria a situar-se no ponto de ligação do anterior terreiro do castelo com a povoação, formando uma praça que será confinada a nascente por edificações entretanto surgidas à ilharga do arruamento de ligação à fortaleza, a norte pelas fachadas do arruamento de traçado ortogonal e a poente por edificações também entretanto surgidas ao longo da antiga estrada para Vila Nova da Baronia, transformada em rua do Poço Novo (o convento de S. Francisco só foi fundado em 1544 e o actual edifício só teve início de construção em 1590).

Sintomático para a compreensão do traçado urbano, é a localização do hospital -a Albergaria dos Ovelheiros-<sup>264</sup>.

---

Remonta a sua fundação a 1357, em local exterior à vila, estando contudo adjacente à rua que conduz à Praça do Município, i.e., o posterior crescimento urbano fez-se na sua direcção.

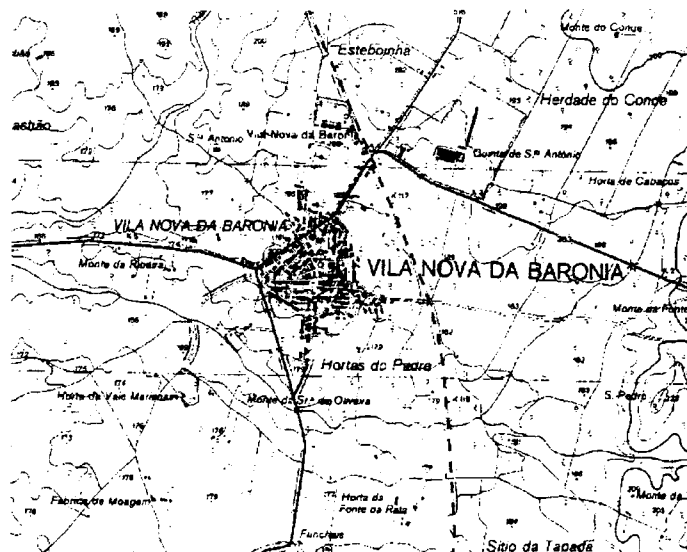


---

## *Vila Nova da Baronia*

---

Povoação pertencente às terras de presúria dos vizinhos de Évora, foi cedida por Afonso III, em 1251, ao seu chanceler-mor Estevão Anes, que a integrou nas suas terras de Alvito. É no entanto a Ordem da S. S. Trindade que lhe concede foral, em 1280,<sup>265</sup> passando para o domínio da corôa em 1283.<sup>266</sup>



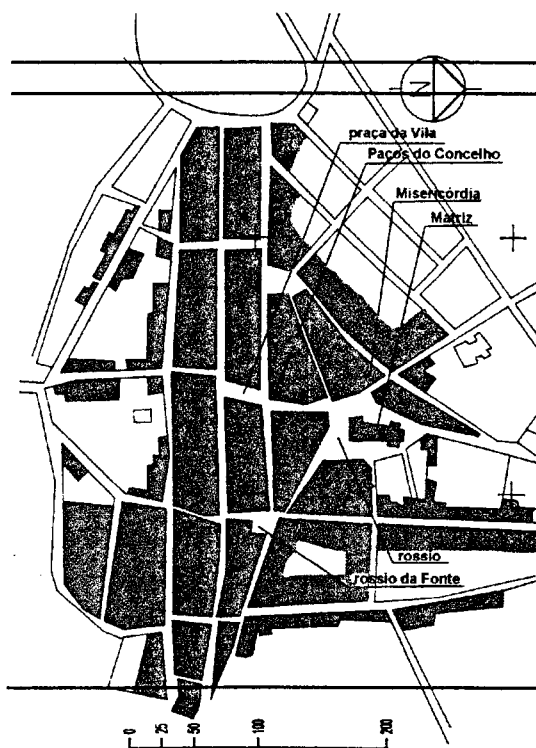
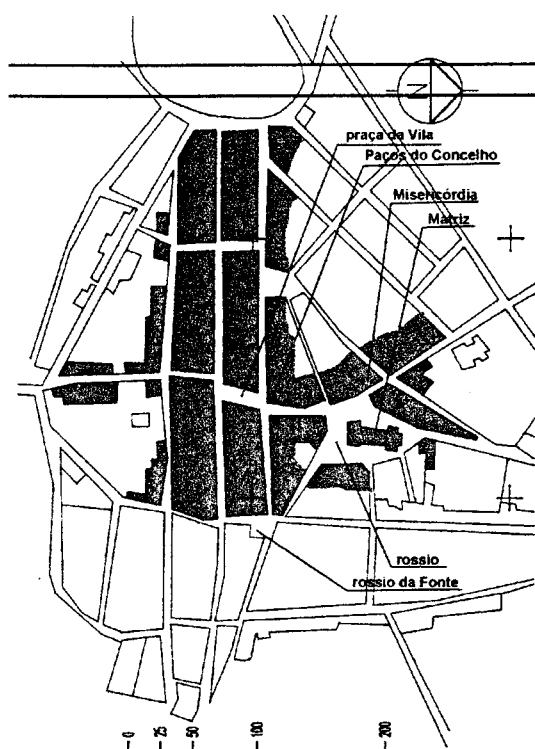
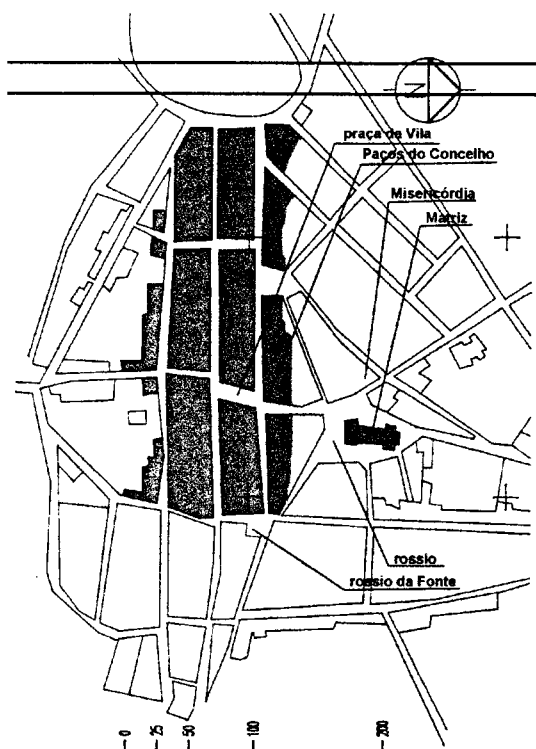
### Posição e sítio

Se inicialmente se tratou apenas da doação de um monarca a um seu fiel servidor,<sup>267</sup> tratando este último do povoamento da vila, como forma de aumentar os seus rendimentos, i.e., não estamos perante uma acção concertada do poder régio, na esteira da sua política anti-senhorial e de centralização do poder. Quando, provavelmente a vila constituía uma fonte de receitas importante, vêmo-la ser integrada na corôa. Não é, portanto, uma posição com interesse militar que conduz ao povoamento, mas sim a necessidade de arroteamento e fixação de população, num território que até aquele momento terá tido uma ocupação diminuta.

A vila desenvolve-se no sentido este/oeste, limitada a poente pelo ponto de maior altitude (A. J. Valério faz referência a um castelo,<sup>268</sup> à ilharga da rua da cadeia Contudo, o terreiro pentagonal que o autor menciona, é designado pelos habitantes como eira, pelo que colocamos muitas reticências à real existência daquele castelo). O limite nascente da vila é hoje o ribeiro da Fontinha, conquanto este limite seja o resultado da expansão urbana neste sentido e não faça parte, portanto, do traçado urbano inicial.

### Traçado e crescimento urbanos

Tendo como mentor Estevão Anes ou resultante da passagem para o domínio da corôa em 1283, o certo é que se verifica ser o traçado urbano previamente delineado, assente no modelo das "bastides", o qual perdurou até aos



nossos dias, confirmando mais uma vez a “persistência do plano”. Este traçado ou plano é constituído por três ruas longitudinais principais, “correndo” na direcção nascente-poente, paralelas e duas transversais - em que uma é o troço urbano da estrada Alvito/Viana. Esta transversal abre-se entre a rua central e a sua paralela a norte, formando a Praça da Vila. Nos topos nascente e poente duas transversais, paralelas às descritas, estabeleciam o limite urbano. As duas transversais referidas inicialmente, dividem o núcleo medieval em três quarteirões de comprimento semelhante.

Supomos que o primeiro arrabalde se terá formado no Rossio, situado a norte do núcleo original, local onde está a actual Matriz e T. Espanca referencia uma igreja gótica do séc. XIII, antecessora daquela. O crescimento arrabaldino para sul, quer fosse pelo declive que a encosta apresenta, quer fosse por qualquer outro motivo, não teve expressão, cingindo-se à construção de alguns edifícios isolados nos arruamentos que uniam os extremos da vila ao

*Três fases de um crescimento urbano: um traçado geométrico original; a atracção exercida por um rossio onde se vão implantando equipamentos; e a atracção por outro rossio, provavelmente com uma função mais ligada às actividades comerciais em geral e com o gado em particular.*

caminho que se dirigia para Alvito. Posteriormente, talvez após a construção da capela seiscentista no Rossio da Fonte, foi criado outro arrabalde alizado por aquele e o ribeiro da Fontinha.

### Equipamento

Na Praça da Vila ou Praça Velha, situam-se os Paços do Concelho (actual Junta de Freguesia), que ainda ostentam a torre do relógio e mantêm no piso térreo a Cadeia, a qual foi dar nome à rua longitudinal que lhe é adjacente. A praça da vila, confinada por duas ruas longitudinais, foi substituída na sua função urbana pela Praça Nova, esta no Rossio da Fonte, após o crescimento arrabaldino para nascente de que já falámos. No primitivo Rossio, a norte, além de se ter implantado a Matriz (séc. XIII), existia também o hospital do Espírito Santo, que após a instituição da Santa Casa da Misericórdia (1537), a que correspondeu também a construção da respectiva igreja, foi nesta irmandade integrado, continuando porém a vila a dispôr de serviço assistencial e hospitalar. Supomos que a implantação trecentista<sup>269</sup> do hospital no Rossio da Vila se prende com a vontade de proximidade geográfica com a Matriz (desconhece-se até agora se existia alguma capela anexa ao hospital, pelo que seria natural que este usasse os serviços religiosos da Matriz).



*A Praça da Vila na malha urbana original.*



*O edifício dos Paços do Concelho na esquina da Praça com a rua principal da malha ortogonal.*



<sup>1</sup> Américo Costa, *Diccionario Chorographico: Alentejo*, pp. 520 a 536.

<sup>2</sup> P<sup>o</sup>. Bento Castelobranco Ferrão, *Alandroal*, p. 4.

<sup>3</sup> Túlio Espanca, *Inv. Art. Dist. Évora*, p. 3.

<sup>4</sup> P<sup>o</sup>. B. Castelbranco Ferrão, *idem*, p. 22.

<sup>5</sup> O próprio P<sup>o</sup>. Castelbranco, em 1758, *idem*, p. 7, já referia a ruína de várias edificações no interior do castelo.

<sup>6</sup> P<sup>o</sup>. B. Castelobranco Ferrão, *ibidem*.

<sup>7</sup> Aceitamos esta hipótese como possível apenas num curto período de tempo, já que a existência de uma fortaleza na região terá atraído, seguramente, as populações à fixação nas imediações daquela.

<sup>8</sup> Um único arruamento de ligação das duas portas da muralha franqueadas à população, pois a terceira “da Traição” era de uso exclusivo do governo da praça e respectiva guarnição.

<sup>9</sup> T. Espanca, *op.cit.*, p.7.

<sup>10</sup> T. Espanca, *op.cit.*, p. 8.

<sup>11</sup> Joaquim Pedro de Alcântara, *Breves Memórias da Villa das Alcáçovas*, p. 7. Julgamos haver alguma confusão pois, segundo o *Diccionario Português/Latim*, p. 211, para o topónimo significar Castelos Brancos como pretende Alcântara, teria que chamar-se Castralucens. Para Pinho Leal, citado por Américo Costa, *Diccionario Chorographico: Alcáçovas*, vol. I, p. 302, terá sido a Ceciliana romana, tendo-se este topónimo perdido a favor do topónimo com que os árabes designavam os castelos.

<sup>12</sup> Segundo José Pedro Machado, *Vocabulário Português de Origem Árabe*, p. 44 - Al-qaçbâ, cidadela, castelo de cidade, tendo a forma portuguesa mais antiga a forma de alcáçova.

<sup>13</sup> J. P. Alcântara, *ibidem*.

<sup>14</sup> Túlio Espanca, *op.cit.*, p. 476.

<sup>15</sup> Alcáçovas poderá ter constituído um caso enquadrável no conceito expresso por F. Chueca Goitia, *Breve História do Urbanismo*, p. 86: “A cidade medieval implanta-se, portanto, como uma área de liberdade no meio do mundo rural que a circunda, submetida a uma vassalagem quase absoluta”.

<sup>16</sup> Onde, segundo Túlio Espanca, *op.cit.*, se erguia a primitiva igreja da vila ou de Sta. Maria, fundada por D. Fernando II, bispo de Évora, em 1308.

<sup>17</sup> Pierre Lavedan, *L'Urbanisme au Moyen Age*, p. 149.

<sup>18</sup> Por informações verbais de alguns moradores, ainda há trinta anos o mercado era nesta praça..

<sup>19</sup> T. Espanca, *Inv. Art. Dist. Évora*, p. 489 .

<sup>20</sup> T. Espanca, *op.cit.*, p. 476.

<sup>21</sup> Citado por Américo Costa, *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular. Alegrete*, vol. I, p. 485.

<sup>22</sup> Luís Keil, *Inv. Art. Dist. Portalegre*, p. 149.

<sup>23</sup> Na zona de maior declive eleva-se 84m em 170m de extensão, i.e., tem uma pendente de praticamente 50%.

<sup>24</sup> Cf. Luís Keil, *idem*, p. 150.

<sup>25</sup> Dizemos provavelmente porque hoje não restam traços, nem notícia.

<sup>26</sup> Luís Keil, *op. cit.*, localiza-os adjacentes à ainda subsistente torre do relógio.

<sup>27</sup> Ver sobre o assunto A. H. Oliveira Marques, *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*.

<sup>28</sup> Pe. João Rodrigues Lobato, *Aljustrel Monografia*, p. 12. Ver também, no que respeita aos aspectos toponímicos Américo Costa, *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular. Aljustrel*, vol. I, p. 708.

<sup>29</sup> Sant'Anna Dionísio, *Guia de Portugal*, p. 179.

<sup>30</sup> Cf. José Mattoso, *História de Portugal*, p. 124.

<sup>31</sup> Incliamo-nos para esta hipótese, uma vez que é conhecida a importância mineira do local, o que terá determinado a construção de um ponto fortificado na zona da actual ... "*Senhora do Castelo, sucedânea da invocação de Sta. Maria do Castelo, que por sua vez sucedeu ao templo mourisco adaptado ao culto cristão, por ordem de Paio Peres Correia, o que fez do castelo e igreja, ainda que provisoriamente, Convento dos Freires Militares de Santiago.*", conforme refere o P<sup>o</sup>. João Rodrigues Lobato, *op. cit.*, p.19.

<sup>32</sup> Publicado por P<sup>o</sup> J. Rodrigues Lobato, *op. cit.*

<sup>33</sup> Cf. Cláudio Torres, *Arqueologia Medieval* n<sup>o</sup> 1, pp. 179 a 201.

<sup>34</sup> Vidé Lewis Mumford, *A Cidade através da História*, pp.250 a 252.

<sup>35</sup> "*Tem um castelo derribado, para a parte norte a um tiro de pedra da vila...*", Visitação de 1533 citada por P<sup>o</sup>. João Rodrigues Lobato, *op. cit.*, p. 73.

<sup>36</sup> Na Visitação de 1533 dá-se notícia de uma capela no local da actual Matriz. Cf. P<sup>o</sup>. João R. Lobato, *op. cit.*, p. 84.

<sup>37</sup> *Idem*, p. 93.

<sup>38</sup> A albergaria foi doada "... *por uma defunta de que aí não há memória...*", *idem*, p. 97.

<sup>39</sup> Américo Costa, *Diccionario Chorographico: Almodôvar*, vol. I, pp. 797 a 800.

<sup>40</sup> Citado por Américo Costa, *op. cit.*

<sup>41</sup> Sant' Anna Dionísio e Raul Proença, *Guia de Portugal*, vol. II, pp. 180 e 181.

<sup>42</sup> A. H. Oliveira Marques dá sobre o assunto uma explicação pormenorizada no artigo *Introdução à História da Cidade Medieval Portuguesa*, Separata de Bracara Augusta, vol. XXXV, fasc. 79(92), Janeiro - Dezembro, 1981, publicado em *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, pp. 13-42.

<sup>43</sup> Américo Costa, *op. cit.*

<sup>44</sup> Américo Costa, *Diccionario Chorographico: Arronches*, vol. II, pp. 905 a 911.

<sup>45</sup> Luís Keil, *Inv. Art. Dist. Portalegre*, p. 10; Pinho Leal, citado por Américo Costa, *op. cit.*, situa a emissão do foral em 1272, enquanto

---

Raul Proença, *Guia de Portugal*, vol. II, situa o primeiro em 1255 e o segundo em 1272.

<sup>46</sup> Américo Costa, *ibidem*.

<sup>47</sup> Américo Costa, *ibidem*.

<sup>48</sup> Luís Keil, *idem*, p. 11.

<sup>49</sup> Raul Proença, *Guia de Portugal*, vol. II, p. 436.

<sup>50</sup> Segundo Raul Proença, *ibidem*, a fundação desta igreja é atribuída ao prior de Sta. Cruz de Coimbra, S. Teotónio, aquando da doação da vila feita por Sancho II àquela congregação, tendo sido concluída em 1242 pelo sucessor daquele prior D. João Pires, e Luís Keil, *idem*, p. 11, escreve que o actual edifício é do início do séc. XVI, alterado e em parte reconstruído posteriormente.

<sup>51</sup> Cf. António Maria Cunha, *Monografia do Concelho de Monforte*, p. 92.

<sup>52</sup> Cf. Américo Costa, *Diccionario Chorografico: Assumar*, vol. II, pp. 982 a 985 e Luís Keil, *Inv. Art. Dist. Portalegre*, p. 103.

<sup>53</sup> A Praça Velha segundo António Maria Cunha, *idem*.

<sup>54</sup> Américo Costa, *Diccionario Chorografico: Barbacena*, vol. III, pp. 150 a 165.

<sup>55</sup> Luís Keil no *Inv. Art. Dist. Portalegre*, atribui a fundação do actual castelo, de feição tardo-medieval ou mesmo renascença, a D. Jorge Henriques, caçador-mor de D. João III, que teria construído este sobre as ruínas de um anterior.

<sup>56</sup> Américo Costa, *Diccionario Chorografico: Borba*, vol. III, pp. 812 a 818.

<sup>57</sup> Túlio Espanca, *Inv. Art. Dist. Évora*, IX, p. 69.

<sup>58</sup> Confirma a existência desta povoação uma igreja fundada no séc. XIII por um cavaleiro-lavrador, onde este se mandou sepultar em 1290 (Cf. T. Espanca, *op.cit.*, p.152).

<sup>59</sup> Não podemos esquecer a importância que, quer outrora, quer actualmente, tem a definição do termo de um concelho, naquilo que significa de subsistência para a população da sua sede (para um melhor esclarecimento do assunto vidé A. H. Oliveira Marques, *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, p. 108 a 143).

<sup>60</sup> Cf. Jorge Gaspar, *Morfologia de Padrão Geométrico...*, p. 208.

<sup>61</sup> T. Espanca, *op.cit.*, p.100, admite que o edifício dos Paços do Concelho se situasse junto à Porta do Relógio.

<sup>62</sup> Local de vida e de morte também.

<sup>63</sup> Américo Costa, *Diccionario Chorografico: Castelo de Vide*, vol. V, pp. 64 a 70.

<sup>64</sup> Luís Keil, *Inv. Art. Dist. Portalegre*, p. 35.

<sup>65</sup> O mesmo autor salienta, na página 36 da referida obra, que "O Castelo primitivo deve ser de traça romana"

<sup>66</sup> Inclino-nos mais para a segunda versão, uma vez que, se se fizer uma leitura atenta de J. Mattoso, *História de Portugal*, pp. 158-163, esta a isso conduz.

<sup>67</sup> J. Mattoso, *ibidem*.

---



<sup>68</sup> J. Mattoso, *ibidem*.

<sup>69</sup> L. Keil, *op.cit.*, p. 36.

<sup>70</sup> Carmen Ballesteros e Jorge Oliveira, *Ibn Maruān nº2, A Judiaria e a sinagoga de Castelo de Vide*, p. 124.

<sup>71</sup> Américo Costa, *ibidem*.

<sup>72</sup> Citado por Marques Crespo, *Estremoz e o seu Termo Regional*, pp. 24 a 28.

<sup>73</sup> Na realidade, a ribeira de Tera (aqui a utilização da palavra celta que designa rio, transforma-a num pleonasma) é a mais caudalosa das linhas de água que nascem na serra d'Ossa.

<sup>74</sup> Raul Proença, *Guia de Portugal*, vol. II, p. 100.

<sup>75</sup> Aduar, do árabe al-duvar, "grupo de tendas da população dos campos, formando povoações temporárias", José Pedro Machado, *Vocabulário Português de Origem Árabe*, p.34.

<sup>76</sup> Marques Crespo, *op.cit.*, p. 14.

<sup>77</sup> Túlio Espanca, *Inv. Art. Dist. Évora*, p. 66.

<sup>78</sup> Se as vias romanas desde a sua construção até aos nossos dias, nunca deixaram de ser referência nas ligações regionais e inter-regionais, podemos inferir a sua importância durante toda a Idade Média, período em que representaram, de par com as ligações marítimas ao longo das margens mediterrânicas e do Atlântico, o elo de ligação com o mundo exterior.

<sup>79</sup> A diferença de nível entre o ponto mais alto do planalto do outeiro e a planície da várzea que domina, é de cerca de 82 m.

<sup>80</sup> Túlio Espanca, *op.cit.*, p. 62.

<sup>81</sup> Túlio Espanca, *op.cit.*, p. 67 situa a construção da Casa dos Assentos ou Armazém das Fardas em 1740. Edifício que, quanto a nós, se implantou adjacente à rua existente, pois não é plausível que, havendo superfície edificável dentro da cerca, se tenham construído arrabaldes sem que aquela superfície fosse ocupada.

<sup>82</sup> Após a adaptação do castelo a Paço Real, mandado executar por D. Dinis, este rei e os seus sucessores passavam largas temporadas em Estremoz.

<sup>83</sup> Apontada por alguns autores (entre eles Túlio Espanca e Marques Crespo) como a mais antiga de Estremoz, fundada por D. Sancho I ou D. Afonso II.

<sup>84</sup> Marques Crespo, *op.cit.*, citando André Tavares no "Album Alentejano", afirma que em documentos do reinado de D. Dinis já há referências ao arrabalde do Outeiro, (nome do arrabalde poente de que vimos tratando) o qual se estenderia até ao Espírito Santo.

<sup>85</sup> Cf. Túlio Espanca, *op.cit.*, pp. 198 a 201.

<sup>86</sup> Marques Crespo, *op.cit.*, p. 78.

<sup>87</sup> Facto que comprova a existência medieval deste arrabalde.

<sup>88</sup> Túlio Espanca, *op.cit.*, p. 89.

<sup>89</sup> Marques Crespo, *op.cit.*, p. 271.

<sup>90</sup> Quanto à data do foral não são unânimes os autores consultados. Se Américo Costa, *Diccionario Chorographico*:

---

Évoramonte, vol. VI, pp. 483 a 486, Túlio Espanca, op.cit., p.223, e Marques Crespo, ibidem, referem 1248 (D. Afonso III), já Raul Proença, *Guia de Portugal*, vol. II, p.95, afirma que o foral foi doado à vila por D. Dinis no ano de 1284.

<sup>91</sup> Túlio Espanca, *Inv. Art. Dist. Évora*, VIII, pp. 223 e 224.

<sup>92</sup> Américo Costa, ibidem.

<sup>93</sup> J. L. Piel, *Aspectos da Toponímia Pré-Árabe ao sul do Tejo*, p.46.

<sup>94</sup> O mesmo autor, ibidem, fundamenta a sua hipótese ainda em topónimos como Castellum Eborá (Guadalquivir), Épora (na Baética e designado hoje por Montoro) e Eborá (na Galiza junto ao rio Noya). Ver ainda no mesmo artigo as referências a Avrolles, Averdon, Embruir, povoações francesas com a mesma raiz etimológica que Évora e o mesmo para Eburæum no condado de York, Inglaterra.

<sup>95</sup> J. P. Piel, ibidem.

<sup>96</sup> Raul Proença, op.cit., p. 96.

<sup>97</sup> Segundo Américo Costa, op.cit., a vila tinha 311 habitantes em 1527.

<sup>98</sup> Este traçado não é inédito, pois encontra-se noutras vilas da região, coetâneas de Évoramonte.

<sup>99</sup> Túlio Espanca, op.cit., p. 227, afirma que o primitivo edifício se perdeu por completo sendo o actual uma obra de raiz.

<sup>100</sup> Esta rua é o troço urbano do antigo caminho de cumeada que ligava Estremoz ao Freixo, fazendo-se o caminho de vale no sopé sul do outeiro, onde hoje se encontra a zona mais nova da povoação.

<sup>101</sup> Cf. Túlio Espanca, op.cit., p. 240.

<sup>102</sup> Túlio Espanca, op.cit., p. 230, refere a existência de uma paróquia sediada nesta igreja mas que terá sido anexada à Matriz em 1560, tendo-se autonomizado novamente muito mais tarde, consequência da expansão arrabaldina.

<sup>103</sup> Note-se que em qualquer das encostas de acesso às quatro portas da vila o declive é > 25%.

<sup>104</sup> São exemplos do que descrevemos, entre outros, Alandroal, Alegrete, Castelo de Vide, Monforte e Moura.

<sup>105</sup> Pode observar-se que foram descobertas as fundações dos torreões de protecção da porta e que as escadas de acesso ao adarve, a um e a outro lado da face interior da porta, terminavam muito acima do actual nível da rua.

<sup>106</sup> Américo Costa, *Diccionario Chorographico: Fronteira*, vol. VI, pp. 1057 a 1065.

<sup>107</sup> Américo Costa, ibidem.

<sup>108</sup> Raul Proença, *Guia de Portugal*, II vol. , p. 109.

<sup>109</sup> Citado por A. Costa, ibidem.

<sup>110</sup> Cf. F. Keil, *Inv. Artist. Dist. Portalegre*, p. 84, esta igreja foi mandada edificar por D. Sebastião em 1571, iniciando-se a obra em 1577 e terminando, pela mão de D. Lucas de Portugal, comendador de Fronteira na Ordem de Aviz, em 1599.

<sup>111</sup> Américo Costa, *Diccionario Chorographico: Marvão*, vol. VII, pp. 1090 a 1095.

---

<sup>112</sup> Luís Keil, *Inv. Art. Dist. Portalegre*, p. 92.

<sup>113</sup> J. P. Machado, *Vocabulário Português de Origem Árabe*, p. 100: iben, com as variantes «ben» e «aben», do árabe «iben» (ou ben), filho ... com função semelhante aos nossos patronímicos (Álvares, filho de Álvaro, etc.).

<sup>114</sup> Luís Keil, *ibidem*. Supomos que a aceção de castelo se deve tomar aqui por cerca da vila, já que o mesmo autor, p. 92, refere a igreja de Santiago "...também no recinto do castelo..." e esta igreja encontra-se numa rua da vila.

<sup>115</sup> Revelará ainda a importância estratégica da vila, o facto de ter sido couto de homiziados (Cf. A. Costa, *op.cit.*).

<sup>116</sup> Cf. Raul Proença, *Guia de Portugal*, vol. II, p. 411.

<sup>117</sup> Raul Proença, *Guia de Portugal*, vol. II, p. 412.

<sup>118</sup> L. Keil, *op.cit.*, p. 93.

<sup>119</sup> A irmandade do Espírito Santo foi instituída com fins de assistência social e hospitalar (as albergarias) pela rainha D. Isabel.

<sup>120</sup> Construído no séc. XVI, mas possivelmente no mesmo local onde terá existido o edifício dos primitivos Paços do Concelho, do início do séc. XIV.

<sup>121</sup> Luís Keil, *op.cit.*, p.93.

<sup>122</sup> Cada uma das igrejas situa-se praticamente em cada um dos extremos da vila.

<sup>123</sup> P<sup>e</sup>. J. Rodrigues Lobato, *Aljustrel Monografia*, p. 16.

<sup>124</sup> Cláudio Torres, *Povoamento antigo no Baixo Alentejo...*, pp. 189 a 202.

<sup>125</sup> Nomeadamente Raul Proença, *Guia de Portugal*, vol II, p. 181.

<sup>126</sup> *Memória Paroquial de Messejana*, 1758, citada por P<sup>e</sup> J. Rodrigues Lobato, *op.cit.*, p. 216.

<sup>127</sup> Pinho Leal "*Portugal Antigo e Moderno*" citado por Américo Costa, *Diccionario Chorographico: Messejana*, vol. VII, pp. 1246 e 1247.

<sup>128</sup> Vidé J. Pedro Machado, *Vocabulário Português de Origem Árabe*, p. 108.

<sup>129</sup> P<sup>e</sup> J. R. Lobato, *op.cit.*, p.199.

<sup>130</sup> Cf. P<sup>e</sup> J. R. Lobato, *op.cit.*, p. 214.

<sup>131</sup> Raul Proença, *Guia de Portugal*, vol. II, p. 435.

<sup>132</sup> Américo Costa, *Diccionario Chorographico: Monforte*, vol. VIII, pp. 224 a 227

<sup>133</sup> Apesar de se referirem sempre à fortaleza ou ao Castelo, os diversos autores não se expressam quanto à muralha que envolve a vila.

<sup>134</sup> Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, citado por A. Costa, *op.cit.* A comprovar ou pelo menos a colocar a hipótese da fundação romana, está a ponte romana sobre a Ribeira Grande, a poente da povoação, na antiga estrada para Vaiamonte, que também passava à Herdade de Palma (est. arqueológica romana).

<sup>135</sup> Monforte de Lemos em Espanha ou Monfort-du-Gers

---

(“bastide” francesa). António Maria Cunha, *Monografia Geral sobre o Concelho de Monforte*, p.135, afirma ser Monte-Forte o topónimo original, provavelmente baseado no P.º Carvalho, citado por A. Costa, op.cit., o qual diz que “... a nobre vila de Monforte, fundada em um alto e forte monte, d’onde tirou o nome...”

<sup>136</sup> As fontes documentais não fazem referência a nenhuma outra praça central, nem a quaisquer obras de construção/alargamento desta, pelo que se presume que aquela existe desde o período de repovoamento da vila.

<sup>137</sup> Referido por Américo Costa, op.cit.

<sup>138</sup> J. Pires Gonçalves, *Monsaraz*, p. 6.

<sup>139</sup> J. Pires Gonçalves, *ibidem*.

<sup>140</sup> Túlio Espanca, *Inv. Art. Dist. Évora, IX*, p.357.

<sup>141</sup> J. Pires Gonçalves, op.cit. pp. 5 e 6.

<sup>142</sup> Raul Proença, *Guia de Portugal, II vol.*, p. 87.

<sup>143</sup> Segundo Pires Gonçalves, citado por Jorge Gaspar, *Morfologia de Padrão Geométrico*, p. 211, este castelo foi mandado erguer por D. Afonso III.

<sup>144</sup> J. Pires Gonçalves, op.cit., p7.

<sup>145</sup> Jorge Gaspar, *ibidem*.

<sup>146</sup> Jorge Gaspar, op.cit., p. 209.

<sup>147</sup> V. Túlio Espanca, op. cit., p.376.

<sup>148</sup> J. Pires Gonçalves, op.cit., p.13.

<sup>149</sup> T. Espanca, op.cit., p. 360.

<sup>150</sup> T. Espanca, *ibidem*. Vamos também encontrar esta situação em Marvão, se bem que não tenhamos elementos para afirmar tratar-se de uma judiaria.

<sup>151</sup> J. Dinis Murta, *O castelo de Montalvão*, pp. 153 a 166.

<sup>152</sup> Luís Keil, *Inv. Art. Dist. Portalegre*, vol. I, p. 114

<sup>153</sup> P. Leal citado por Américo Costa, *Diccionario Chorographico: Montalvão*, vol. VIII, pp. 262 a 265.

<sup>154</sup> Cf. José Mattoso, *História de Portugal*, vol. II, p. 157.

<sup>155</sup> J. Dinis Murta, op.cit., p. 155.

<sup>156</sup> Ordem anteriormente denominada do Templo, ou Templários, que no reinado de D. Dinis se transformou na Ordem de Cristo. (Cf. J. Mattoso, op.cit., p. 155, sobre a extinção dos Templários e, pp. 211 a 215, sobre o papel das Ordens e os seus domínios territoriais).

<sup>157</sup> Esta hipótese foi formulada por Luís Pedro Cruz em comunicação apresentada nos Encontros de Monsaraz, 1994, na qual o autor propunha que, à mesma luz, fossem vistos os topónimos de Nisa-Nice e de Tolosa-Toulouse (também existente em Espanha) e Arez-Aries (a este último contrapomos Alès dado esta povoação se encontrar em plena zona das “bastides” da Aquitânia). Corroborando a hipótese formulada para Montalvão, refira-se que a fundação de Montauban data de 1144, sob a forma de “Sauveterre” (Cf. *Alain Lauret et. al., Bastides*, p. 294) e que na sua região várias foram as “Sauvetés” fundadas quer por Templários, quer por Hospitalários na mesma década ou nas imediatamente posteriores (Cf. P. Lavedan. *L’Urbanisme...*, p. 64).

---

<sup>158</sup> J. Dinis Murta, *ibidem*

<sup>159</sup> Frei António Nunes de Mendonça citado por J. Dinis Murta, *ibidem*

<sup>160</sup> Luís Keil, *ibidem*, afirma tratar-se de edifício anterior ao séc. XIV.

<sup>161</sup> Luís Keil, *Inv. Art. Dist Portalegre*, p. 118.

<sup>162</sup> Lopes Correia, *Mora e o seu Concelho*, p. 16.

<sup>163</sup> Citado por Américo Costa, *Diccionario Chorographico*, vol. VIII, pp. 267 e 268.

<sup>164</sup> J. César Batista, *Fundação de Montoito*, p. 111.

<sup>165</sup> Jorge de Alarcão, *Vestígios Romanos do Concelho de Moura*, p.31.

<sup>166</sup> Jorge de Alarcão, *ibidem* e José Fragoso de Lima, *Monografia...*, pp. 65 a 71, sobre a área que efectivamente a “civitas” ocuparia, não estão de acordo, descrevendo o segundo uma área da cidade que o primeiro refuta, afirmando que seria bem menor e fazendo-a equivaler a cerca de 2/3 de Conímbriga.

<sup>167</sup> Jorge de Alarcão, *idem*, p.34.

<sup>168</sup> Cf. J. Fragoso de Lima, *Monografia...*, p.78.

<sup>169</sup> J. Fragoso de Lima, *idem*, p. 105.

<sup>170</sup> J. A. da Silva e Matta, *Anais de Moura*, p. 16.

<sup>171</sup> J. Fragoso de Lima, *idem*, pp. 106 a 110.

<sup>172</sup> J. Fragoso de Lima, *ibidem*.

<sup>173</sup> Subsiste na área cercada a Igreja de Sta. Maria, que terá sido eventualmente uma mesquita, igreja que faz parte do Convento de N<sup>a</sup> Sra. da Assunção.

<sup>174</sup> À semelhança de outras povoações alentejanas, a torre de menagem tinha múltiplas funções e, entre elas, a de vigiar a própria povoação de que fazia parte.

<sup>175</sup> V. a mítica e romântica descrição desta lenda por Victor Mendes, *A Moura Salúquia* (Lenda Árabe).

<sup>176</sup> J. Veríssimo Serrão, citado por David Valente, *Acerca dos Forais de Moura*, p. 3.

<sup>177</sup> Sobre a importância dos textos dos forais, nomeadamente prerrogativas jurídicas, económicas e políticas, ver David Valente, *op.cit.*

<sup>178</sup> Frei Diogo Vaz Pascoal, *Descrição da Vila de Moura*, suas particulares e o seu termo, p.55.

<sup>179</sup> Entre outros citem-se Frei Diogo Pascoal e Victor Mendes.

<sup>180</sup> Recentemente Cláudio Torres vem elucidar-nos não sobre o próprio topónimo, mas sim sobre o significado do termo Salúquia que serve de base à lenda: palavra de origem árabe que se refere à parte mais elevada de uma povoação. Cf. Cláudio Torres, *Povoamento Antigo no Baixo Alentejo...*, p. 196.

<sup>181</sup> David Lopes baseado em Ibn-Alfaradi, citado por J. Fragoso de Lima, *Monografia...*, p.106.

<sup>182</sup> T. Júdice Gamito, *O Concelho de Moura na Proto-História*, p.18.

<sup>183</sup> T. Júdice Gamito, *ibidem*.

<sup>184</sup> Citado por David Valente, *Acerca dos Forais de Moura*, pp. 3 e 4.

<sup>185</sup> Artur Goulart e Santiago Macias, *Almocavar de Moura...*, p. 66. Os mesmos autores, reafirmando o que escreveu A. H. Oliveira Marques sobre a localização dos almocavares, afirmam que os cemitérios islâmicos, na tradição romana e paleocristã, se localizavam fora das portas das cidades.

<sup>186</sup> Luís de Almeida Cabral, *História da Notável Vila de Moura*, p.20.

<sup>187</sup> L. Almeida Cabral, *idem*, p.5.

<sup>188</sup> Efectivamente localiza-se junto à torre mais ocidental da cerca um postigo ou porta que, através de uma íngreme ladeira dá acesso à área do Carmo.

<sup>189</sup> J. Fernandes Mascarenhas, *A origem da Ordem do Carmo...*, p. 10.

<sup>190</sup> A sua importância na época medieval é atestada pela outorga de foral feita por D. Dinis aos mouros-forros de Moura, um ano após a emissão do foral da própria vila. Cf. Américo Costa, *Diccionario Chorographico: Moura*, vol. VIII, pp. 471 a 479.

<sup>191</sup> Segundo L. Almeida Cabral, *op.cit.*, a igreja de S. Pedro foi fundada em 1600, a de Sto. Agostinho em 1594.

<sup>192</sup> J. Fernandes Mascarenhas, *op.cit.*, p. 6.

<sup>193</sup> J. Fernandes Mascarenhas, *idem*, p. 10, citando o Boletim nº 45 da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

<sup>194</sup> Estão neste caso Ourique, Arronches, Alegrete, Estremoz, entre outras.

<sup>195</sup> L. Almeida Cabral, *idem*, p. 40.

<sup>196</sup> Raul Proença, *Guia de Portugal*, vol. II. p. 402.

<sup>197</sup> Luís Keil, *Inv. Art. Dist. Portalegre*, p. 104.

<sup>198</sup> R. Proença, *ibidem*.

<sup>199</sup> Américo Costa, *Diccionario Chorographico: Nisa*, vol. VIII, pp. 602 a 609.

<sup>200</sup> R. Proença, *ibidem*.

<sup>201</sup> Jorge Gaspar, *A Morfologia de Padrão Geométrico...*, p. 208. No caso de Nisa, o poder real suficientemente forte ficou demonstrado com a destruição da antiga vila e a transferência para o local actual.

<sup>202</sup> Sem pretendermos estabelecer paralelos, que só os dados que um estudo mais profundo traria, não podemos deixar de referir a semelhança aparente que existe entre os aspectos de desenho urbano e métricos (quarteirões e lotes) de Monflanquin (fund. 1252) e os de Nisa (Cf. Claude Calmettes et al., *Le bâti ancien en Bastide*, p. 70).

<sup>203</sup> Por exemplo o castro da Cola.

<sup>204</sup> Cláudio Torres, *Povoamento Antigo no Baixo Alentejo*, p. 195.

<sup>205</sup> Ver José Mattoso, *História de Portugal*, vol. II, onde se explanam algumas considerações, quer sobre os meios militares, quer

---

sobre o local da batalha, que podem pôr em causa a veracidade da lenda e do lugar.

<sup>206</sup> Américo Costa, *Diccionario Chorographico: Ourique*, vol. VIII, p. 847 a 851. Cremos que o autor estaria também imbuído da mística que rodeia o evento, pretendendo que os árabes se referiam ao local como o da desgraça (para eles).

<sup>207</sup> David Lopes, *op.cit.*

<sup>208</sup> Raul Proença, *Guia de Portugal*, vol. II, p. 181.

<sup>209</sup> Actualmente nada subsiste do castelo, restando apenas a memória e um “kitsh” mandado construir em data recente.

<sup>210</sup> Cláudio Torres, *op.cit.*, pp. 196 e 197.

<sup>211</sup> Raul Proença, *ibidem*.

<sup>212</sup> Cerca de protecção e recolha de rebanhos. Cf. Cláudio Torres, *ibidem*.

<sup>213</sup> Ambas fundadas por Sancho de Navarra, a primeira em 1164 e a segunda em 1181.

<sup>214</sup> J. Ignazio Linazasoro, *Permanencias y Arquitectura Urbana...*, p. 62.

<sup>215</sup> Cf. L. Correia, *Mora e o seu Concelho*, p. 113.

<sup>216</sup> Cf. T. Espanca, *Inv. Art. Dist. Évora*, p. 434.

<sup>217</sup> Mora foi fundada pelos cavaleiros da Ordem de Santiago de Calatrava em anos próximos a 1211; Arraiolos pertencia ao património da corôa tendo Afonso II doado a vila ao cabido de Évora; Vimieiro teve foral em 1257; Aviz teve castelo edificado em 1196.

<sup>218</sup> Onde se ergue o paço dos condes de Redondo, aparentando tratar-se de uma antiga fortaleza ou castelo que pelos reinados de D. Manuel ou João III, terá sido transformado ou reconstruído como paço fortificado.

<sup>219</sup> Adjacente à antiga pousada dos cavaleiros da Ordem de Aviz.

<sup>220</sup> Actual Junta de Freguesia.

<sup>221</sup> A Irmandade da Sta. Casa da Misericórdia foi constituída em Pavia em 1563: (Cf. L. Correia, *ibidem*).

<sup>222</sup> T. Espanca, *op. cit.*, p. 445.

<sup>223</sup> L. Correia, *op. cit.*, p. 118.

<sup>224</sup> O P<sup>e</sup>. Cardoso na sua *Chorographia Portuguesa*, citado por Américo Costa, *Diccionario Chorographico*, vol X, pp. 95 a 98, refere que “...*El-Rey Dom Affonso o Terceiro lhe deo foral & a mandou povoar El-Rey Dom Diniz pelos anos de 1312...*”

<sup>225</sup> Américo Costa, *Diccionario Chorographico: Redondo*, vol. X, pp. 95 a 98.

<sup>226</sup> Raul Proença, *Guia de Portugal*, vol. II, pp. 88 e 89.

<sup>227</sup> Túlio Espanca, *Inv. Art. Dist. Évora*, p.268.

<sup>228</sup> A. Costa, *ibidem*.

<sup>229</sup> É ainda visível e utilizada a estrada real que, vinda do sul e atravessando a vila, se dirigia a Vila Viçosa/Borba, bifurcando-se no sopé oriental da serra de Ossa, daqui nascendo a estrada que, pela

---

---

serra, dava acesso a Estremoz. Cf., também, T. Espanca, op.cit., p.286.

<sup>230</sup> Raul Proença, op.cit., p.88.

<sup>231</sup> T. Espanca, op.cit., p. 270, afirma que a anterior Matriz terá existido no local da actual igreja do Convento de Sto António, o que nos parece inverosímil dada a distância a que se encontraria da vila, ou seja, cerca de 200 metros.

<sup>232</sup> Raul Proença, ibidem, dá outra versão, afirmando ter a actual Matriz substituído a mediéfica existente no mesmo local, i.e., no exterior da porta do Postigo.

<sup>233</sup> Julgamos que a toponímia desta artéria se mantém inalterada desde o séc. XIII, pois a ligação a Monsaraz se faria obrigatoriamente por Montoito, cuja existência remonta ao séc.XIII, como no-lo comprova o foral de 1270, de que dá notícia o P<sup>o</sup>. Dr. Júlio César Batista, *Fundação do Montoito*, p.111.

<sup>234</sup> T. Espanca, op.cit., p.276, refere a data de 1443.

<sup>235</sup> T. Espanca op.cit., p.299.

<sup>236</sup> Túlio Espanca, *Inv. Art. Dist. Évora*, p.44.

<sup>237</sup> Túlio Espanca, ibidem.

<sup>238</sup> J. M. Piel, *Aspectos Toponímicos Pré-Arabes ao sul do Tejo*, p. 47.

<sup>239</sup> David Lopes, *Nomes Árabes de Terras Portuguesas*, p. 123.

<sup>240</sup> Raul Proença, *Guia de Portugal*, II vol., p. 130.

<sup>241</sup> A cerca de 1 Km a nascente da vila.

<sup>242</sup> A superfície onde muitas das povoações medievais portuguesas ao sul do Tejo foram implantar-se, assemelha-se à sela de cavalo.

<sup>243</sup> O actual templo sucedeu ao primitivo que existia ainda em 1394. (Cf. T. Espanca, op. cit., p. 49).

<sup>244</sup> Túlio Espanca, op.cit., p.147.

<sup>245</sup> Marques Crespo, *Estremoz...*, p.279.

<sup>246</sup> <valere>, ter valor.

<sup>247</sup> José Mattoso, *História de Portugal*, II vol. p. 117.

<sup>248</sup> T. Espanca, *Inv. Art. Dist. Évora*, p. 250.

<sup>249</sup> Segundo Fr. António Brandão e Fr. Jerónimo Román, citados por T. Espanca, ibidem, seria a torre mais alta de Portugal, dinamitada em 1662 por D. Juan da Áustria durante os confrontos da Guerra da Restauração.

<sup>250</sup> T. Espanca, op.cit., p. 253.

<sup>251</sup> T. Espanca, op.cit., p. 252, avança com cautela uma hipótese de transferência dos Paços do Concelho e pelourinho da vila intramuros para o actual local.

<sup>252</sup> T. Espanca, ibidem, situa a construção do edifício onde funcionaram os Paços do Concelho (actual Junta de Freguesia), até à sua integração no concelho de Fronteira, no ano de 1739.

<sup>253</sup> Alferes-mor era o oficial que transportava o estandarte real, ou a bandeira, acompanhando permanentemente o rei no campo de batalha, sendo também uma espécie de imediato das ordens reais no

---



---

comando da hoste. Cf. Joel Serrão, *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, p. 97.

<sup>254</sup> Uma braça equivalia a 2,20 metros

<sup>255</sup> Cf. Túlio Espanca, *Inv. Art. Dist. Évora*, p.412.

<sup>256</sup> Cf. Túlio Espanca, op. cit., pp. 415 a 458.

<sup>257</sup> Nome original de Viana do Castelo, fundada por D.Afonso III em 1258. Cf. João Vieira Caldas e Paulo Varela Gomes, *Viana do Castelo*, p. 16.

<sup>258</sup> Fundada em 1219. Cf. J.I. Linazasoro, *Permanencias y arquitectura urbana*, pp. 52 e 53.

<sup>259</sup> Cujo nome original aparece no contrato para a fundação da "bastide" entre o rei de Inglaterra e o senhor da terra, em 1284: "... nova bastida seu villa vocata Vianna...". Cf. Ch. Higounet, *Vianne*, p. 9.

<sup>260</sup> Ch. Higounet, *ibidem*.

<sup>261</sup> Cf. Túlio Espanca, op. cit., p. 458.

<sup>262</sup> Segundo T. Espanca, op. cit., p. 414, a única subsistente das três portas mandadas abrir na cerca por D. Dinis.

<sup>263</sup> Túlio Espanca, *ibidem*.

<sup>264</sup> Tulio Espanca, op.cit., p. 442.

<sup>265</sup> Cf. Túlio Espanca, *Inv. Art. Dist. Beja*, p. 54.

<sup>266</sup> Cf. António João Valério, *Arte e História no Concelho de Alvito; Guia para uma Visita*, p. 83.

<sup>267</sup> Segundo José Mattoso, *História de Portugal*, vol II, pp. 131-133, foi este Estevão Anes que, juntamente com Pedro Ourigues (pai de João Aboim, mais tarde senhor de Portel e fundador de Vila Boim) e outros, esteve em Paris a assistir ao juramento do Conde de Bolonha onde este jurou "...fazer aplicar a justiça, respeitar os costumes do reino e seguir os conselhos dos prelados".

<sup>268</sup> A.J. Valério, op.cit., p. 84.

<sup>269</sup> Cf. T. Espanca, *Inv. Art: Dist. Évora*, p. 61.

### ***Caracterização tipológica:***

*quanto à localização;  
quanto ao traçado do núcleo original e dos arrabaldes;  
quanto à tipologia e localização dos equipamentos;  
conclusão*

---

Após a análise das povoações levada a efeito no Capítulo precedente, caberá agora “cruzar” as características comuns às diversas fundações ou refundações medievais, de forma a podermos esboçar uma caracterização das mesmas.

Como nos alertam vários autores,<sup>1</sup> a forma da cidade medieval é tão variada que se torna difícil, a não ser através de traços muito gerais, a sua classificação, pois que o mesmo modelo pode ter servido de base para a fundação de povoações em situações bastante diversas entre si.

Ora, qualquer ensaio de caracterização deverá fazer-se com base em parâmetros previamente estabelecidos, e estes, no caso vertente, passam pela posição e sítio, pelo traçado e crescimento urbanos e pelos equipamentos de que a população dispunha, enunciados no início do Capítulo anterior.

Relativamente à posição e sítio ocupados pelas fundações alentejanas, cremos que a sua distinção é feita usando os seguintes critérios: vilas cuja função primordial seria a defesa, ou vilas de simples ocupação e povoamento do território; vilas cuja implantação se fez no topo de cômoros e outeiros ou vilas situadas na planura.

No tocante ao traçado urbano, julgamos poderem distinguir-se as vilas cujo traçado não aparenta ser o resultado de uma prévia representação mental, daquelas que claramente foram planeadas e, dentro destas, as que exibem um plano de quadrícula das que, embora radicando-se naquela matriz, por razões topográficas, de defesa, de implantação sobre um prévio assentamento urbano, etc..., apresentam um traçado geometrizado ou para ele tendente, sem no entanto o ser claramente.

No que diz respeito ao crescimento das vilas, são caracterizáveis as tipologias dos arrabaldes como crescimento da malha urbana original, como crescimento linear ao longo das vias de acesso ao núcleo original e como traçados independentes da povoação que lhes deu origem.

Os equipamentos de que dispunham as diversas povoações e sua localização na malha urbana, são factores a ter em consideração na caracterização daquelas. Uma vez

---

que, no Alentejo, tanto no quadro de vida medieval, como no actual, a Praça da Vila desempenhou, e desempenha, um papel de relevo no espaço urbano, enquanto local da vida política, social, comercial e de relação, revela-se importante a sua caracterização tipológica, nomeadamente na sua ligação com a malha urbana e quanto às suas dimensões.

O número de vilas a que se fará referência, excederá aquelas que foram analisadas no Capítulo 2. A razão para este “alargamento” baseia-se no facto do universo das vilas que percorremos, de que digitalizámos a cartografia, de que recolhemos informação base para posterior triagem, ser superior aquele que se apresentou, havendo assim informação disponível que decidimos utilizar no presente Capítulo, para melhor enquadrar as próprias vilas de que se aprofundou a análise.

---

*quanto à localização e função no território*

---

---

Obviamente, quando se faz referência à defesa do território durante os reinados de D. Afonso III e D. Dinis, deverá ter-se em consideração a conquista definitiva do Algarve em 1254 pelo primeiro dos dois monarcas, facto que veio alterar profundamente a estratégia militar seguida até esse momento, i.e., as preocupações quanto ao alargamento das fronteiras para sul são substituídas pela manutenção da fronteira com Castela.

Deste quadro geo-político e militar irá resultar o povoamento da faixa leste do país e a consolidação das praças fortes pré-existentes. Assistimos portanto ao aparecimento de uma linha de defesa constituída por castelos e povoações cercadas - Alandroal, Alegrete, Arronches, Campo Maior, Castelo de Vide, Elvas, Juromenha, Marvão, Monsaraz, Montalvão, Mourão, Noudar e Ouguela -, a poucos quilómetros ou junto da actual fronteira no Alto Alentejo, e povoações fortificadas no Baixo Alentejo - Moura, Serpa e Mértola -, bem mais distantes da fronteira com Castela. Cabe dentro deste espírito de alargamento do território<sup>2</sup> e protecção das fronteiras, a posse, decorrente do Tratado de Alcañices, de Ouguela, Campo Maior e Olivença, e de Moura, Serpa e Mourão, anteriormente negociadas, mas só neste momento entregues a Portugal<sup>3</sup>. Apesar de evidenciarem propósitos de defesa, estas vilas não apresentam uma tipologia própria que as caracterize e distinga de outras localizadas no interior do território. Constata-se assim, que às povoações fundadas *ex-novo* - Alegrete, Castelo de Vide, Montalvão, Monsaraz e Noudar -, bem como aquelas decorrentes do alargamento e reforço de estruturas urbanas e militares pré-existentes - Juromenha, Marvão e Mértola - correspondem implantações em eminências rochosas e em outeiros, suficientemente destacados da planura circundante que permitiam o seu domínio - Arronches, Campo Maior, Elvas, Moura, Mourão, Ouguela e Serpa -.

Ainda que não fazendo parte da defesa fronteiriça, Arraiolos, Estremoz, Évoramonte e Montemor-o-Novo, são povoações que se alcandoraram em eminências topográficas acentuadas, ao longo da estrada de penetração no país a caminho de Lisboa, via Santarém, estrada essa que se

---

sobrepõe em vários troços, à antiga estrada romana Mérida/Lisboa.

Se, como frisou Pirenne, o renascimento urbano europeu na Idade Média está intimamente ligado ao reflorescimento comercial, este não se limitou ao papel de motor da economia num período determinado, mas pelo contrário, continuou, tornando-se no factor de desenvolvimento da sociedade e, conseqüentemente, das cidades.

No Alentejo, na Baixa Idade Média, o papel de desenvolvimento e povoamento da região desempenhado pelas trocas comerciais, traduziu-se, quanto a nós, na fundação ou amuralhamento de vilas novas ou pré-existentes, cuja acessibilidade era garantida, não só pelo sítio escolhido para a sua implantação, como também pela localização no território (lugar central de uma região) e no contexto da rede viária da época.

Contudo, por necessidades de aprofundamento da política centralizadora e anti-senhorial e porque essa mesma política passava pelo aumento do produto dos impostos, o povoamento do vasto território alentejano fez-se também através de vilas de média e pequena dimensão, que asseguravam um espaço de liberdade aos cidadãos ao mesmo tempo que promoviam o arroteamento da terra e a exploração dos recursos naturais do termo do concelho.

No período compreendido pelos reinados de D.Afonso III e D.Dinis, são outorgadas cartas de foral a povoações que já existiam àquela data e verifica-se que há também um esforço colonizador para a ocupação efectiva do território, esforço esse que passou pelo repovoamento de vilas anteriormente conquistadas e pela fundação de novos aglomerados urbanos ou rurais, tendentes a atrair gente, i.e., a ocupar efectivamente o território e a aumentar o produto dos impostos.

À semelhança do processo de fundação de novas vilas na Aquitânia, também em Portugal o acto de fundar uma nova povoação não foi exclusivo da acção ou vontade reais e, por esse motivo, vamos encontrar por diversas vezes, ligados às fundações, os nomes de detentores de altos

---

cargos na hierarquia do Estado, nomeadamente D. João Peres Aboim, mordomo-mor<sup>4</sup> de Afonso III e Estevão Anes, chanceler-mor<sup>5</sup> do monarca, e, com muito menor frequência, o nome dos Mestres das Ordens Militares ou, ainda, Ordens Religiosas.

Constata-se porém, que à diversidade de fundadores corresponde uma maior diversidade do sítio escolhido para a ocupação urbana. Ainda assim, verifica-se uma certa identidade entre o local de implantação e a existência (ou intenção de construção) de uma fortaleza de protecção da vila.

Em geral este tipo de vilas, quando se tratou de uma fundação nova, implantou-se em planaltos de suave declive ou entre elevações próximas, apresentando o perfil longitudinal, neste último caso, o aspecto de uma dupla bossa.

Na primeira das situações, o castelo ocupou o ponto mais extremo e elevado do planalto e no segundo, a elevação mais alta, sendo comum às duas que um dos panos de muralha se encontra sobre a encosta mais declivosa da elevação, tal como em Pavia, Vila Boim, Terena e Sousel (apesar de fundada em finais do séc. XIV por Nuno Álvares Pereira, apresenta o mesmo tipo de relação entre a vila e o castelo e entre este e a topografia do lugar). Embora tratando-se da fundação de vilas adjacentes a castelos pré-existentes, podem considerar-se ainda no mesmo grupo Ourique e Almodôvar.

São excepção à regra, no tocante à topografia do local, Viana do Alentejo, Alvito<sup>6</sup> e Vidigueira<sup>7</sup>, embora nestas últimas o castelo tenha sido erguido posteriormente à outorga do foral ou à fundação.

Contudo, no que diz respeito à relação da vila com o castelo, nem sempre a acessibilidade a este se encontra facilitada pela proximidade. Em Barbacena, apesar da estrutura defensiva se encontrar topograficamente no mesmo plano da vila, a distância que as separa tornava difícil a sua utilização pela população como reduto defensivo, e em Aljustrel, Messejana e Santiago do Cacém aquela dificuldade aumentava, mercê das encostas íngremes que era



---

necessário subir para alcançar os castelos respectivos.

Distanciadas da linha de fronteira, encontramos vilas de povoamento que, fosse por razões de protecção, de estatuto político, económico ou militar, foram cercadas por muralha. Estas vilas evidenciam a sua preferência pela implantação em outeiros, de onde a vista pode dominar o território que integra o alfoz e pode “comunicar” com a povoação ou povoações mais próximas.

O amuralhamento resultou do estatuto militar que a Ordem que lhes deu origem detinha, em Aviz<sup>8</sup> e Crato<sup>9</sup>, e das funções administrativas e comerciais que detinham na região no caso de Nisa e Portalegre<sup>10</sup>.

Para protecção dos povoadores terão sido cercadas Alcáçovas (se tomarmos em consideração a intenção real de muralhar a vila), Assumar, Borba, Fronteira, Monforte, Redondo, Veiros, Vila Viçosa<sup>11</sup>, Évoramonte, Arraiolos<sup>12</sup>, Montemor-o-Novo (estas três, como referimos, protegendo também a via de Lisboa). Integramos aqui também Portel<sup>13</sup>, ainda que este seja um caso de difícil enquadramento, já que a muralha que envolve a vila é de construção dionisina, tendo sido precedida pela construção do castelo/paço do donatário da vila, D. João Aboim, e tendo a povoação o estatuto de sede administrativa do vasto território que aquele nobre detinha.

Situando-se como as anteriores no interior do território, encontramos um elevado número de povoações de fundação nos reinados de D. Afonso III e D. Dinis ou de existência anterior, mas às quais foram outorgados forais neste período, sem qualquer espécie de infraestrutura defensiva, as quais denominamos de “vilas abertas”. A inexistência de muralha ou cerca defensiva terá a sua causa, possivelmente, no facto de nunca as regalias e condições foralengas terem conseguido atrair um número de povoadores que justificasse a construção de fortaleza ou cerca de protecção, como poderá ser o caso de Benavila (foral de D. Dinis, em 1296), Cabrela (município já no reinado de D. Dinis), Garvão (foral de D. Paio Peres Correia, 1268), Lavre (povoamento e foral por D. Dinis, em 1304), Montoito (foral de Pedro Anes, em 1270) e Tolosa (primeiro foral de 1262), ou porque o seu

---

estatuto administrativo e proximidade a uma povoação com maior importância no território não justificava tal procedimento, como seria eventualmente a situação de Aguiar (foral de Estevão Rodrigues, em 1269), Beringel (provável foral de D.Afonso III, em 1262), Oriola (foral de D.Dinis, em 1282) e Vimieiro (foral do bispo de Évora, em 1257), ou ainda porque, pese embora o número de povoadores ser suficiente - como o demonstra a adopção do padrão geométrico do seu traçado - e terem importância regional suficiente - uma como polo de povoamento e consequente dinamização económica de uma região, a outra como expansão de uma povoação - a sua localização no interior do território não justificava a adopção de estruturas defensivas como em Montargil e Vila Nova da Baronia.

---

*quanto ao traçado e crescimento urbanos*

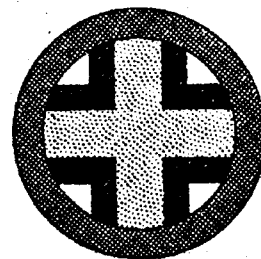
---

A prática política relativamente à urbe, enquanto lugar de concentração humana e, conseqüentemente, cadinho cultural, manifestou-se desde o primeiro momento em que apareceu o próprio conceito de cidade, originando as mais diversas formas de tecido urbano.

Sendo o traçado da cidade uma consequência directa do exercício do poder - central ou local -, ele reflectirá as filosofias políticas que subjazem áquele poder. Neste sentido não será demais recordar as palavras de Aristóteles, referindo-se à forma e aos lugares para a localização da cidade:

*“...une citadelle convient à une oligarchie ou à une monarchie, et un pays de plaine à une démocratie: une aristocratie ne voudra ni de l'une ni de l'autre, mais préférera un assez grand nombre de places fortes. D'autre part, la façon de disposer les maisons des particuliers est ... plus agréable ... quand les rues sont bien alignées...”*<sup>14</sup>

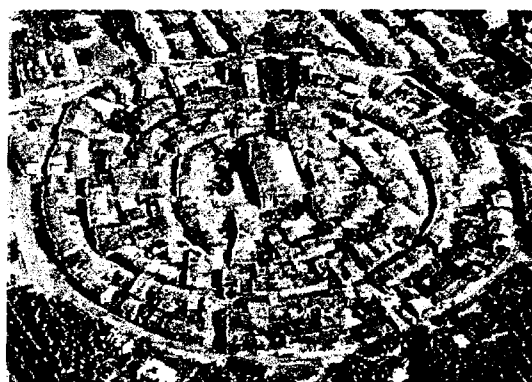
Todavia, no que diz respeito à forma do “continente” das cidades medievais julgamos que as concepções religiosas desempenharam também um papel relevante. Assim, naquela época, se o traçado hipodâmico era conhecido, não só pelas realizações práticas, que através das adaptações e inovações da civilização romana se traduziram na forma das cidades coloniais do Império, mas também pelo conhecimento escolástico das obras de Aristóteles, foi porém a concepção vitruviana da cidade, que já era conhecida desde a Alta Idade Média,<sup>15</sup> que divulgou não só a malha ortogonal, como ainda a muralha circular que a envolvia,<sup>16</sup> constituindo como que a formalização de uma ambigüidade.<sup>17</sup> Esta formalização ajustava-se perfeitamente, na Europa medieval, à conceptualização cristã de Jerusalém - a realização prática do conceito de universo criado por Deus -, a qual era representada sob a forma de um círculo de muralhas que



*Hieróglifo egípcio que designava cidade (reproduzido a partir do livro de Leonardo Benevolo, História da Cidade, p.40).*



*Iluminura medieval representando a Cidade de Deus (reprodução a partir do livro de Helen Rosenau, A Cidade Ideal, p.45).*



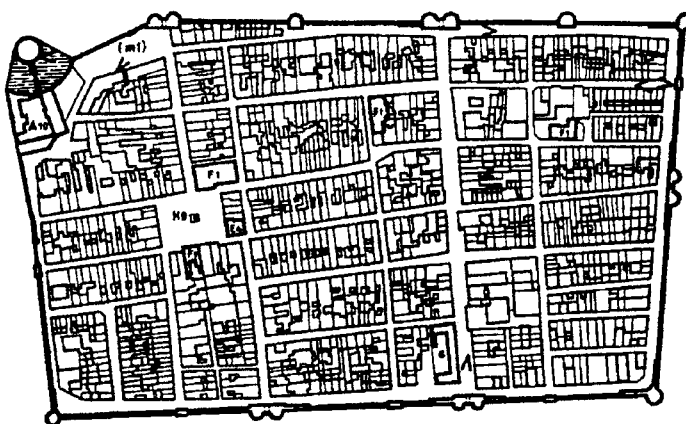
*Bram, situada entre Carcassone e Villefranche-de-Lauragais, ilustra com a sua forma, o padrão circular que precedeu o conhecido padrão ortogonal. (reprodução a partir da brochura Les bastides du Lauragais et du Pays de Foix, p.28, Société Académique d'Architecture)*

envolviam uma malha ortogonal. Outro conceito que exigiu formalização por parte da Europa cristã, foi o da Santíssima Trindade, simbolizada pelo triângulo.

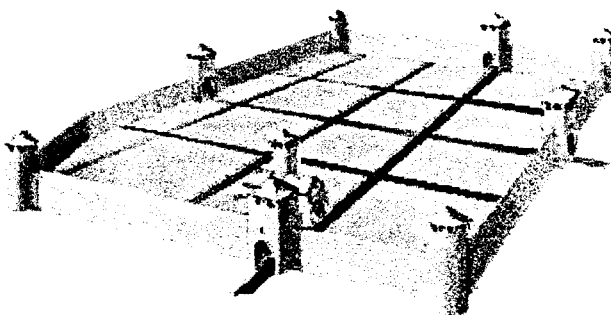
Terá sido dentro destes parâmetros que se desenvolveu a tipologia das cidades da Idade Média que precederam o movimento de padrão ortogonal, cujo paradigma poderá ser Aigues-Mortes ou Vianne - a malha ortogonal inscrita no retângulo -, mas cujos primórdios se encontram em Monflanquin - a malha ortogonal inscrita no círculo -, sendo esta "bastide", quanto a nós, um momento de transição de uma forma de "continente" para outra.

Porém, o traçado geométrico com base no ângulo recto foi o mais procurado na disposição das ruas, quer observemos a civilização de Harappa, através da cidade de Mohenjo-daro, quer recordemos a civilização grega e as suas cidades hipodâmicas, a civilização romana com os seus acampamentos e novas cidades nas províncias do Império, ou as "bastides" medievais. O ângulo recto ou, se se preferir, o traçado ortogonal, não é exclusivo de uma civilização, mas antes o método mais racional e económico de dispôr uma cidade, e é por este motivo que "...*En effet, les bastides présentent de nombreux types de régularité, obligeant à s'interroger sur les fondements de cette diversité, et à renoncer à l'idée d'une redécouverte des schémas romains de la ville*".<sup>18</sup>

Como consequência dos estudos que se têm desenvolvido sobre os planos de traçado geométrico medieval, principalmente em França, os investigadores da forma urbana - da sua génese e do seu desenvolvimento -



*Aigues-Mortes (desenho reproduzido a partir do livro de Leonardo Benevolo, História da Cidade, p.386).*



*Axonometria esquemática de Vianne (reprodução da capa do livro de Charles Higounet, Vianne - une bastide fortifiée en Agenais)*



*Fotografia aérea de Monflanquin (reprodução a partir da brochura Les bastides du Périgord, p.22, Société Académique d'Architecture).*

---

são por vezes induzidos a ver em qualquer aglomerado urbano de fundação ou refundação medieval, um traçado ortogonal ou com ele aparentado. Outros há que, muitas vezes negando a própria evidência, pretendem que foram de criação espontânea (popular) as vilas fundadas na Idade Média, inferindo desse “olhar” particular, o total desregramento em matéria de desenho urbano e arquitectura,<sup>19</sup> enaltecendo a forma orgânica, vernacular, “produzida pelo povo”.

Não podemos concordar com nenhum destes pontos de vista. Com o primeiro porque se “...*Un plan d'une géométrie régulière, uniquement fait de lignes droites, a été nécessairement établi d'avance et prouve qu'il s'agit d'une ville créée, même si les textes font défaut. L'inverse n'est pas vrai. Si tous les plans dessinés dénotent une création, toutes les créations n'ont pas reçu un plan dessiné.*”<sup>20</sup>; com o segundo, porque faz “tábua rasa” das contribuições que os povos “invasores” trouxeram à civilização europeia e também porque menospreza o papel da concepção, enquanto acto intelectual prévio à execução.

Deste modo, se a experiência de observação é um precioso auxiliar para estabelecer a distinção entre o planeado e o orgânico, o conhecimento dos eventos históricos que estão na origem do aglomerado urbano não é menos pois, directamente, através da documentação escrita que chegou até nós ou, indirectamente, através de autores que trataram aquela documentação, podemos perceber a génese e desenvolvimento das povoações e determinar-lhes a matriz urbana original.

### **A Vila...**

As povoações alentejanas de fundação medieval não apresentam, naturalmente, a mesma génese de traçado urbano e, conseqüentemente, o mesmo tipo de desenvolvimento posterior. Tal diversidade pensamos dever-se à existência ou não de um traçado a que o desenho medieval se teve que adaptar, à topografia do terreno de implantação, ao “...*poder suficientemente forte...*” para impôr um plano previamente elaborado, à importância política,

militar, económica ou religiosa da vila no território sob a sua influência, à posição social e/ou económica do seu fundador, à capacidade de atracção que exercia sobre eventuais povoadores e ao conjunto de regalias políticas, sociais e económicas que o seu foral ou carta de costumes oferecia (de que o "couto de homiziados" seria a expressão política e social extrema).

Julgamos assim poderem agrupar-se as povoações de fundação ou de foral medieval no Alentejo, em função do seu traçado, considerando as pré-existências, a topografia, a malha urbana do núcleo original, o número e disposição das ruas principais e as malhas que não obedecem, aparentemente, a nenhum plano previamente concebido.

Apesar da grande maioria das fundações medievais no Alentejo representar uma inovação urbanística e uma intenção de constituírem aglomerados com carácter urbano - i.e., não só os privilégios atribuídos pelas cartas de foral transformavam camponeses dependentes de um senhor em homens livres, como também a diversidade dos equipamentos e a organização espacial contribuíam para o fomento da vida urbana -, algumas daquelas fundações fizeram-se sobre traçados pré-existentes legados pela civilização romana e pela civilização muçulmana.

Monforte, e também Serpa e Veiros, pelas características de traçado que apresentam, podem identificar-se como povoações com origem na primeira daquelas civilizações. Embora coloquemos algumas reticências relativamente às segundas, onde só uma



*Em Serpa, se por vezes ainda é perceptível o traçado romano, na maior parte do tecido urbano ele foi alterado ao longo dos séculos pelos utentes do espaço urbano.*

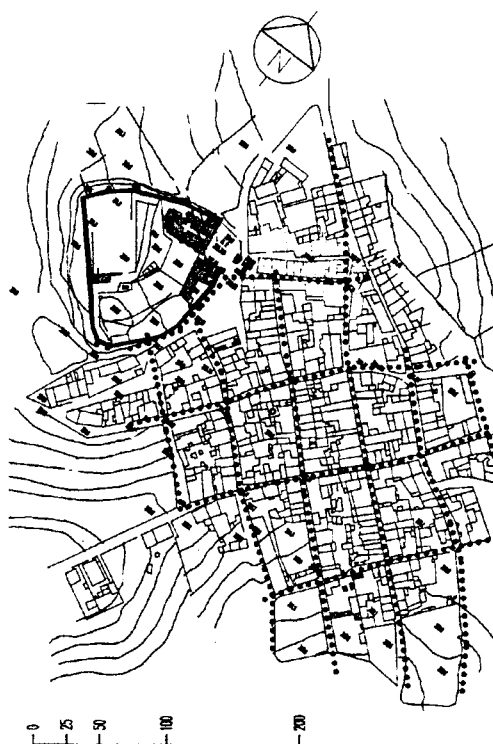


*Se em Monforte (acima) a opção foi encerrar através de um "óvulo" uma parte do tecido rectilíneo, já em Veiros (pág. seguinte) a Vila medieval muralhada parece ter-se remetido para um extremo da malha quadriculada, encerrando apenas uma parte de um quarteirão.*

investigação arqueológica poderá esclarecer aspectos não detectáveis à superfície, é certo que se em Serpa “...Aos traçados romanos do *Cardus* e *Decumanos Máximos*, mais irregulares devido à topografia, sobrepõem-se as distorções medievais.”<sup>21</sup>, já em Veiros - se se considerar como romana a malha ortogonal que se estende para leste do castelo - o *cardo* e o *decumano máximos* são perfeitamente visíveis: o primeiro vindo de Elvas e dirigindo-se à ponte romana sobre a ribeira de Ana Loura, a ponte, o segundo no sentido Estremoz/ Monforte. Aos traçados das três povoações é comum uma das dimensões dos quarteirões, ou seja, a distância média entre decumanos é de 70 metros, variando a distância entre cardos de 32 metros em Monforte, 44 metros em Veiros e os mesmos 44 metros em Serpa, se bem que aqui já pouco visíveis.

No tocante às pré-existências de origem muçulmana, pese embora no que se refere à edificação nada ou quase nada ter restado, subsistem os traçados de pequenos núcleos junto aos locais dos castelos de Ourique, Almodôvar e Serpa, a relação entre a alcáçova e a medina em Moura e Marvão e o labiríntico traçado - também consequência do acidentado do local de implantação - em Mértola.

Sem serem representativas de um traçado previamente concebido, mas antes fruto de um crescimento ao longo de uma via de ligação entre aglomerados urbanos hierarquicamente mais importantes, encontram-se vilas cuja estrutura linear só posteriormente foi acrescida com ruas paralelas à inicial ou cuja expansão se verificou pelo crescimento de um arrabalde, por exiguidade da superfície resultante do amuralhamento de que entretanto foram objecto. No Lavre, ainda hoje a morfologia urbana se caracteriza pelo desenvolvimento ao longo do troço urbano da antiga estrada Montemor-o-Novo/Santarém, apesar da existência de uma praça, separada daquela via, onde se



*Hipotético traçado da malha romana em Veiros.*

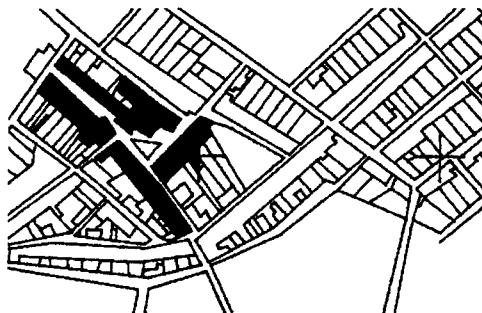
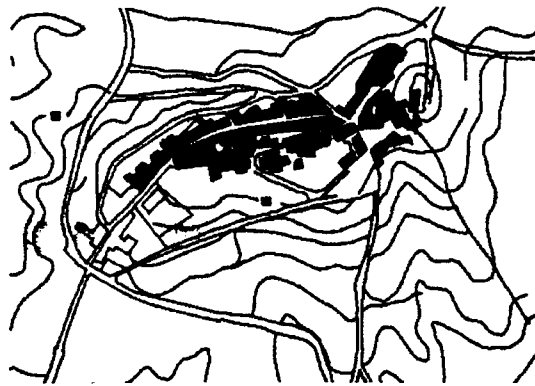


*Portas da cerca de Serpa. Três das quatro coincidem com o *cardo* e o *decumano máximos*.*

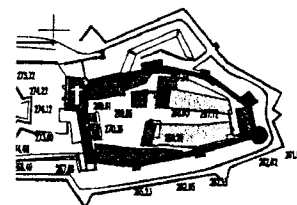


foram localizar diversos equipamentos. Oriola poderá ser considerado outro caso paradigmático deste tipo de povoações, uma vez que o troço urbano da antiga estrada Portel/Viana se alargou para dar lugar à vila, conservando esta ainda hoje a memória do local designando esta rua/largo por rua Grande. Pavia, pese embora ter o seu núcleo original na construção ao longo da estrada Arraiolos/Aviz, aparenta hoje, após crescimento através de uma paralela ao troço urbano daquela estrada, ter sido inicialmente planeada como plano ortogonal. Conquanto a maioria das povoações morfologicamente enquadráveis nesta categoria sejam “vilas abertas”, cremos de registar que esta tipologia de crescimento - ao longo de uma via - não está circunscrita àquelas pois no Redondo e Ouguela, entre outras, apesar do amuralhamento manteve-se a estrutura linear que possivelmente pré-existia, verificando-se que o posterior crescimento manteve aquela tendência de ocupação espacial.

Surgidas nas encruzilhadas das vias de ligação locais

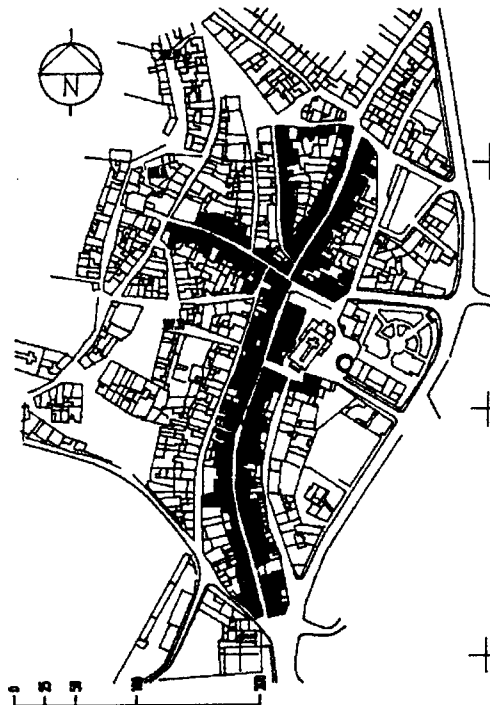
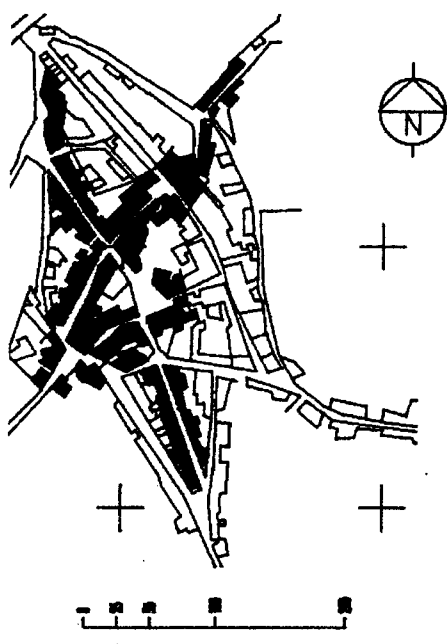


*Lavre e Oriola, respectivamente..*



*Como no Redondo, em Ouguela uma estrutura linear intra-muros.*

*Em baixo, por ordem de leitura, Benavila e Sousel.*

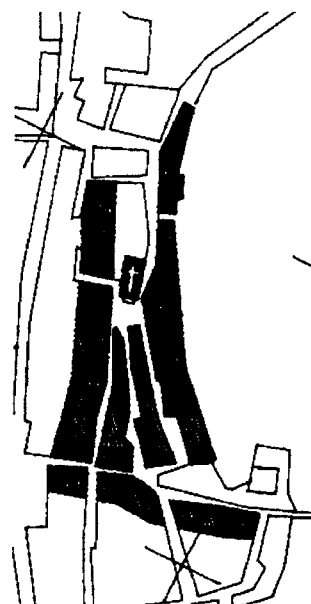


ou regionais, ou, tendo por suporte uma única via regional, desenvolvendo-se ao longo desta e duma sua perpendicular, encontramos também nas vilas de fundação medieval no Alentejo uma estrutura urbana de “dois eixos ortogonais”. Contudo, não podemos dizer que o seu número seja expressivo, porquanto resumem-se a três casos: Sousel, no cruzamento das estradas Estremoz/Fronteira e Veiros/Aviz; Benavila, no ponto em que a estrada Aviz/Alter do Chão cruzava a que ligava Fronteira a Montargil; e Aguiar que, apoiando-se na Estrada Real Évora/Viana do Alentejo, desenvolveu uma via perpendicular a esta no sentido das Alcáçovas e Torrão.

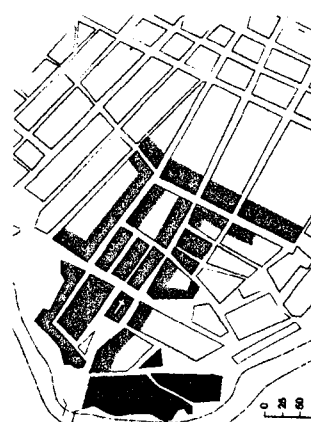
Em contrapartida, evidenciando uma intenção geométrica que regulasse o aparecimento das construções, grande parte das vilas de fundação medieval aproximam-se do plano ortogonal, havendo apenas uma parte daquelas em que é visível, de uma forma clara, o “tabuleiro de xadrez”.

Assim distinguem-se as povoações que apresentam um traçado de ruas praticamente paralelas - correspondente a uma efectiva intenção de plano -, daquelas cujo paralelismo das artérias é apenas sugerido, sendo estas na realidade convergentes num ponto. Estão na primeira situação Arronches, Barbacena, Beringel, Evoramonte, Marvão, Montalvão, Montargil, Ourique, Terena, e Vila Boim, relativamente a algumas das quais é curioso verificar o paralelismo com o traçado urbano de algumas realizações espanholas e francesas coetâneas e na segunda Aljustrel, Almodôvar e Crato.

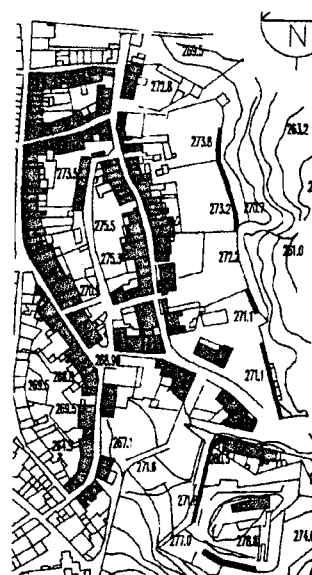
A par das anteriores, encontram-se também no Alentejo vilas de claro traçado geométrico, sendo as que maiores semelhanças aparentam com a maioria das criações do sul de França: as “bastides”, muito embora numa parte delas o “tabuleiro de xadrez” tenha sido modificado e adaptado. Caracterizam esta tipologia Alegrete, Castelo de Vide, Estremoz, Fronteira e Messejana, povoações onde, por circunstâncias várias - acidentes topográficos, necessidades de defesa, etc... - a adaptação do modelo de padrão geométrico acima citado se traduziu no encurvar das ruas laterais, adaptando-as ao terreno, mantendo contudo a



Vila Boim



Beringel



Alpalhão

---

aparente rectilinearidade da rua central.

Ou porque as condições topográficas o permitiam, ou porque a vontade real se pode impôr, são reconhecíveis as vilas em que claramente o plano ortogonal foi levado à prática de um modo tão marcante que subsiste até hoje, “resistindo” às construções que se foram sucedendo nas parcelas, resistindo aos “atentados” urbanísticos de que foram sendo vítimas, permitindo assim corroborar a tese da “*persistência do plano*” de Lavedan.

Mantêm os seus traçados ortogonais bastante próximos do “tabuleiro de xadrez” Alcáçovas, Borba, Monsaraz, Nisa, Viana do Alentejo, Vila Nova da Baronia e Serpa, sendo Nisa e Monsaraz as vilas onde, nem a destruição de uma boa parte da muralha envolvente na primeira ou a construção de baluartes e revelins na segunda, nem o crescimento do arrabalde em ambas, no que toca à caracterização do todo urbano, nem o edifício do séc. XVIII onde estão instalados os Paços do Concelho e as alterações no edifício da Misericórdia e a construção da igreja maneirista, em ambas, conseguiram descaracterizar o seu ambiente e intenção urbana original.

### ... e o arrabalde

Tal como já tinha acontecido com os *continentia* e construções nos *mille passus* da cidade romana, raras foram as vezes em que o quadro de vida urbana medieval se circunscreveu à superfície contida pelas muralhas que cercavam a vila ou à superfície do núcleo inicial. Obviamente atraídos pela segurança e liberdade que a cidade<sup>22</sup> oferecia, aos povoadores iniciais foi-se juntando uma população que, em alguns casos, ultrapassou mesmo o núcleo que deu origem à vida urbana do lugar .

Apesar do aparente carácter igualitário da cidade medieval, o estatuto urbano, económico e social do arrabalde, enquanto não foi cercado por muralhas (caso de Évora), é de condição inferior à cidade original, tendo constituído por vezes o local de valorização e ascensão dos marginalizados e socialmente desfavorecidos, no que se assemelha com os actuais subúrbios e periferias. É o próprio

Afonso X, nas suas *Siete Partidas*, que define "...este nombre cibdat que se extiende todo el lugar que es cercado de los muros con los arrabaldes et los edificios que se tienen con ellos".<sup>23</sup>

Exactamente por constituir uma "excrecência" à cidade planeada, o arrabalde tem características diferentes daquela, no que respeita ao tecido urbano, apresentando, na maioria dos casos, um carácter de transição entre a cidade e o campo. Contudo nas vilas medievais do Alentejo, nem sempre as características gerais enunciadas se verificam, podendo esse facto significar que o arrabalde terá sido pensado como extensão natural da povoação original - abrangendo o conceito de cidadania, por igual, todos os habitantes -.

Deste modo, se é impossível hoje qualquer tentativa de estudo sociológico de caracterização do morador típico do arrabalde medieval - dadas as mutações sócio-económicas a que esta porção de cidade foi sujeita ao longo dos séculos, desde a sua formação -, já um estudo das estruturas arquitectónicas medievais subsistentes (edifícios de habitação, equipamentos) poderá revelar-nos a diferença de estatuto social que, eventualmente, existia. Curiosamente, em Estremoz e Castelo de Vide subsistem maioritariamente no arrabalde os marginalizados: os ciganos no primeiro caso, os judeus no segundo, enquanto na maioria das restantes povoações o núcleo medieval primitivo é ocupado pelas classes socialmente mais desfavorecidas em detrimento de posteriores crescimentos urbanos para onde se transferiram as classes possidentes.

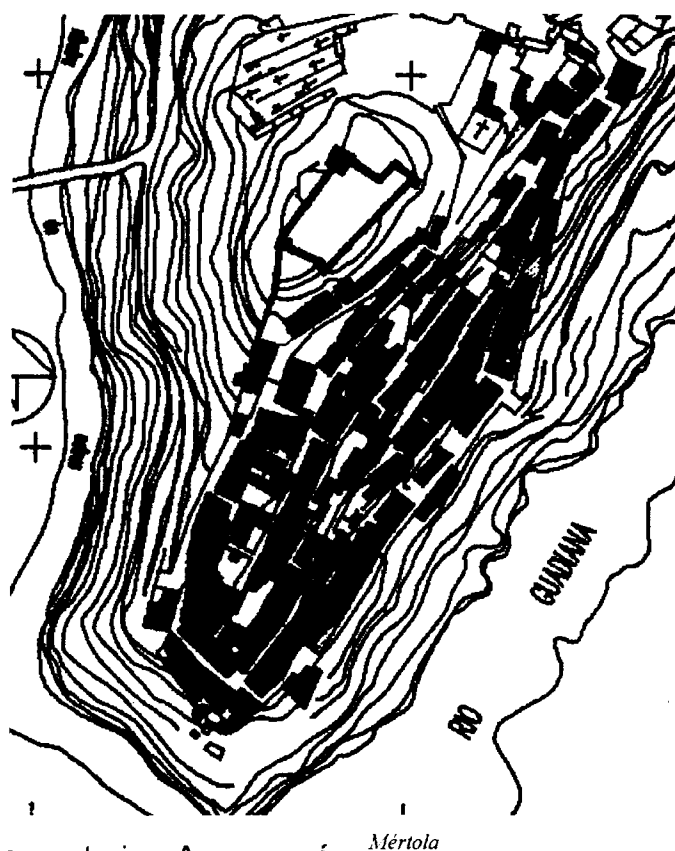
Relativamente à tipologia de desenvolvimento destas estruturas urbanas nas vilas medievais alentejanas, distingue-se o crescimento como extensão da malha urbana original em Alcáçovas, Aviz, Arronches, Barbacena, Beringel, Pavia, Portel, Viana do Alentejo, Vila Boim e Vila Nova da Baronia e como crescimento linear



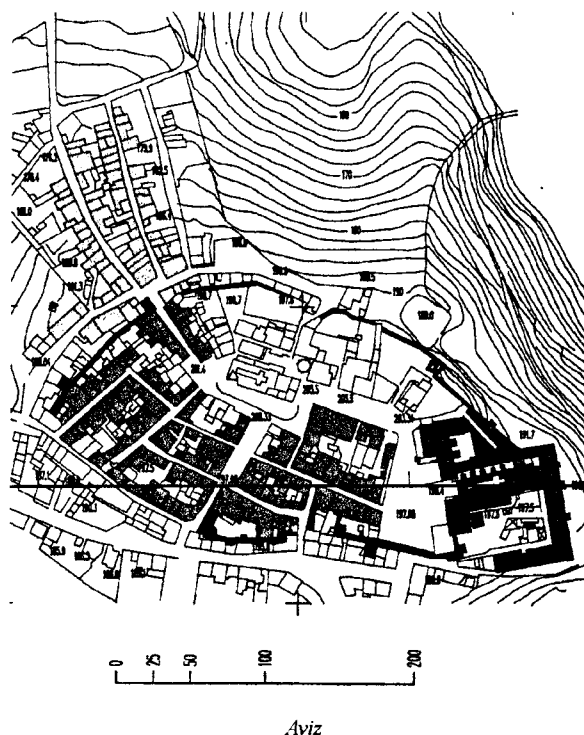
ao longo de uma ou mais vias de acesso em Alegrete, Arraiolos, Benavila, Castelo de Vide, Estremoz, Fronteira, Lavre, Marvão,<sup>24</sup> Messejana, Mértola, Montalvão, Montargil e Mourão. Diferente dos anteriores, é o crescimento como traçado independente da malha original, que encontramos no Alandroal, mas também em Aljustrel, Almodôvar, Évoramonte, Montemor-o-Novo, Monsaraz, Moura, Nisa, Ourique e Serpa.

Fora de qualquer classificação estão as povoações que não apresentam arrabaldes ou, se os apresentam, são de formação muito posterior. Assumar é “retratada” por Duarte d’Armas sem arrabaldes. Monforte foi construída sobre a malha urbana romana, pelo que não podemos classificar de arrabalde o que ficou de fora da cerca trecentista. Noudar ainda hoje não tem arrabaldes, nem vestígios de anteriores e Ouguela cujo arrabalde surgiu posteriormente (Guerra da Restauração), confirmando que “...cuando la muralha es especificamente militar, los arrabaldes tendrán poca importancia o no existirán...”<sup>25</sup>

Algumas vezes, independentemente do traçado adoptado, outras vezes condicionando aquele, a localização do arrabalde face à povoação original e a sua relação com esta, nem sempre apresenta a mesma tipologia. Em muitas das vilas, a partir de um ou mais rossios, locais por excelência de trocas comerciais às portas das cercas ou, na ausência destes, na extremidade ou à ilharga da malha urbana original, o arrabalde cresceu tomando como elemento estruturante aquele(s) terreiro(s). Disso são exemplo o Alandroal, Alegrete, Almodôvar, Estremoz, Fronteira, Messejana, Moura, Nisa, Pavia e Vila Nova da Baronia. No entanto, quando os rossios por razões de topografia, de deslocação da via que serve a povoação ou mesmo por razões militares,



se encontravam a uma certa distância do núcleo urbano original, como em Montalvão, Montargil, Borba, Évoramonte, Lavre, Montemor-o-Novo e Alcáçovas, o arrabalde cresceu na direcção daqueles. Registe-se ainda que no caso de Arraiolos, Aviz, Portel e Serpa, o crescimento destes tecidos urbanos fez-se a partir de uma ou mais portas da cerca, sem serem antecidos por rossio.



---

*quanto aos equipamentos*

---

---

Como ressalta da leitura das povoações abordadas no Capítulo anterior, considerámos como equipamentos comuns as todas as povoações e essenciais à vida urbana: a Praça da Vila, o edifício dos Paços do Concelho, a igreja Matriz e a albergaria/hospital e o(s) rossio(s). Concereteza outros haveria, mas na ausência de referências documentais ou de elementos construídos subsistentes, limitámo-nos aos acima citados.

Apesar da grande maioria, senão mesmo a totalidade das fundações ter por base um plano geométrico, adaptado às circunstâncias do lugar e à função da vila no território, não se verifica uniformidade na localização da Praça da Vila na malha urbana.

Assim, se nas vilas muralhadas de Alandroal, Alegrete, Arronches, Assumar, Borba, Évoramonte, Fronteira e Veiros, aquele espaço público se situava adjacente à porta principal (ou à única) da cerca, já em Monforte, Castelo de Vide, Estremoz, Nisa, Monsaraz e Redondo, ela ocupa um lugar central e afastado das portas da muralha (Marvão, mais uma vez, é um caso único de localização da Praça no antigo rossio do arrabalde).

Também no caso das povoações “abertas”, a uniformidade não existe, uma vez que a Praça da Vila ocupa a zona central da malha urbana em Alcáçovas, Viana do Alentejo, Aljustrel, Almodôvar, Barbacena, Vila Nova da Baronia, Montalvão, Montargil, Ourique e Pavia, mas localizava-se no extremo da povoação na Messejana e também no extremo, mas junto ao castelo, em Terena.

Associando-se à importância que a Praça da Vila tinha (e continua a ter), no contexto espacial e imagético medieval,<sup>26</sup> os Paços do Concelho surgem invariavelmente localizados naquela Praça, sendo excepção Viana do Alentejo, cujo primitivo edifício concelhio se situaria no interior do castelo, Redondo e Terena, cujos Paços do Concelho se localizavam na rua Direita.

Se os dois locais cívicos das povoações medievais alentejanas surgem sempre associados, já o mesmo não podemos dizer do edifício religioso fundamental, a igreja Matriz, facto que, com as devidas reservas, nos poderá



---

informar acerca da hierarquização das instituições no âmbito da política e vida quotidiana dos concelhos. Encontramos assim a Matriz localizada na Praça da Vila em Alandroal, Alegrete, Aljustrel, Arronches, Borba, Estremoz, Évoramonte, Monsaraz e Veiros, mas relegada para o rossio em Almodôvar, Vila Nova da Baronia, Fronteira, Marvão (relativamente à primeira cerca), e no extremo da vila em Alcáçovas - no local onde a tradição diz que seria erguido o castelo, se D. Dinis não tivesse falecido entretanto), Barbacena - constituindo um elemento estruturante do desenvolvimento da malha urbana -, Montalvão, Montargil, Redondo - já no exterior da própria cerca - e Terena - formando com o castelo os dois polos limite da malha urbana -. Exceptuam-se das situações referidas anteriormente, Viana do Alentejo - no interior do castelo -, Messejana - a meia encosta do acesso ao castelo -, Assumar - no extremo oposto à praça e junto a uma porta da vila -, Monforte e Nisa - no interior da cerca, mas excêntricas - e Ourique - dentro da malha urbana mas também excêntrica relativamente à praça da vila -.

Mais diversa é a localização da albergaria/hospital. Ora se situa no arrabalde (Alandroal, Aljustrel, Estremoz, Moura e Veiros), ora na Praça da Vila (Alegrete, Arronches, Barbacena, Nisa, Ourique, Pavia e Redondo), ora na extremidade da vila, eventualmente por razões higiénicas (Viana do Alentejo, Monforte, Évoramonte, Montalvão), ora na rua Direita (Alcáçovas, Terena, Montargil, Marvão) ou ainda no interior da cerca, mas no extremo oposto à Praça (Borba) e no rossio (Almodôvar e Vila Nova da Baronia).

No planeamento das vilas de fundação medieval, pese embora depreender-se uma intenção de plano (largura das vias, alinhamentos de ruas e fachadas, cérceas das edificações, etc...), não há uniformidade na relação entre a área da praça e a área urbana. Em quadro anexo relaciona-se a área da povoação, muralhada ou não, com a área ocupada pela respectiva Praça, concluindo-se que aquela relação varia de 0.7% (em Montargil) até 8.5% (Monforte), se bem que na grande maioria das povoações abordadas aquela percentagem se situe entre os 1 e os 2% (7

povoações) e entre os 3 e os 4% (8 povoações).

A relação de Monforte pode dever-se ao facto de a vila proceder de um assentamento romano, em que a praça substituiu um quarteirão. Assinale-se também que a relação nas povoações que mais semelhanças aparentam com o traçado em "tabuleiro de xadrez", é fixada em 3.0% (Alcáçovas e Nisa) ou 3.3% (Borba).

No que diz respeito à forma da Praça da Vila também não há uniformidade, se bem que possamos estabelecer três tipologias. Uma primeira, comum ao Alandroal, Alegrete e Veiros, em que a praça é triangular e adjacente à porta principal da cerca e onde desembocam uma ou mais ruas, forma que será todavia consequência da sua própria localização e do traçado elíptico da muralha.

Numa segunda, onde a praça é radial e que se aproxima da forma rectangular - Marvão -, ou se formou num antigo rossio ou terreiro, cuja periferia foi sendo construída e de onde partiam caminhos em várias direcções, como é o caso em Aljustrel e Messejana. Numa última, comum às restantes povoações, a praça é rectangular. Porém, neste caso, há diferenças substanciais no relacionamento da praça com os arruamentos que a servem e/ou atravessam, impondo-se a sua tipificação.

Assim, a praça, que se localiza no interior da malha urbana, é limitada aos topos por duas ruas que com ela fazem um ângulo de 90° ou próximo deste. Num ou nos dois lados menores do rectângulo assim limitado, inserem-se transversais da malha urbana. São características desta tipologia as praças de Alcáçovas, Assumar e Nisa.

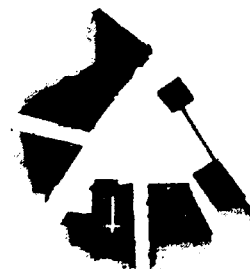
Nas vilas de Montalvão, Montargil, Ourique, Pavia e Vila Nova da Baronia, a tipologia da praça rectangular é um espaço não construído entre duas ruas paralelas. Nestas praças a largura é variável e pode corresponder, ou não, ao alargamento de uma travessa.

Em Arronches, Borba, Castelo de Vide, Estremoz, Fronteira e Monsaraz, a praça é adjacente à rua principal da povoação, podendo, ou não, existir transversais a iniciar-se na praça.

Por fim, refiram-se os casos não enquadráveis nas



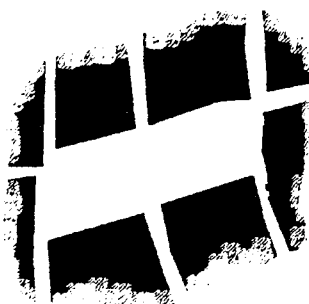
*Alandroal*



*Alegrete*



*Veiros*



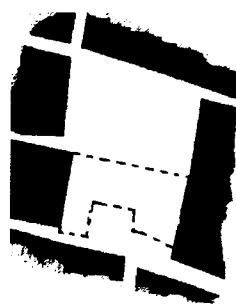
*Alcáçovas*



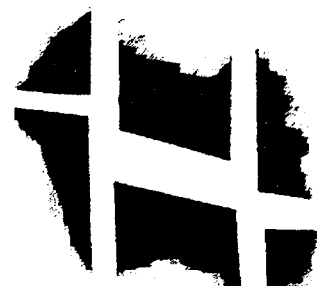
*Assumar*

situações anteriores e não agrupáveis entre si:

- Almodôvar, onde a praça existe à ilharga de uma das ruas longitudinais e é um alargamento da transversal.
- Barbacena, cuja praça é um alargamento de uma das três ruas longitudinais.
- Monforte, onde, sendo a praça um rectângulo semelhante ao de Nisa, a tipologia da inserção das ruas diverge daquela, confirmando a sua origem anterior ao período medieval.
- Redondo, em que a praça central, colocada à ilharga da rua Direita (e, actualmente, única), obedeceria a um esquema em cruz com os acessos às duas torres: a de menagem e a residencial.
- Viana do Alentejo, cuja praça não é central e se colocou à ilharga da malha ortogonal e da Estrada Real, tendo vindo a ser mais tarde ponto de confluência dos arruamentos medievais e de ulteriores crescimentos urbanos.



*Nisa*



*Vila Nova da Baronia*



*Pavia*



*Redondo*

### Quadro anexo ao Capítulo 3

Povoação	Área urbana (m <sup>2</sup> )		Praça da Vila (m <sup>2</sup> )		Número de habitantes**
	com cerca	não cercada	área (m <sup>2</sup> )	% *	
Alandroal	7667		271	3.5	123
Alcáçovas		45674	1392	3.0	731
Alegrete	11892		207	1.7	190
Aljustrel		13594	789	5.8	218
Almodôvar		12977	105	0.8	208
Arronches	28412		2257	7.9	456
Assumar		17715	324	1.8	283
Barbacena		16329	433	2.7	261
Borba	20520		675	3.3	328
Castelo de Vide	14699		177	1.2	235
Estremoz	41038		1353	3.3	657
Évoramonte	32869		580	1.8	526
Fronteira	31015		1287	4.1	496
Marvão	67725***		579	0.9	1084
Messejana		18062	1494	8.2	289
Monforte	26041		2208	8.5	417
Montalvão		34364	552	1.6	550
Montargil		38498	278	0.7	616
Moura	19499		1623	8.3	312
Nisa	34385		1057	3.0	550
Ourique		33719	749	2.2	536
Pavia		29636	887	3.0	474
Redondo	7647		257	3.7	122
Terena		18179	576	3.2	291
Veios	9840		229	2.3	157
Viana do Alent.		43363	641	1.5	694
Vª Nova Baron.		32835	481	1.5	525

\* Este valor é a relação entre a superfície da praça e a superfície urbana do aglomerado. No caso das vilas construídas no interior de cercas, considerou-se apenas a área confinada pela muralha.

\*\* Para projectar o número de habitantes das vilas, usa-se o índice de 160 hab./ha proposto por A.H. Oliveira Marques.

\*\*\* A área confinada pela primeira muralha é de 8965 m<sup>2</sup>.

---

*conclusão*

---

---

Apesar do empenho com que fizemos a abordagem das vilas de fundação medieval no Alentejo, procedendo a uma análise de vinte e oito daquelas povoações, estamos conscientes do muito que ficou por dizer relativamente a todas. Nomeadamente, entre outros, ficaram por analisar de uma forma sistemática aspectos tão importantes para a caracterização do espaço urbano como a métrica dos lotes e a largura das vias dos tecidos urbanos, as tipologias dos subsistentes edifícios de habitação medieval bem como dos edifícios de equipamento seus coetâneos, a localização e caracterização das infraestruturas que sustentavam a vida urbana e as infraestruturas que a protegiam. P o r é m , com o material recolhido esboçámos uma caracterização que pode constituir o início de um trabalho que é urgente continuar porque, como se salientou na Introdução, este campo de investigação está praticamente inexplorado, facto que em muito tem contribuído para a incompreensão da estrutura da cidade medieval e para a sua destruição - passado pelos teóricos do urbanismo higiénico-funcionalista, no presente pelos “fundamentalistas”-conservacionistas -. Neste sentido aproveitamos o ensejo que este ensaio nos deu para avançarmos algumas propostas que, julgamos, poderão contribuir para um trabalho de aprofundamento no conhecimento do legado urbanístico-arquitectónico das vilas de fundação medieval no Alentejo, para que o possamos transmitir aos vindouros não falsamente preservado - como se o tivéssemos colocado numa redoma -, mas sim enriquecido com as nossas próprias “marcas”, as quais se irão juntar às que, ao longo de séculos, a sociedade soube deixar, na maior parte das vezes com mestria.

Como já afirmámos, o aprofundamento da investigação sobre a cidade terá que ser de fruto do trabalho coordenado de equipas pluridisciplinares: a arqueologia que “desvendará” as pré-existências ao acto de fundação ou refundação, permitindo a compreensão da forma urbana ulterior; a geografia que, relacionando a cidade com o território e, juntamente com a história política e económica, facilitará a compreensão do lugar económico da cidade no

---

território, dos fluxos e refluxos do crescimento da cidade e o modo como esta se relacionava com o território rural que fazia parte do seu termo; a história geral, dos costumes e do direito que nos elucidarão sobre o uso do espaço urbano no passado e sobre os processos de transformação desse espaço urbano, em geral, e da transformação da propriedade privada, em particular; a arquitectura e o desenho urbano que, investigando os métodos e técnicas construtivas, o processo de formação dos espaços públicos e privados, poderão estabelecer relações morfológicas entre ambos ao mesmo tempo que estabelecem classificações tipológicas dos elementos e processos de construção, das volumetrias, dos espaços, enfim, das cidades; a engenharia civil que permitirá compreender as tecnologias utilizadas nos sistemas de infraestruturas urbanas - princípios e modos de funcionamento -, infraestruturas essas que eram o suporte da vida urbana; a engenharia militar que, tomando por base as diversas técnicas militares e a sua evolução, explicará a forma, a metodologia e os processos construtivos das infraestruturas de defesa, bem como, através do estudo das tácticas militares que os meios disponíveis na altura induziam, poderá facilitar a compreensão da disparidade entre vilas fortificadas e vilas “abertas”.

Em parte este método de investigação das cidades já foi ensaiado em Portugal com a criação dos Gabinetes Técnicos Locais (GTL's), instituídos pelo Ministério do Plano e da Administração do Território. Todavia, quer pela limitação temporal a que estavam sujeitos - dois anos -, quer pelos objectivos que lhes foram definidos - estabelecimento das bases dos Planos de Salvaguarda (de Centros Históricos) -, os resultados da pesquisa situaram-se aquém daquilo que julgamos ser necessário para a compreensão cabal do espaço urbano. Assim, seria de todo o interesse que fosse relançado o programa de investigação mas em moldes diferentes, i.e.: fossem contratadas equipas pluridisciplinares - empresas ou técnicos associados para o efeito -, com objectivos programáticos bem definidos (a investigação urbana) e de cujos resultados fosse garantida a publicação e divulgação.

---

No mesmo sentido julgamos possível o aparecimento de um Centro de Estudos Urbanos, no âmbito de uma ou mais universidades vocacionadas para a matéria, o qual aproveitaria os recursos humanos, técnicos e materiais existentes nessas instituições, ao mesmo tempo que permitiria a articulação da Universidade, dos investigadores interessados, dos organismos de Estado com responsabilidade na área e das autarquias - Câmaras e Juntas de Freguesia -, nas tarefas de investigação, coordenação dos estudos, divulgação e promoção das Vilas de fundação medieval no Alentejo. Paralelamente, e dependente da(s) vontade(s) de conjugação de esforços na promoção da região, as autarquias Alentejanas (e referimo-nos a todas, pois o património urbanístico-arquitectónico medieval está presente em todos os municípios do Alentejo) globalmente, ou divididas por sub-regiões aproveitando as estruturas existentes - Regiões de Turismo -, poderão ser o principal suporte e destinatário dos estudos e investigações a realizar, explorando a vertente de turismo cultural que, cada vez mais, engrossa o tronco do turismo geral, interno e externo, permitindo deste modo o aumento dos rendimentos da população residente.



---

*Notas do Capítulo 3*

---

*Vilas de fundação medieval no Alentejo*

*Caracterização tipológica: conclusões*

<sup>1</sup> Entre outros citem-se Leonardo Benevolo, *História da Cidade*, p. 269 e Jean Pelletier, *Villes et Urbanisme dans le monde*, pp. 139 a 142.

<sup>2</sup> Não só no sul do país se revelou o interesse de D. Dinis pelo alargamento do território, como o prova o contrato de venda de Coria pelo rei D. João de Leão, Galiza e Sevilha ao monarca português (Cf. Joaquim Manuel Correia, *Terras de Riba-Côa*, p. 4).

<sup>3</sup> Cf. J. Mattoso, *História de Portugal*, vol., p.150.

<sup>4</sup> Cargo que tinha por missão a supervisão das receitas dos impostos cobrados em todo o reino pelos modormos do rei (Cf. Joel Serrão, *Diccionario de História de Portugal*, IV vol., pp. 343 e 344).

<sup>5</sup> Cargo que tinha por missão a aposição da chancela real em todos os documentos emanados do rei (Cf. Joel Serrão, *Diccionario de História de Portugal*, II vol., pp. 50 e 51).

<sup>6</sup> Promovido o povoamento do lugar pela Ordem da Santíssima Trindade, é esta Ordem Religiosa que outorga foral à vila em 1280, o qual será confirmado por D.Dinis em 1283 (Cf. Túlio Espanca, *Inv. Art. Dist. Beja*, p.3).

<sup>7</sup> A povoação, com origem no lugar das Ferrarias, foi fixada no local que ainda hoje ocupa, no reinado de D.Dinis (Cf. T. Espanca, op.cit., p.354).

<sup>8</sup> Vila muralhada, erguida por D.Fernando Anes, Mestre da Ordem de Aviz, em 1214 (Cf. R. Proença, *Guia de Portugal*, vol. II, p.398).

<sup>9</sup> Foral concedido por Mem Gonçalves, Prior da Ordem do Hospital, em 1232 (Cf. F.Keil, *Inv. Art. Dist. Portalegre*, p.45).

<sup>10</sup> "...[em 1259]...D.Afonso III manda reconstruir a povoação antiga de Portelos...concedendo-lhe foral...e dando-lhe o nome de Portus Alacer..." (Cf. J.Rodrigues e P.Pereira, *Portalegre*, p.13).

<sup>11</sup> O primeiro foral foi concedido à vila por D.Afonso III, em 1270, e a cerca mandada erguer por D.Dinis entre 1290 e 1300 (Cf. T.Espanca, *Inv. Art. Dist. Évora*, p. 515).

<sup>12</sup> Carta de aforamento de uma vinha dada por D.Afonso III, em 1273, carta de foro concedida por D.Dinis, em 1290, e cerca mandada erguer pelo mesmo monarca, em 1306 (Cf. Cunha Rivara, *Memorias...*, pp.15-26).

<sup>13</sup> Em 1259, D.Afonso III concede permissão ao donatário, D.João Peres Aboim, para levantar a fortaleza, tendo este último concedido foral à vila em 1262. A cerca da vila é concluída no reinado de D.Dinis (Cf. T.Espanca, op.cit., p.194).

<sup>14</sup> Cf. Pierre Ansay et René Schoonbrodt, *Penser la Ville*, p. 142.

<sup>15</sup> Cf. K. Pawlowski, *Formes urbaines...*, p.140.

<sup>16</sup> Cf. Vitruvius, *Los diez libros de Arquitectura*, p.22.

<sup>17</sup> Neste sentido é curioso constatar que, sendo embora um símbolo ideográfico, o hieroglifo egípcio que significava cidade assemelha-se ao conceito vitruviano de urbe.

<sup>18</sup> Gilles Bernard, "Le parcellaire régulier des bastides "in *Les Cahiers du C.E.B.*, nº1, p. 33.

---

<sup>19</sup> Joseph Rykwert, no seu livro *La casa de Adán*, introduz-nos na plêiade de imagens românticas que críticos de arquitectura e arquitectos divulgaram, desde os fins do séc. XVIII até finais do séc. XIX, sobre a organicidade do gótico.

<sup>20</sup> Pierre Lavedan, *L'Urbanisme au Moyen-Âge*, p. 60.

<sup>21</sup> José Lamas, *Morfologia Urbana*, p. 157.

<sup>22</sup> “O ar da cidade torna o povo livre” segundo um ditado medieval alemão citado por L. Mumford, *A Cidade na História*, p. 285.

<sup>23</sup> Partida VII, título XXXIII, ley VI, citado por J. I. Linazasoro, *Permanencias...*, p. 85.

<sup>24</sup> Em Marvão considerámos o arrabalde relativamente à primeira cerca e não quanto à segunda, pois esta absorveu-o, integrando-o no tecido urbano intra-muros.

<sup>25</sup> J. I. Linazasoro, op.cit., p. 86. Esta afirmação é também válida para Alegrete, Juromenha (cujo arrabalde surgiu após a Guerra da Restauração), Mértola, Monsaraz, Mourão e Noudar.

<sup>26</sup> Cf. L. Benevolo, *História da Cidade*, pp. 269 e 270.



- 
- ALARCÃO, Jorge de, 1990, "Vestígios Romanos no Concelho de Moura", in *Moura na Época Romana*, Cadernos do Museu Municipal de Moura, nº 1, pp. 31 a 39, Câmara Municipal de Moura.
- ALCÂNTARA, Pe. Joaquim Pedro, 1890, *Breves Memórias da Villa das Alcáçovas*, ed. Minerva Eborense, Évora.
- ALMEIDA, C. Ferreira de, 1987, *Alto Minho*, Presença, Lisboa.  
1990, *Barcelos*, Presença, Lisboa.
- ALMEIDA, João de, 1943, *Livro das Fortalezas de Duarte d'Armas*, ed. do autor, Lisboa.
- ANSAY, Pierre e SCHOON BRODT, René, 1989, *Penser la ville, choix de textes philosophiques*, Archives d'Architecture Moderne, Bruxelas.
- BATISTA, Pe. Dr. Júlio César, 1976, "Fundação de Montoito" in *A Cidade de Évora*, ano XXXIII, nº 59, pp. 109 a 145.
- BENEVOLO, Leonardo, s.d., *Storia della Città*, trad. port., 1983, *História da Cidade*, Editora Perspectiva, S. Paulo.
- BERNARD, Gilles, 1992, "Le parcellaire régulier des bastides", in *Les cahiers du C. E. B.*, nº 1, Centre d'Étude des Bastides, Villefranche-de-Rouergue.
- CABRAL, Luís de Almeida e PASCOAL, Frei Diogo Vaz, 1710, *História da Notável Vila de Moura*, 2ª ed., 1991, Câmara Municipal de Moura.
- CALDAS, João Vieira e GOMES, Paulo Varela, 1990, *Viana do Castelo*, col. Cidades e Vilas de Portugal, Presença, Lisboa.
- CALMETTES, Claude, CORNU, Dode, CALMETTES, Quitterie, avec le concours du CENTRE D'ÉTUDE DES BASTIDES, 1986, *Le bâti ancien en bastide*, col. Connaissance de l'habitat existant, Électricité de France (EDF).
-

---

SERRÃO, Joel (coord.), s/d, *Dicionário de História de Portugal*, Liv. Figueirinhas, Porto.

SITTE, Camillo, 1889, *Der Stadtebau nach seinen Kunstlerischen Grundsätzen*, trad. franc., 1984, *L'Art de Bâtir les Villes*, 2ª ed., L'Equerre, Paris.

SILVA e MATTA, José Avelino, 1855, *Anais de Moura*, 1991, ed. da Câmara Municipal de Moura.

SOCIÉTÉ ACADÉMIQUE D'ARCHITECTURE:

1991, *Les Bastides du Lauragais et du Pays de Foix*

1991, *Les Bastides du Périgord*

1992, *Les Bastides d'Armagnac*

1993, *Les Bastides du Comminges et du Couserans*

1994, *Les Bastides de l'Albigeois*

1994, *Les Bastides de l'Agenais*

col. "Les Bastides du Sud- Ouest", Diagram Éditeur, Toulouse.

SOLEDADE, Arnaldo, 1990, *Sines, Terra de Vasco da Gama*, 3ª ed. Câmara Municipal de Sines.

TEIXEIRA, Manuel C., 1993, *Análise Social*, nº 121, 4ª série, vol. XXVIII, 2º, Revista do Inst. Ciênc. Sociais e Humanas da UNL.

TORRES, Cláudio, 1992, "Povoamento Antigo no Baixo Alentejo.

Alguns Problemas de Topografia Histórica", in *Arqueologia Medieval*, nº 1, Campo Arqueológico de Mértola, Ed. Afrontamento, Porto.

VALENTE, David M. P., 1991, *Acerca dos Forais de Moura*, 2ª ed., Câmara Municipal de Moura.

VELOSO, Carlos, 1993, "Cidade Romana e Urbanismo no Mundo Antigo" in *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Tomar*, nº 19, pp. 133-153.

VITRUVIO, Marco Lucio, 1985, *Los diez libros de Arquitectura*, trad. directa do latim por Agustín Blánquez, Editorial Ibéria, Barcelona.